

CARTA EDUCATIVA

PENALVA DO CASTELO

2026

CARTA EDUCATIVA DE PENALVA DO CASTELO



Ficha técnica

Título

Carta Educativa de Penalva do Castelo

Câmara Municipal de Penalva do Castelo

Francisco Lopes de Carvalho (Presidente)

Lucília Maria da Silva Costa Santos (Vereadora)

Coordenação técnica e científica |
Multiaveiro

Lúcia Santos

Helga Rodrigues (Técnica superior)

Design gráfico

Lúcia Santos

Cristina Barros

Colaboradores | Multiaveiro

Sandra Coelho

Cristina Barros

Andreia Aires

Penalva do Castelo, março de 2026

Mensagem do presidente

A educação é, sem dúvida, a maior força transformadora de uma comunidade. É através dela que damos às nossas crianças e jovens as ferramentas para sonhar mais alto, para acreditar no futuro e para construir um concelho mais justo, solidário e próspero.

A Carta Educativa que agora apresentamos é fruto de um trabalho coletivo, pensado em conjunto com escolas, professores, pais, associações e muitos outros parceiros locais. Mais do que um documento, é um compromisso: o de garantir que todos têm acesso a uma educação de qualidade, em ambientes modernos, seguros e inspiradores.

Queremos que cada criança e cada jovem do nosso concelho encontre aqui as condições para aprender, crescer e ser feliz. Queremos, também, que a educação continue a ser uma prioridade partilhada por todos, porque só juntos conseguiremos preparar o futuro que desejamos.

Enquanto Presidente da Câmara Municipal e após ter aceite a delegação de competências da educação no Município, reafirmo o nosso empenho em continuar a investir na educação como pilar essencial do desenvolvimento local. Contamos com toda a comunidade para, lado a lado, fazermos deste caminho uma verdadeira missão de esperança e de futuro.



Francisco Lopes de Carvalho

Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo

Índice geral

INTRODUÇÃO	19
I. ENQUADRAMENTO	25
I.1. Enquadramento legal	25
I.2. Enquadramento conceptual	28
I.3. Enquadramento metodológico	30
II. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	35
II.1. Enquadramento geográfico	35
II.2. Aspetos físicos	37
II.3. Dinâmica demográfica: passado, presente e futuro.....	39
II.3.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2021	39
II.3.1.1. Evolução e distribuição territorial da população residente: um território com a população desigualmente repartida	39

II.3.1.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo.....	47
II.3.1.3. Migrações e nacionalidade.....	51
II.3.1.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência	54
II.3.2. Tendências evolutivas: de 2021 a 2041	64
II.3.2.1. Cenários demográficos	66
II.3.2.1.1. Cenário “base/normal”	67
II.3.2.1.2. Cenário “otimista”	68
II.3.2.1.3. Cenário “desejável”	69
II.3.2.2. População residente	70
II.3.2.3. Natalidade	78
II.3.2.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência	82
II.3.2.5. Esperança média de vida à nascença.....	93
II.4. Caracterização socioeconómica	95
II.4.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho	96
II.4.2. Desemprego.....	113
II.4.3. Rendimento e condições de vida	116
II.5. Indicadores socioeducativos	122
II.5.1. Nível de escolaridade	122
II.5.2. Analfabetismo.....	125
III. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO	131
III.1. Oferta escolar.....	131
III.1.1. Rede escolar.....	131
III.1.2. Caracterização física e funcional	134
III.1.2.1. Estado de conservação, acessibilidade e segurança	134
III.1.2.2. Capacidade instalada e taxa de ocupação.....	138
III.1.2.3. Espaços escolares de apoio.....	141
III.2. Procura escolar.....	142
III.2.1. Caracterização global	142
III.2.2. Caracterização por nível de ensino.....	146
III.2.2.1. Educação pré-escolar.....	146

III.2.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico	148
III.2.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico	151
III.2.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico	152
III.2.2.5. Ensino secundário	153
III.3. Fluxos escolares	156
III.3.1. Educação pré-escolar	156
III.3.2. 1.º Ciclo do ensino básico	160
III.3.3. 2.º Ciclo do ensino básico	164
III.3.4. 3.º Ciclo do ensino básico	165
III.3.5. Ensino secundário	167
III.4. Projeções escolares	170
III.4.1. Educação pré-escolar	177
III.4.2. 1.º Ciclo do ensino básico	177
III.4.3. 2.º Ciclo do ensino básico	179
III.4.4. 3.º Ciclo do ensino básico	180
III.4.5. Ensino secundário	181
III.5. Indicadores de sucesso escolar	182
III.5.1. Resultados escolares	182
III.5.1.1. Provas finais do 3.º ciclo do ensino básico	182
III.5.1.2. Exames finais do ensino secundário	185
III.5.2. Taxa de retenção e desistência	192
III.5.3. Indicadores de empregabilidade	199
III.5.4. Metas Penalva do Castelo 2030	200
III.6. Educação inclusiva	202
III.6.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	204
III.6.2. Recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão	205
III.6.3. Planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão	206
III.6.4. Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão	206
III.7. Atividades complementares de ação educativa	207
III.7.1. Atividades de Animação e Apoio à Família	207
III.7.2. Componente de apoio à família	208

III.7.3. Atividades de enriquecimento curricular.....	209
III.7.4. Atividades extracurriculares	210
III.7.4.1. 2.º Ciclo do ensino básico	210
III.7.4.2. 3.º Ciclo do ensino básico	211
III.8. Desporto escolar	211
III.8.1. 2.º Ciclo do ensino básico	211
III.8.2. 3.º Ciclo do ensino básico	212
III.8.3. Ensino secundário	212
III.9. Ação social escolar	213
III.9.1. Educação pré-escolar.....	214
III.9.2. 1.º Ciclo do ensino básico	215
III.9.3. 2.º Ciclo do ensino básico	216
III.9.4. 3.º Ciclo do ensino básico	216
III.9.5. Ensino secundário	217
III.10. Transportes escolares	217
III.10.1. Educação pré-escolar	218
III.10.2. 1.º Ciclo do ensino básico	219
III.10.3. 2.º Ciclo do ensino básico	220
III.10.4. 3.º Ciclo do ensino básico	220
III.10.5. Ensino secundário	221
III.11. Recursos humanos.....	221
III.11.1. Pessoal docente	221
III.11.1.1. Nível de educação e ensino	222
III.11.1.2. Tipo de vínculo	223
III.11.1.3. Estrutura etária	223
III.11.1.4. Habilitações literárias.....	224
III.11.2. Pessoal não docente	224
III.11.2.1. Tipo de vínculo	225
III.11.2.2. Carreira e categoria	225
III.11.2.3. Estrutura etária	226
III.11.2.4. Habilitações literárias.....	227

III.12. Creches	228
IV. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E MATRIZ SWOT	235
V. PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS	245
VI. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO.....	257
VI.1. Proposta de intervenção na rede escolar	259
VI.1.1. Objetivos estratégicos.....	264
VI.1.2. Linhas de orientação estratégica	266
VI.1.3. Plano de ação	271
VI.1.3.1. Reorganização da rede escolar.....	273
VI.1.3.1.1. Educação pré-escolar e 1.º CEB.....	277
VI.1.3.1.2. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário	282
VI.1.3.2. Requalificação, modernização e manutenção das infraestruturas escolares	284
VI.2. Promoção do sucesso educativo.....	285
VI.3. Ensino profissional e promoção da empregabilidade	287
VI.4. Articulação da Carta Educativa com o PDM	289
VI.5. Contributo da Carta Educativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	290
VII. PLANO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	291
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	301
ÍNDICE DE FIGURAS.....	307
ÍNDICE DE MAPAS	315
ÍNDICE DE QUADROS	317
ÍNDICE DE ANEXOS	323
ANEXOS.....	327

Introdução

De acordo com artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, por rede escolar entende-se a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objetivos de política educativa.

Reconhecendo a importância de uma rede escolar adequada às características do território e às funções hoje atribuídas à escola e a obrigação legal de rever a Carta Educativa, seis anos depois da elaboração da primeira revisão da Carta Educativa, efetuada em 2019, impunha-se, naturalmente, um processo de atualização que, não colocando em causa a proposta de intervenção na rede escolar anteriormente aprovada, considerasse as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e educativas e efetuasse as alterações que se revelassem necessárias para resolver os problemas identificados e melhorar a qualidade da educação pública.

Enquanto instrumento de desenvolvimento educativo, mas também de planeamento e ordenamento do território, a Carta Educativa de Penalva do Castelo sistematiza e correlaciona as várias dimensões de análise consideradas relevantes para a coerência do planeamento da rede escolar, designadamente: os aspetos demográficos e socioeconómicos, as características do sistema educativo, as tendências de evolução da população escolar, os critérios estipulados pelo ME, a política educativa local, as decisões políticas ao nível do ordenamento e planeamento do território e as perspetivas de desenvolvimento local, em particular no que se refere à dinâmica demográfica, social e urbanística. A análise é feita ao nível do concelho e da freguesia, mas também do território educativo, refletindo a necessidade de adequar a oferta escolar às necessidades específicas de cada população e território.

Além destas variáveis, a revisão da Carta Educativa de Penalva do Castelo assenta, ainda, em três pressupostos essenciais. Em primeiro lugar, que a construção de uma Carta Educativa, independentemente do enquadramento geográfico, carece de uma abordagem que privilegie uma perspetiva global de todas as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, em particular da realidade imposta pela dicotomia criada pela existência de espaços físicos e sociais de génese diferenciada, de ruralidade e urbanidade. A fluidez desta realidade não permite a criação de limites rígidos que sustentem uma separação clara, o que impede uma abordagem dualizada e de contornos bem definidos, sob pena de subverter a própria realidade. Em segundo lugar, que o desenvolvimento do sistema educativo pressupõe uma visão integrada e integradora da escola, uma vez que a identificação da escola com o edifício e que o conceito de edifício escolar isolado são, na atualidade, conceções redutoras e desajustadas de uma realidade onde a escola deve funcionar cada vez mais como um interface de uma rede de locais de educação e formação, num espaço convergente de múltiplas e diversas atividades de cariz comunitário. Com base nesta conceção escola-organização, a escola tem hoje um quadro de responsabilidades que não cabe no conceito restrito de instituição de ensino tradicional, precisando, por isso, de se enraizar e trocar valores, influências, experiências e vivências com a sociedade em que está inserida. Em terceiro e último lugar, que o ordenamento e planeamento da rede escolar deve obrigar os diversos interlocutores envolvidos a trabalhar o conceito de território educativo, princípio estruturante das novas redes educativas. Esta noção integra, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra urbanística, permitindo esbater as disparidades existentes, sobretudo nas áreas de maior isolamento.

A Carta Educativa de Penalva do Castelo é constituída, fundamentalmente, por sete partes: enquadramento, caracterização territorial, diagnóstico do sistema educativo, síntese do diagnóstico e matriz SWOT, projetos socioeducativos, estratégia de intervenção e plano de monitorização e avaliação:

- No **enquadramento** são apresentadas as bases teóricas e metodológicas da Carta Educativa, nomeadamente uma breve descrição do quadro de referência legal e uma abordagem concetual e metodológica;
- Na **caracterização territorial** é efetuado o enquadramento geográfico e a descrição dos aspetos físicos e da dinâmica demográfica, socioeconómica e educativa, designadamente: i) os fatores relacionados com os quantitativos e as características da população; ii) os aspetos relacionados com a ocupação e as condições de vida da população; e iii) os indicadores socioeducativos. A componente demográfica inclui a análise da situação atual, bem como a elaboração das projeções demográficas para o ano de 2041, que vão permitir conhecer as tendências evolutivas da população no futuro, no concelho e nas freguesias que o constituem, quer da população em geral, quer da população nos diferentes níveis de educação e ensino, e construir um cenário prospetivo de procura escolar;
- No **diagnóstico do sistema educativo** é abordada informação relativa às várias dimensões de análise consideradas relevantes para a identificação dos desafios colocados em termos da rede escolar, designadamente: i) oferta escolar; ii) procura escolar; iii) fluxos escolares; iv) projeções escolares; v) indicadores de sucesso escolar (resultados escolares e taxa de retenção e desistência); vi) educação inclusiva; vii) atividades complementares de ação educativa - Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), Componente de Apoio à Família (CAF), Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e atividades extracurriculares; viii) desporto escolar; ix) ação social escolar; x) transportes escolares; xi) recursos humanos (pessoal docente e não docente); e xii) creches;
- Na **síntese do diagnóstico e matriz SWOT** realiza-se a síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado, tendo em conta os indicadores analisados, com vista à obtenção de uma caracterização do contexto demográfico e socioeconómico e do sistema educativo;

- Nos **projetos socioeducativos** incluem-se as atividades estruturadas e pedagogicamente ricas que complementem os processos de aprendizagem, aquisição de competências e transmissão de valores;
- Na **estratégia de intervenção** são detalhados: i) a proposta de intervenção na rede escolar, que representa o culminar de um longo processo de diagnóstico que permitiu conhecer as características do sistema educativo atual, as projeções escolares para os próximos anos letivos e as necessidades de requalificação, modernização e redimensionamento da rede escolar; ii) as principais medidas a adotar para a promoção do sucesso educativo, bem como para a reestruturação do ensino profissional e promoção da empregabilidade, no âmbito da estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para o combate ao insucesso escolar; iii) a articulação da Carta Educativa com o Plano Diretor Municipal (PDM); e iv) o contributo da Carta Educativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Numa referência à proposta de intervenção na rede escolar, esta integra: i) os objetivos estratégicos a prosseguir para a concretização da política educativa municipal; ii) as linhas de orientação estratégica que vão nortear as ações estruturantes de iniciativa municipal a implementar com vista ao desenvolvimento do sistema educativo; e iii) o plano de ação para reconfigurar a rede escolar e responder com eficácia às necessidades diagnosticadas e às projeções de desenvolvimento;
- No **plano de monitorização e avaliação**, última etapa do ciclo de desenvolvimento da Carta Educativa, estabelecem-se os métodos a utilizar e recursos a mobilizar para acompanhar a execução das ações propostas, com vista a detetar eventuais desvios face ao inicialmente previsto e proceder atempadamente à tomada de medidas corretivas que possibilitem manter o equilíbrio e a sustentabilidade da rede escolar e melhorar continuamente a intervenção.

Enquanto documento orientador decisivo para o desenvolvimento coerente do sistema educativo, para a construção da política educativa local e para o planeamento estratégico do território concelhio, a revisão da Carta Educativa de Penalva do Castelo vai permitir aos responsáveis políticos e técnicos do município delinear uma estratégia de atuação capaz de planear as intervenções a realizar para assegurar a adequação da oferta à evolução da procura escolar, do pensamento educativo e da dinâmica social e urbanística. Entre muitas outras potencialidades, apoia na definição de critérios de programação, na determinação

de domínios e locais de intervenção prioritária, na tomada de decisão no que respeita ao encerramento, à reabilitação física e/ou funcional ou à construção de equipamentos educativos, na calendarização das ações a empreender e na previsão do esforço financeiro necessário.

Dando cumprimento aos princípios gerais e organizativos da política educativa definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e no conjunto de diplomas legais específicos complementares que foram na sua sequência surgindo, a revisão da Carta Educativa de Penalva do Castelo vai dotar o concelho de uma ferramenta prática e operacional capaz de o auxiliar no melhor cumprimento das suas funções ao nível da gestão dos recursos educativos locais e do ordenamento e planeamento do território, com vista ao desenvolvimento consistente da rede escolar, à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento local sustentável.

No fundamental o que se pretende é criar as condições para que todos aqueles que vivem no concelho de Penalva do Castelo possam aceder aos edifícios e equipamentos educativos e desenvolver as suas capacidades de modo a construir um melhor projeto de vida. Encara-se, assim, a Carta Educativa não apenas na vertente das edificações escolares, mas também na vertente da educação e formação ao longo da vida, abrangendo, por isso, toda a população, independentemente da idade, e todos os aspetos da educação e formação.

Só com base em ferramentas com estas características, que assentam num diagnóstico da rede escolar, numa análise prospetiva e na identificação dos principais problemas e prioridades de resposta, se torna possível, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço de forma adequada, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados. Este efetivo planeamento estratégico da intervenção territorial assenta, no essencial, nos princípios da adequação da oferta à procura e da otimização e racionalização dos meios existentes e previstos.

A Carta Educativa de Penalva do Castelo foi desenvolvida pela Multiaveiro, em estreita articulação com a Unidade Orgânica de Comunicação, Marketing, Educação, Ação Social, Juventude e Turismo (UOCMEASJT) da Câmara Municipal de Penalva do Castelo (CMPC), o Agrupamento de Escolas (AE) de Penalva do Castelo, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e o Centro Social Paroquial de Sezures.

I. ENQUADRAMENTO

I.1. Enquadramento legal

A Declaração Universal dos Direitos do Homem sagrou, no seu artigo 26.º, que toda a pessoa tem direito à educação. Em Portugal esta consagração só ocorreu quase três décadas depois, quando a Constituição da República Portuguesa declarou, no seu artigo 73.º, que todos têm direito à educação. Este reconhecimento advém do facto da educação ser inquestionavelmente um dos vetores basilares para a evolução cultural, social e económica da sociedade. Como afirmado no seu artigo 2.º da LBSE, a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva. É por esta razão que estrategicamente se deve garantir uma educação de qualidade para todos, não somente no processo inicial de aprendizagem, mas

também ao longo da vida. Fruto desta consciencialização, a legislação portuguesa no setor da educação tem vindo a alargar progressivamente nas mais variadas áreas, assistindo-se, simultaneamente, à crescente transferência de atribuições e competências, primeiro para as autarquias locais e agora também para as entidades intermunicipais, acompanhando o movimento de descentralização administrativa e de autonomia do poder local, que ganhou importância a partir de meados dos anos 80.

A apresentação da Carta Educativa como metodologia municipal de planeamento da rede escolar foi um dos resultados mais visíveis desta procura de um salto qualitativo para a educação em Portugal. Isto aconteceu na primeira década do século XXI, quando Portugal entrou numa nova e marcante era das políticas públicas, com o avançar do processo de transformação e reformulação do papel do Estado, e, na sequência, na educação foram tomadas iniciativas legislativas concretas para transferir para os municípios um conjunto de competências e responsabilidades, de que tinham estado completamente afastados, até então, no sentido de, por um lado, aproximar as decisões políticas das realidades locais e a educação das dinâmicas locais de desenvolvimento e, por outro lado, procurar ganhos de eficiência e eficácia na gestão de dinheiros públicos, que o processo de globalização económica, cada vez mais desregulado, foi tornando mais escassos e de distribuição e utilização menos claras. Uma das primeiras dimensões deste processo de transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local foi a atribuição aos municípios da competência para assumir a gestão da sua rede escolar, devendo para isso elaborar um documento estratégico que prospectivamente articulasse as diversas variáveis que contribuíssem para as melhores respostas educativas, a Carta Educativa.

Inicialmente designada de carta escolar e entendida como um mero registo dos edifícios escolares existentes e dos que faltavam construir, só mais tarde, com o reconhecimento da ineficácia e da natureza bloqueadora do planeamento estático, dogmático e restrito e com o entendimento de que o desenvolvimento social de uma população só é possível através da melhoria da educação e formação, evoluiu para uma conceção mais abrangente de projeto fundamental de intervenção estratégica e dinâmica na rede escolar, passando a abarcar, além das edificações escolares, todos os equipamentos sociais e coletivos que têm a ver com a educação e formação ao longo da vida. Mais do que uma alteração de terminologia, esta mudança representou a evolução de um conceito e a passagem de uma carta escolar documento a uma Carta Educativa instrumento, indissociável da problemática mais ampla do ordenamento e planeamento do território, razão pela qual passou a ser uma

obrigação municipal, a ver reconhecido o seu papel no complementar e aprofundar dos estudos necessários à execução dos PDM e a ter configuração legal definida.

A primeira referência a esta metodologia de planeamento na legislação aparece na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que, ao estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, afirma que é uma atribuição dos órgãos municipais elaborar a carta escolar, mas apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regula o seu processo de elaboração e aprovação e os seus efeitos, prevê recursos financeiros para a sua concretização e integra-a no PDM, foram efetivamente transferidas competências para a realização da Carta Educativa.

A segunda década do século XXI caracteriza-se por uma intensificação do movimento de descentralização administrativa, que entra numa nova fase, através de uma sucessão de iniciativas legislativas de transferência de competências e responsabilidades, não só para as autarquias locais, mas agora também para as entidades intermunicipais. Neste contexto de reforço e alargamento da transferência de competências e responsabilidades da administração, direta e indireta, do Estado central para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e concretizado, na área da educação, pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, as responsabilidades das autarquias na área do planeamento da rede escolar são confirmadas e a Carta Educativa mantém-se como o instrumento de ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, terminando o carácter arbitrário a que a sua revisão estava sujeita e tornando-a obrigatória a cada 10 anos. Adicionalmente, são ampliados os encargos dos órgãos municipais nas vertentes do investimento, equipamento, conservação e manutenção dos edifícios escolares, que foram alargados a todos os níveis de ensino, bem como da administração e gestão do sistema educativo.

Mais do que uma simples regulamentação, este diploma legal representa a afirmação da Carta Educativa como um efetivo instrumento de gestão territorial, com definição de estratégia de desenvolvimento e quadro de referência a considerar na sua elaboração.

O desenvolvimento da Carta Educativa vai permitir ao concelho de Penalva do Castelo estabilizar o sistema educativo e encarar o futuro de um modo menos incerto, pois dispõe de uma visão estratégica e de uma correspondente operacionalização e concretização que garantem uma resposta eficiente e eficaz aos desafios territoriais (demográficos, socioeconómicos e educativos) e às necessidades atuais e futuras da comunidade

educativa, procurando a melhoria dos níveis de educação, o bem-estar individual e coletivo e a promoção de um desenvolvimento territorial sustentável.

I.2. Enquadramento conceptual

Conceito

A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

Objetivos

Partindo de uma visão global e integradora, pensada a médio e longo prazo, do sistema educativo, são objetivos da Carta Educativa (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro):

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

Por sua vez, são objetivos do ordenamento da rede educativa (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro):

- Garantir o direito de acesso de todas as crianças e de todos os alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superar as situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e dos alunos, prevenindo a exclusão social;
- Fomentar uma adequada complementaridade das ofertas educativas;
- Assegurar a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;
- Adequar a oferta de recursos e a racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área.

Objeto

A Carta Educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas de educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar. Incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária (artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

Ciclo temporal de implementação

A revisão da Carta Educativa é obrigatória de 10 em 10 anos e sempre que a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação

do departamento governamental com competência na matéria ou dos próprios municípios (artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

I.3. Enquadramento metodológico

Independentemente do entendimento que se possa ter sobre uma Carta Educativa, é inegável que compreende um estudo da situação atual e prevista e a elaboração de um documento que sistematize essa análise e faça propostas de intervenção. Para obedecer a este propósito, o processo de revisão da Carta Educativa de Penalva do Castelo assentou na aplicação de uma metodologia bem definida e rigorosa que recorreu às melhores práticas disponíveis e na construção de um percurso metodológico à escala municipal, suportado na estreita articulação com a UOCMEASJT da CMPC e na colaboração do AE de Penalva do Castelo, da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e do Centro Social Paroquial de Sezures.

A metodologia selecionada e desenvolvida teve como base um modelo teórico e metodológico que assumiu uma perspetiva multidimensional, de modo a abranger todos os aspetos reconhecidos como fundamentais para o diagnóstico da situação do sistema educativo, e compreendeu o cruzamento de informação estatística com processos participativos, com vista a garantir, por um lado, o envolvimento e a auscultação dos atores locais e regionais implicados na prossecução do desenvolvimento educativo nas diferentes fases do processo e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas. Procurou-se, assim, conciliar objetivos de rigor, qualidade e relevância da informação, com lógicas de participação, motivada e comprometida, potenciadoras da compreensão global e prospetiva da situação educativa e da responsabilização dos diferentes *stakeholders*.

Em termos de estrutura, o procedimento metodológico integrou diferentes etapas de desenvolvimento, mas complementares entre si, tendo sido da sua adequada articulação que dependeu o sucesso final do projeto.

A primeira etapa do trabalho iniciou-se, primeiramente, com a revisão de literatura científica e consulta de documentos de carácter técnico com relevância para a compreensão do planeamento da rede escolar, e, depois, com a análise de normativos legais nacionais,

essenciais para o conhecimento da sua evolução cronológica, no sentido de fornecer um quadro conceptual e metodológico robusto e sustentado em evidência.

A segunda etapa consistiu na definição das várias dimensões de análise consideradas relevantes para o diagnóstico e planeamento estratégico e prospetivo da rede escolar, bem como dos indicadores a recolher para abranger as diferentes áreas. A seleção dos indicadores teve em consideração critérios de desagregação espacial (escala do concelho e, sempre que possível, a escala da freguesia) e temporal (ano mais recente com dados disponíveis), bem como de fiabilidade e validade, privilegiando-se as fontes de dados oficiais.

A seleção das dimensões de análise teve por base o conteúdo definido no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e no Guião para elaboração da Carta Educativa, de maio de 2021, a que foram acrescentados outros elementos considerados como relevantes para o diagnóstico do sistema educativo.

Na etapa seguinte procedeu-se à recolha da informação estatística (quantitativa e qualitativa) nos indicadores selecionados para oferecer aos diversos parceiros educativos um completo, profundo e rigoroso diagnóstico da realidade atual e prevista do sistema educativo e para fundamentar o processo de intervenção na rede escolar.

Naturalmente, um projeto com estas características reúne informação de natureza distinta e proveniente de diversas fontes, que se podem subdividir em fontes de dados secundários e fontes de dados primários:

No que se refere às fontes de dados secundários, destacam-se, entre outras, as que se seguem:

- Bases de dados eletrónicas e publicações periódicas de acesso público, onde se salientam as estatísticas oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE), no Pordata, no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), na Direção-Geral da Educação (DGE), no Júri Nacional de Exames (JNE), no Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e na Carta Social do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)/Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS);
- Bases de dados não publicadas e de acesso restrito, mas acessíveis mediante um processo de justificação do pedido. Dentro deste grupo é, ainda, de referir a disponibilização de informação, estatística, geográfica e outra, produzida pela

CMPC, pelo AE de Penalva do Castelo, pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e pelo Centro Social Paroquial de Sezures;

- Pesquisa bibliográfica no âmbito da caracterização territorial (aspetos físicos, demográficos e socioeconómicos).

Relativamente às fontes de dados primários, a técnica selecionada para a recolha dos dados foi a construção de um conjunto de bases de dados para preenchimento pela CMPC, pelo AE de Penalva do Castelo, pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e pelo Centro Social Paroquial de Sezures. Foi a necessidade de estruturar o conteúdo e formato da informação a disponibilizar que determinou a construção das referidas bases de dados.

Elaboraram-se, no total, oito bases de dados, a saber: i) duas para a CMPC (Anexos I e II), para recolher a informação relativa às atividades complementares de ação educativa (AAAF, CAF, AEC, transportes escolares e ação social escolar) e aos recursos humanos (pessoal não docente); ii) seis para o AE de Penalva do Castelo (Anexos III a VIII), para recolher a informação relativa às características físicas e funcionais dos equipamentos educativos, à população escolar, às freguesias de residência das crianças e dos alunos, à educação inclusiva, às atividades extracurriculares e ao desporto escolar e aos recursos humanos (pessoal docente).

A informação relativa às creches foi recolhida através do levantamento de dados realizado no âmbito da Carta Social.

O preenchimento das bases de dados pela CMPC, pelo AE de Penalva do Castelo, pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e pelo Centro Social Paroquial de Sezures decorreu, na generalidade, entre novembro de 2024 e agosto de 2025, em formato *online*.

O processo de divulgação das bases de dados foi da responsabilidade da UOCMEASJT da CMPC, que assumiu o papel de interlocutor entre a equipa técnica da Multiaveiro e o AE de Penalva do Castelo, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e o Centro Social Paroquial de Sezures, e contou com a colaboração e o envolvimento ativo da equipa técnica da Multiaveiro.

A recolha da informação foi, assim, desenvolvida abarcando dois tipos de ação, uma em gabinete e outra sustentada num processo de mobilização e participação ativa das entidades com intervenção educativa local e regional.

Na quarta etapa realizou-se o tratamento e a análise da informação estatística (quantitativa e qualitativa) recolhida. A informação estatística recolhida foi introduzida em bases de dados e sujeita a tratamento e cruzamento, com recurso a ferramentas de análise estatística e espacial.

Para a realização das projeções demográficas recorreu-se ao método das componentes por *coortes*, considerado pela literatura científica especializada como o modelo mais adequado, na medida em que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional e permite apresentar hipóteses de comportamento e sugerir quantitativos populacionais futuros por idade e sexo. Pela dificuldade de obtenção dos valores da componente migratória, apresentam-se os efetivos deduzidos apenas do movimento natural.

Por fim, na última etapa, correspondente à proposta de intervenção na rede escolar, implementou-se um processo participativo, que garantiu, por um lado, o envolvimento dos representantes da CMPC implicados diretamente neste projeto e dos agentes educativos com responsabilidades no planeamento da rede escolar (locais e regionais) e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas.

No sentido de apoiar a leitura do diagnóstico, os diferentes indicadores foram representados através de figuras, quadros e mapas, tendo-se procurado, sempre que possível, enquadrar e comparar o desempenho do concelho de Penalva do Castelo com o desempenho de outras unidades de referência a diferentes escalas, tais como a Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões (NUTSIII), a Região Centro (NUTSII)¹ e Portugal (NUTSI).

Sendo certo que a forma como o planeamento é concretizado condiciona o seu resultado final e que pensar o desenvolvimento não pode ser um exercício solitário e compartimentado, a boa execução da Carta Educativa de Penalva do Castelo implicou a cooperação estreita e empenhada entre a Multiaveiro, a UOCMEASJT da CMPC, o AE de Penalva do Castelo, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo, o Centro Social Paroquial de Sezures, o Conselho Municipal de Educação (CME) e outros parceiros educativos, no sentido de mobilizar todas as áreas de competência abrangidas, facilitar as operações de cooperação, gerar compromissos na ação e implicar formal e

¹ Adotou-se no presente documento a nomenclatura NUTS 2024 (em vigor desde 01/01/2024), correspondente à Região Centro com 77 municípios.

efetivamente os agentes de planeamento e de decisão envolvidos. Estas condições, habitualmente tidas como necessárias em exercícios de planeamento, tornam-se quase que imperativas em temas tão cruciais e transversais como este.

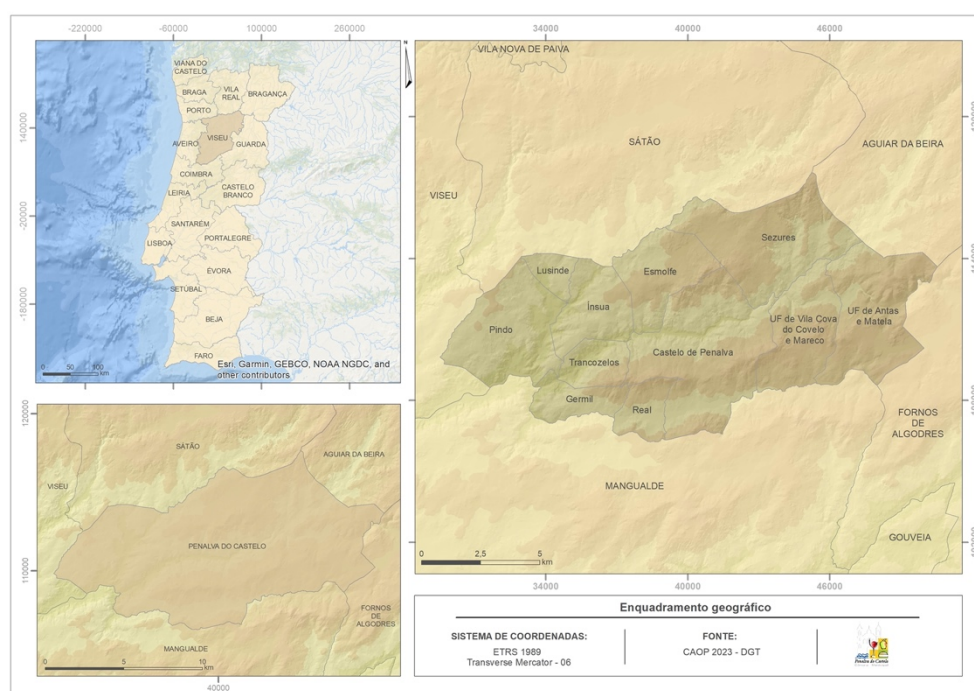
II. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

II.1. Enquadramento geográfico

Localizado no centro de Portugal continental, o concelho de Penalva do Castelo integra a Região Centro (NUTSII) e insere-se na CIM Viseu Dão Lafões (NUTSIII), ocupando 4,45% da sua área total (Mapa 1). É delimitado a norte pelo concelho de Sátão, a nordeste pelo concelho de Aguiar da Beira, a sudeste pelo concelho de Fornos de Algodres, a sul pelo concelho de Mangualde e a oeste pelo concelho de Viseu. Do total de concelhos com que confronta, apenas um não integra a CIM Viseu Dão Lafões, Fornos de Algodres, que faz parte da CIM Beiras e Serra da Estrela.

Com uma área de 134,34 km², administrativamente Penalva do Castelo subdivide-se em 11 unidades territoriais, a saber, Castelo de Penalva (27,16 km²), Esmolfe (10,87 km²), Germil (5,46 km²), Ínsua (9,44 km²), Lusinde (2,81 km²), Pindo (16,76 km²), Real (4,69 km²), Sezures (21,04 km²), Trancozelos (5,12km²), União das Freguesias (UF) de Antas e Matela (18,27

km²) e UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (12,71 km²), resultado da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RATF), implementada em 2013, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que agrupou algumas das 13 freguesias existentes até então. Estas 11 unidades territoriais perfazem um total de 90 lugares.



Mapa 1. Enquadramento geográfico.

Considerando a Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU) de 2014, definida pelo INE, no concelho de Penalva do Castelo a freguesia de Ínsua classifica-se como Área Predominantemente Urbana (APU), representando 27,90% da população residente (2046 habitantes), e a freguesia de Pindo como Área Mediamente Urbana (AMU), correspondendo a 23,40% da população residente (1716 habitantes). As restantes nove unidades territoriais (Castelo de Penalva, Esmolfe, Germil, Lusinde, Real, Sezures, Trancozelos, UF de Antas e Matela e UF de Vila Cova do Covelo e Mareco) classificam-se como Áreas Predominantemente Rurais (APR) e equivalem a 48,70% da população residente (3571 habitantes). Fica, assim, evidente que o concelho de Penalva do Castelo é marcado por um nítido fenómeno de concentração populacional na zona urbana e suburbana que, no conjunto, representam 51,3% da população residente no território (3762 habitantes) e, por conseguinte, por um forte contraste entre a área urbana e rural.

Área mediamente urbana

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da câmara municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominantemente urbana

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da câmara municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominantemente rural

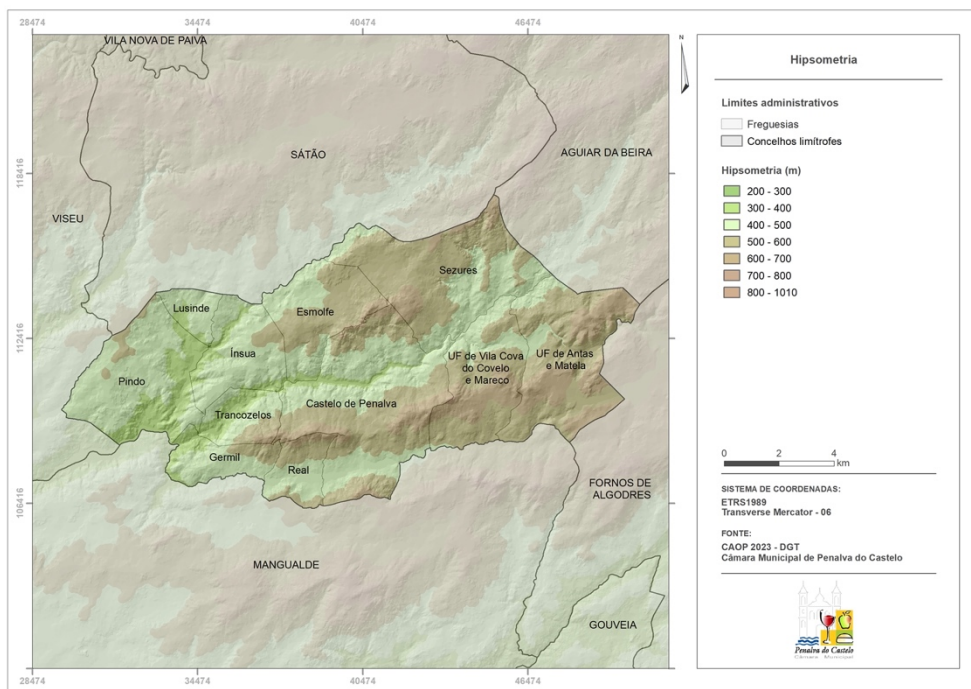
Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

Com um total de 7333 habitantes (Censos 2021) e uma perda populacional de -7,83% no último período intercensitário (-623 indivíduos), o concelho de Penalva do Castelo é um território de baixa densidade, consequência, em grande medida, do declínio demográfico e do envelhecimento populacional, que se têm acentuado a partir da década de 50 e, particularmente, na primeira década do ano 2000.

II.2. Aspetos físicos

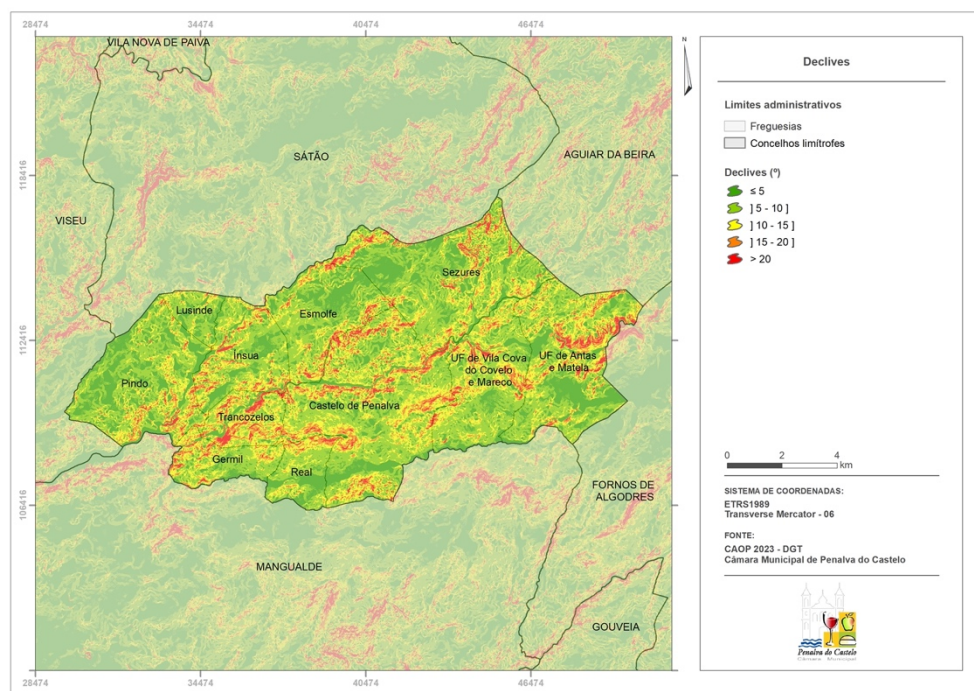
Com um relevo por vezes rochoso e muito acidentado, o concelho de Penalva do Castelo é composto morfologicamente por zonas planálticas, profundos vales encaixados e relevos residuais de direção E/NE-W/SW, formando colinas alongadas, de onde se destacam as colinas de Esmolfe, Santo Ildefonso e Pedras Altas, a norte do rio Dão e as serras de Vila Mendo, Cabeço da Vela e colina da Miusela, a sul do rio Dão (CMPC, 2019).

As altitudes do concelho variam entre os 724 metros, na serra de Cabeço da Vela, e os 317 metros na Ponte do Jadão, na confluência do rio Côja com o rio Dão (Mapa 2).



Mapa 2. Hipsometria.

A hipsometria reflete-se, naturalmente, na existência de declives, essenciais para identificar condicionantes à ocupação humana (Mapa 3). No concelho predominam os declives suaves a moderados (até 10°), ocupando cerca de 66% do seu território, e os declives acentuados (10° a 20°), que ocupam 31% do território (CMPC, 2019). As zonas mais declivosas distribuem-se ao longo das vertentes do rio Dão, rio Côja e troço inicial do rio Carapito. Os relevos das serras de Vila Mendo, Cabeço da Vela, Miusela, Santo Ildefonso e Pedras Altas apresentam também grandes declives. Em contrapartida, os declives mais suaves surgem nas superfícies das freguesias de Pindo e Lusinde, a oeste do concelho, nas freguesias de Ínsua e Esmolfe até norte da freguesia de Sezures, numa boa parte do fundo do vale do rio Ludares e em alguns retalhos dos patamares que acompanham lateralmente os rios Dão e Ludares, de que se destacam os de Antas, Miusela e Matela (CMPC, 2019).



Mapa 3. Declives.

Relativamente à hidrografia, o concelho de Penalva do Castelo encontra-se integrado na Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4), mais precisamente na sub-bacia do rio Dão, que por sua vez, se encontra dividida hidrograficamente em sub-bacias, nomeadamente, rio Dão, rio Ludares, rio Carapito, rio Côja (sub bacia mais alargada) e, embora menos importantes em termos de extensão mas com cabeceiras significativas dada a ramificação dos talvegues que as compõem, as sub-bacias do ribeiro do Dum e da ribeira da Várzea (CMPC, 2019).

II.3. Dinâmica demográfica: passado, presente e futuro

II.3.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2021

As alterações na dinâmica demográfica traduzem processos de natureza diversa. Evidenciam desde logo transformações na economia ou na família, mas também nas acessibilidades ou nos estilos de vida e, igualmente, nas condições de saúde ou no domínio político. A análise das mudanças no ritmo de crescimento da população, nas estruturas etárias e na sua distribuição no espaço deve, assim, ser integrada no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos.

A leitura dos comportamentos demográficos é, assim, um dos aspetos que melhor espelha o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que o estudo dos quantitativos e das características de uma população nas últimas décadas é essencial para se compreender os fatores e as condições de competitividade dos territórios e estabelecer as bases para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

É tendo em atenção este pano de fundo que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados.

II.3.1.1. Evolução e distribuição territorial da população residente: um território com a população desigualmente repartida

Penalva do Castelo, com os seus 7333 habitantes em 2021, apresenta-se como um dos concelhos menos populosos da CIM Viseu Dão Lafões (apenas ultrapassado pelos concelhos de Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva), representando apenas 2,9% do seu total populacional. Este valor deve ser interpretado atendendo à diversidade física e humana,

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

mas também ao dispositivo territorial regional fortemente polarizado no concelho de Viseu, grande polo criador de emprego, que se traduz no estabelecimento de relações funcionais fortes que têm tornado difícil a fixação de população em Penalva do Castelo ao longo dos tempos.

Apesar da dinâmica regressiva, na última década o concelho de Penalva do Castelo mantém a sua importância no contexto da CIM Viseu Dão Lafões, uma vez que em 2011 representava 2,97% do seu total populacional. O mesmo acontece em 2001, ano em que correspondia a 3,27%.

Um olhar atento aos valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX no concelho de Penalva do Castelo permite efetuar uma análise evolutiva e retirar algumas conclusões sobre as características deste território concelhio (Figura 1 e Quadro 1). Destaca-se de imediato o decréscimo populacional significativo ocorrido entre 1950 e 2021. Efetivamente, entre 1950 e 2021, Penalva do Castelo perdeu 7285 habitantes, o que representa -49,89% (de 14618 para 7333 residentes). A redução com maior relevância registou-se na década 60, que corresponde ao grande momento do fenómeno migratório português da 2ª metade do século XX. De facto, entre 1960 e 1970 Penalva do Castelo perdeu 2641 indivíduos, o que significa -19,30% (de 13686 para 11045 habitantes). Entre 2001 e 2011, registou-se, também, uma diminuição populacional expressiva (-11,79%), o que representa -1063 habitantes (de 9019 para 7956 habitantes). Na última década o decréscimo foi de -623 habitantes, valor que representa -7,83% (de 7956 para 7333 residentes).

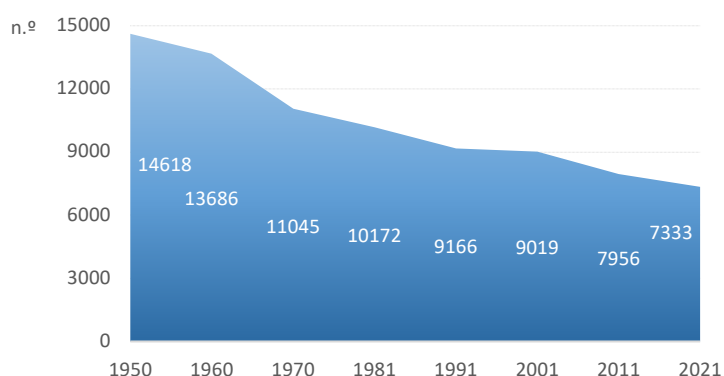


Figura 1. População residente entre 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Quadro 1. População residente entre 1950 e 2021.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	14618	–	–
1960	13686	-932	-6,38
1970	11045	-2641	-19,30
1981	10172	-873	-7,90
1991	9166	-1006	-9,89
2001	9019	-147	-1,60
2011	7956	-1063	-11,79
2021	7333	-623	-7,83

Fonte: INE.

Considerando apenas a década mais recente, o concelho de Penalva do Castelo acompanhou a tendência de decréscimo verificada na CIM Viseu Dão Lafões (-5,55%), na Região Centro (-4,32%) e no continente (-1,91%). O mesmo acontece quando comparamos com a década anterior onde Penalva do Castelo acompanha a tendência de decréscimo registada na CIM Viseu Dão Lafões (-3,01%), e na Região Centro (-0,88%), mas não a dinâmica de crescimento populacional em Portugal continental (1,81%).

A análise do período compreendido entre 2001 e 2024 evidencia uma evolução demográfica distinta (Figura 2 e Quadro 2)². Com efeito, e com exceção do ano de 2020 – em que se registou um crescimento de 0,72%, correspondente a mais 53 indivíduos (de 7315 para 7368) –, todos os anos entre 2001 e 2022 foram marcados por uma diminuição do número de habitantes, confirmando a tendência de decréscimo populacional observada nas últimas décadas. Em contrapartida, os anos mais recentes indiciam uma inversão desta trajetória. Entre 2022 e 2023 verificou-se um acréscimo de 0,85%, que representa mais 62 indivíduos (de 7280 para 7342), e entre 2023 e 2024 um aumento de 0,98%, equivalente a mais 72 indivíduos (de 7342 para 7414). Este crescimento recente poderá estar associado, em larga medida, ao reforço dos fluxos migratórios, designadamente à entrada de população estrangeira e ao eventual regresso de emigrantes, num contexto nacional marcado por uma intensificação da imigração.

² Excetuando os anos de 2001, 2011 e 2021, provenientes dos censos, os valores de população residente foram retirados das estimativas anuais da população residente do INE, realizadas com base nas componentes demográficas natural e migratória (nados-vivos, óbitos e estimativas da emigração e imigração).

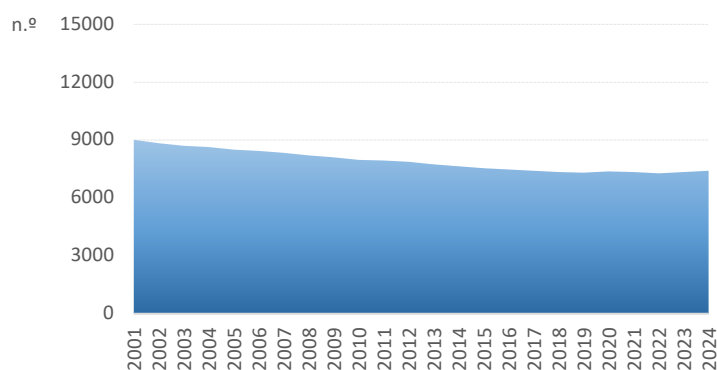


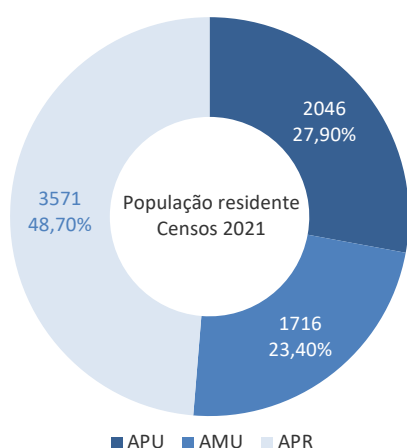
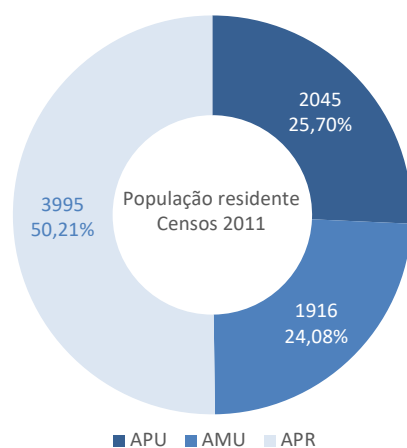
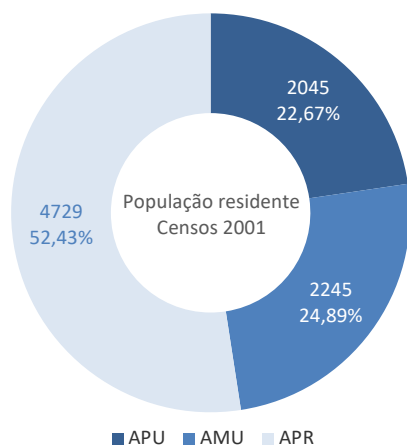
Figura 2. População residente entre 2001 e 2024.

Fonte: INE.

Quadro 2. População residente entre 2001 e 2024.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
2001	9019	-	-
2002	8841	-178	-1,97
2003	8717	-124	-1,40
2004	8627	-90	-1,03
2005	8523	-104	-1,21
2006	8432	-91	-1,07
2007	8331	-101	-1,20
2008	8224	-107	-1,28
2009	8100	-124	-1,51
2010	7967	-133	-1,64
2011	7956	-11	-0,14
2012	7865	-91	-1,14
2013	7750	-115	-1,46
2014	7648	-102	-1,32
2015	7558	-90	-1,18
2016	7471	-87	-1,15
2017	7407	-64	-0,86
2018	7339	-68	-0,92
2019	7315	-24	-0,33
2020	7368	53	0,72
2021	7330	-38	-0,52
2022	7280	-50	-0,68
2023	7342	62	0,85
2024	7414	72	0,98

Fonte: INE.



Analisando o ano de 2021, a freguesia de Ínsua, com um total de 2046 habitantes, que corresponde a 27,90%, é a mais populosa, distinguindo-se claramente das restantes (Figura 3, Mapa 4 e Anexo IX). Seguindo-se as freguesias de Pindo, Castelo de Penalva e Sezures, com 1716, 812 e 606 residentes, respetivamente, que representam 23,4%, 11,07% e 8,26% do total populacional.

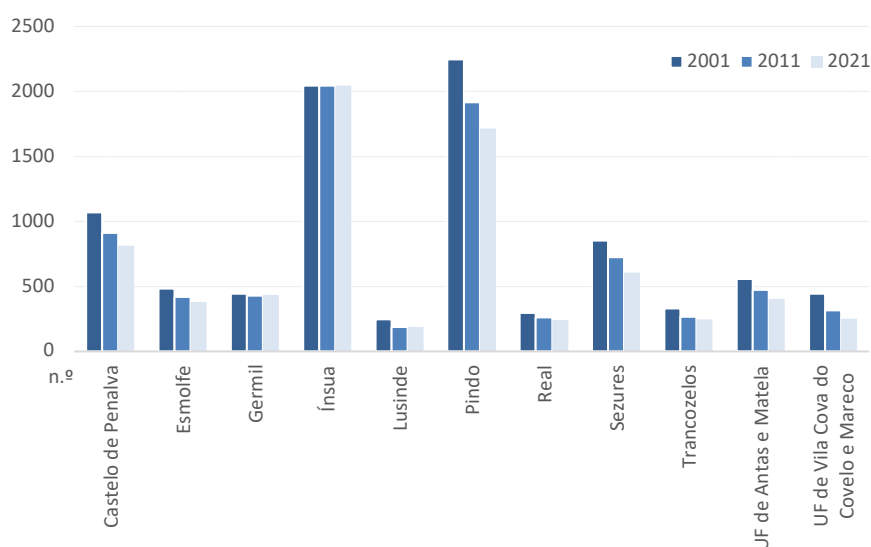


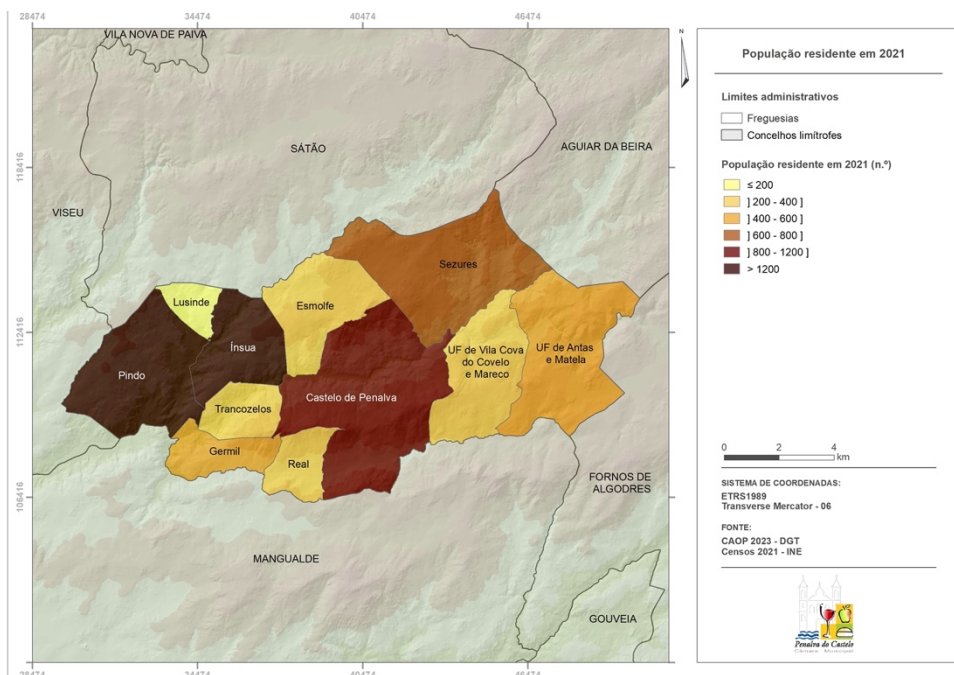
Figura 3. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Fonte: INE.

Nas restantes 7 freguesias os quantitativos populacionais são sempre inferiores a 500 habitantes, destacando-se a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco, Trancozelos, Real e Lusinde por apresentarem os números mais reduzido de residentes, com um total de 251, 247, 244 e 190 habitantes, correspondendo, respetivamente, a 3,42%, 3,37%, 3,33% e 2,59%.

O dispositivo territorial expressa, assim, um nítido fenómeno de concentração da população residente na freguesia de Ínsua, que se afirma como o principal polo de atração.

Esta repartição da população residente é já evidente na análise dos dados relativos a 2001 e 2011, sendo que durante todo o período em estudo o peso da freguesia de Ínsua no território concelhio tem vindo a crescer (22,67% em 2001, 25,7% em 2011 e 27,9% em 2021).



Mapa 4. População residente em 2021 por freguesia.

Relativamente à dinâmica populacional das 11 freguesias que atualmente constituem o concelho de Penalva do Castelo nas últimas duas décadas, é possível identificar um padrão de comportamento comum à esmagadora maioria das freguesias (Anexo X).

Examinando a década mais recente, constata-se que, exceção feita à freguesia de Germil, que observou um ligeiro aumento no número de habitantes de 2,11% (9 habitantes) e às freguesias de Ínsua e Germil, que registaram uma manutenção do número de habitantes, todas as freguesias registaram um decréscimo populacional (Figura 4 e Mapa 5). A UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (-20,82%, correspondente a -66 residentes), a freguesia de Sezures (-16,53%, correspondente a -120 residentes) e a UF de Antas e Matela (-14,8%, correspondente a -70 habitantes) são as unidades territoriais que registaram as diminuições mais expressivas.

No período intercensitário anterior já se observava esta dinâmica demográfica negativa (Figura 5 e Mapa 6). Exceção feita à freguesia de Ínsua, que mantém o número de habitantes, todas restantes freguesias viram, nesta década, a sua população residente diminuir. As reduções mais significativas ocorrerem na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (-28,76%, o que corresponde a -128 habitantes), na freguesia de Lusinde (-23,48%, o que

Variação populacional

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

corresponde a -58 habitantes) e na freguesia de Trancozelos (-18,98%, o que significa -63 habitantes).

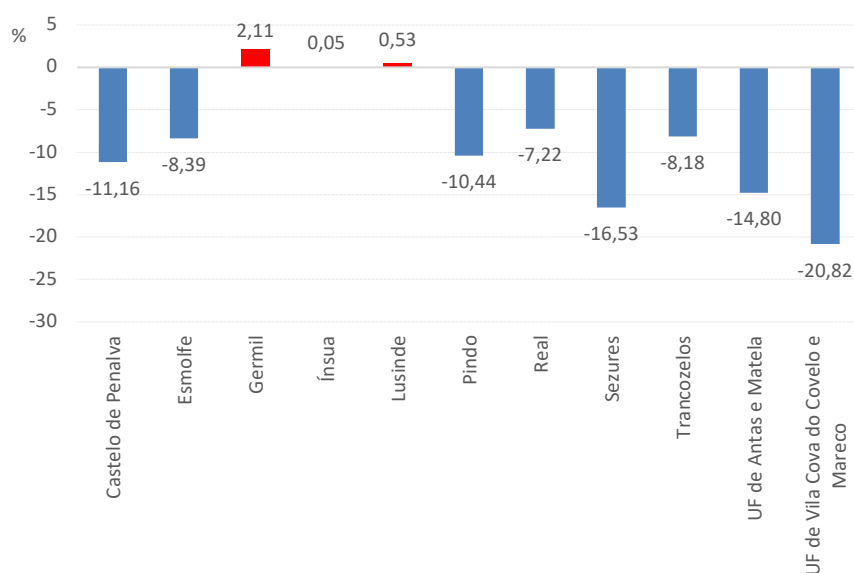
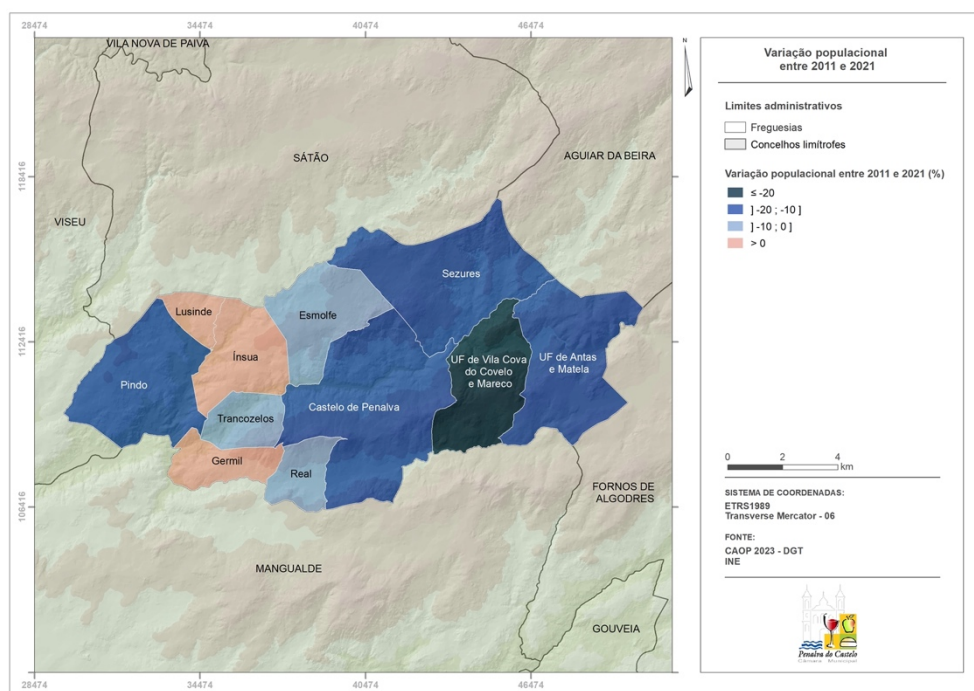


Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.



Mapa 5. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

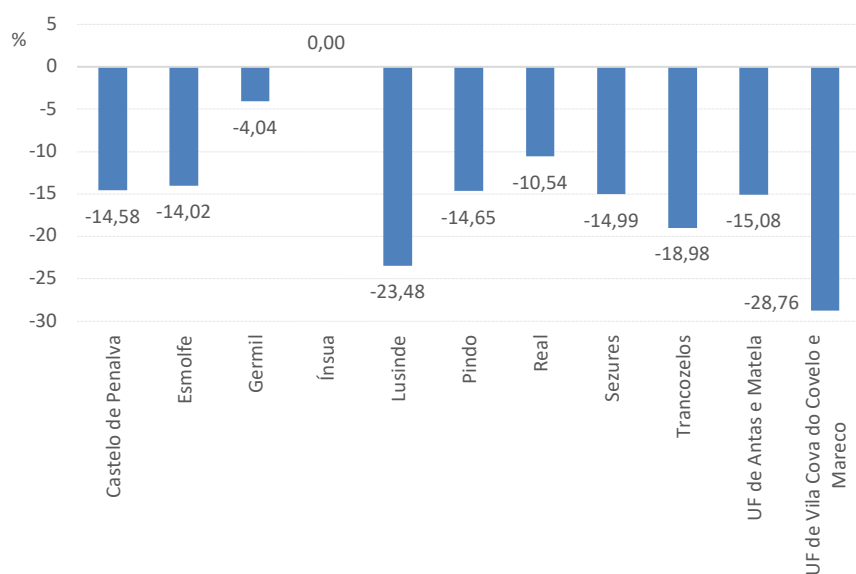
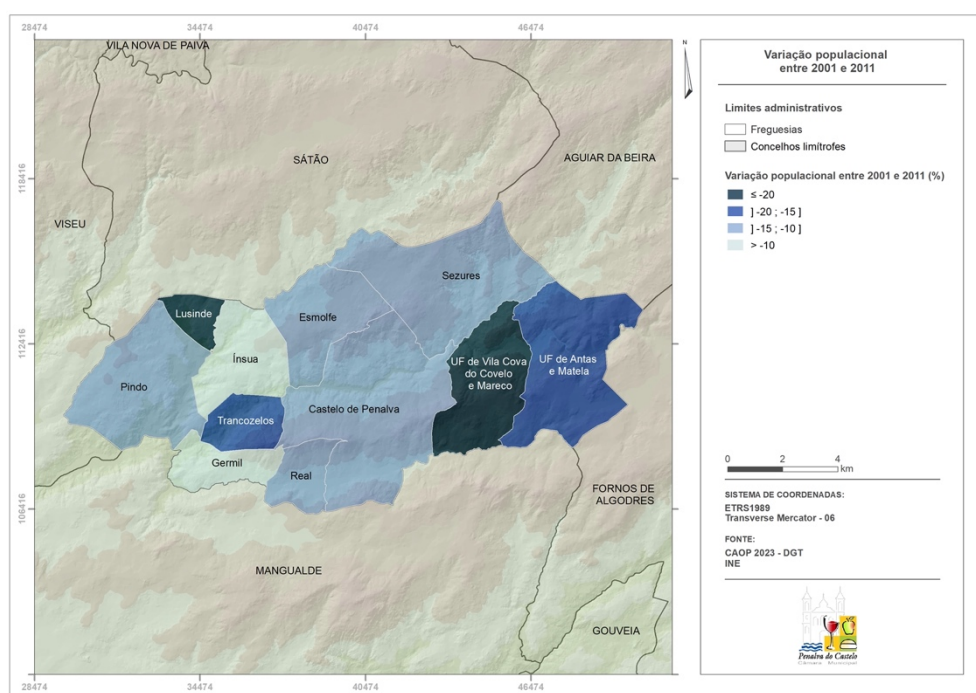


Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: INE.



Mapa 6. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Analisando o período entre 2001 e 2021 verifica-se que a maior perda populacional ocorreu na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (-43,6%, o que representa -194 residentes),

Crescimento natural, saldo natural ou saldo fisiológico

Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Saldo migratório

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Crescimento efetivo

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

enquanto o menor decréscimo observou-se na freguesia de Germil (-2,02%, o que corresponde -9 habitantes). De salientar ainda que, durante este período, apenas, a freguesia de Ínsua registou uma estabilização da população residente, traduzida numa variação de 0,05%, ou seja, mais um habitante.

A realidade descrita no concelho de Penalva do Castelo deve ser entendida no contexto do quadro evolutivo que caracteriza a população portuguesa desde os anos cinquenta do século XX, tendo em atenção a diversidade de territórios e de dinamismos (social, económico, cultural e político) existentes.

II.3.1.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo

As variações observadas no concelho e nas freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais da dinâmica demográfica: por um lado, o crescimento natural e, por outro lado, o saldo migratório.

A análise da evolução dos valores do crescimento natural entre 2001 e 2023 para o concelho de Penalva do Castelo revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 6 e Anexo XI).

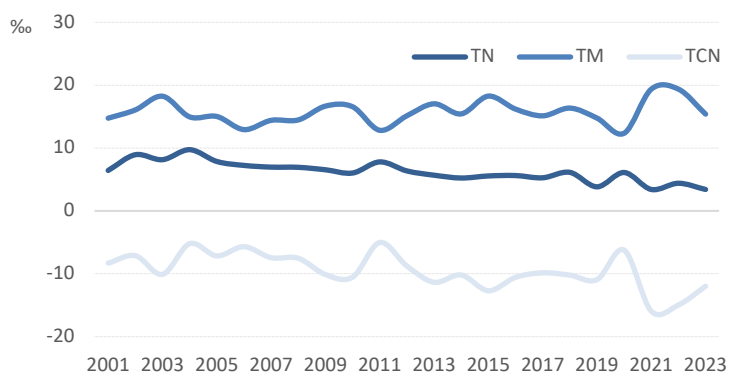


Figura 6. Crescimento natural entre 2001 e 2023.

Fonte: INE.

A consideração da natalidade mostra que o número médio foi de 50 de nados-vivos ao longo do período em estudo, ocorrendo o valor mais elevado no ano 2004, com 84 nascimentos e o valor mais baixo nos anos de 2021 e 2023, com 25 nascimentos.

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência de diminuição (de 6,43‰ em 2001 para 3,41‰ em 2023), ainda, que oscilando entre ligeiros aumentos e diminuições. A taxa de natalidade mais elevada do período em estudo verifica-se no ano de 2004 (9,74‰) e a mais baixa regista-se nos anos de 2021 e 2023 (3,42‰).

A apreciação da mortalidade evidencia, ao longo do período em análise, um número médio de 124 óbitos. O valor mais elevado foi de 159 óbitos no ano de 2003, enquanto o valor mais baixo foi de 91 óbitos em 2020.

À semelhança da mortalidade, a taxa de mortalidade é bastante irregular entre 2001 e 2023, ainda, que com uma tendência generalizada de crescimento (de 14,75‰ em 2001 para 15,39‰ em 2023). Os anos de 2021 e 2022 são os que registam as taxas de mortalidade mais elevadas (19,36‰ e 19,37‰, respetivamente), enquanto as menores taxas observam-se nos anos de 2006, 2011 e 2020 (12,93%, 12,82% e 12,35%, respetivamente).

A análise conjunta dos valores da natalidade e mortalidade permite constatar que os nascimentos apresentam sempre valores inferiores aos óbitos, realidade que se traduz num crescimento natural negativo ao longo de todo o período em estudo. As perdas populacionais com maior significado aconteceram nos anos de 2021 e 2022, com o registo de uma taxa de -15,96‰ e -14,96‰, a que correspondem -117 e -109 indivíduos, respetivamente. Por sua vez, as perdas populacionais menos expressivas ocorreram nos anos de 2006, 2004 e 2011 (-5,69‰, -5,22‰ e -5,02‰, que representam -48, -45 e -40 habitantes).

Considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, no ano de 2021, um cenário de crescimento natural negativo em todas as freguesias do concelho de Penalva do Castelo (Figura 7 e Anexo XII). A perda populacional mais expressiva verificou-se na UF de Antas e Matela e nas freguesias de Germil e Castelo de Penalva, com -52,11‰, -25,23‰ e -24,63‰, que correspondem a -21, -11 e -20 indivíduos, respetivamente. Por sua vez, a perda populacional menos expressiva ocorreu na freguesia de Ínsua, com -9,29‰, o que representa -19 indivíduos.

De uma forma geral entre 2001 e 2021 o número de nados-vivos diminuiu em relação aos óbitos, passando-se de um crescimento natural -8,32‰ para -11,99‰ (de -75 para -117 pessoas). Em 2011, ainda, se observavam três freguesias com crescimento natural positivo, ainda, que pouco expressivo (Figura 8). Efetivamente as freguesias de Lusinde, Trancozelos e Sezures, observaram um crescimento natural de 10,58‰, 7,43‰ (2 indivíduos, cada) e

Taxa de natalidade ou taxa bruta de natalidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Taxa de mortalidade ou taxa bruta de mortalidade

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes).

6,89‰ (5 indivíduos). O decréscimo mais expressivo ocorreu na freguesia de Germil (-21,08‰, que representa -9 indivíduos).

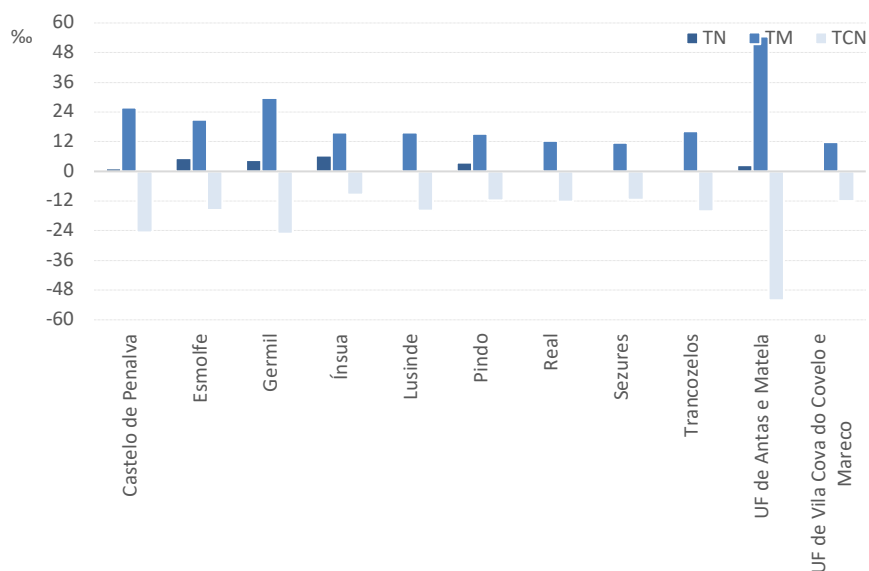


Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2021.

Fonte: INE.

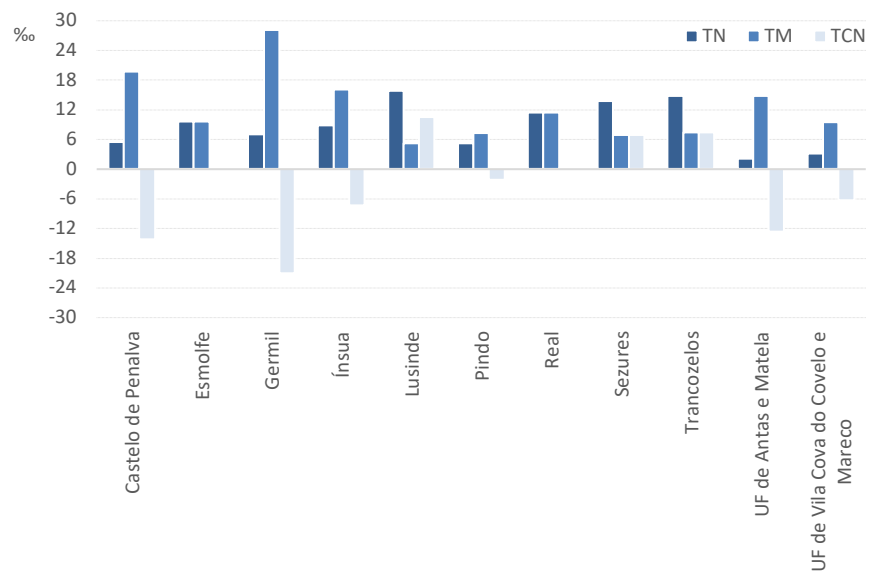


Figura 8. Crescimento natural por freguesia em 2011.

Fonte: INE.

A consideração do crescimento efetivo no concelho de Penalva do Castelo para o período entre 2011 e 2021 vem confirmar o cenário de perda populacional (Figura 9 e Anexo XIII). O concelho apresenta um valor positivo no saldo migratório (218 residentes) e um valor negativo no crescimento natural (-841 residentes), assumindo, deste modo, o crescimento efetivo o valor de -623 indivíduos.

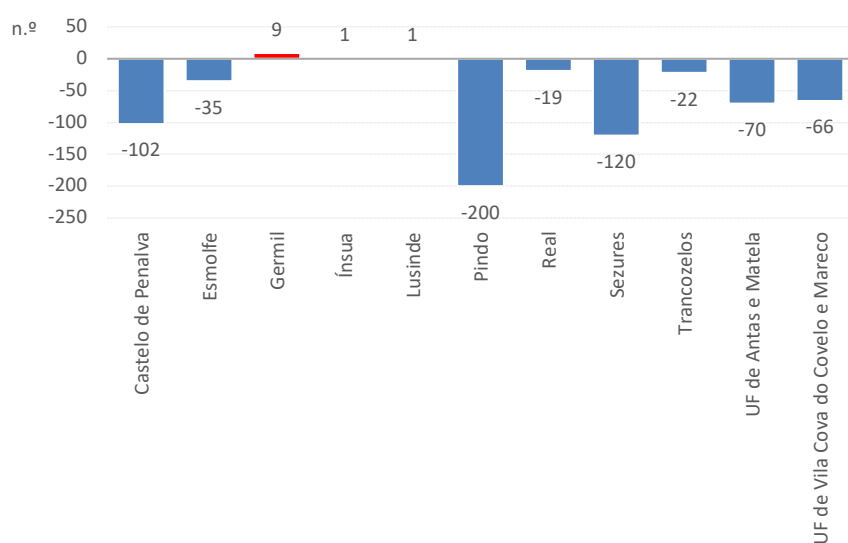


Figura 9. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.

A realidade descrita estende-se a todas as freguesias, exceção feita às freguesias de Germil (9 indivíduos), Ínsua e Lusinde (1 indivíduo, cada), que registam um crescimento efetivo positivo, consequência do saldo migratório positivo. A freguesia de Pindo apresenta o valor mais baixo, com -200 indivíduos.

Não obstante o panorama geral, a análise à freguesia permite constatar a maior capacidade de atração de pessoas de Ínsua, Germil e Castelo de Penalva e no contexto municipal, que se traduz num saldo migratório positivo de 226, 84 e 70 indivíduos, respetivamente.

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do concelho e do território envolvente.

II.3.1.3. Migrações e nacionalidade

As migrações e a nacionalidade da população residente constituem dimensões essenciais para compreender a dinâmica demográfica de um território, uma vez que influenciam não apenas a evolução quantitativa da população, mas também a sua composição social, cultural e económica. No concelho de Penalva do Castelo, o peso da população estrangeira, embora relativamente reduzido face ao conjunto dos residentes, tem vindo a assumir importância crescente, funcionando como um fator de atenuação da quebra demográfica associada à baixa natalidade e ao envelhecimento populacional.

Dos 7.333 habitantes em 2021, 7.250 (98,9%) tinham nacionalidade portuguesa e apenas 83 (1,1%) eram estrangeiros. Este valor, assume-se inferior à proporção observada nas unidades de referência.

A análise por freguesia evidencia uma forte concentração da população estrangeira na freguesia de Ínsua, que regista 33 residentes estrangeiros (Quadro 3).

Quadro 3. População residente segundo a nacionalidade, por freguesia, em 2021.

Unidade territorial	Portuguesa		Estrangeira		Total
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)
Castelo de Penalva	800	98,5	12	1,5	812
Esmolfe	379	99,2	3	0,8	382
Germil	428	98,2	8	1,8	436
Ínsua	2 013	98,4	33	1,6	2 046
Lusinde	189	99,5	1	0,5	190
Pindo	1 709	99,6	7	0,4	1 716
Real	242	99,2	2	0,8	244
Sezures	596	98,3	10	1,7	606
Trancozelos	247	100,0	0	0,0	247
UF de Antas e Matela	400	99,3	3	0,7	403
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	247	98,4	4	1,6	251
Penalva do Castelo	7 250	98,9	83	1,1	7 333
Viseu Dão Lafões	246 674	97,6	6 102	2,4	252 777
Centro	1 597 321	96,6	55 860	3,4	1 653 195
Continente	9 323 976	94,6	531 790	5,4	9 855 909

Fonte: INE.

A análise anteriormente apresentada permitiu observar a distribuição da população estrangeira pelas diferentes freguesias de Penalva do Castelo, ainda que essa desagregação

só seja possível para o ano de 2021. A partir desse momento, a informação estatística encontra-se apenas disponível ao nível concelhio.

Os dados mais recentes revelam uma tendência muito expressiva de crescimento da população estrangeira com estatuto legal de residente em Penalva do Castelo. Após um período de decréscimo entre 2010 e 2013, quando o número de residentes estrangeiros caiu para valores próximos de 32 indivíduos, observa-se a partir de 2014 uma inversão consistente da trajetória. Este crescimento ganha especial relevo após 2019, acelerando até atingir 107 pessoas em 2023 (Figura 10).

Apesar de a imigração não eliminar a tendência de envelhecimento e declínio populacional, constitui um elemento fundamental para mitigar os seus efeitos, reforçando a população ativa e contribuindo para a diversidade social e cultural do concelho.

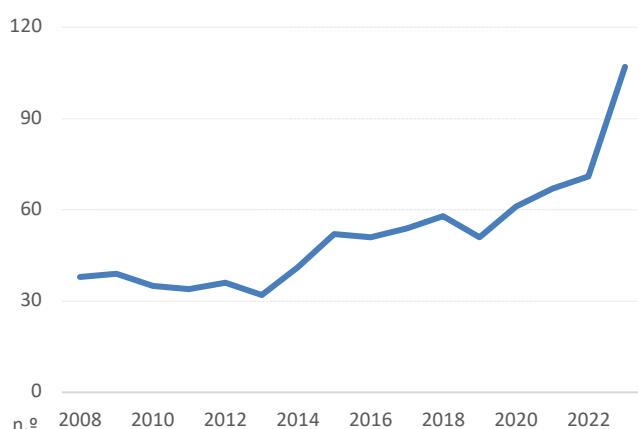


Figura 10. População estrangeira com estatuto legal de residente, entre 2008 e 2023.

Fonte: INE.

Em 2023, a população estrangeira residente em Penalva do Castelo totalizava 107 indivíduos (Figura 11), sendo maioritariamente oriunda de países extra União Europeia, que representavam 68,22% (73 residentes). A população proveniente da União Europeia correspondia apenas a 31,78% (34 residentes).

Esta estrutura demonstra que o crescimento recente da imigração no concelho tem sido fortemente impulsionado por fluxos migratórios externos ao espaço comunitário europeu, em linha com a tendência nacional.

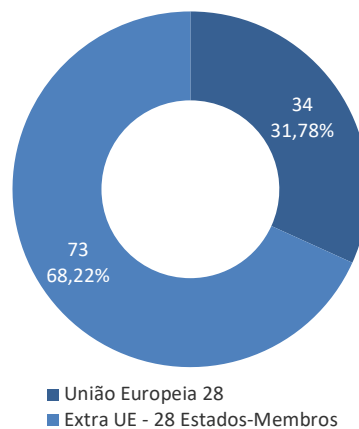


Figura 11. População estrangeira com estatuto legal de residente, por grupo de países, em 2023.

Fonte: INE.

Em 2023, a população estrangeira residente em Penalva do Castelo apresentava uma forte predominância de cidadãos de nacionalidade brasileira, que totalizavam 43 indivíduos (40,2%). Com importância destacada, o grupo classificado como “outros países” reunia 46 residentes (43%), evidenciando a diversidade de origens e a dispersão de nacionalidades menos expressivas quando analisadas individualmente (Quadro 4).

Quadro 4. População estrangeira com estatuto legal de residente, segundo a nacionalidade, em 2023.

Nacionalidade	População estrangeira	
	(n.º)	(%)
Brasil	43	40,2
Ucrânia	2	1,9
Cabo Verde	1	0,9
Roménia	0	0,0
Angola	1	0,9
Guiné Bissau	0	0,0
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	4	3,7
Moldávia (República da)	0	0,0
China	9	8,4
São Tomé e Príncipe	1	0,9
Outros países	46	43,0
Total	107	100

Fonte: INE.

II.3.1.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução e distribuição da população residente deve contemplar também o estudo da estrutura etária, envelhecimento e dependência. Para este efeito interessa começar por conhecer os perfis populacionais através da observação da repartição da população residente por grupo etário. Neste particular, a interpretação das pirâmides etárias revela-se fundamental, uma vez que estas representações gráficas não traduzem apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que a marcam. Em paralelo importa também conhecer alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população residente e que, conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica demográfica, permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise da população residente por grupo etário no concelho de Penalva do Castelo entre 1950 e 2021 parece ser a contínua diminuição dos grupos etários mais jovens, seguida pelo sucessivo aumento dos grupos etários mais idosos, o que espelha de modo bastante claro uma tendência crescente para o envelhecimento da população, aspeto comum à generalidade dos territórios portugueses (Figura 12 e Quadro 5).

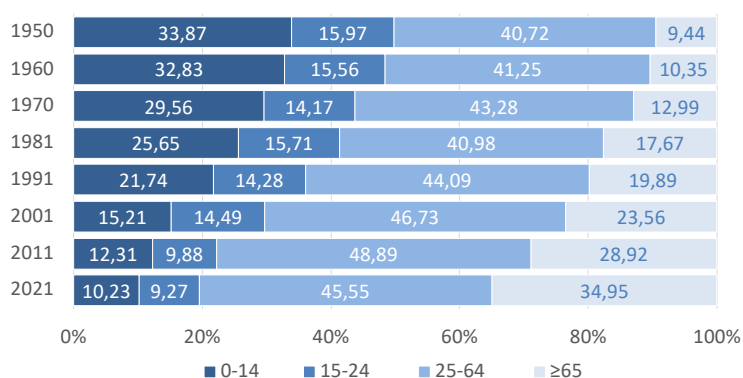
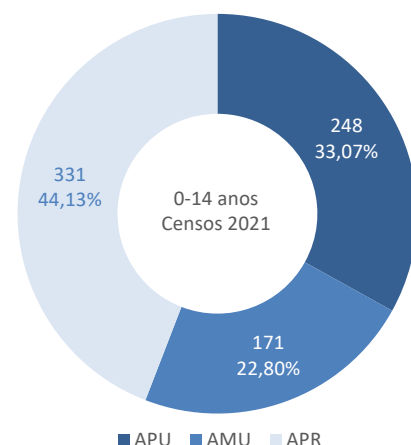
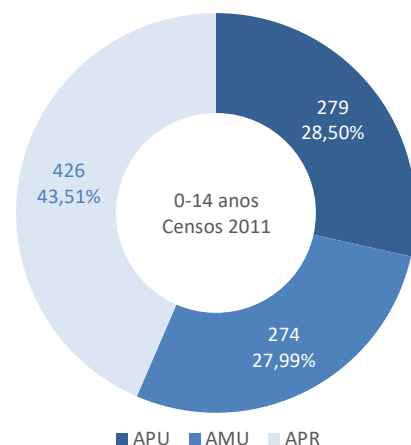
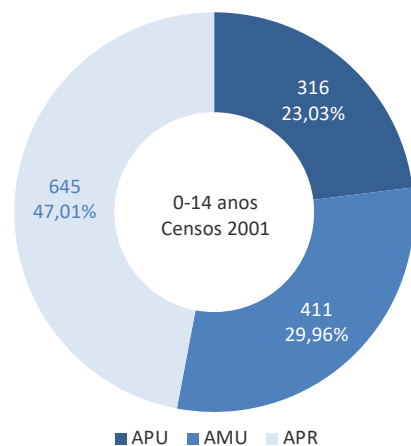
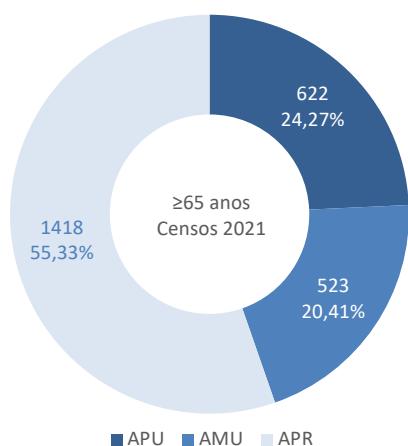
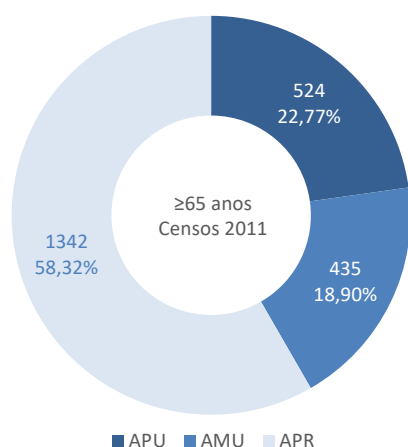
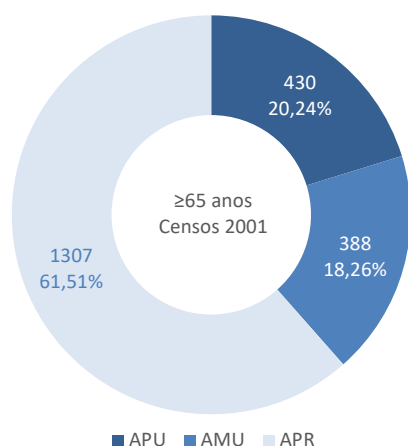


Figura 12. População residente, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Procedendo-se a uma observação mais pormenorizada verifica-se que a população jovem (0-14 anos) e jovem adulta (15-24 anos) registaram uma diminuição da importância de -23,64% (de 33,87% para 10,23%) e de -6,69% (de 15,97% para 9,27%), respetivamente. Em sentido oposto, a população adulta (25-64 anos) e a população idosa (65 anos ou mais)





viram o seu peso aumentar 4,82% (de 40,72% para 45,55%) e 25,51% (de 9,44% para 34,95%), respetivamente.

Quadro 5. População residente, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Anos	Unidade de medida	0-14	15-24	25-64	≥65	Total
1950	(n.º)	4951	2334	5953	1380	14618
	(%)	33,87	15,97	40,72	9,44	100
1960	(n.º)	4493	2130	5646	1417	13686
	(%)	32,83	15,56	41,25	10,35	100
1970	(n.º)	3265	1565	4780	1435	11045
	(%)	29,56	14,17	43,28	12,99	100
1981	(n.º)	2609	1598	4168	1797	10172
	(%)	25,65	15,71	40,98	17,67	100
1991	(n.º)	1993	1309	4041	1823	9166
	(%)	21,74	14,28	44,09	19,89	100
2001	(n.º)	1372	1307	4215	2125	9019
	(%)	15,21	14,49	46,73	23,56	100
2011	(n.º)	979	786	3890	2301	7956
	(%)	12,31	9,88	48,89	28,92	100
2021	(n.º)	750	680	3340	2563	7333
	(%)	10,23	9,27	45,55	34,95	100

Fonte: INE.

Analisando apenas o último período intercensitário, a diminuição foi de -2,08% na população jovem (de 12,31% para 10,23%), de -0,61% na população jovem adulta (de 9,88% para 9,27%) e de -3,35% na população adulta (de 48,89% para 45,55%). A população idosa foi a única que registou um aumento, nomeadamente de 6,03% (de 28,92% para 34,95%).

Esta evolução com perda de jovens e ganho de idosos traduz-se num duplo envelhecimento da população, realidade que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou muito repentinamente, o que se deveu à rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida, facto que merece uma profunda reflexão.

A observação da pirâmide etária do concelho de Penalva do Castelo para o ano de 2021 reflete, comparativamente ao ano de 2011, este duplo envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide etária

(Figura 13 e Anexo XIV). O número de indivíduos total e por sexo na população jovem, jovem adulta, adulta (até aos 59 anos) em 2021 é inferior, na generalidade, em relação a 2011, não havendo diferenças muito significativas por sexo. No fim da população adulta (60-64 anos) e na população idosa o número de indivíduos total e por sexo é superior em 2021 relativamente a 2011, existindo neste caso diferenças mais relevantes por sexo (o número de idosos é superior no sexo feminino).

O fenómeno de duplo envelhecimento da população descrito era já bastante visível na década anterior, mas ganha outra expressão quando comparada com as últimas duas décadas e, particularmente, quando se compara o ano de 2021 à década de 50 (Figuras 14, 15 e 16).

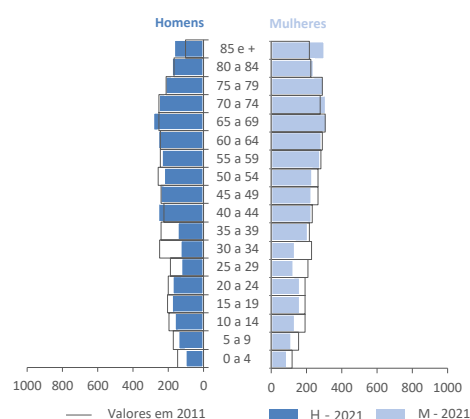


Figura 13. Pirâmide etária da população residente em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

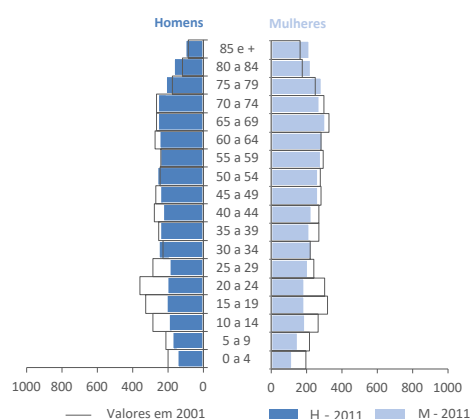


Figura 14. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2011.

Fonte: INE.

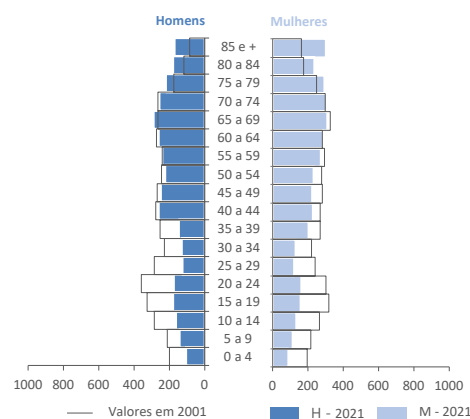


Figura 15. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2021.

Fonte: INE.

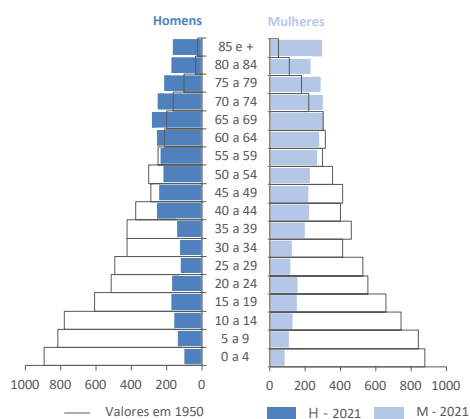


Figura 16. Pirâmide etária da população residente em 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Índice de envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (por cada 100 jovens existem x idosos).

Os valores do índice de envelhecimento confirmam o cenário de envelhecimento da população, o que quer dizer que ocorreu um aumento do peso dos idosos em relação aos jovens. Efetivamente, entre 2011 e 2021 observou-se um acréscimo de 106,70%, passando de 235,04% para 341,73% (Figura 17, Mapa 7 e Anexo XV). Isto significa que para cada 100 jovens existiam aproximadamente 235 e 342 idosos em 2011 e 2021, respetivamente. Considerando que no contexto da CIM Viseu Dão Lafões esta relação era de 166,89% em 2011 e 246,30% em 2021, na Região Centro era de 169,29% em 2011 e 236,77% em 2021 e que em termos nacionais era de 130,57% em 2011 e de 184,59%, trata-se de valores bastante relevantes, evidenciando que neste indicador o concelho apresenta, uma vez mais, uma posição desfavorável.

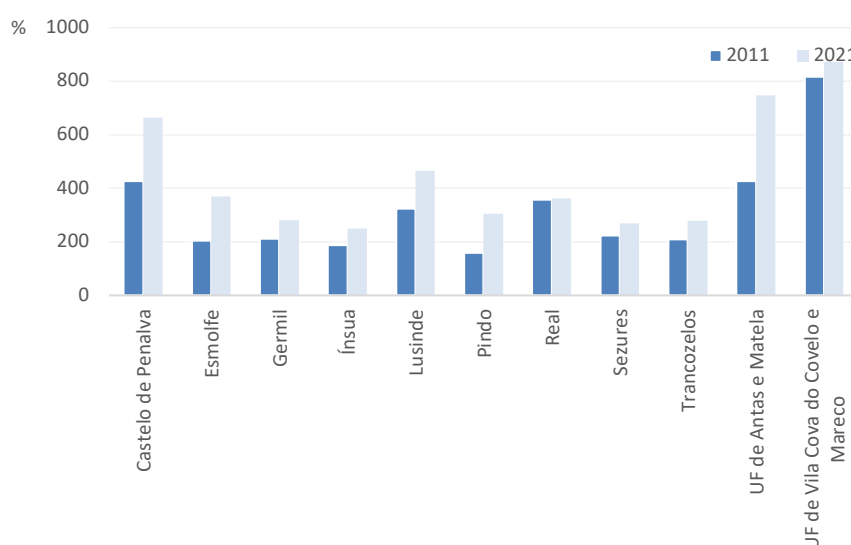
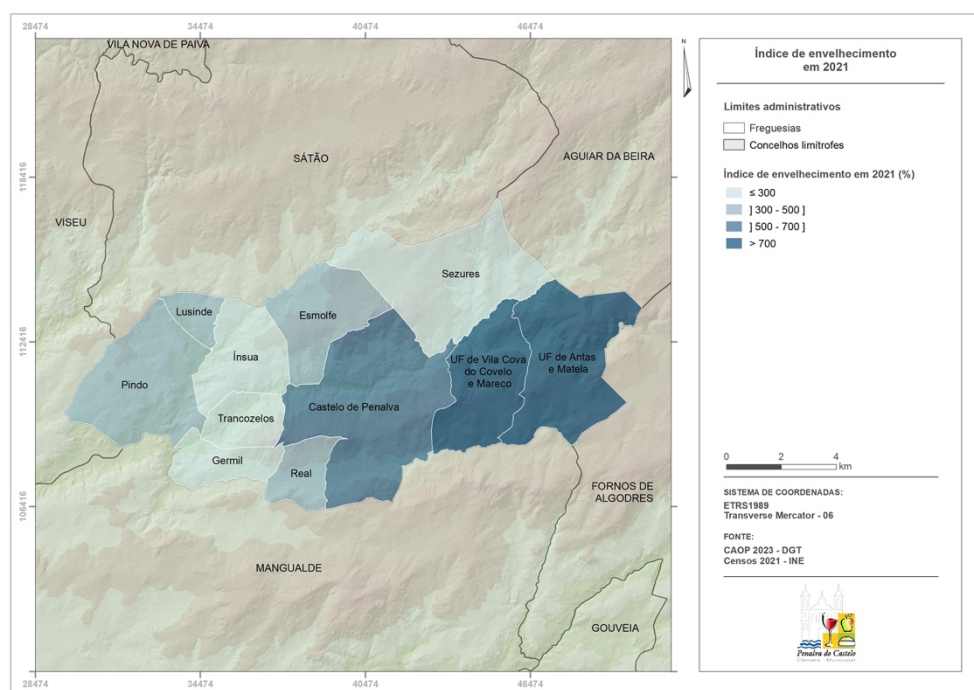


Figura 17. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Considerando os valores por freguesia para o ano de 2021, destacam-se, por apresentarem os resultados mais expressivos e preocupantes, a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco, a UF de Antas e Matela, e a freguesia de Castelo de Penalva, com índices de 871,43%, 748% e 664,2%, respetivamente. Por sua vez, a freguesia de Sezures (268,48%) e Ínsua (250,81%) registam os índices menos significativos, ainda, que igualmente preocupantes. Numa referência à última década, verifica-se um aumento do índice de envelhecimento nas 11 unidades territoriais que constituem o concelho de Penalva do Castelo.

A leitura dos resultados do índice de dependência total corrobora esta realidade e a necessidade de a debater (Figura 18 e Mapa 8). Entre 2011 e 2021 ocorreu um aumento do índice de dependência total de 12,27% (de 70,15% para 82,41%), o que significa que se verificou um acréscimo da importância dos não ativos face aos ativos. Quer isto dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2011 e 2021 existiam cerca de 70 e 82 não ativos, respetivamente. Esta evolução encontra-se em sintonia com a registada em igual período na CIM Viseu Dão Lafões (de 58,84% para 66,44%), na Região Centro (de 56,56% para 63,95%) e em Portugal continental (de 51,65% para 57,52%).



Mapa 7. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.

Observando agora os valores por freguesia para o ano mais recente, consta-se que é na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (118,26%), na freguesia de Castelo de Penvalva (111,46%) e na UF de Antas e Matela (110,99%) que o peso dos dependentes sobre os ativos é maior. Nas freguesias de Ínsua (73,98%) e Pindo (67,91%) o esforço da sociedade sobre a população ativa é menor, ainda, que significativo. Entre 2011 e 2021 todas as freguesias verificaram um aumento dos valores do índice de dependência total.

O agravamento do índice de dependência total resulta do aumento do índice de dependência de idosos, que registou um crescimento de 14,55% na última década,

Índice de dependência de idosos

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x idosos).

passando de 49,21% para 63,76% (Figura 19 e Mapa 9). Em 2021 o peso dos idosos sobre a população ativa é mais vincado na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (106,09%) e menos vincado na freguesia de Pindo (51,17%). Entre 2011 e 2021, à semelhança do índice de dependência total, todas as unidades territoriais que constituem o concelho de Penalva do Castelo observaram um aumento dos valores do índice de dependência de idosos, destacando Castelo de Penalva com o aumento mais significativo (de 71,05% para 96,88%) e a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco com o aumento menos significativo (de 96,71% para 106,09%).

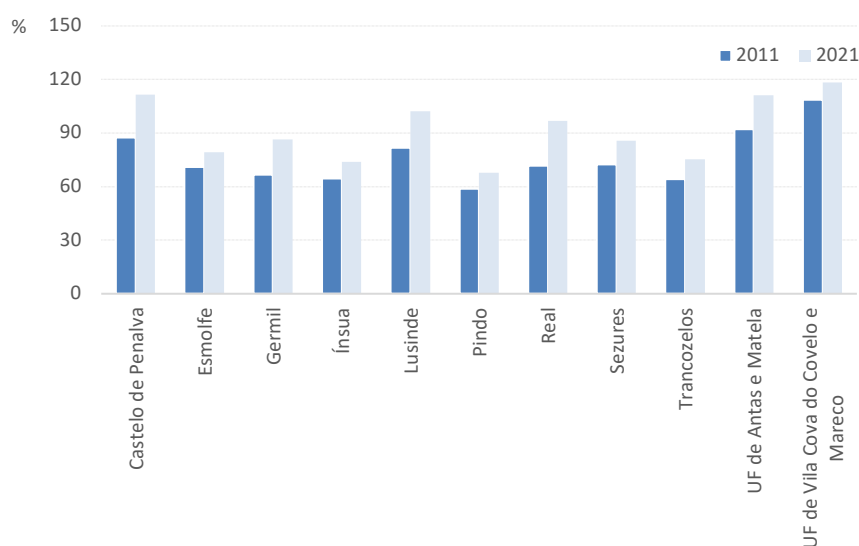
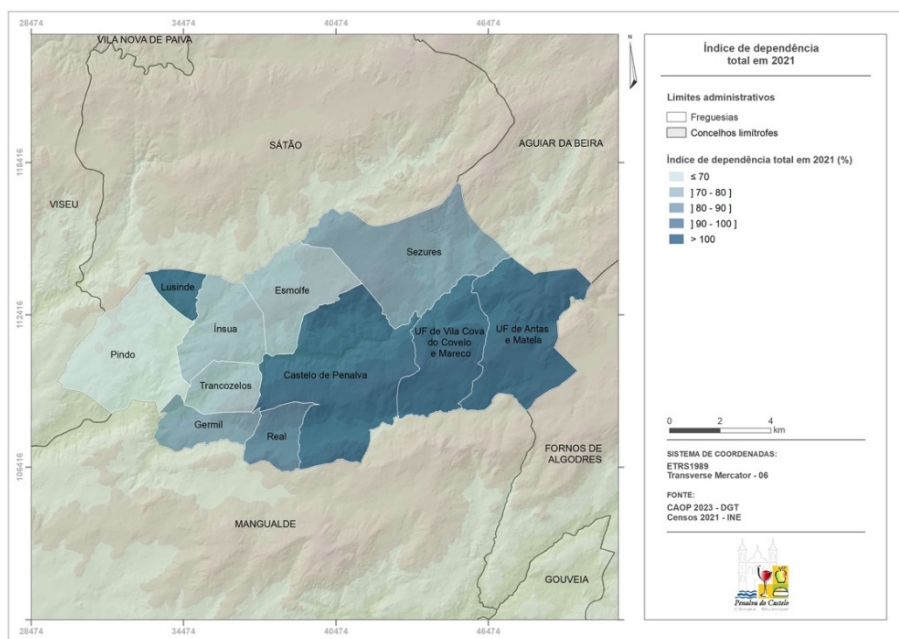


Figura 18. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.



Mapa 8. Índice de dependência total por freguesia em 2021.

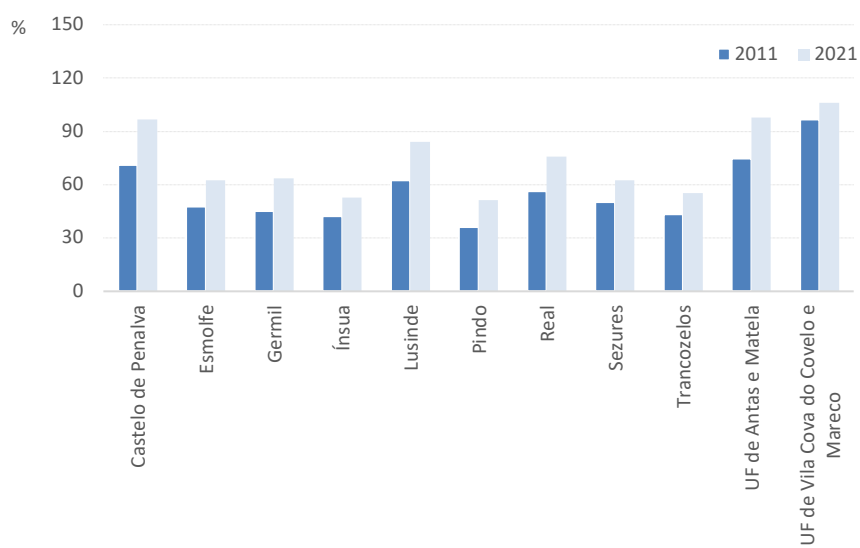
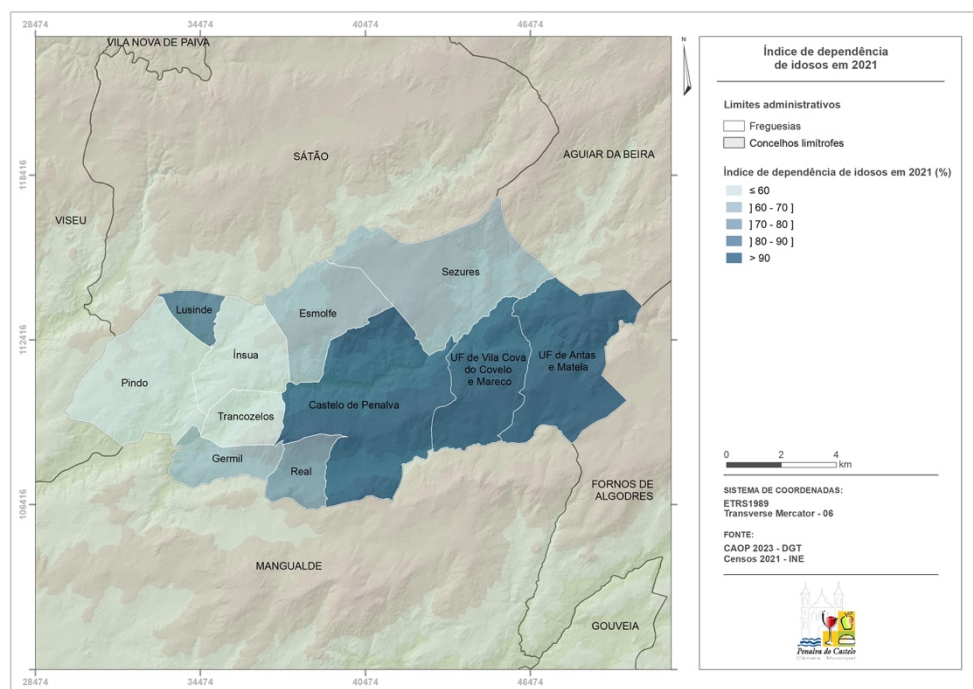


Figura 19. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.



Mapa 9. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.

Por sua vez, o índice de dependência de jovens regista uma ligeira diminuição, passando de 20,94% em 2011 para 18,66% em 2021 (Figura 20 e Mapa 10). Em 2021 o peso dos jovens sobre a população ativa é mais visível nas freguesias de Sezures (23,31%) e Germil (22,65%). E, por seu turno, é menos visível na UF de Antas e Matela (13,09%) e na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (12,17%). Na última década a esmagadora maioria das freguesias registaram uma diminuição do índice de dependência de jovens. Salientando-se que 4 freguesias, a saber Germil, Real, Sezures e a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco, registaram um aumento do índice de dependência de jovens.

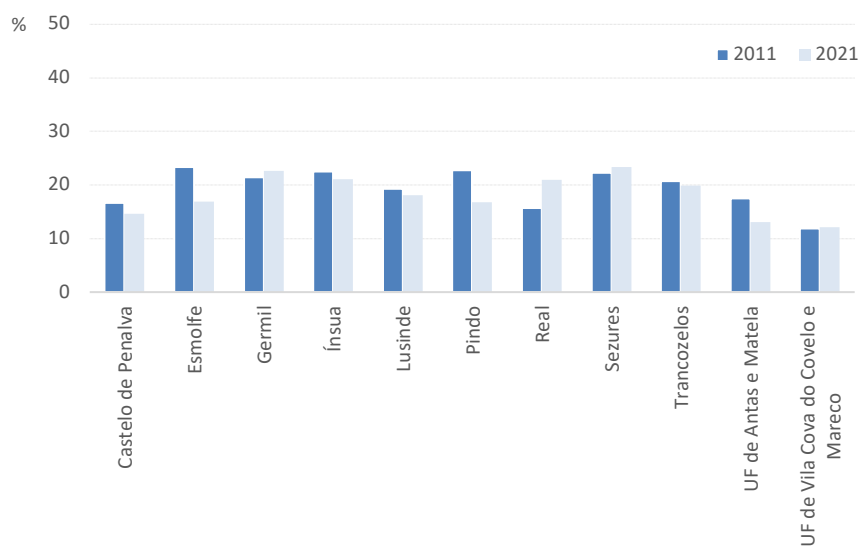
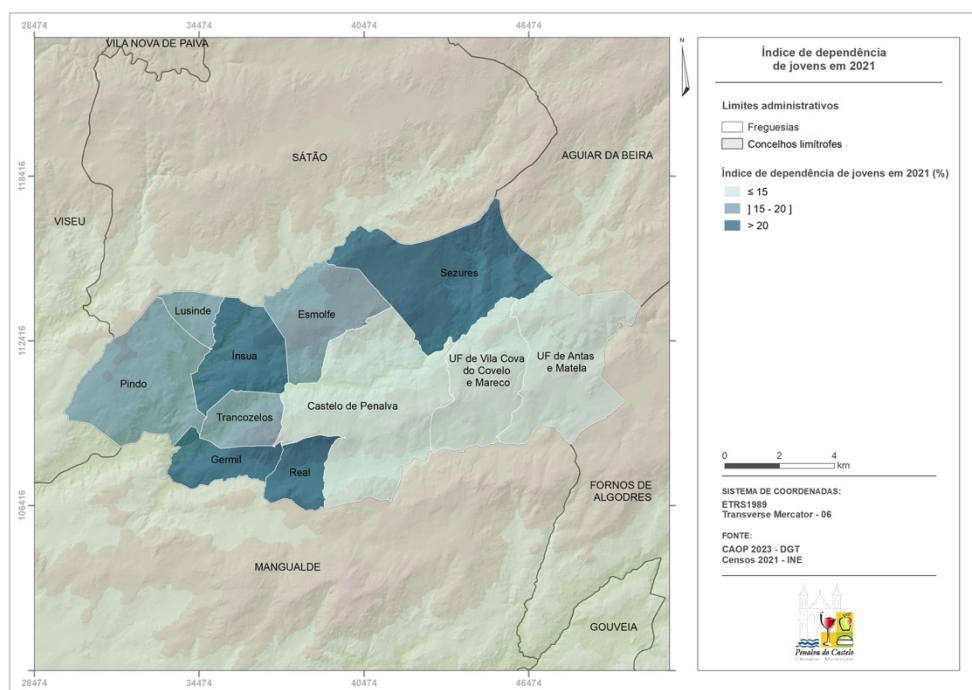


Figura 20. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Índice de dependência de jovens

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x jovens).



Mapa 10. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.

Em síntese, o concelho de Penalva do Castelo tem vindo a envelhecer, existindo cada vez menos jovens e ativos e cada vez mais idosos e não ativos. Este envelhecimento populacional, que é comum à generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, onde representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes, está relacionado com a profunda mudança de mentalidades, que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos mais próximos, para as duas grandes metrópoles nacionais ou para o estrangeiro. Mas este fenómeno é também o resultado de um notável progresso social, em muito resultante da melhoria das condições de vida da população, que prolongou a esperança média de vida. Esta melhoria das condições de vida da população encontra-se diretamente relacionada com a drástica alteração dos hábitos alimentares, de prática de atividade física e outros, com os progressos na medicina e com o sucesso das políticas públicas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).

O envelhecimento populacional é, assim, um fenómeno extremamente controverso. O grande problema associado não é o aumento da esperança média de vida da população, mas sim o decréscimo do número de nascimentos, pois se estes se mantivessem em valores equilibrados, estaríamos apenas perante uma sociedade de pessoas que vivem durante mais tempo e não de uma sociedade envelhecida. Neste caso haveria apenas a necessidade de adaptar a sociedade a uma nova, mas boa, realidade, resultado do desenvolvimento económico e social. Mas não é isto que acontece e, na verdade, estamos perante um fenómeno de duplo envelhecimento populacional.

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito económico e social com impacto no desenho das políticas públicas, sendo claro que as políticas públicas de saúde, ação social e sustentabilidade tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro, e na adoção de novos estilos de vida, onde deverão ocorrer alterações de índole individual e coletiva conducentes a um envelhecimento ativo e saudável e a uma melhoria da qualidade de vida.

Sendo amplamente conhecidos os efeitos dramáticos do envelhecimento populacional nos territórios e reconhecendo a necessidade de inverter esta preocupante tendência demográfica instalada, urge definir políticas públicas ativas e eficazes de incentivo à natalidade e de apoio à família.

II.3.2. Tendências evolutivas: de 2021 a 2041

Considerando a necessidade de planeamento da rede de equipamentos educativos do concelho de Penalva do Castelo, é fundamental realizar projeções da população residente.

Na sociedade contemporânea, compreender a dimensão da população e antecipar a sua evolução no futuro são aspetos que se revestem da maior importância. As projeções demográficas, para além de procurarem explicar a dinâmica populacional e os fatores que a podem influenciar, possibilitam informação de enorme relevância em processos de tomada de decisão a nível social, económico, ambiental e de planeamento territorial, como é o caso do planeamento de equipamentos educativos.

A população está sempre em constante alteração, não é fixa no tempo, movimenta-se no espaço e modifica-se estruturalmente. Procurar conhecer o volume e as características que assumirá num futuro próximo afigura-se como um desafio que implica riscos, mas que pode ser realizado com sucesso, atendendo a que a evolução populacional é consequência de várias causas interrelacionadas.

A literatura científica especializada reconhece que o método das componentes por *coortes* é o modelo mais adequado, na medida em que se trata de um procedimento analítico, que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional, permitindo apresentar hipóteses de comportamento para as componentes e sugerir os quantitativos populacionais futuros por idade e sexo.

As projeções da população segundo o método *cohort*³ *survival* são calculadas em quatro fases fundamentais:

- **Fase 1:** as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes do período de observação (ano a ano do período de projeção);
- **Fase 2:** é estimado o número de nascimentos em cada ano de observação, aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade fértil (15 aos 49 anos) os índices de fecundidade hipotéticos respetivos. Os nascimentos são o

³ *Cohort* (*cohorte* ou *coorte*) define-se “como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período” (Torres, 1996).

Índice sintético de fecundidade

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina em idade fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos), em particular nas idades mais férteis (20-29 anos). Aqui é de considerar que a mudança de comportamentos na sociedade atual, resultante do aumento do nível de escolaridade, da entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), da precaridade do emprego (contratos a prazo), da incerteza que o futuro reserva, da ligação à família e do contexto e expectativas, sobretudo dos jovens, na atual sociedade em aceleração crescente, do tudo ou nada, faz adiar o nascimento do primeiro filho;

- **Fase 3:** o terceiro eixo a considerar tem a ver com os óbitos que irão ocorrer. A dinâmica da mortalidade relaciona-se com as probabilidades de morte nas várias idades, ou seja, os valores da esperança de vida, e com a estrutura etária da população;
- **Fase 4:** é aplicada sobre a população residente estimada uma taxa de migração média, considerando a manutenção do saldo migratório médio anual verificado entre 2011 e 2021 por freguesia.

Optou-se por realizar três cenários, utilizando apenas a fecundidade como indicador variável:

- O **cenário “base/normal”** considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis das freguesias – fecundidade e número médio de filhos por mulher e uma esperança de vida à nascença que em termos médios é de 77 anos para os homens e 86 anos para as mulheres. O comportamento registado pelo concelho nas últimas décadas faz pensar que este será o cenário mais provável, mesmo admitindo que o contexto atual, de incerteza e mudanças constantes e em aceleração, poderá ter consequências nos valores projetados;
- O **cenário “otimista”** assume que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável, mantendo-se a esperança média de vida. Ou seja, teríamos alguma recuperação dos nascimentos e, por consequência, dos jovens, ao mesmo tempo que se manteriam os valores dos anos vividos. Utilizámos, para as diferentes freguesias, os valores de fecundidade de 1,6 filhos em 2031 e 2041, mantendo os mesmos valores de esperança média de vida calculados em 2021. Mesmo admitindo que poderão existir ganhos de anos de vida tendo em atenção

a atual evolução e contexto económico, tecnológico, social e cultural da humanidade, os ganhos tenderão a ser pouco expressivos. Este cenário é plausível, mas pouco provável tendo em conta a evolução populacional mais recente e a tendência para o progressivo declínio da fecundidade;

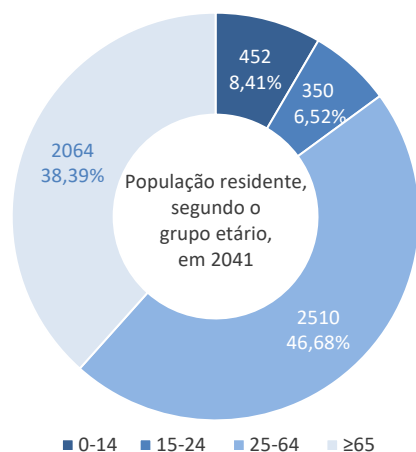
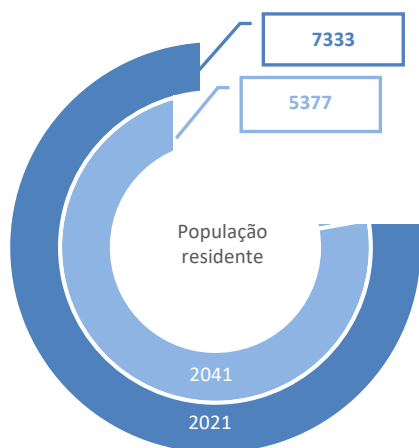
O **cenário “desejável”** assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041), mantendo-se os mesmos valores de esperança média de vida observados em 2021. O comportamento que a demografia portuguesa tem mostrado nas últimas décadas e o contexto pós-crise 2008 e pós-Covid 2019 fazem pensar que Portugal não terá nas próximas décadas condições para atingir níveis de fecundidade como o que se registou, pela última vez, em 1981 (2,13 filhos).

A opção para a projeção de valores de população, por sexo e escalão etário, para os concelhos, mostra o cenário “base/normal”, apresentando, contudo, para o concelho de Penalva do Castelo, os valores dos cenários “otimista” e “desejável”.

II.3.2.1. Cenários demográficos

Os resultados das projeções são apresentados com base em três cenários, resultado de diferentes combinações possíveis das variantes consideradas em cada uma das componentes de evolução. O cenário “base/normal” conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos. Contudo, face à incerteza associada ao comportamento demográfico futuro, para além deste cenário, estabeleceram-se dois cenários alternativos, um cenário “otimista” e um cenário “desejável”, em que as hipóteses de evolução para as componentes de fecundidade se assumem mais favoráveis.

Deste modo, a população do concelho de Penalva do Castelo em 2031 poderá situar-se entre os 6322 e os 6576 habitantes. Considerando o cenário “base/normal”, que assume os mesmos comportamentos demográficos observados na última década, projeta-se uma quebra populacional de 13,79% (-1011 residentes face a 2021). Num cenário “otimista”, que pressupõe uma inversão nas tendências atuais, prevê-se uma quebra de 12,30%, correspondente a -902 residentes. Já num cenário “desejável”, o decréscimo populacional seria de -10,32% (-757 residentes).



Número de idosos por cada 100 jovens



Em 2021 eram **341**



Índice sintético de fecundidade



1,1 filhos por mulher

Esperança média de vida



77 anos



86 anos

II.3.2.1.1. Cenário “base/normal”

O cenário “base/normal” considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis do concelho de Penalva do Castelo - fecundidade e número médio de filhos por mulher de 1,1 (ISF) e uma esperança de vida à nascença de 77 anos para o sexo masculino e de 86 anos para o sexo feminino (Quadro 6).

Quadro 6. Cenário “base/normal”.

Cenário “base/normal” (ISF = 1,1)	2021	2031	2041
População total (n.º)	7333	6322	5377
Homens (n.º)	3507	2991	2520
Mulheres (n.º)	3826	3278	2773
0 - 14 anos (n.º)	750	501	452
15 - 24 anos (n.º)	680	553	350
25 - 64 anos (n.º)	3340	2903	2510
65 e + anos (n.º)	2563	2365	2064
% Jovens (0 - 14 anos)	10,23	7,93	8,41
% Adultos (15 - 64 anos)	54,82	54,66	53,19
% Idosos (65 anos ou mais)	34,95	37,41	38,39
Índice de envelhecimento (%)	341,73	471,77	456,37
Índice de dependência total (%)	82,41	82,94	87,99
Índice de dependência de jovens (%)	18,66	14,51	15,82
Índice de dependência de idosos (%)	63,76	68,44	72,18
Índice de longevidade (%)	54,70	58,59	59,47
Nados-vivos (n.º)	25	30	29
Taxa de natalidade (‰)	3,41	4,75	5,39
ISF (n.º)	1,1	1,1	1,1
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	77	77	77
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	86	86	86

Fonte: INE e cálculos próprios.

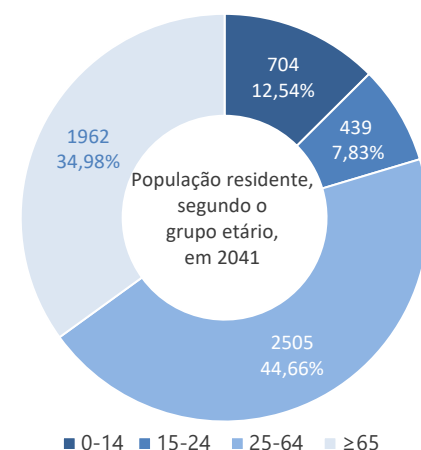
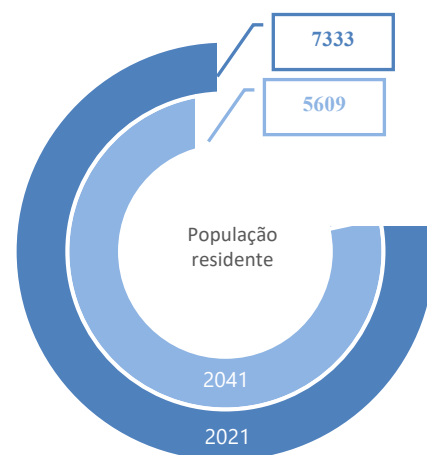
II.3.2.1.2. Cenário “otimista”

O **cenário “otimista”** considera que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável (Quadro 7). Utilizou-se os valores de fecundidade de 1,6 filhos em 2031 e 2041, mesmo considerando a improbabilidade de se atingir este valor num horizonte temporal mais curto.

Quadro 7. Cenário “otimista”.

Cenário "otimista" (ISF = 1,6)	2021	2031	2041
População total (n.º)	7333	6431	5609
Homens (n.º)	3507	3074	2684
Mulheres (n.º)	3826	3356	2925
0 - 14 anos (n.º)	750	679	704
15 - 24 anos (n.º)	680	554	439
25 - 64 anos (n.º)	3340	2898	2505
65 e + anos (n.º)	2563	2299	1962
% Jovens (0 - 14 anos)	10,23	10,56	12,54
% Adultos (15 - 64 anos)	54,82	53,68	52,48
% Idosos (65 anos ou mais)	34,95	35,75	34,98
Índice de envelhecimento (%)	341,73	338,51	278,84
Índice de dependência total (%)	82,41	86,28	90,54
Índice de dependência de jovens (%)	18,66	19,68	23,90
Índice de dependência de idosos (%)	63,76	66,60	66,64
Índice de longevidade (%)	54,70	58,59	59,47
Nados-vivos (n.º)	25	48	45
Taxa de natalidade (‰)	3,41	7,43	8,04
ISF (n.º)	1,6	1,6	1,6
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	77	77	77
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	86	86	86

Fonte: INE e cálculos próprios.



Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderiam ser **278**



Em 2021 eram **341**



Índice sintético de fecundidade



1,6 filhos por mulher

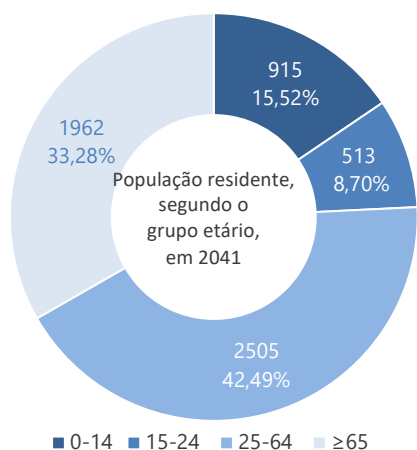
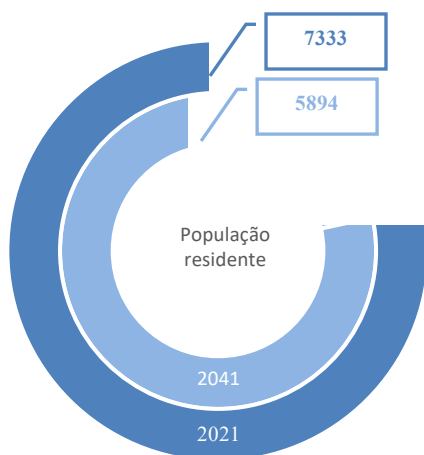
Esperança média de vida



77 anos



86 anos



Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderiam ser **214**



Em 2021 eram **341**



Índice sintético de fecundidade



2,1 filhos por mulher

Esperança média de vida



77 anos



86 anos

II.3.2.1.3. Cenário “desejável”

O cenário “desejável” (Quadro 8) assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041) e nos valores de esperança média de vida de 2021 (77 anos para o sexo masculino e 86 anos para o sexo feminino).

Quadro 8. Cenário “desejável”.

Cenário "desejável" (ISF = 2,1)	2021	2031	2041
População total (n.º)	7333	6576	5894
Homens (n.º)	3507	3150	2831
Mulheres (n.º)	3826	3427	3063
0 - 14 anos (n.º)	750	825	915
15 - 24 anos (n.º)	680	554	513
25 - 64 anos (n.º)	3340	2898	2505
65 e + anos (n.º)	2563	2299	1962
% Jovens (0 - 14 anos)	10,23	12,54	15,52
% Adultos (15 - 64 anos)	54,82	52,49	51,20
% Idosos (65 anos ou mais)	34,95	34,96	33,28
Índice de envelhecimento (%)	341,73	278,77	214,41
Índice de dependência total (%)	82,41	90,50	95,33
Índice de dependência de jovens (%)	18,66	23,89	30,32
Índice de dependência de idosos (%)	63,76	66,60	65,01
Índice de longevidade (%)	54,70	58,59	59,47
Nados-vivos (n.º)	25	62	59
Taxa de natalidade (‰)	3,41	9,44	9,96
ISF (n.º)	2,1	2,1	2,1
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	77	77	77
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	86	86	86

Fonte: INE e cálculos próprios.

II.3.2.2. População residente

As projeções demográficas para o concelho de Penalva do Castelo, referentes ao período de 2021 a 2041, permitem uma análise evolutiva sobre o possível comportamento da população e as características do território nas próximas duas décadas. Seguindo a metodologia definida, os resultados apresentados baseiam-se no cenário "base/normal", que assume a manutenção das premissas inalteradas durante esse período. Tal como já mencionado, o comportamento demográfico de Penalva do Castelo nas últimas décadas sugere que este será o cenário mais provável. Contudo, reconhece-se que o atual contexto de incerteza e mudanças aceleradas, incluindo possíveis fluxos migratórios, pode alterar significativamente os valores projetados. A migração, em particular, pode ter um impacto relevante na estrutura etária e no crescimento populacional, mitigando alguns dos efeitos do envelhecimento e contribuindo para uma população mais equilibrada.

A análise da evolução da estrutura populacional revela uma tendência de diminuição em quase todos os grupos etários, acompanhada por um acentuado envelhecimento da população. Este fenómeno é amplamente explicado pelo aumento da longevidade e pela contínua queda nos índices de fecundidade e natalidade. Esses fatores terão um impacto direto na evolução futura da população residente neste território.

De acordo com os resultados obtidos no cenário "base/normal" (Figura 21), a população residente em Penalva do Castelo deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 6322 indivíduos (-13,79% face a 2021). Na década seguinte estima-se um decréscimo de 945 residentes (-14,94% face a 2031). Entre 2021 e 2041 espera-se então um decréscimo em torno dos 1956 residentes (-26,67%), correspondendo à passagem dos 7333 para os 5377 residentes.

O cenário "otimista" prevê uma população de 6431 em 2031 e de 5609 em 2041. Entre 2021 e 2041, a redução poderia ser de 1724 residentes (-23,51%), evidenciando poucas diferenças em relação ao cenário "base/normal".

No cenário "desejável", o decréscimo poderia ser inferior, mas ainda assim muito relevante (-19,62% entre 2021 e 2041, correspondendo a -1439 residentes).

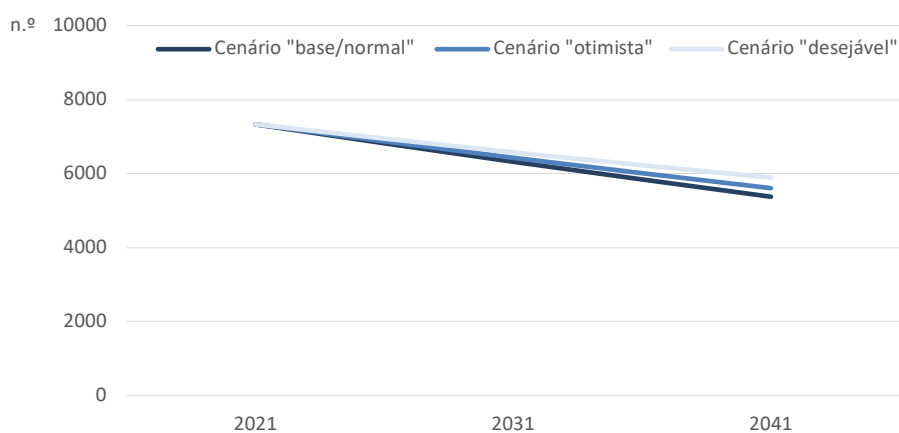


Figura 21. Provável evolução da população residente no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: INE e cálculos próprios.

A análise dos valores de população residente entre 2021 e 2041 no concelho de Penalva do Castelo ganha outros contornos com a consideração dos valores a partir dos anos 50 do século XX, que possibilitam uma perspetiva diferente sobre a evolução prevista (Figura 22 e Quadro 9).

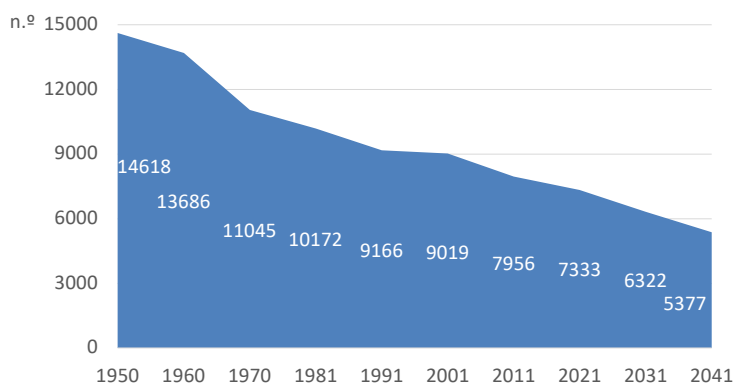


Figura 22. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041 (cenário "base/normal").

Fonte: INE e cálculos próprios.

A análise nas últimas décadas revela uma evolução populacional de 14618 residentes em 1950 para 7333 em 2021, com o maior crescimento percentual a ocorrer entre 1960 e 1970 (-19,30%).

Quadro 9. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041 (cenário “base/normal”).

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	14618	–	–
1960	13686	-932	-6,38
1970	11045	-2641	-19,30
1981	10172	-873	-7,90
1991	9166	-1006	-9,89
2001	9019	-147	-1,60
2011	7956	-1063	-11,79
2021	7333	-623	-7,83
2031	6322	-1011	-13,79
2041	5377	-945	-14,94

Fonte: INE e cálculos próprios.

As projeções para 2031 e 2041 indicam um declínio populacional muito relevante. Esta tendência de declínio sugere desafios significativos para a gestão de recursos e serviços públicos no futuro, refletindo os problemas relacionados com a baixa natalidade e o envelhecimento da população.

Ao analisar a distribuição dos valores da população residente projetada para as 11 freguesias que compõem atualmente o concelho de Penalva do Castelo, entre 2021 e 2041, é possível identificar grupos de freguesias com comportamentos demográficos semelhantes (Figura 23, Mapa 11 e Quadro 10).

Para o período 2021-2031 espera-se um decréscimo em todas as freguesias (Figura 24 e Mapa 12). A freguesia de Ínsua mantém-se como a mais populosa ao longo do tempo, embora se observe uma diminuição até 2041.

Fatores como o envelhecimento populacional e a diminuição da natalidade, levarão a um decréscimo generalizado nas freguesias, especialmente nas mais rurais.

Deste modo, entre 2021 e 2031 estima-se que as maiores perdas relativas possam ocorrer na UF de Antas e Matela e Castelo de Penalva. Por outro lado, as freguesias de Sezures, Ínsua, Real e Pindo poderão registar uma perda populacional menos acentuada em termos relativos, rondando os -10%.

A evolução perspectivada para o período 2031-2041 será semelhante à analisada para a década anterior (Figura 25).

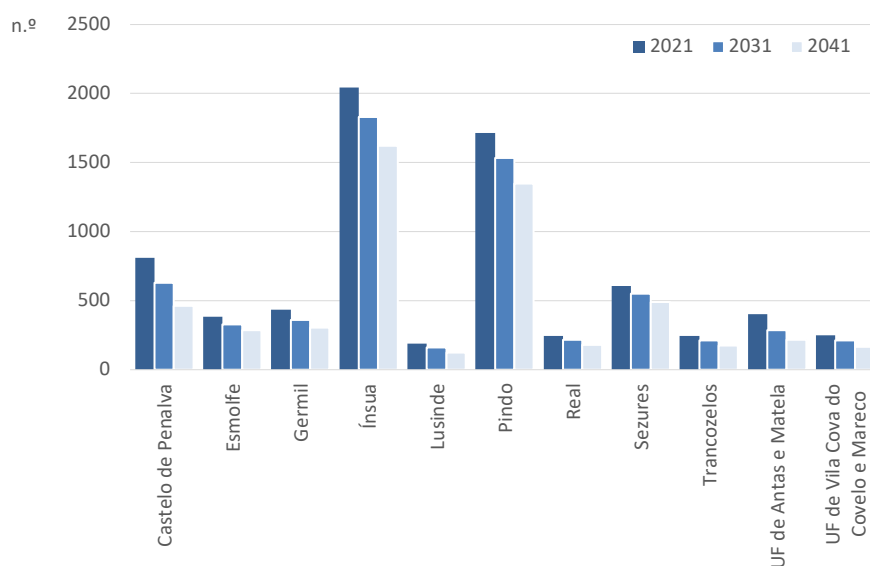
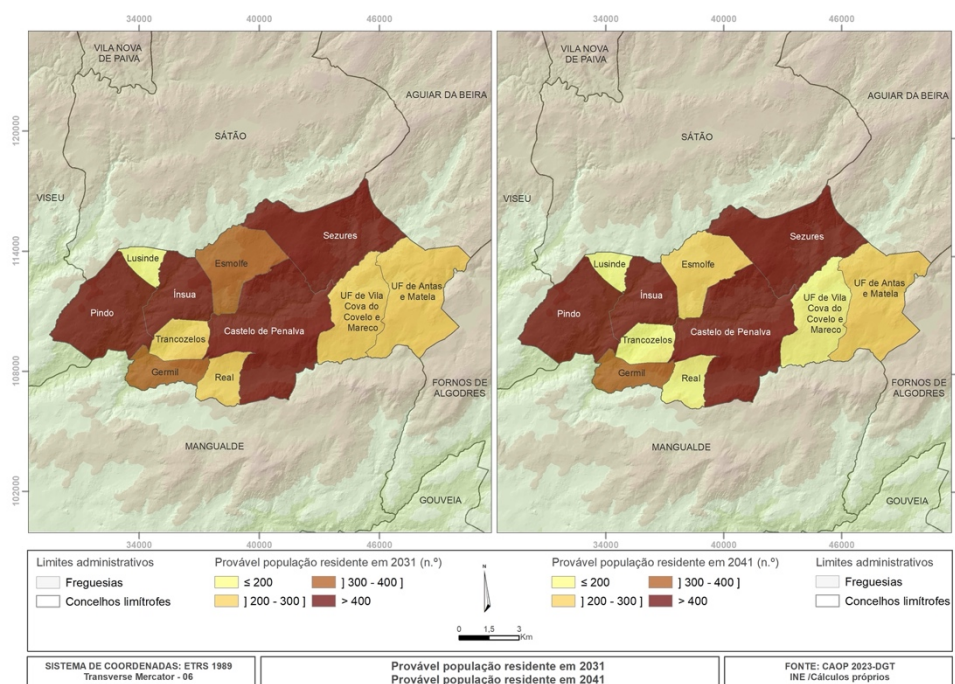


Figura 23. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.



Mapa 11. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

Quadro 10. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	812	716	628	541	464	-184	-22,64	-164	-26,09	-348	-42,82
Esmolfe	382	356	327	306	287	-55	-14,32	-40	-12,31	-95	-24,87
Germil	436	395	360	330	306	-76	-17,43	-54	-14,97	-130	-29,79
Ínsua	2046	1942	1832	1724	1620	-214	-10,44	-212	-11,59	-426	-20,83
Lusinde	190	178	161	141	122	-29	-15,30	-39	-24,04	-68	-35,66
Pindo	1716	1627	1536	1446	1350	-180	-10,50	-186	-12,12	-366	-21,35
Real	244	232	219	200	181	-25	-10,28	-38	-17,53	-63	-26,01
Sezures	606	581	553	520	489	-53	-8,82	-63	-11,42	-117	-19,24
Trancozelos	247	229	211	192	177	-36	-14,43	-34	-16,22	-70	-28,31
UF de Antas e Matela	403	339	284	248	217	-119	-29,42	-67	-23,58	-186	-46,06
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	251	233,02	210,03	188	164	-41	-16,32	-46	-22,11	-87	-34,82
Total	7333	6827	6322	5835	5377	-1011	-13,79	-945	-14,94	-1956	-26,67

Fonte: INE e cálculos próprios.

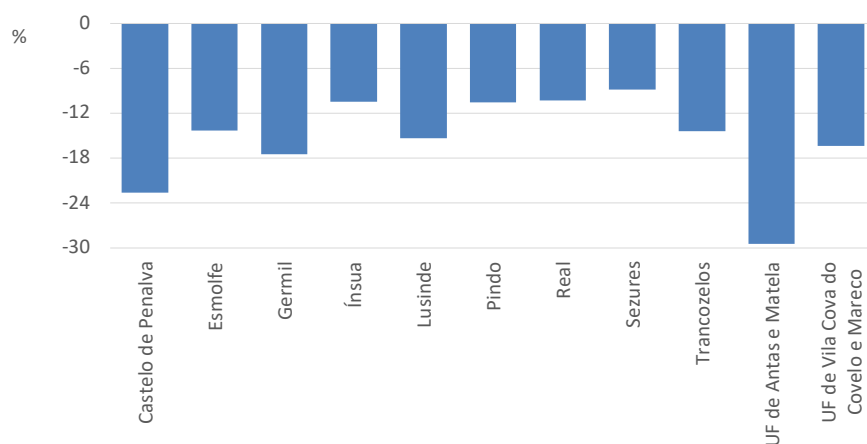
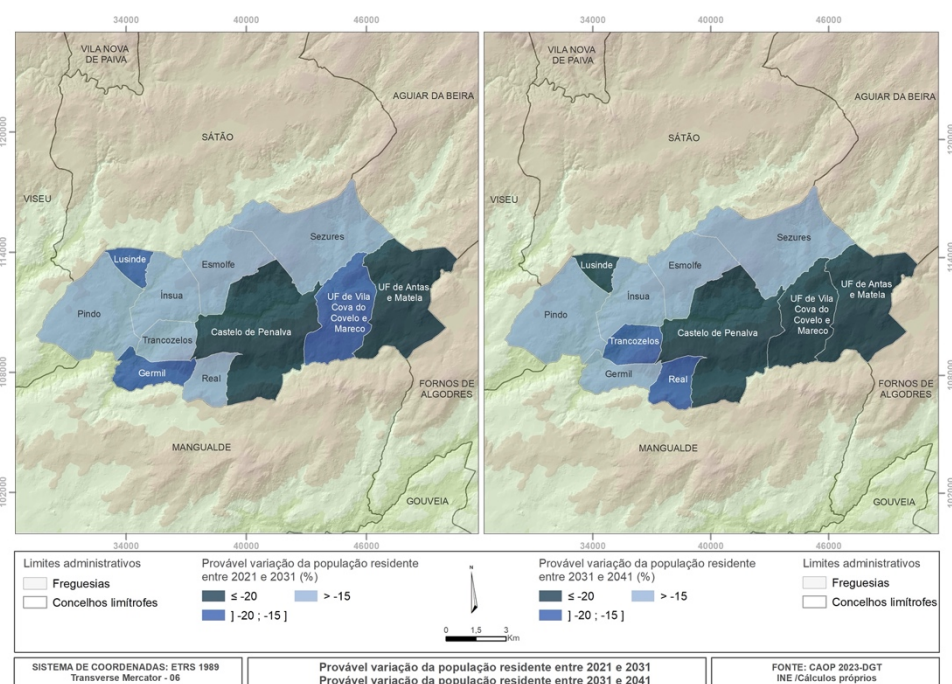


Figura 24. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.



Mapa 12. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

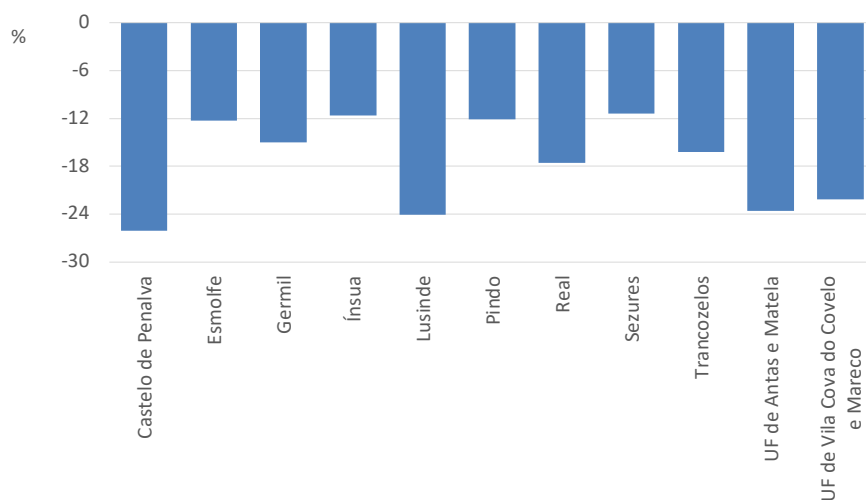


Figura 25. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

Considerando um horizonte temporal mais alargado, a tendência generalizada de decréscimo poderá ser mais pronunciada (Figura 26 e Mapa 13). Com efeito, entre 2021 e 2041 projeta-se uma diminuição de 26,67% no concelho de Penvalva do Castelo (-1956 habitantes). As freguesias de Castelo de Penvalva e UF de Antas e Matela poderão ter decréscimos superiores a -40%.

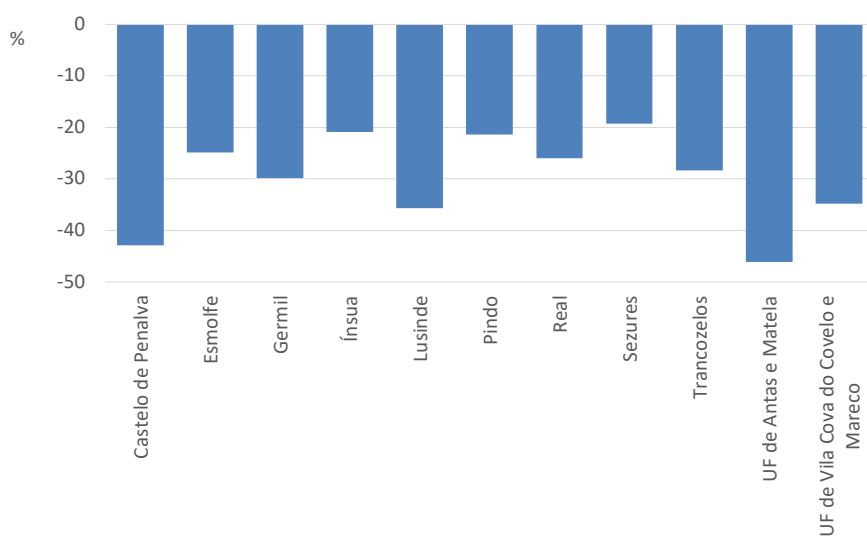
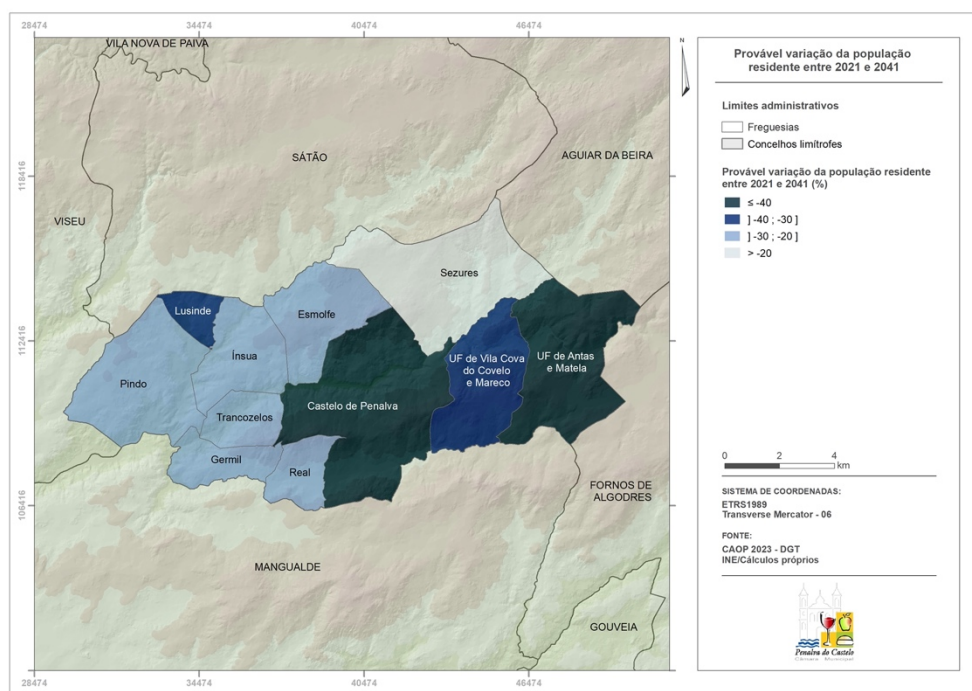


Figura 26. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.



Mapa 13. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Considerando a dinâmica migratória e assumindo que o saldo migratório observado entre 2011 e 2021 (+218 residentes) se manterá nas próximas décadas, algumas freguesias poderão experienciar um decréscimo populacional menos acentuado (Quadro 11). Em

particular, as freguesias de Castelo de Penalva, Germil, Ínsua, Lusinde, Real e UF de Antas e Matela, devido à migração positiva, poderão ter decréscimos menos expressivos.

Quadro 11. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041 (cenário "base/normal").

Unidade territorial	2021	2031	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	812	698	534	-114	-14,02	-164	-23,48	-278	-34,20
Esmolfe	382	324	284	-58	-15,11	-40	-12,42	-98	-25,65
Germil	436	444	390	8	1,83	-54	-12,14	-46	-10,52
Ínsua	2046	2058	1846	12	0,60	-212	-10,32	-200	-9,78
Lusinde	190	173	134	-17	-8,98	-39	-22,38	-56	-29,35
Pindo	1716	1439	1253	-277	-16,15	-186	-12,94	-463	-27,00
Real	244	222	184	-22	-9,05	-38	-17,29	-60	-24,78
Sezures	606	463	399	-143	-23,67	-63	-13,65	-207	-34,09
Trancozelos	247	189	155	-58	-23,34	-34	-18,10	-92	-37,21
UF de Antas e Matela	403	341	274	-62	-15,28	-67	-19,64	-129	-31,92
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	251	188	142	-63	-25,09	-46	-24,69	-109	-43,59
Total	7333	6540	5595	-793	-10,82	-945	-14,44	-1738	-23,70

Fonte: INE e cálculos próprios.

Neste cenário, mantendo-se o saldo migratório, a população diminuiria de 7333 em 2021 para 6540 em 2031 e para 5595 em 2041. Em termos gerais, esta redução populacional seria ligeiramente menos acentuada comparativamente ao cenário "base/normal".

Neste sentido, um aumento significativo da migração poderia impactar consideravelmente estas projeções, atenuando os decréscimos estimados.

A entrada de migrantes jovens em idade ativa pode não só reforçar o efetivo populacional, mas também contribuir para atenuar o envelhecimento da população e sustentar o crescimento económico. Assim, políticas de atração e integração de migrantes podem representar uma resposta importante para enfrentar os desafios demográficos e assegurar uma renovação geracional mais equilibrada.

II.3.2.3. Natalidade

No contexto do planeamento da rede de equipamentos educativos, torna-se fundamental analisar a evolução da natalidade, uma vez que esta variável influencia diretamente a estrutura etária da população e, consequentemente, a procura por estabelecimentos de ensino. Compreender as tendências da natalidade permite antecipar desafios relacionados com a oferta de creches, escolas e outros serviços essenciais para a infância e juventude, garantindo um planeamento adequado da rede escolar e a otimização dos recursos disponíveis.

Em Portugal, a taxa de fecundidade tem seguido uma tendência de declínio nas últimas décadas. Atualmente, o país apresenta uma das taxas mais baixas da Europa (1,4 filhos por mulher), situando-se abaixo do nível de substituição das gerações (2,1 filhos por mulher). Esse fenómeno reflete mudanças socioeconómicas e culturais, como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o adiamento da maternidade e as dificuldades associadas à conciliação entre vida profissional e familiar. Assim, a análise contínua da natalidade torna-se essencial para orientar políticas públicas e estratégias de adaptação da rede de equipamentos educativos, assegurando que esta responde de forma eficiente às dinâmicas populacionais futuras.

As projeções indicam um aumento do número de nascimentos no concelho, apesar da tendência geral de perda demográfica. No cenário "base/normal", que assume a manutenção do ISF, projeta-se um aumento nos nascimentos para 2031 e 2041, passando de 25 nascimentos em 2021 para 30 em 2031 e 29 em 2041 (Figura 27).

Dado que os cenários "otimista" e "desejável" são considerados menos prováveis, a análise que se segue foca-se no cenário "base/normal". Nesse contexto, prevê-se que entre 2021 e 2031 o número de nascimentos diminua ou estabilize na maioria das freguesias (Quadro 12 e Mapa 14).

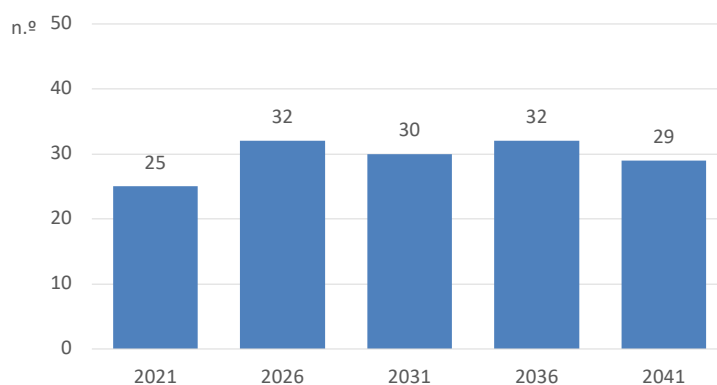


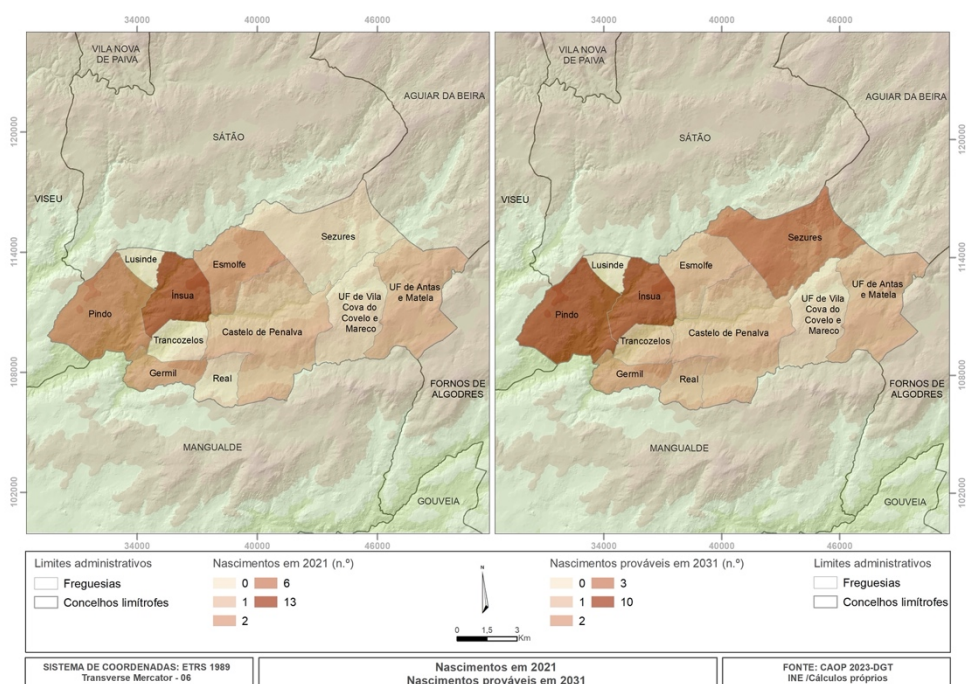
Figura 27. Provável evolução dos nados-vivos no concelho entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 12. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	1	1	1	1	1	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Esmolfe	2	2	1	2	2	-1	-50,00	1	100,00	0	0,00
Germil	2	3	2	2	2	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ínsua	13	10	10	10	9	-3	-23,08	-1	0,00	-4	-30,77
Lusinde	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pindo	6	10	10	11	9	4	66,67	-1	-10,00	3	50,00
Real	0	1	1	1	1	1	-	0	0,00	1	-
Sezures	0	3	3	3	3	3	-	0	0,00	3	-
Trancozelos	0	1	1	1	1	1	-	0	0,00	1	-
UF de Antas e Matela	1	1	1	1	1	0	0,00	0	0,00	0	0,00
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	25	32	30	32	29	5	-6	-1	-3,33	4	16,00

Fonte: INE e cálculos próprios.



Mapa 14. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia (cenário “base/normal”).

Em virtude de se projetar um ligeiro acréscimo dos nascimentos, a taxa de natalidade poderá ter um acréscimo nas próximas décadas. No concelho de Penvalva do Castelo, projeta-se que a taxa de natalidade passe de 3,41‰ em 2021 para 4,75‰ em 2031 e 5,39‰ em 2041 (Quadro 13 e Figura 28). Em 2041, todas as freguesias apresentarão taxas de natalidade reduzidas, destacando-se, pelos valores mais desfavoráveis Lusinde, UF de Vila Cova do Covelo e Mareco e Castelo de Penvalva que poderão ter taxas abaixo de 2‰.

Este cenário reflete, em linhas gerais, a fragilidade das estruturas demográficas no que concerne à substituição de gerações. De facto, a redução da natalidade projetada para as próximas décadas provocará uma diminuição do efetivo de jovens e, posteriormente, de mulheres em idade de reprodução que compromete a dinâmica populacional, na medida em que o número de nascimentos deixa de compensar o número de óbitos.

Quadro 13. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	‰				
Castelo de Penalva	1,23	1,40	1,59	1,85	2,15
Esmolfe	5,24	5,62	3,06	6,54	6,97
Germil	4,59	7,59	5,56	6,05	6,53
Ínsua	6,35	5,15	5,46	5,80	5,56
Lusinde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pindo	3,50	6,15	6,51	7,61	6,67
Real	0,00	4,31	4,57	5,01	5,54
Sezures	0,00	5,17	5,43	5,77	6,13
Trancozelos	0,00	4,36	4,73	5,20	5,65
UF de Antas e Matela	2,48	2,95	3,52	4,03	4,60
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3,41	4,69	4,75	5,48	5,39

Fonte: INE e cálculos próprios.

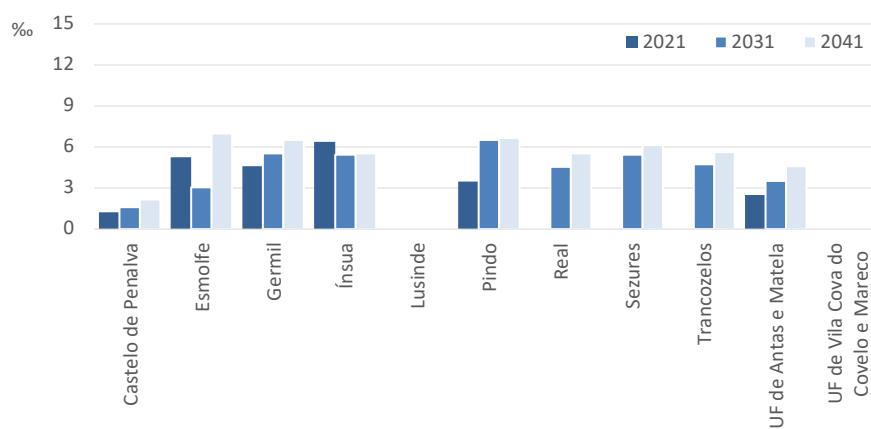


Figura 28. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

II.3.2.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

No quadro da organização de equipamentos, infraestruturas e atividades no território é ainda indispensável analisar a evolução da população residente prevista por grupo etário. A consideração dos valores dos sobreviventes projetados por grupo etário, ao permitir identificar o volume e as características da população e, consequentemente, as suas necessidades específicas, é determinante para a definição da política de investimento dos concelhos, quer na vertente quantitativa (localização, dimensão, número e capacidade), mas, sobretudo, na vertente qualitativa (tipologia).

Os resultados do cenário “base/normal” indicam uma diminuição da população em todos os grupos etários, entre 2021 e 2031 (Figura 29 e Quadros 14 e 15). No grupo dos 0 a 14 anos, o decréscimo poderá ser de 33,16%, correspondendo a uma perda de 249 crianças. O grupo dos 15 a 24 anos registará um decréscimo de 18,75%, o que representa uma redução de 127 jovens. No grupo dos 25 a 64 anos, a diminuição será de 13,08%, correspondendo a -437 indivíduos. Paralelamente, e em virtude da diminuição da população em idade ativa que se assiste na atualidade, no futuro serão menos os idosos (-13,79%, resultando em menos 1011 idosos).

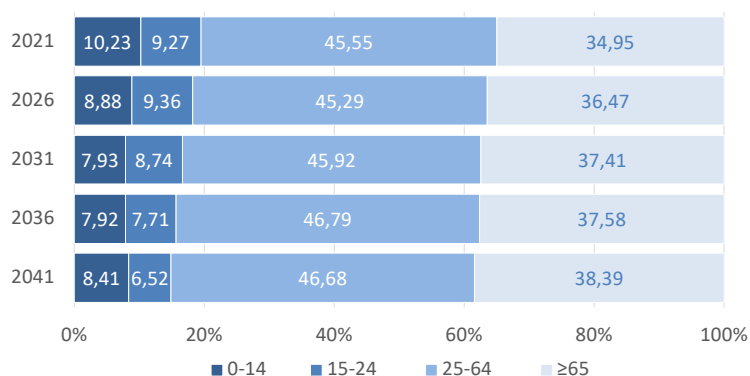
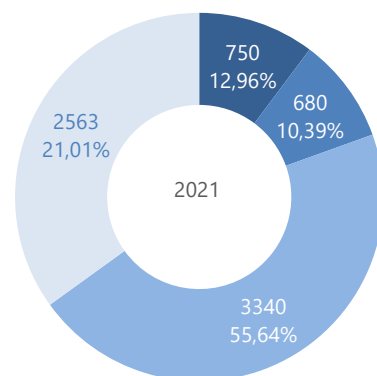


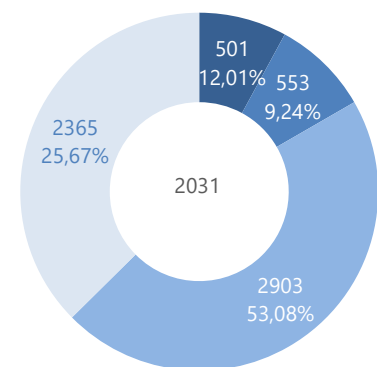
Figura 29. Provável população residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

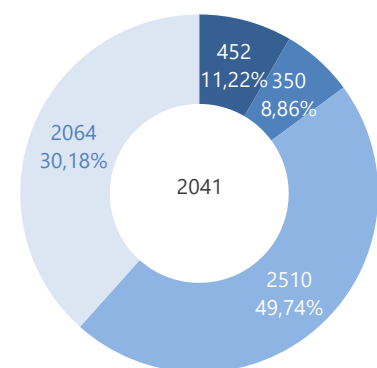
Considerando um horizonte temporal mais amplo, projeta-se uma diminuição acentuada da população jovem, com uma redução de 39,68% entre 2021 e 2041. A população jovem adulta deverá sofrer uma diminuição de 48,46%, enquanto a população adulta poderá registar uma redução de 19,45%. A população idosa poderá registar uma diminuição de 26,67%, correspondendo a -1956 idosos.



■ 0-14 ■ 15-24 ■ 25-64 ■ ≥65



■ 0-14 ■ 15-24 ■ 25-64 ■ ≥65



■ 0-14 ■ 15-24 ■ 25-64 ■ ≥65

Quadro 14. População residente e sobreviventes no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Anos	Unidade de medida	0-14	15-24	25-64	≥65	Total
2021	(n.º)	750	680	3340	2563	7333
	(%)	10,23	9,27	45,55	34,95	100
2026	(n.º)	606	639	3092	2490	6827
	(%)	8,88	9,36	45,29	36,47	100
2031	(n.º)	501	553	2903	2365	6322
	(%)	7,93	8,74	45,92	37,41	100
2036	(n.º)	462	450	2731	2193	5835
	(%)	7,92	7,71	46,79	37,58	100
2041	(n.º)	452	350	2510	2064	5377
	(%)	8,41	6,52	46,68	38,39	100

Fonte: INE e cálculos próprios.

Face aos valores descritos, o peso da população jovem (0-14 anos) na estrutura total deverá passar de 10,23% em 2021 para 8,41% em 2041. Paralelamente, o peso da população jovem adulta (15-24 anos) deverá passar de 9,27% para 6,52% em 2041. A população adulta (25-64 anos) poderá passar de 45,55% para 46,68% em 2041.

Por sua vez, o peso da população idosa aumentará de 34,95% em 2021 para 38,39% em 2041, com consequências muito desfavoráveis para a sociedade. Este aumento neste grupo etário pode acentuar a pressão sobre os serviços de saúde e de assistência social, além de impactar a sustentabilidade da Segurança Social. Com um número crescente de idosos em relação à população ativa, é provável que surjam desafios significativos, como a necessidade de maior apoio e recursos para cuidados geriátricos, bem como a urgência de políticas que promovam a integração dos idosos na comunidade e o fortalecimento das redes de apoio.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada, a tendência entre 2021 e 2041 será no sentido da redução da população residente em praticamente todos os escalões etários, com aumentos expectáveis no grupo dos 85 e mais anos (Figuras 30, 31 e 32).

Quadro 15. População residente e variação populacional no concelho, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Grupos etários	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
0-4	194	155	150	157	146	-44	-22,76	-4	-2,63	-48	-24,80
5-9	257	196	155	150	157	-102	-39,51	1	0,76	-100	-39,05
10-14	299	255	196	155	150	-103	-34,45	-46	-23,55	-149	-49,89
15-19	342	299	255	196	155	-87	-25,44	-100	-39,04	-187	-54,55
20-24	338	340	298	254	195	-40	-11,97	-102	-34,45	-143	-42,30
25-29	251	336	339	296	253	88	34,90	-86	-25,35	2	0,70
30-34	263	249	332	336	294	69	26,06	-38	-11,41	31	11,68
35-39	352	261	247	328	333	-105	-29,79	86	34,82	-19	-5,35
40-44	486	352	261	247	328	-226	-46,40	67	25,75	-158	-32,60
45-49	472	486	352	261	247	-120	-25,42	-105	-29,79	-225	-47,64
50-54	457	472	486	352	261	29	6,35	-226	-46,40	-197	-43,00
55-59	514	446	461	473	346	-53	-10,41	-115	-24,91	-168	-32,72
60-64	545	491	427	439	449	-118	-21,68	22	5,25	-96	-17,57
65-69	598	525	473	412	423	-125	-20,89	-50	-10,56	-175	-29,24
70-74	563	554	486	438	380	-77	-13,61	-107	-21,97	-183	-32,59
75-79	513	492	482	426	381	-31	-6,13	-100	-20,84	-132	-25,70
80-84	418	438	416	400	365	-2	-0,40	-52	-12,39	-53	-12,74
≥85	471	480	508	518	516	37	7,77	8	1,64	45	9,55
Total	7333	6827	6322	5835	5377	-1011	-13,79	-945	-14,94	-1956	-26,67

Fonte: INE e cálculos próprios.

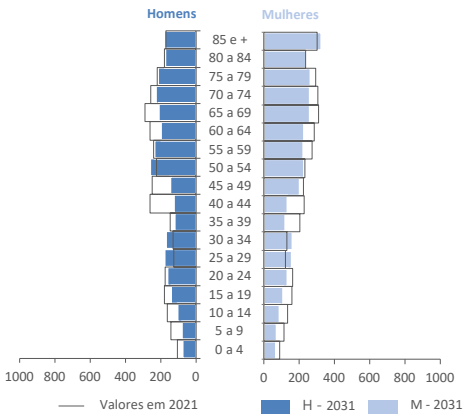


Figura 30. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

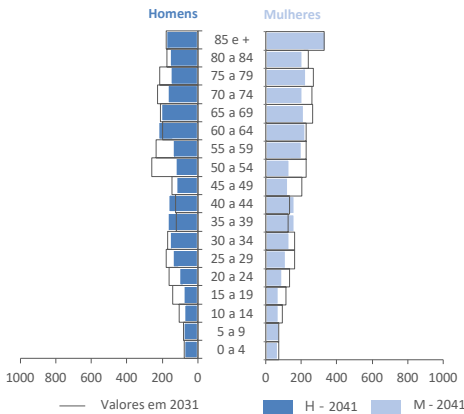


Figura 31. Pirâmide etária da população no concelho em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

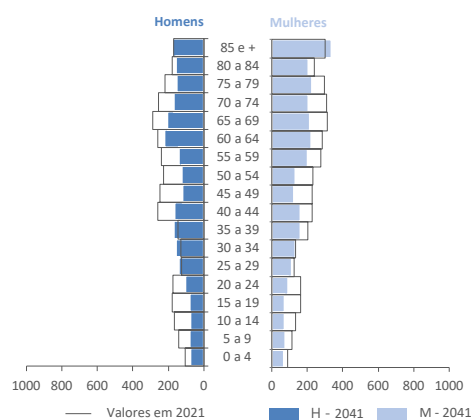


Figura 32. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

Esta evolução reflete a dinâmica natural da população, caracterizada por uma baixa natalidade e por uma redução do número de indivíduos.

Por este facto, e salientando-se uma vez mais a tendência para a diminuição dramática de população, os resultados do índice de envelhecimento para o concelho de Penalva do Castelo deverão registar um incremento nas próximas décadas, considerando o cenário “base/normal” (Figura 33).

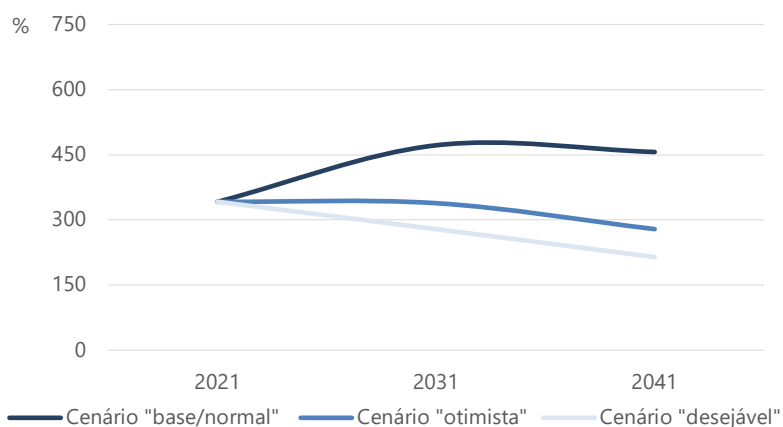


Figura 33. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

De facto, se em 2021 o índice de envelhecimento era de 341,73% (o que representa 341 idosos para cada 100 jovens). Em 2031 poderá subir para 471 idosos para cada 100 jovens.

Em 2041, este número poderá diminuir ligeiramente para 456 idosos para cada 100 jovens. O progressivo envelhecimento populacional pode ser atenuado considerando os cenários “otimista” (338 e 278 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041) e “desejável” (278 e 214 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041). Esses cenários alternativos sublinham a importância de implementar políticas eficazes que promovam a natalidade a fim de equilibrar a estrutura etária da população.

Considerando o cenário “base/normal” os índices de envelhecimento em 2041 serão superiores para as mulheres em relação aos homens (547,87% contra 456,37%, tal como já se verificava em 2021, 429,88% contra 341,73%), em resultado de existir uma mortalidade superior nos homens com consequência nas diferenças na esperança média de vida (Figura 34).

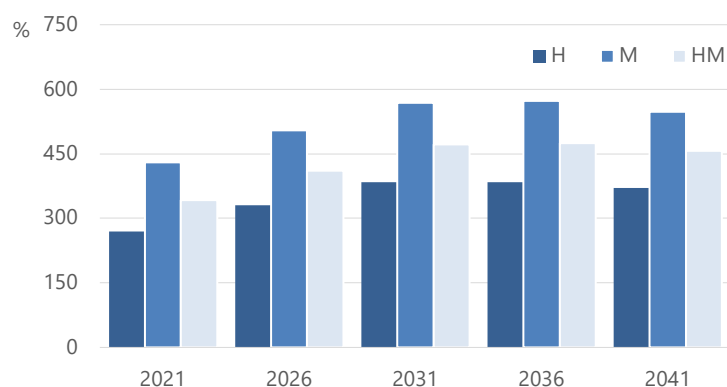


Figura 34. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho, segundo o sexo, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

A leitura por freguesia sublinha que entre 2021 e 2031 a grande maioria dos territórios terá um incremento no seu índice de envelhecimento (Quadro 16 e Mapa 15). Na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco, UF de Antas e Matela e nas freguesias de Castelo de Penalva e Real, o índice de envelhecimento poderá ser particularmente elevado, com valores a ultrapassar os 700 idosos para cada 100 jovens.

Quadro 16. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Castelo de Penalva	664,29	821,87	1128,83	1978,04	1976,11
Esmolfe	369,44	397,02	540,15	391,53	358,31
Germil	281,13	277,34	316,07	309,62	293,46
Ínsua	250,81	306,18	376,68	383,21	388,41
Lusinde	464,71	805,00	1948,44	-	-
Pindo	305,85	361,92	357,43	343,20	342,07
Real	361,54	489,64	683,35	740,28	719,48
Sezures	268,42	338,66	397,40	415,31	386,05
Trancozelos	278,57	448,77	577,04	523,22	463,79
UF de Antas e Matela	748,00	754,40	626,46	791,16	729,28
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	871,43	1408,22	1805,43	3522,66	3054,71
Total	341,73	410,52	471,77	474,73	456,37

Fonte: INE e cálculos próprios.

Relativamente ao índice de dependência total, e considerando o cenário “base/normal”, projeta-se uma manutenção dos valores deste índice (de 82,41% em 2021 para 82,94% em 2031). Ou seja, em 2031 haverá cerca de 83 não ativos para cada 100 ativos (Quadro 17 e Mapa 16). Em 2041, a situação poderá ser agravada para cerca de 88 não ativos para cada 100 ativos.

Um número significativo de freguesias poderá apresentar valores muito preocupantes em 2041. De facto, estima-se que cerca de 7 freguesias apresentem mais de 90 não ativos para cada 100 ativos.

Quadro 17. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

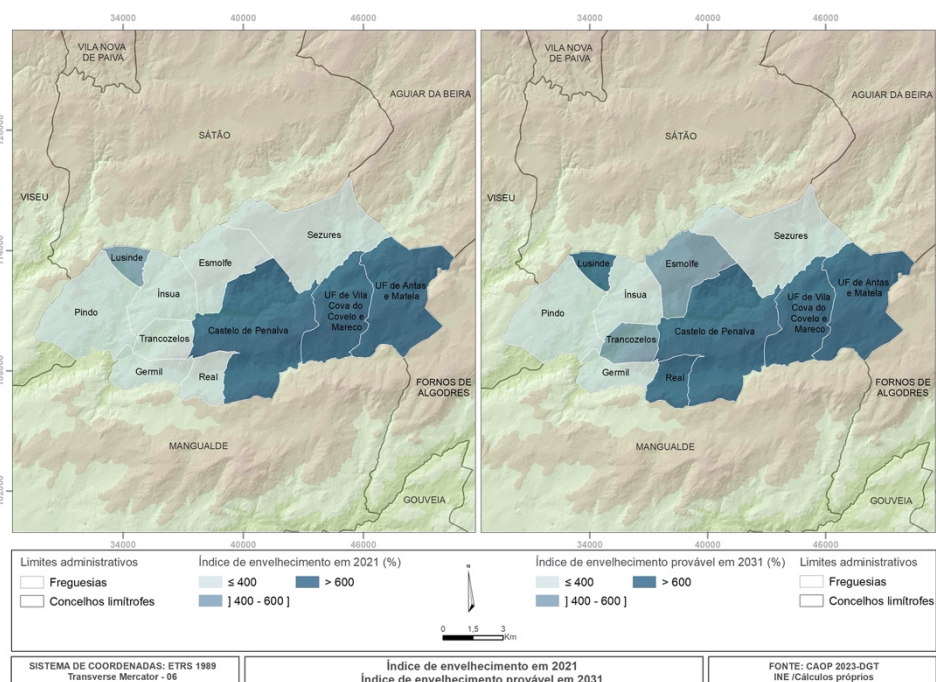
Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Castelo de Penalva	111,46	110,63	105,48	101,42	104,25
Esmolfe	79,34	80,47	81,12	77,60	82,63
Germil	86,32	75,76	74,87	67,51	62,11
Ínsua	73,98	72,99	69,24	69,14	75,40
Lusinde	102,13	104,02	103,72	93,12	91,00
Pindo	67,91	71,21	77,38	87,55	96,86
Real	96,77	99,79	102,70	97,64	99,21
Sezures	85,89	89,18	86,67	89,62	88,67
Trancozelos	75,18	79,21	84,80	91,64	96,45
UF de Antas e Matela	110,99	111,26	111,53	99,98	101,67
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	118,26	137,78	153,05	134,77	148,05
Total	82,41	82,98	82,94	83,47	87,99

Fonte: INE e cálculos próprios.

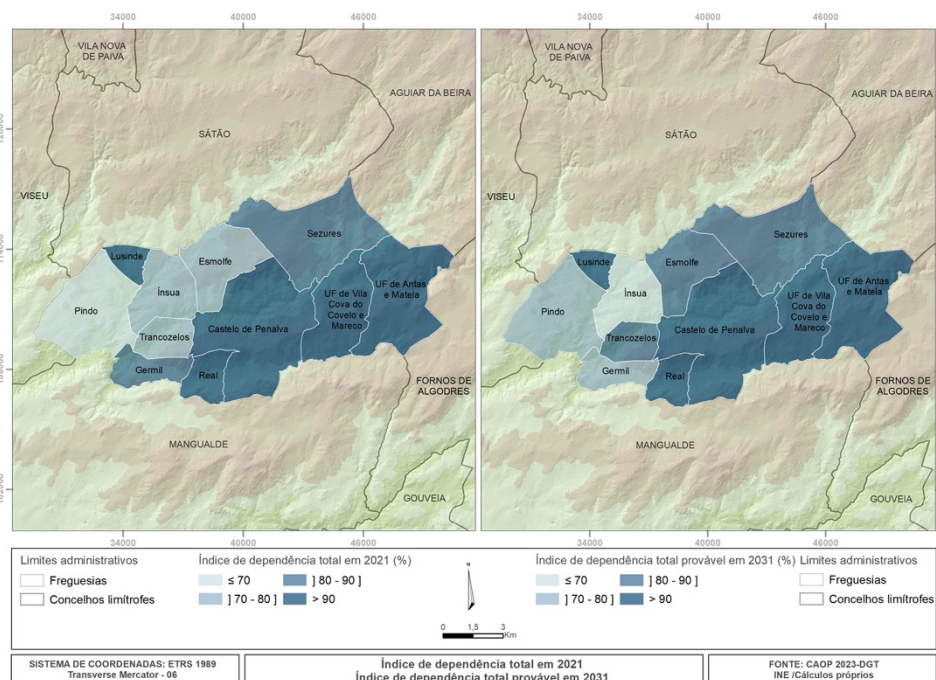
Este aumento do índice de dependência total deve-se, em grande parte, ao acréscimo do índice de dependência de idosos, resultado do progressivo envelhecimento da população (Figura 35). O índice de dependência de idosos poderá passar de 63,76% em 2021 para 68,44% em 2031. Isto significa que, em 2031, haverá cerca de 68 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa. Em 2041, prevê-se que este número aumente para aproximadamente 72 idosos para cada 100 ativos.

A nível das freguesias, destacam-se os maiores índices de dependência de idosos associados a territórios tendencialmente mais envelhecidos (Figura 36 e Quadro 18). Em 2041, prevê-se que a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (143,36%) e Castelo de Penalva (99,23%)

apresentem os valores mais elevados. Por outro lado, a freguesia de Ínsua terá o índice de dependência de idosos mais baixo (59,96%), embora este valor seja significativamente superior ao registado em 2021 (52,89%).



Mapa 15. Índice de envelhecimento provável em 2031 por freguesia (cenário “base/normal”).



Mapa 16. Índice de dependência total provável por freguesia em 2031 (cenário “base/normal”).

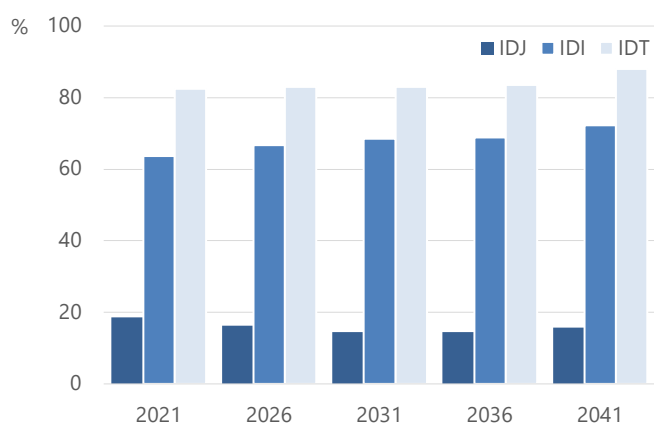


Figura 35. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

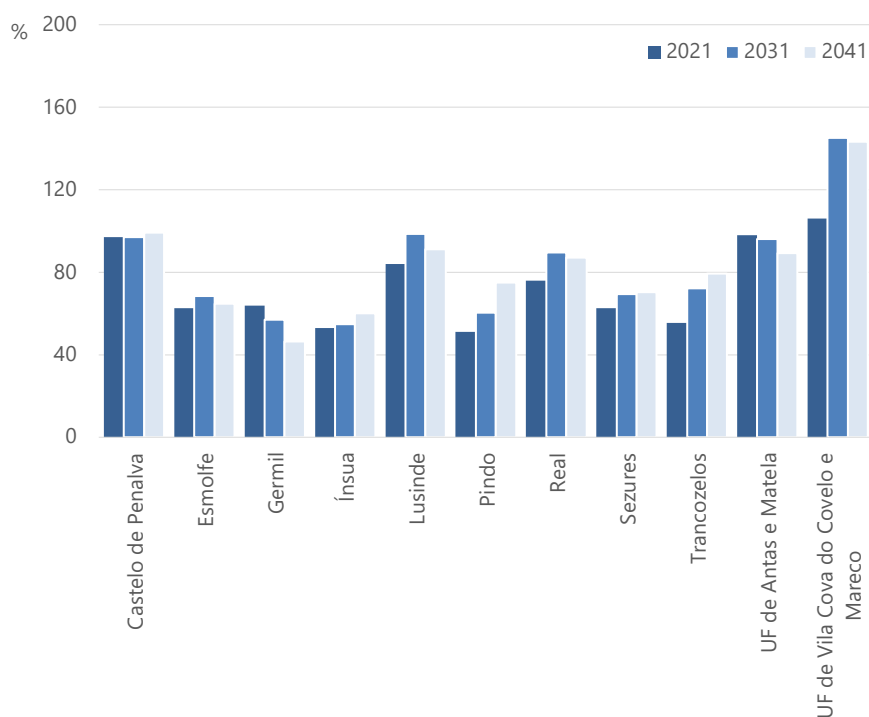


Figura 36. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 18. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Castelo de Penalva	96,88	98,63	96,90	96,54	99,23
Esmolfe	62,44	64,28	68,44	61,82	64,60
Germil	63,68	55,68	56,87	51,03	46,32
Ínsua	52,89	55,02	54,72	54,84	59,96
Lusinde	84,04	92,53	98,66	93,12	91,00
Pindo	51,17	55,80	60,47	67,80	74,95
Real	75,81	82,87	89,59	86,02	87,10
Sezures	62,58	68,85	69,25	72,23	70,43
Trancozelos	55,32	64,77	72,28	76,93	79,34
UF de Antas e Matela	97,91	98,24	96,18	88,76	89,41
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	106,09	128,64	145,01	131,05	143,36
Total	63,76	66,72	68,44	68,95	72,18

Fonte: INE e cálculos próprios.

O valor total do índice de dependência de jovens no concelho apresenta uma tendência de diminuição ao longo do período analisado, passando de 18,66% em 2021 para 15,82% em 2041. Esta redução, embora gradual, reflete o envelhecimento da população e a diminuição relativa do número de jovens face à população em idade ativa, evidenciando desafios futuros para a renovação geracional e sustentabilidade demográfica (Figura 37 e Quadro 19). Essa informação é crucial para o planeamento de políticas que visem apoiar a juventude e promover o seu desenvolvimento num contexto de envelhecimento populacional.

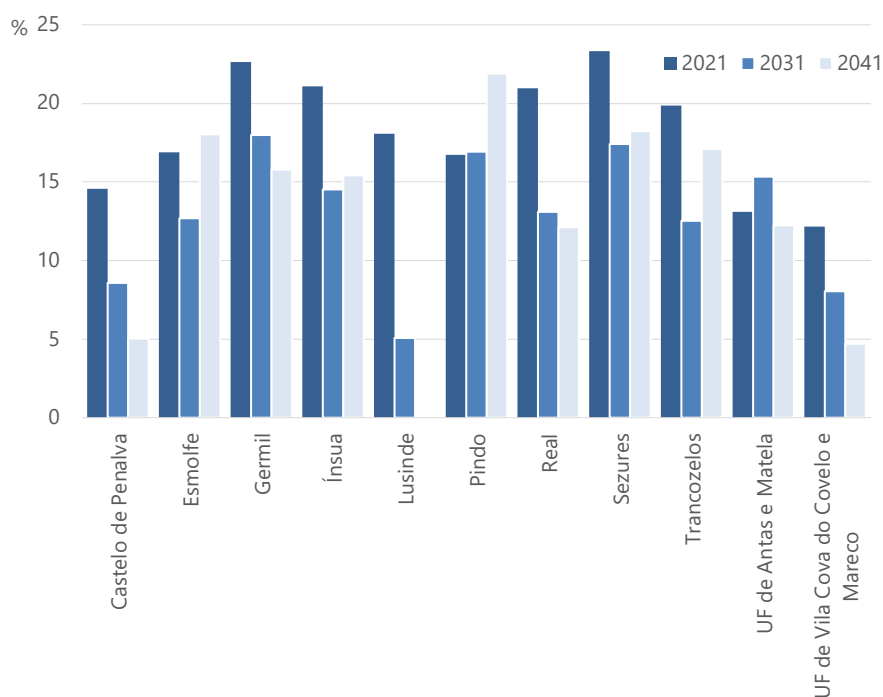


Figura 37. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

As projeções revelam um aumento da pressão sobre a população ativa, refletindo o esforço crescente necessário para sustentar a população dependente. Caso não se verifique uma inversão na tendência de declínio da natalidade ou um aumento significativo da imigração, este indicador tenderá a agravar-se. O perfil demográfico de Penalva do Castelo caracteriza-se pelo envelhecimento populacional, impulsionado pelo aumento da esperança média de vida, e pela redução da população jovem, consequência da baixa natalidade. Este cenário reforça a necessidade de implementar políticas que promovam a sustentabilidade social e económica do concelho.

Esperança média de vida à nascença ou esperança de vida à nascença

Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

Quadro 19. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Castelo de Penalva	14,58	12,00	8,58	4,88	5,02
Esmolfe	16,90	16,19	12,67	15,79	18,03
Germil	22,65	20,08	17,99	16,48	15,79
Ínsua	21,09	17,97	14,53	14,31	15,44
Lusinde	18,09	11,49	5,06	0,00	0,00
Pindo	16,73	15,42	16,92	19,75	21,91
Real	20,97	16,92	13,11	11,62	12,11
Sezures	23,31	20,33	17,43	17,39	18,24
Trancozelos	19,86	14,43	12,53	14,70	17,11
UF de Antas e Matela	13,09	13,02	15,35	11,22	12,26
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	12,17	9,14	8,03	3,72	4,69
Total	18,66	16,25	14,51	14,52	15,82

Fonte: INE e cálculos próprios.

II.3.2.5. Esperança média de vida à nascença

As alterações na sociedade e economia desde meados do século passado traduziram-se em mudanças qualitativas e quantitativas que resultaram no aumento do número de anos que as pessoas vivem.

No concelho de Penalva do Castelo a esperança média de vida à nascença em 2021 era de 77 anos para os homens e de 86 anos para as mulheres (Figura 38 e Quadro 20). Esta esperança média de vida à nascença é ligeiramente inferior à registada no país no caso dos homens (78 anos) e ligeiramente superior no caso das mulheres (83 anos).

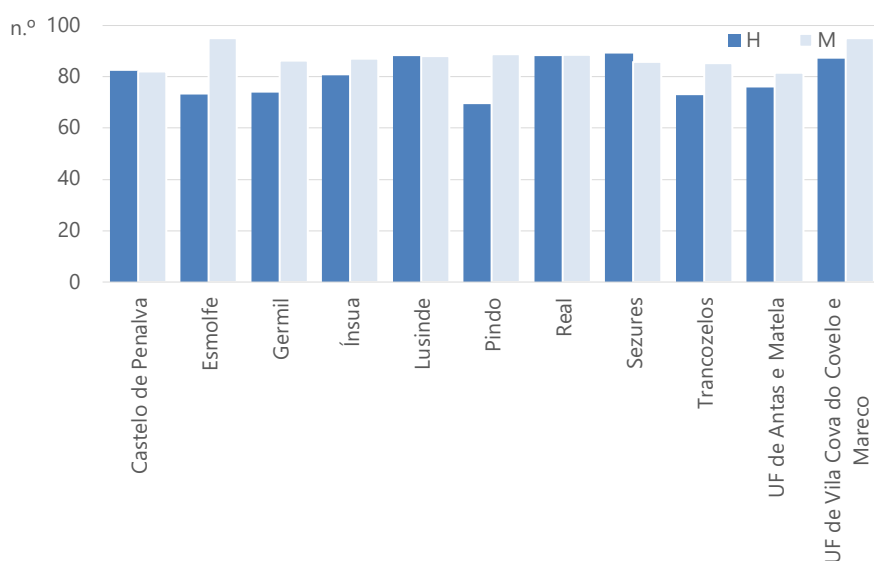


Figura 38. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

A diferença na esperança de vida entre homens e mulheres, geralmente favorável às mulheres devido a menores coeficientes de mortalidade, é uma constatação ao longo do século XX em Portugal e na maioria dos países europeus (Oliveira & Mendes, 2010). Essa disparidade justifica-se por fatores biológicos, como um sistema imunológico mais robusto nas mulheres, e comportamentais, uma vez que os homens tendem a adotar estilos de vida mais arriscados, como o consumo excessivo de álcool e tabaco. Além disso, as mulheres geralmente fazem mais consultas médicas e possuem hábitos de saúde mais saudáveis. Esses fatores combinados contribuem para a maior longevidade feminina, destacando a necessidade de considerar estas diferenças nas políticas de saúde pública.

Não é possível fazer previsões precisas sobre o aumento da esperança média de vida no futuro pois esta evolução depende de muitos fatores complexos e interligados. No entanto, há um conjunto de tendências gerais que têm contribuído para o aumento da esperança de vida nas últimas décadas e que podem continuar a influenciar o futuro. Os avanços na medicina e nas condições de vida, a adoção de estilos de vida saudáveis, a educação para a saúde e os avanços da ciência para as doenças associadas ao envelhecimento, poderão e deverão ter um impacto significativo na esperança média de vida.

Quadro 20. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021 (cenário “base/normal”).

Unidade territorial	H	M
	(anos)	
Castelo de Penalva	82	82
Esmolfe	73	95
Germil	74	86
Ínsua	81	87
Lusinde	88	88
Pindo	69	89
Real	88	89
Sezures	89	86
Trancozelos	73	85
UF de Antas e Matela	76	82
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	87	95
Total	77	86

Fonte: INE e cálculos próprios.

II.4. Caracterização socioeconómica

O conhecimento rigoroso e detalhado da dinâmica socioeconómica de um concelho é primordial num processo de planeamento territorial estratégico, não só porque permite um melhor entendimento da sua base económica real, em especial do seu tecido empresarial, mas sobretudo porque possibilita detetar as suas principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do seu posicionamento face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial e da sua capacidade de criação de emprego e riqueza, essenciais para a qualidade de vida das populações, para a atração e

fixação de população jovem e para combater os fenómenos de desertificação e envelhecimento populacional, particularmente em territórios interiores de baixa densidade.

É neste contexto que a caracterização da atividade, emprego e mercado de trabalho, do desemprego e das condições de vida no concelho de Penalva do Castelo se assume como fundamental, pois é esse conhecimento que permitirá suportar a tomada de decisão no âmbito da educação e formação e criar as bases para um processo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

II.4.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho

No que diz respeito à caracterização da população ativa no concelho de Penalva do Castelo em 2021 (Figura 39 e Anexo XVI), em termos globais contabiliza-se um total de 2629 ativos, dos quais 1423 são homens (54,13%) e 1206 são mulheres (45,87%). Por freguesia, tal como seria exetável, é a freguesia de Ínsua que apresenta o maior número de ativos, com um total de 882 ativos, seguindo-se, ainda, que com valores bastante distanciados, a freguesia de Pindo, com 651 ativos. A restantes freguesias apresentam um número de ativos inferior a 200 ativos. No que respeita à distribuição da população ativa segundo o sexo, com exceção da freguesia de Ínsua, em que o número de mulheres é ligeiramente superior ao dos homens, na totalidade das freguesias do concelho de Penalva do Castelo observa-se um número de ativos superior no sexo masculino.

Relativamente à distribuição da população ativa segundo o grupo etário, é notório o predomínio do grupo etário dos 40 aos 54 anos, com um peso de 42,11% (Figura 40). Seguem-se os grupos etários dos 25 aos 39 anos (27,50%) e dos 55 ou mais anos (23,20%). O grupo etário entre os 15 e os 24 anos é o menos representativo (7,19%). Esta tendência é visível em grande parte das freguesias que constituem este concelho, bem como na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e no continente.

A taxa de atividade no concelho de Penalva do Castelo é de 35,85% no ano de 2021 (Quadro 21), sendo inferior à da CIM Viseu Dão Lafões (42,51%), à da Região Centro (44,71%) e à de Portugal continental (46,57%). O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade superior (40,58%) à do sexo feminino (31,52%).

Por sua vez, no ano de 2021 existiam 2429 residentes empregados no concelho de Penalva do Castelo (Figura 41 e Anexo XVII), 1341 homens (55,21%) e 1088 mulheres (44,79%). Em

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

Taxa de atividade

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

termos de distribuição territorial, concentram-se, à semelhança do observado na população ativa, nas freguesias de Ínsua e Pindo (814 e 590 empregados). As restantes freguesias apresentam valores inferiores ou iguais a 186 empregados, valor registado na freguesia de Castelo de Penvalva. De salientar o facto de todas as freguesias registarem valores superiores no sexo masculino, face ao sexo feminino.

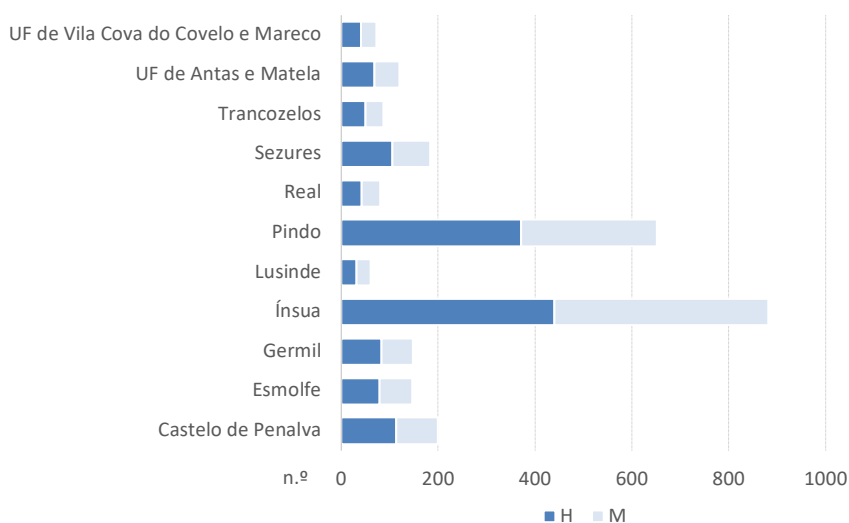
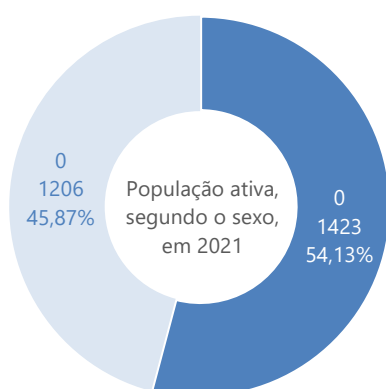


Figura 39. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

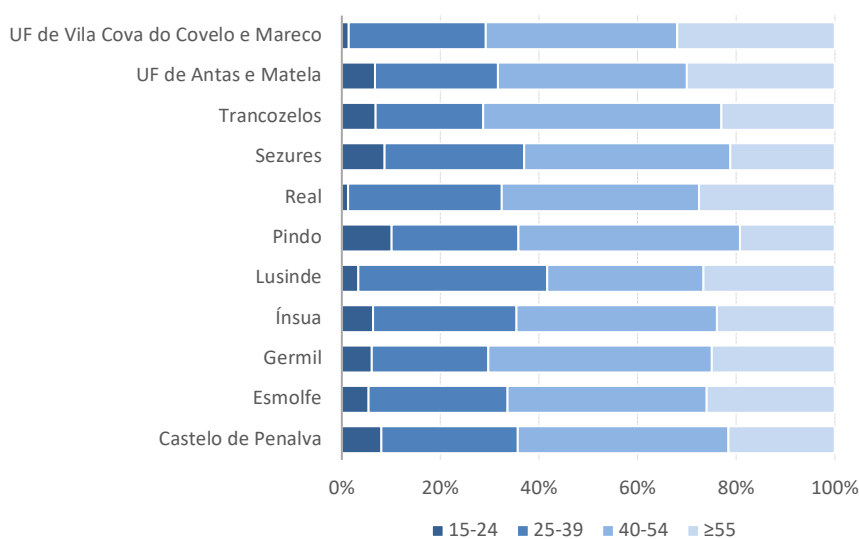


Figura 40. População ativa, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: INE.

Quadro 21. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Castelo de Penalva	29,35	20,14	24,51
Esmolfe	42,93	33,84	38,22
Germil	38,60	29,41	33,94
Ínsua	45,45	41,00	43,11
Lusinde	32,29	30,85	31,58
Pindo	44,38	31,82	37,94
Real	36,21	29,69	32,79
Sezures	35,59	25,40	30,36
Trancozelos	46,30	26,62	35,22
UF de Antas e Matela	36,76	23,85	29,78
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	34,45	23,48	28,69
Penalva do Castelo	40,58	31,52	35,85
Viseu Dão Lafões	46,03	39,35	42,51
Centro	47,73	41,96	44,71
Continente	49,46	43,96	46,57

Fonte: INE.

No que respeita à caracterização da população empregada por grupo etário, constata-se, à semelhança da população ativa, a preponderância do grupo etário dos 40 aos 54 anos, com 43,06% (Figura 42). Seguem-se os grupos etários dos 25 aos 39 anos (27,13%) e dos 55 ou mais anos (23,22%). O valor mais baixo volta a observar-se no grupo etário entre os 15 e os 24 anos (6,59%). Esta dinâmica é visível na maioria das freguesias do concelho. Quando se observa a realidade das unidades de referência é evidente, também, a preponderância do

grupo etário dos 40 aos 54 anos e a menor importância do grupo etário mais jovem, ou seja, dos 15 aos 24 anos.

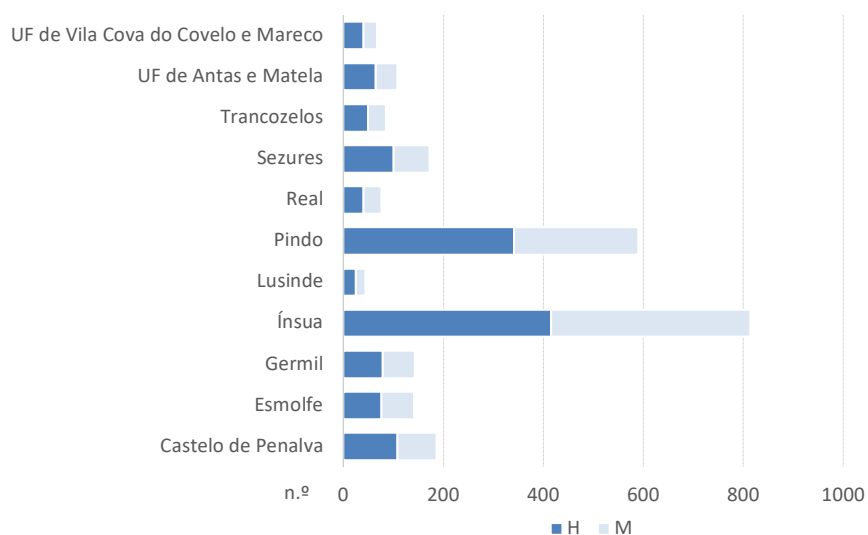
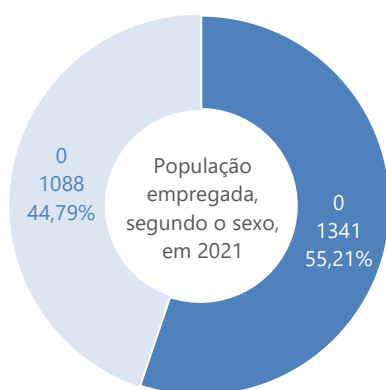


Figura 41. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

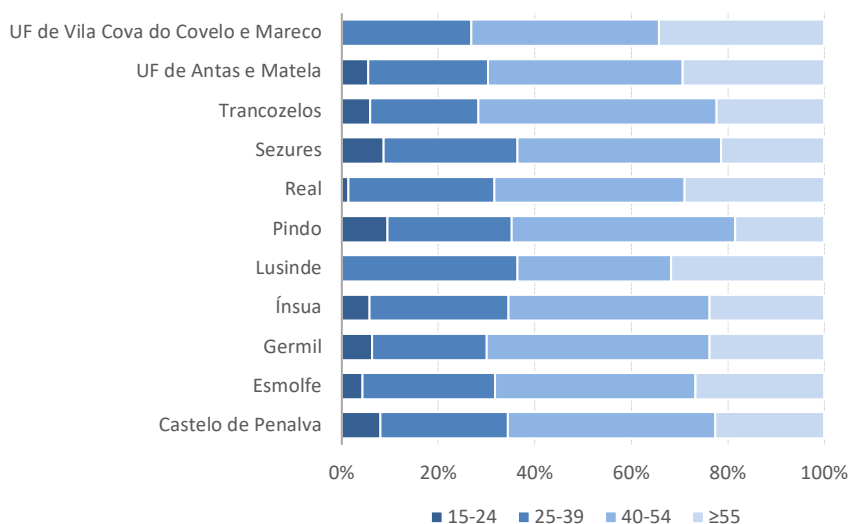


Figura 42. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: INE.

Numa referência ao perfil dos empregados de Penalva do Castelo, em 2021, 55,13% tem apenas o ensino básico como o nível de escolaridade mais elevado completo (Figura 43 e Anexo XVIII). Com este valor Penalva do Castelo revela um nível habilitacional inferior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (41,36%), na Região Centro (39,46%) e no Continente (37,22%), onde a percentagem de população empregada com o ensino básico é menor. Cerca de 25,32% da população empregada detém como nível de escolaridade mais elevado o ensino secundário, valor inferior ao verificado na CIM Viseu Dão Lafões (28,37%), na Região Centro (27,74%) e em Portugal (28,96%). Já 16,76% dos empregados possui ensino superior completo, valor inferior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (27,54%), na Região Centro (28,79%) e no Continente (30,56%), confirmando a menor qualificação escolar da população empregada em Penalva do Castelo. As categorias sem nenhum nível de escolaridade concluído e com ensino pós-secundário são residuais.

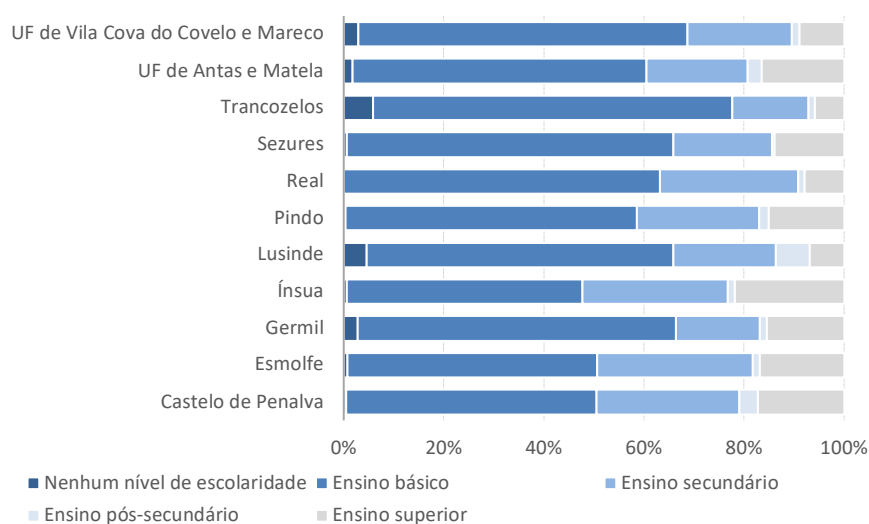


Figura 43. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.

Fonte: INE.

Olhando para a repartição da população empregada por setor de atividade económica em 2021, é de sublinhar a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no concelho de Penalva do Castelo, ao corresponder a 59,94% do total de população empregada (Figura 44 e Anexo XIX). Trata-se de um valor inferior ao observado na CIM Viseu Dão Lafões (67,49%), Região Centro (51,39%) e em Portugal continental (71,93%). De

Atividade económica

A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes setores: 1. Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral; 2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção; e 3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

salientar que o terciário de natureza social (51,99%) é ligeiramente mais representativo que o relacionado com a atividade económica (48,01%).

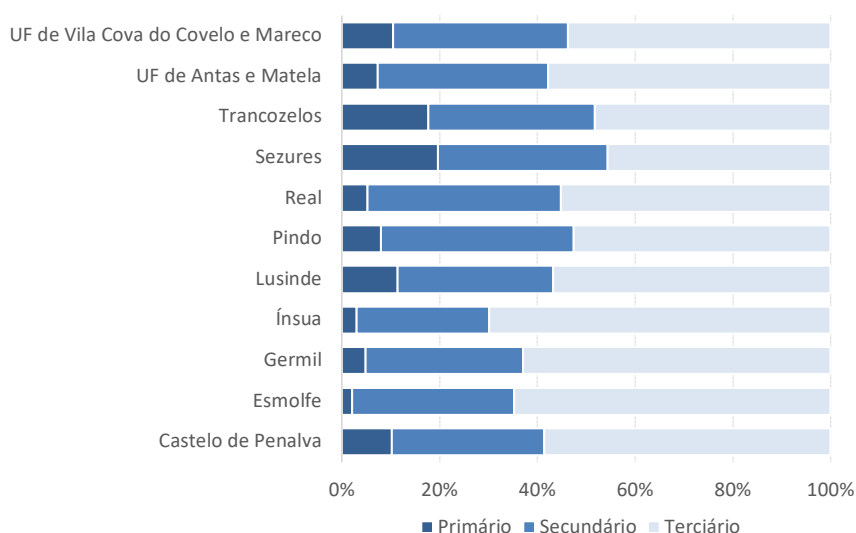


Figura 44. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: INE.

O setor secundário corresponde a 32,94%, valor superior ao observado na CIM Viseu Dão Lafões (28,80%), na Região Centro (44,19%) e em Portugal continental (25,23%). Por último, os empregados no setor primário equivalem, em Penalva do Castelo, a apenas 7,12%, valor superior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (3,71%), na Região Centro (4,42%) e em Portugal continental (2,84%).

A leitura da estrutura da população empregada segundo a situação na profissão, os níveis de qualificação e os grupos de profissões em 2021 permite ampliar o conhecimento da socioeconomia do território (Quadro 22). Relativamente à situação na profissão, predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (76,99%), seguindo-se, com valores bastante inferiores, os trabalhadores por conta própria ou isolado (9,92%), os empregadores/patrões com menos de 10 empregados (5,6%) e com 10 ou mais empregados (4,16%). Já os empregados em outra situação representam apenas 3,33%.

Quadro 22. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.

Unidade territorial	Empregador/patrão						Trabalhador por conta própria ou isolado		Trabalhador por conta de outrem		Outra situação		Total
	Com < 10 empregados		Com ≥10 empregados		Total								
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)
Castelo de Penalva	14	7,53	7	3,76	21	11,29	20	10,75	138	74,19	7	3,76	186
Esmolfe	7	4,93	1	0,70	8	5,63	17	11,97	115	80,99	2	1,41	142
Germil	3	2,10	6	4,20	9	6,29	11	7,69	121	84,62	2	1,40	143
Ínsua	41	5,04	39	4,79	80	9,83	54	6,63	649	79,73	31	3,81	814
Lusinde	2	4,55	1	2,27	3	6,82	7	15,91	32	72,73	2	4,55	44
Pindo	45	7,63	34	5,76	79	13,39	55	9,32	443	75,08	13	2,20	590
Real	5	6,58	4	5,26	9	11,84	9	11,84	53	69,74	5	6,58	76
Sezures	8	4,62	3	1,73	11	6,36	24	13,87	126	72,83	12	6,94	173
Trancozelos	4	4,71	3	3,53	7	8,24	11	12,94	63	74,12	4	4,71	85
UF de Antas e Matela	5	4,59	3	2,75	8	7,34	14	12,84	84	77,06	3	2,75	109
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	2	2,99	0	0,00	2	2,99	19	28,36	46	68,66	0	0,00	67
Penalva do Castelo	136	5,60	101	4,16	237	9,76	241	9,92	1870	76,99	81	3,33	2429
Viseu Dão Lafões	5989	6,00	3843	3,85	9832	9,85	9037	9,05	78508	78,64	2451	2,46	99828
Centro	41318	5,94	28920	4,16	70238	10,10	66790	9,61	542156	77,99	15949	2,29	695133
Continente	252593	5,99	194957	4,62	447550	10,60	402891	9,55	3272300	77,53	97682	2,31	4220423

Fonte: INE.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e grupos de profissões (Quadro 23), predomina o grupo das profissões manuais qualificadas (36,36%), do qual salientam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (21,49%). Segue-se o grupo das profissões manuais não qualificadas (24,62%), onde sobressaem os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (18,36%). Já os grupos das profissões não manuais altamente qualificadas e o das profissões elementares registam valores bastante idênticos, 19,72% e 19,09%. Destacando-se no primeiro grupo de profissões referido os especialistas das atividades intelectuais e científicas (10,09%). Por último, os profissionais das forças armadas são os que apresentam uma menor representatividade (0,25%).

Como se constata, em termos globais evidenciam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (21,49%), os trabalhadores não qualificados do grupo de profissões elementares (19,06%) e os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (18,36%). Estes dois últimos grupos de profissões são, também, os mais representativos no contexto das unidades territoriais de referência.

Analisando as profissões com um maior grau de desagregação, importa perceber aquelas que apresentam um maior número de população empregada (Quadro 24). Os trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares (8,19%), as outras profissões elementares (6,42%), os trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde (6,05%) e os trabalhadores não qualificados da indústria transformadora (5,02%) são as profissões que predominam. Seguem-se, com valores inferiores, mas, ainda assim, expressivos, os motoristas de veículos pesados e de autocarros (4,98%), os vendedores em lojas (4,65%) e os trabalhadores da confeção de vestuário, curtidores de peles, sapateiros e similares (4,41%). Merecem, também, referência os empregados de escritório em geral (3,91%) e os trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios (3,46%).

Complementando a leitura anterior, as 2429 pessoas empregadas existentes no concelho de Penalva do Castelo no ano de 2021 correspondem a 92,39% da população ativa e a 33,12% da população residente (Quadros 25 e 26). No caso da proporção de população ativa, com exceção de Portugal continental, o valor de Penalva do Castelo é inferior ao registado nas unidades territoriais de referência. Esta dinâmica, também, se observa na proporção da população residente que está empregada, em que os valores do concelho de Penalva do Castelo são inferiores aos das três unidades territoriais de referência.

Quadro 23. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.

Níveis de qualificação	Grupos de profissões	Penalva do Castelo		Viseu Dão Lafões		Centro		Continente	
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	95	3,91	5001	5,01	36764	5,29	259674	6,15
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	245	10,09	17044	17,07	120947	17,40	772158	18,30
	Técnicos e profissões de nível intermédio	139	5,72	9089	9,10	66485	9,56	451015	10,69
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	152	6,26	7683	7,70	58733	8,45	403855	9,57
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	446	18,36	18201	18,23	124042	17,84	773562	18,33
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	133	5,48	3176	3,18	16746	2,41	87559	2,07
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	522	21,49	15442	15,47	103937	14,95	580823	13,76
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	228	9,39	6400	6,41	42037	6,05	225554	5,34
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	463	19,06	17408	17,44	123005	17,70	644966	15,28
-	Profissões das forças armadas	6	0,25	384	0,38	2437	0,35	21257	0,50
Total		2429	100	99828	100	695133	100	4E+06	100

Fonte: INE.

Quadro 24. Profissões com um maior número de população empregada em 2021.

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	199	8,19
Outras profissões elementares	156	6,42
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	147	6,05
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	122	5,02
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	121	4,98
Vendedores em lojas	113	4,65
Trabalhadores da confeção de vestuário, curtidores de peles, sapateiros e similares	107	4,41
Empregado de escritório em geral	95	3,91
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	84	3,46
Pessoal dos serviços de proteção e segurança	56	2,31
Operadores de equipamentos móveis	53	2,18
Professor dos ensinos básico (2.º e 3.º CEB) e secundário	52	2,14
Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	52	2,14
Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos	52	2,14
Agricultor de subsistência	42	1,73
Cozinheiro	41	1,69
Agricultores e trabalhadores qualificados de culturas agrícolas de mercado	38	1,56
Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa e construção	38	1,56
Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos	36	1,48
Profissionais de enfermagem	34	1,40
Diretores das indústrias transformadoras, extrativas, da construção, transportes e distribuição	33	1,36
Professores dos ensinos básico (1.º CEB) e educadores de infância	29	1,19
Empregados de aprovisionamento, armazém, de serviços de apoio à produção e transportes	29	1,19
Empregados de mesa e bar	28	1,15
Especialistas em engenharia (exceto electrotecnologia)	26	1,07
Técnicos de nível intermédio da área financeira e matemática	26	1,07
Diretor geral e gestor executivo, de empresas	24	0,99
Pessoal de receção e de informação a clientes	23	0,95
Trabalhadores qualificados em acabamentos da construção e similares	22	0,91
Agricultor e trabalhador qualificado da agricultura e produção animal combinadas, orientados para o mercado	21	0,86
Cabeleireiros, esteticistas e similares	20	0,82
Trabalhadores qualificados da floresta e similares	19	0,78
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	19	0,78
Outros profissionais de saúde	17	0,70

(Continua)

(Continuação)

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Instaladores e reparadores de equipamento elétrico	17	0,70
Especialistas em ciências sociais e religiosas	16	0,66
Pintores, limpadores de fachadas e similares	16	0,66
Administrativos e secretários especializados	15	0,62
Outros profissionais de nível intermédio da saúde	14	0,58
Trabalhadores da recuperação de resíduos	14	0,58
Analistas e programadores, de <i>software</i> , <i>web</i> e de aplicações	13	0,54
Outros trabalhadores relacionados com vendas	13	0,54
Auxiliares de educadores de infância e de professores	13	0,54
Produtores e trabalhadores qualificados na criação animal	13	0,54
Trabalhadores da montagem	13	0,54
Diretores e gerentes, do comércio a retalho e por grosso	12	0,49
Técnicos das ciências físicas e de engenharia	12	0,49
Operadores de máquinas para o fabrico de produtos têxteis, de pele com pêlo e couro	12	0,49
Assistentes na preparação de refeições	12	0,49
Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça, marceneiros e similares	11	0,45
Operadores de instalações, da extração mineira e de processamento de minerais	10	0,41
Arquitetos, urbanistas, agrimensores e <i>designers</i>	9	0,37
Agentes de compras, de vendas e corretores comerciais	9	0,37
Técnicos operadores das tecnologias de informação e comunicação e de apoio aos utilizadores	9	0,37
Motoristas de automóveis ligeiros, de carrinhas e condutores de motociclos	9	0,37
Trabalhadores de limpeza de veículos, janelas, roupa e de outra limpeza manual	9	0,37
Encarregados das indústrias extrativa, transformadora e construção	8	0,33
Técnicos de nível intermédio das atividades culturais, artísticas e culinárias	8	0,33
Técnicos de operação e controlo de processos industriais	7	0,29
Agentes de nível intermédio da Administração Pública, para aplicação da lei e similares	7	0,29
Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais e religiosos	7	0,29
Especialistas em finanças e contabilidade	6	0,25
Outros trabalhadores dos serviços pessoais	6	0,25
Operadores de caixa e venda de bilhetes	6	0,25
Especialistas em ciências da vida	5	0,21
Especialistas em base de dados e redes	5	0,21
Técnicos da medicina e farmácia	5	0,21
Técnicos das telecomunicações e da radiodifusão	5	0,21

(Continua)

(Continuação)

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	5	0,21
Trabalhadores não qualificados de apoio, aos transportes e armazenagem	5	0,21
Diretores de serviços de negócios e de administração	4	0,16
Diretores de vendas, <i>marketing</i> e de desenvolvimento de negócios	4	0,16
Diretores de serviços especializados	4	0,16
Diretores e gerentes, de hotelaria e restauração	4	0,16
Engenheiros de electrotecnologia	4	0,16
Médicos	4	0,16
Professor dos ensinos universitário e superior	4	0,16
Outros especialistas do ensino	4	0,16
Especialistas em organização administrativa	4	0,16
Especialistas em vendas, <i>marketing</i> e relações públicas	4	0,16
Especialistas em assuntos jurídicos	4	0,16
Forjadores, serralheiros mecânicos e similares	4	0,16
Instaladores e reparadores, de equipamentos eletrónicos e de telecomunicações	4	0,16
Vendedor ambulante (exceto de alimentos)	4	0,16
Outro pessoal das Forças Armadas	3	0,12
Diretores de produção na agricultura, produção animal, floresta e pesca	3	0,12
Diretores e gerentes de outros serviços	3	0,12
Agentes de negócios	3	0,12
Técnicos de atividade física e de desporto	3	0,12
Operadores de máquinas do fabrico de produtos alimentares e similares	3	0,12
Operadores de instalações para o fabrico de papel, para o trabalho da madeira e cortiça	3	0,12
Outros operadores de instalações fixas e máquinas	3	0,12
Sargentos das Forças Armadas	2	0,08
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores da Administração Pública e de organizações especializadas	2	0,08
Diretores dos serviços das TIC	2	0,08
Autores, jornalistas e linguistas	2	0,08
Governante doméstico e encarregados de limpeza e de trabalhos domésticos	2	0,08
Oficiais das Forças Armadas	1	0,04
Veterinário	1	0,04
Bibliotecários, arquivistas e curadores de museus e similares	1	0,04
Artistas criativos e das artes do espetáculo	1	0,04
Técnicos e profissões afins das ciências da vida, de nível intermédio	1	0,04

(Continua)

(Continuação)

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Vendedores ambulantes e em mercados	1	0,04
Trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	1	0,04
Trabalhadores de outros ofícios	1	0,04
Operadores de máquinas para o fabrico de produtos de borracha, plástico e papel	1	0,04
Total	2429	100

Fonte: INE.

Quadro 25. Proporção da população ativa que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Castelo de Penalva	95,58	90,70	93,47
Esmolfe	96,20	98,51	97,26
Germil	95,18	98,46	96,62
Ínsua	94,55	90,05	92,29
Lusinde	80,65	65,52	73,33
Pindo	91,91	88,93	90,63
Real	97,62	92,11	95,00
Sezures	96,19	91,14	94,02
Trancozelos	98,00	97,30	97,70
UF de Antas e Matela	95,59	84,62	90,83
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	97,56	87,10	93,06
Penalva do Castelo	94,24	90,22	92,39
Viseu Dão Lafões	94,03	91,74	92,91
Centro	94,77	93,32	94,06
Continente	92,76	91,11	91,94

Fonte: INE.

Quadro 26. Proporção da população residente que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Castelo de Penalva	28,05	18,27	22,91
Esmolfe	41,30	33,33	37,17
Germil	36,74	28,96	32,80
Ínsua	42,98	36,92	39,78
Lusinde	26,04	20,21	23,16
Pindo	40,79	28,30	34,38
Real	35,34	27,34	31,15
Sezures	34,24	23,15	28,55
Trancozelos	45,37	25,90	34,41
UF de Antas e Matela	35,14	20,18	27,05
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	33,61	20,45	26,69
Penalva do Castelo	38,24	28,44	33,12
Viseu Dão Lafões	43,28	36,10	39,49
Centro	45,24	39,16	42,05
Continente	45,88	40,05	42,82

Fonte: INE.

A taxa de emprego total no concelho de Penalva do Castelo observou uma diminuição, passando de 39,9%, em 2001, para 36,9%, em 2021 (Figuras 45 e 46 e Quadro 27). Este decréscimo deve-se à diminuição da taxa de emprego nos homens, que passou, em igual período, de 55,1% para 43,33%. Já nas mulheres destaca-se o aumento da taxa de emprego, passando de 25,4%, em 2001, para 31,19%, em 2021. Embora se tenha registado um aumento na taxa de emprego do sexo feminino, esta continua a ser inferior à registada no sexo masculino, tendência que já se registava em 2001. De sublinhar que no último período intercensitário a taxa de emprego manteve-se estável (de 36,8%, em 2011, para 36,9%, em 2021).

Olhando mais detalhadamente para a taxa de emprego de 2021, observa-se que Penalva do Castelo apresenta um valor bastante inferior ao registado pela CIM Viseu Dão Lafões (44,64%), pela Região Centro (47,69%) e por Portugal continental (49,12%).

Taxa de emprego

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

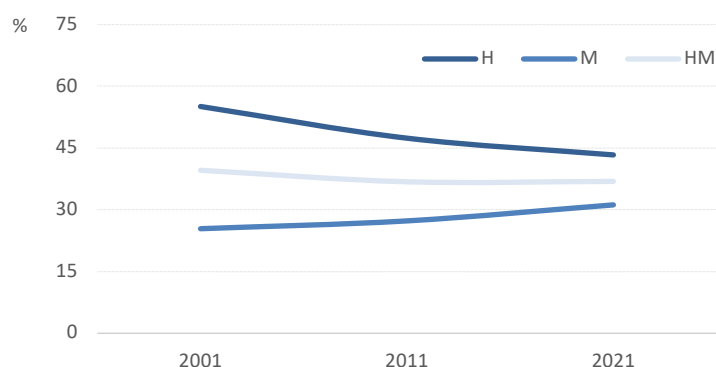


Figura 45. Evolução da taxa de emprego entre 2001 e 2021.

Fonte: INE.

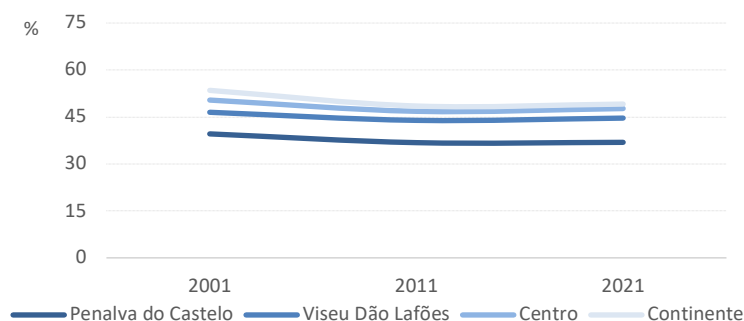


Figura 46. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2001 e 2021.⁴

Fonte: INE.

⁴ NUTS 2013 (Região Centro, composta por 100 municípios).

Quadro 27. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2001 e 2021.⁵

Unidade territorial	HM			H			M		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
	(%)								
Penalva do Castelo	39,60	36,80	36,90	55,10	47,40	43,33	25,40	27,30	31,19
Viseu Dão Lafões	46,50	43,92	44,64	58,20	50,85	49,44	36,00	37,82	40,43
Centro	50,40	46,81	47,69	60,40	52,53	51,92	41,30	41,70	43,92
Continente	53,50	48,50	49,12	62,50	53,50	53,24	45,40	43,90	45,47

Fonte: INE.

Sendo um dos principais objetivos plasmados na estratégia Europa 2030 o aumento do emprego, pretendendo-se que até 2030 a taxa de emprego aumente para 78% no grupo etário dos 20 aos 64 anos, é de analisar a situação do concelho de Penalva do Castelo nesta matéria. Com 63,32% no ano de 2021 (Figura 47 e Anexo XX), o território concelhio encontra-se abaixo do valor de referência, assim como das taxas observadas na CIM Viseu Dão Lafões (69,13%), na Região Centro (71,94%) e Portugal continental (70,75%).

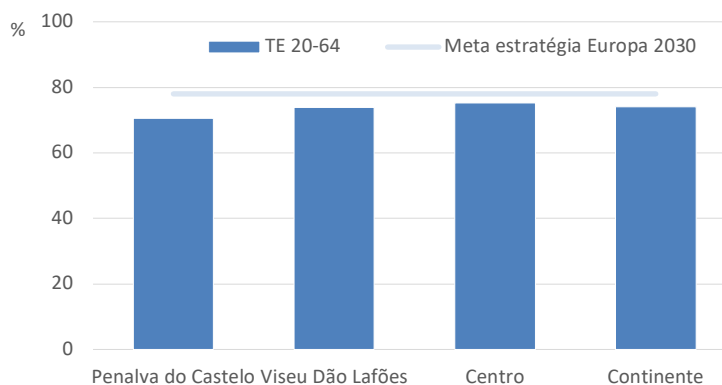


Figura 47. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021 e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: INE.

Descendo à escala da freguesia, é possível observar que todas apresentam uma taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos inferior à meta estratégica definida para 2030 (Figura 48). As freguesias de Ínsua (72,75%) e Esmolfe (70,16%) são as que regista a taxa de

⁵ NUTS 2013 (Região Centro, composta por 100 municípios).

emprego mais elevada. Já as freguesias de Lusinde (46,51%) e Castelo de Penalva (49,44%) são as que se encontravam em 2021 mais distantes da meta.

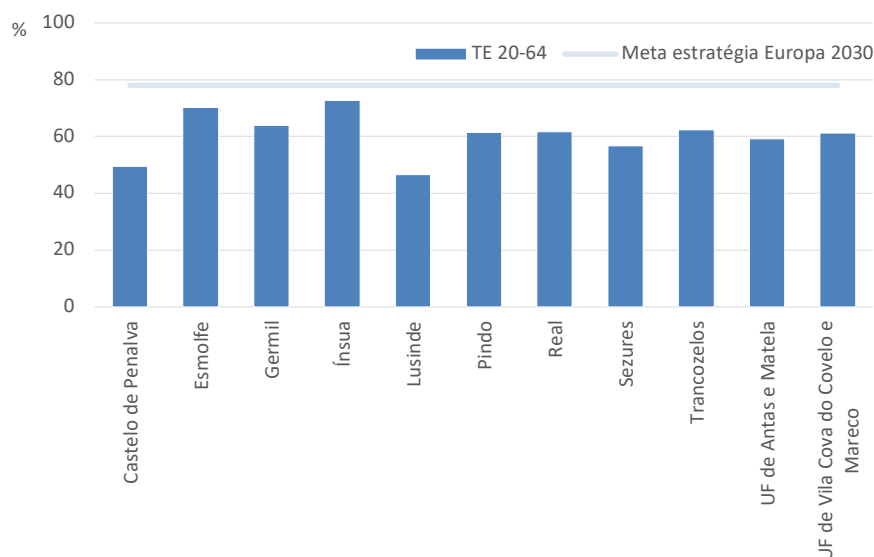
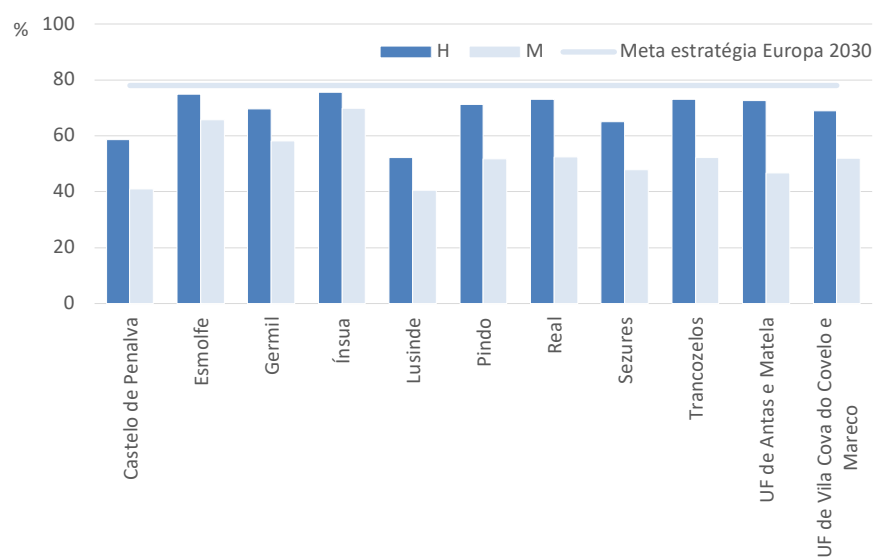


Figura 48. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: INE.

Por sexo, a taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos é, à semelhança da taxa de emprego global, superior no sexo masculino em todas as freguesias que constituem o concelho de Penalva do Castelo (Figura 49).



Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Figura 49. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia e o sexo, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: INE.

II.4.2. Desemprego

Entre 2011 e 2021 verificou-se um decréscimo da taxa de desemprego no concelho de Penalva do Castelo (de 12,38% para 7,61%), acompanhando a dinâmica observada nas unidades territoriais de referência (Figura 50 e Anexo XXI). De referir que a taxa de desemprego de Penalva do Castelo em 2021 é inferior à de Portugal continental (8,06%), mas superior à da CIM Viseu Dão Lafões (7,09%) e à da Região Centro (6,02%).

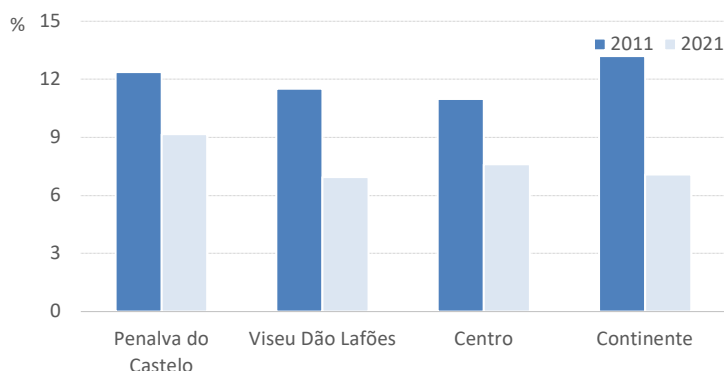


Figura 50. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

A freguesia de Lusinde contraria a tendência global de diminuição, registando, no último período intercensitário, um aumento da taxa de desemprego, passando de 21,05% a 26,67% (Figura 51).

Segundo o sexo, a taxa de desemprego é, em 2021, inferior nos homens, com 5,76%, em relação às mulheres, com 9,78% (Figura 52). Esta dinâmica apenas não se regista nas freguesias de Esmolfe e Germil, uma vez que nestas unidades territoriais a taxa de desemprego é superior nos homens comparativamente com a das mulheres.

Tendo por base as estatísticas do IEFP para a última década, verifica-se, entre os anos de 2014 e 2024, uma diminuição do número de desempregados, passando de 440 a 162 desempregados, valor que representa -63,18%, isto é, -278 desempregados (Figura 53). De

referir que esta dinâmica foi apenas interrompida em 2020 e 2021, anos marcados por um aumento no número de desempregados.

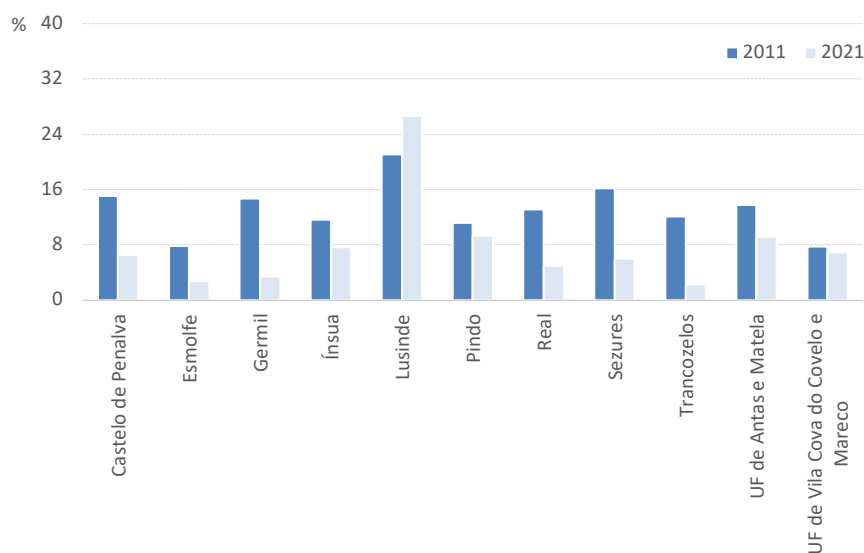


Figura 51. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

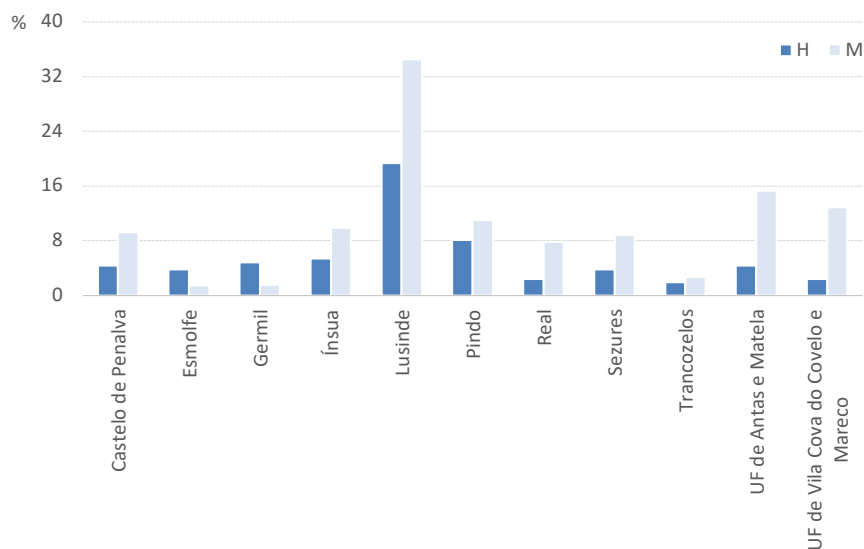
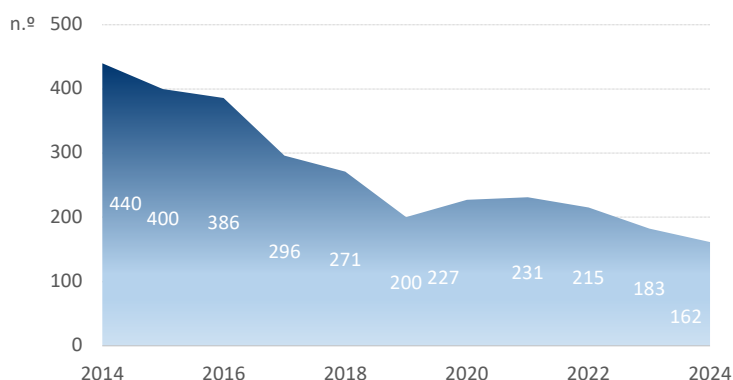
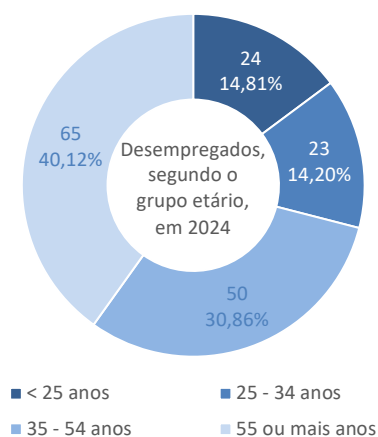


Figura 52. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

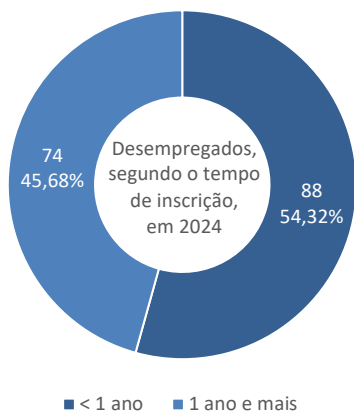
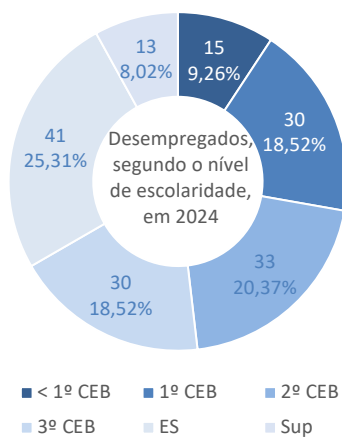
Fonte: INE.

Desempregado

Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).



Fonte: IEFP.



Numa referência ao perfil dos desempregados no concelho de Penalva do Castelo em 2024, constata-se que os grupos etários dos 35 aos 54 anos e dos 55 ou mais anos são aqueles que assumem maior representatividade, correspondendo a 30,86% e 40,12%, respetivamente. Os grupos etários com idade inferior a 25 anos e dos 25 aos 34 anos representam apenas 14,81% e 14,20%, respetivamente.

No que respeita ao nível de escolaridade, o ensino secundário (25,31%) e o 2.º CEB (20,37%) são os que apresentam o maior número de desempregados. Segue-se, com número igual, o 1.º CEB e o 3.º CEB, que corresponde a 18,52%. O ensino superior é o que apresenta o menor número de desempregados (8,02%). De salientar 9,26% dos desempregados não tinha concluído o 1.º CEB.

Relativamente ao tempo de inscrição, verifica-se um número superior de desempregados que estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano (54,32%), do que os que se encontram há um ano e mais (45,68%).

Por último, quanto à situação face à procura de emprego, o maior número de desempregados encontra-se à procura de novo emprego (88,89%), correspondendo os desempregados numa situação de 1.º emprego a apenas 11,11%.

II.4.3. Rendimento e condições de vida

Em Penalva do Castelo, no ano de 2021, o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade é a reforma/pensão (38,96%), situação que reflete o envelhecimento da população que marca este território concelhio (Quadro 28). Já o trabalho é o segundo principal meio de vida para 37,07% da população. Seguem-se as pessoas a cargo da família e as outras situações que correspondem a 13,29% e 6,32%, respetivamente. O subsídio de desemprego, rendimento social de inserção, outro subsídio temporário e o rendimento da propriedade ou da empresa apresentam uma representatividade residual neste território concelhio.

De salientar que nas freguesias de Esmolfe, Ínsua e Pindo o trabalho é o principal meio de vida, à semelhança do que se observa na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e no continente. Nas restantes freguesias o principal meio de vida é a reforma/pensão, refletindo o envelhecimento populacional.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em Penalva do Castelo era, em 2021, de 992,62€ (Figura 54 e Quadro 29). Este valor coloca-o numa posição desfavorável quando comparado com as unidades de referência, uma vez que o seu salário médio mensal é inferior ao da CIM Viseu Dão Lafões (1099,74€), da Região Centro (1157,63€) e de Portugal continental (1294,11€). Observa-se, assim, um gap salarial em relação à CIM Viseu Dão Lafões, à Região Centro e a Portugal continental de -107,12€, -165,01€ e -301,49€, respetivamente.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos varia em função do sexo, das atividades económicas e das habilitações literárias.

No que diz respeito ao sexo, constata-se um gap salarial desfavorável às mulheres em todas as unidades territoriais de referência (Figura 55). Com efeito, e olhando apenas para Penalva do Castelo, o vencimento médio mensal nos homens é de 1074,10€ e nas mulheres é de 878,79€, o que se traduz numa disparidade salarial de 195,34€, *gap* superior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (189,89€), mas inferior ao registado na Região Centro (244,62€) e em Portugal continental (223,62€).

Ganho mensal

Montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

Quadro 28. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.

Unidade territorial	Trabalho	Reforma/ pensão	Subsídio de desemprego	RSI	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, entre outros)	Rendimento da propriedade ou da empresa	A cargo da família	Outra situação	Total
	(n.º)								
Castelo de Penalva	221	351	7	8	10	5	65	89	756
Esmolfe	143	127	1	0	5	2	49	19	346
Germil	136	161	4	3	5	2	57	15	383
Ínsua	804	632	39	7	27	4	205	80	1798
Lusinde	46	77	5	5	2	2	29	7	173
Pindo	573	533	42	17	22	9	247	102	1545
Real	72	90	4	1	1	2	30	18	218
Sezures	182	205	3	3	7	7	78	45	530
Trancozelos	79	81	4	3	3	1	27	21	219
UF de Antas e Matela	114	185	5	2	4	1	56	11	378
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	70	123	1	0	1	1	32	9	237
Penalva do Castelo	2440	2565	115	49	87	36	875	416	6583
Viseu Dão Lafões	99368	73498	4071	2077	2417	1157	29797	11254	223639
Centro	685947	473737	24412	12539	17073	8018	179499	60494	1461719
Continente	4173873	2462265	203489	89024	106699	60631	1137196	358035	8591212

Fonte: INE.

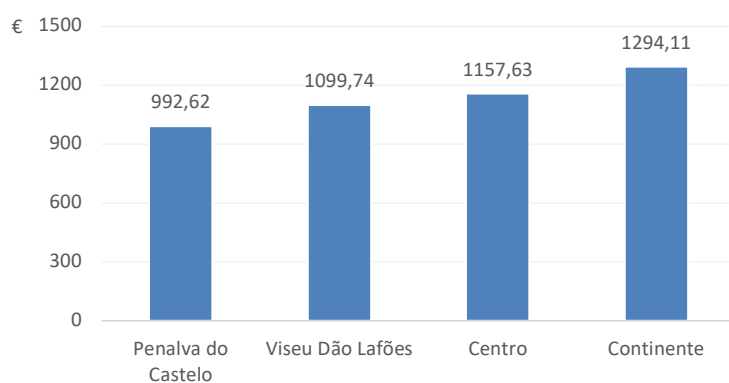


Figura 54. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2021.

Fonte: INE.

Quadro 29. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	H	M	HM	Disparidade salarial	H	M	HM
	(€)						
Penalva do Castelo	1074,13	878,79	992,62	195,34	-	-	-
Viseu Dão Lafões	1183,47	993,58	1099,74	189,89	-109,34	-114,79	-107,12
Centro	1266,8	1022,2	1157,63	244,62	-192,69	-143,41	-165,01
Continente	1395,7	1172,08	1294,11	223,62	-321,57	-293,29	-301,49

Fonte: INE.

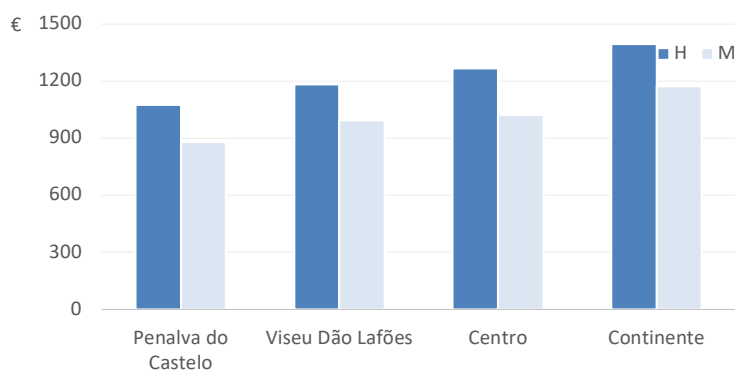


Figura 55. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

Relativamente ao setor da atividade económica (Figura 56 e Quadro 30), em Penalva do Castelo o setor secundário é o que apresenta o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos mais elevado, com 1037,19€, valor, ainda, assim inferior ao auferido na CIM Viseu Dão Lafões (-63,75€), na Região Centro (-161,37€) e em Portugal continental (-176,74€). Segue-se o setor terciário, com 970,66€ de remuneração média mensal, menos -132,7€ que na CIM Viseu Dão Lafões, -147,97€ que na Região Centro e -368,78€ que em Portugal continental. Em último lugar encontra-se o setor primário, com um rendimento médio mensal de 824,98€ (-149,39€ que na CIM Viseu Dão Lafões, -184,68€ que na Região Centro e -186,45€ que no continente).

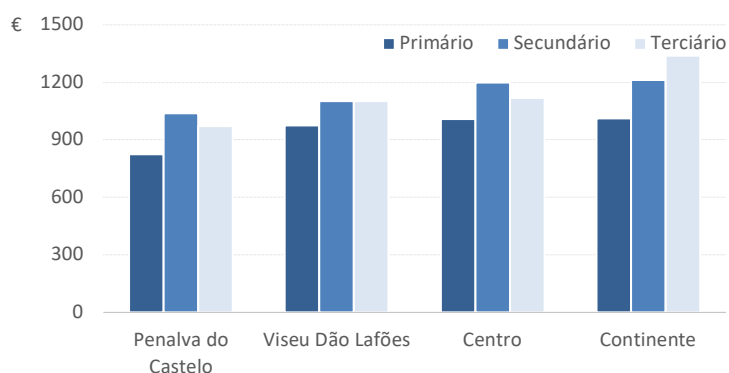


Figura 56. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: INE.

Quadro 30. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Unidade territorial	Ganho médio mensal			Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	(€)					
Penalva do Castelo	824,98	1037,19	970,66	-	-	-
Viseu Dão Lafões	974,37	1100,94	1103,36	-149,39	-63,75	-132,7
Centro	1009,66	1198,56	1118,63	-184,68	-161,37	-147,97
Continente	1011,43	1213,93	1339,44	-186,45	-176,74	-368,78

Fonte: INE.

Como se observa, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Penalva do Castelo é em todos os setores de atividade inferior ao das unidades territoriais de referência.

Quanto às habilitações literárias, e tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, em Penalva do Castelo o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (bacharelato, licenciatura e mestrado) é superior relativamente ao dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais baixos (Quadros 31 e 32).

Numa referência aos valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 330,43€ do que as pessoas com o 1.º CEB e mais 203,78€ do que as pessoas que detêm o ensino secundário. Atendendo a esta realidade, poder-se-á concluir que embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades no ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a remuneração dos diferentes profissionais. A média salarial praticada no concelho de Penalva do Castelo é inferior à praticada em todas as unidades territoriais de referência na totalidade dos níveis de ensino, exceção feita aos 2.º e 3.º CEB em que é superior ao da CIM Viseu Dão Lafões e ao bacharelato em que é superior ao da CIM Viseu Dão Lafões e ao da Região Centro.

Quadro 31. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
(€)											
Penalva do Castelo	805,73	862,93	1004,05	977,76	989,58	-	1642,42	1193,36	1247,36	...	992,62
Viseu Dão Lafões	823,06	901,58	961,59	968,39	1041,13	989,06	1590,55	1535,43	1643,98	2256,55	1099,74
Centro	851,48	935,84	1007,54	1020,16	1079,85	1099,89	1592,92	1583,93	1712,76	2497,60	1157,63
Continente	849,53	928,18	978,30	1013,30	1163,52	1207,83	1957,13	1938,60	2062,14	2797,56	1294,11

... Segredo estatístico.

Fonte: INE.

Quadro 32. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
(€)											
Penalva do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viseu Dão Lafões	-17,33	-38,65	42,46	9,37	-51,55	-	51,87	-342,07	-396,62	-	-107,12
Centro	-45,75	-72,91	-3,49	-42,40	-90,27	-	49,50	-390,57	-465,40	-	-165,01
Continente	-43,80	-65,25	25,75	-35,54	-173,94	-	-314,71	-745,24	-814,78	-	-301,49

... Segredo estatístico.

Fonte: INE.

Por fim, o indicador do poder de compra *per capita*, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes concelhos ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados de 2021 (Figura 57), Penalva do Castelo apresenta um poder de compra *per capita* de 65,85%, abaixo do registado na CIM Viseu Dão Lafões (83,80) e na Região Centro (89,87). Em termos evolutivos, observa-se um aumento do poder de compra *per capita*, apenas interrompido nos anos de 2007, 2015 e 2017, passando de 44,02, em 2004, a 65,75, em 2021 (Figura 58).

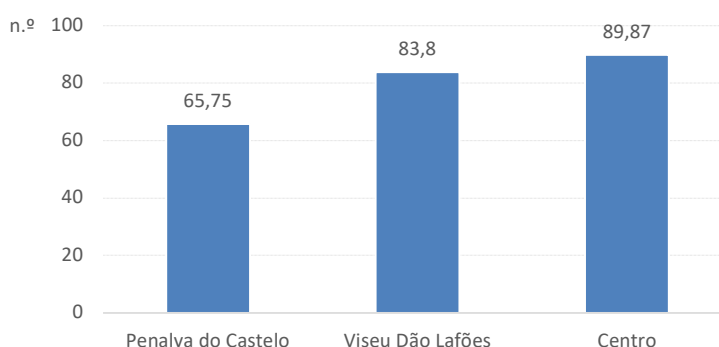


Figura 57. Poder de compra *per capita* em 2021.⁶

Fonte: INE.

⁶ NUTS 2013 (Região Centro, composta por 100 municípios).

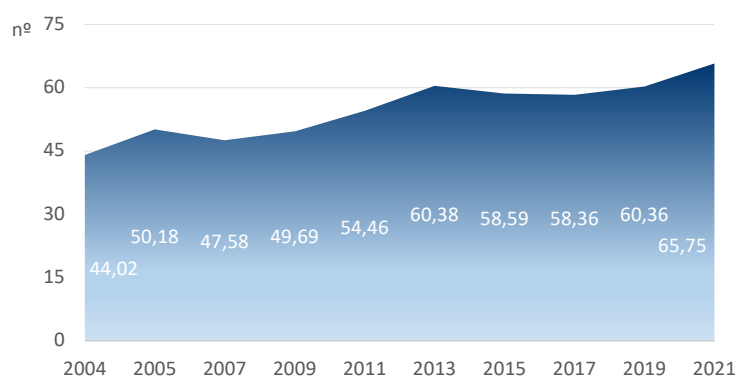


Figura 58. Evolução do poder de compra *per capita* entre 2004 e 2021.

Fonte: INE.

II.5. Indicadores socioeducativos

II.5.1. Nível de escolaridade

A população de Penalva do Castelo apresenta, em termos relativos, uma menor escolarização do que a generalidade da população portuguesa (Figura 59 e Anexo XXII). Para esta afirmação contribui a análise da população em dois níveis extremos. Se, por um lado, a população residente com apenas o 1.º CEB (35,31%) é superior à média do continente (21,38%), da Região Centro (24,65%) e da CIM Viseu Dão Lafões (26,75%). Por outro lado, a população residente em Penalva do Castelo com níveis de escolaridade superiores - ensino secundário (13,99%) e ensino superior (7,85%) - é inferior à média do continente (20,59% e 17,42%), da Região Centro (19,27% e 15,99%) e da CIM Viseu Dão Lafões (18,21% e 14,33%). De referir que a população residente em Penalva do Castelo sem nenhum nível de escolaridade completo (16,96%) é superior à registada no continente (12,96%), na Região Centro (13,17%) e na CIM Viseu Dão Lafões (13,67%).

Desagregando o ensino superior, verifica-se que no concelho de Penalva do Castelo predomina a licenciatura, com 73,44% (Figura 60 e Anexo XXIII). Segue-se, com um valor bastante inferior, o mestrado, com 17,01% e o bacharelato, com 6,60%. Por fim, encontra-se o doutoramento, com 1,56% e o curso técnico superior profissional, com 1,39%. A realidade descrita é, também, comum às unidades territoriais de referência.

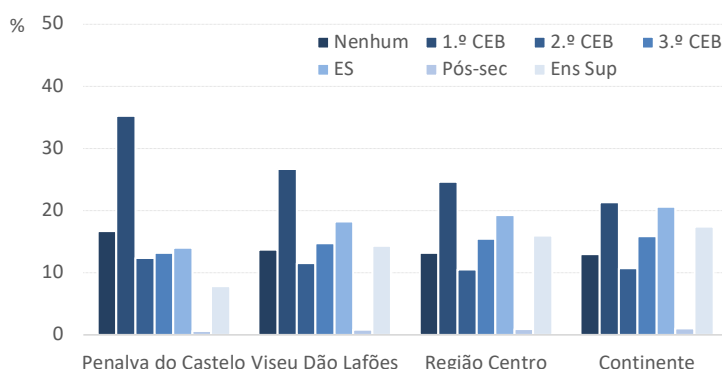
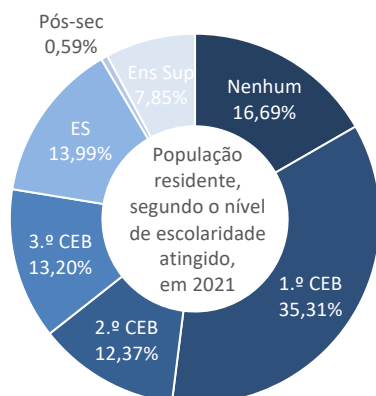


Figura 59. População residente, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.

Fonte: INE.

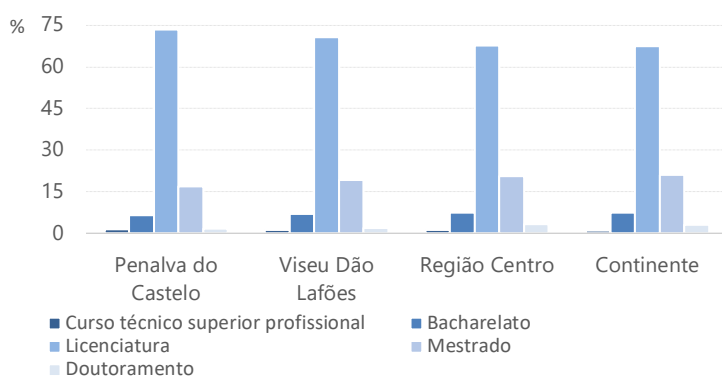


Figura 60. População residente, segundo o nível de ensino superior, em 2021.

Fonte: INE.

Analisando a população residente por freguesia segundo o nível de ensino atingido, destaca-se a freguesia de Ínsua por apresentar um nível de escolaridade mais elevado, na medida em que 18,23% dos seus residentes concluiu o ensino secundário e 11,83% o ensino superior (Figura 61).

Quando se analisam os níveis de escolaridade da população residente em Penalva do Castelo com 15 e mais anos de idade, observa-se uma redução da proporção de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade completo, que passa de 16,69% para 11,71% (Figura 62 e Anexo XXIV). Esta diminuição decorre, em parte, do facto de a análise não integrar as crianças que, em função da idade, ainda não concluíram qualquer ciclo de estudos. Paralelamente, e com exceção do 2.º CEB – que regista igualmente um decréscimo (de 12,37% para 11,41%) –, verifica-se um aumento da proporção da população nos restantes

níveis de escolaridade: de 35,31% para 37,64% no 1.º CEB, de 13,2% para 14,25% no 3.º CEB, de 13,99% para 15,59% no ensino secundário, de 0,59% para 0,65% no ensino pós-secundário e de 7,85% para 8,75% no ensino superior. No seu conjunto, esta evolução traduz uma progressiva qualificação da população residente, ainda que persistam níveis expressivos de escolaridade básica como patamar máximo de formação.

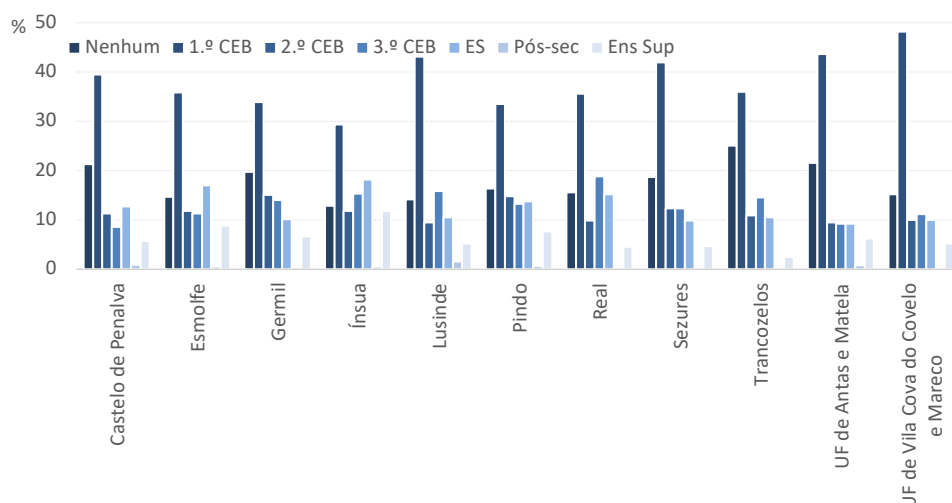


Figura 61. População residente por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.

Fonte: INE.

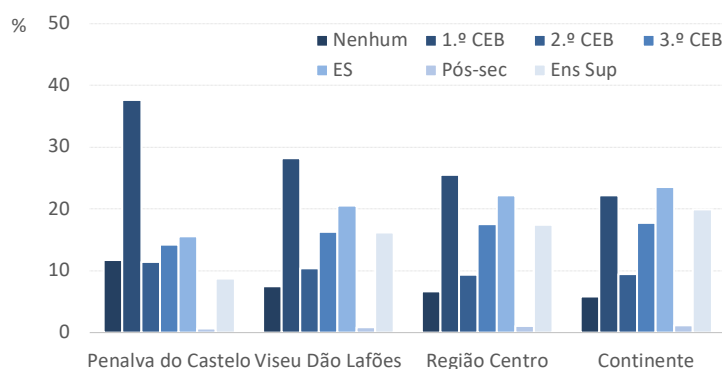
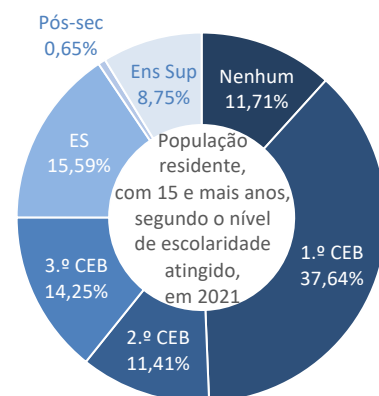


Figura 62. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.

Fonte: INE.



Em síntese, em 2021, 49,35% da população do concelho de Penalva do Castelo com 15 e mais anos de idade não tinha completado nenhum nível de escolaridade (11,71%) ou possuía apenas o 1.º CEB (37,64%). Nos restantes níveis de escolaridade, destacava-se o ensino secundário (15,59%), seguido do 3.º CEB (14,25%), do 2.º CEB (11,41%) e do ensino superior (8,75%), surgindo, por último, o ensino pós-secundário (0,65%).

Analfabeto

Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., que é incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou escrever uma frase completa.

II.5.2. Analfabetismo

Outro indicador que permite analisar o grau de escolarização da população é a observação do fenómeno do analfabetismo (Figura 63 e Anexo XXV). No último período intercensitário em Penalva do Castelo verificou-se uma redução da população residente analfabeta com 10 ou mais anos, passando de 893 para 459 pessoas (-434 pessoas, que corresponde a -48,60%). Dinâmica visível na totalidade das freguesias que integram o concelho de Penalva do Castelo. De salientar que nos homens observou-se uma redução de -51,9% (-178 analfabetos), sendo este valor de -46,55% nas mulheres (-256 analfabetos).

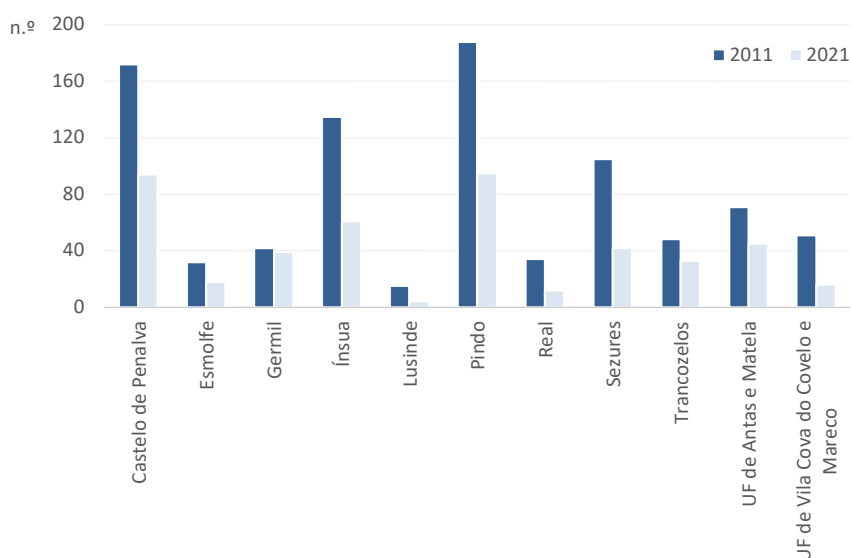


Figura 63. População residente analfabeta, com 10 ou mais anos, por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Analisando o ano mais recente no concelho de Penalva do Castelo, verifica-se uma grande desigualdade entre a população residente analfabeta, observando as mulheres, com 294 habitantes, um valor superior ao dos homens, com 165 habitantes (Figura 64). Dinâmica visível na totalidade das freguesias que integram o concelho de Penalva do Castelo, exceção feita à UF de Vila Cova do Covelo e Mareco, que regista um número de mulheres (7) inferior aos dos homens (9).

Note-se que além dos 459 analfabetos identificados em 2021, são de considerar também os indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram nenhum nível de escolaridade e que não raramente se enquadram na categoria de analfabetismo funcional.

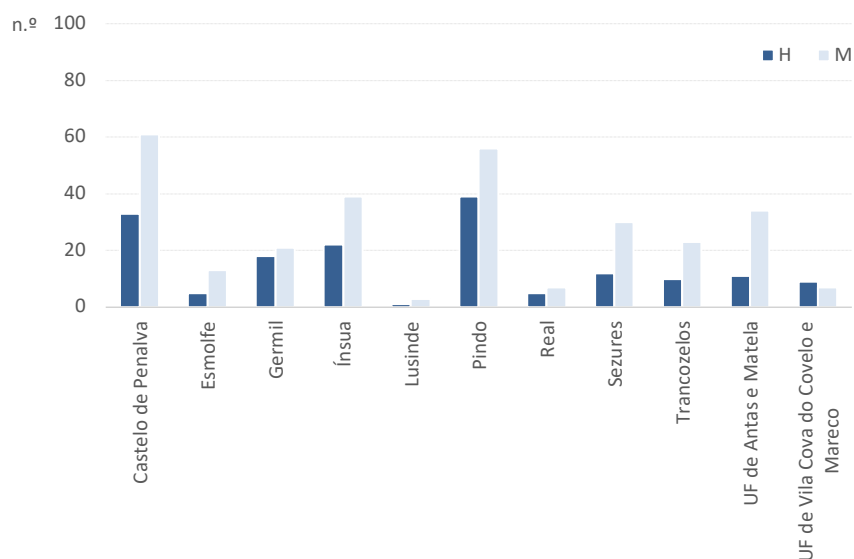


Figura 64. População residente analfabeta, com 10 ou mais anos, por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

A taxa de analfabetismo reflete o quadro anteriormente descrito (Figura 65 e Anexo XXVI). Com efeito, entre 2011 e 2021 o concelho de Penalva do Castelo observou uma diminuição da taxa de analfabetismo, passando de 12,1% para 6,67%, dinâmica registada em todas as unidades de referência.

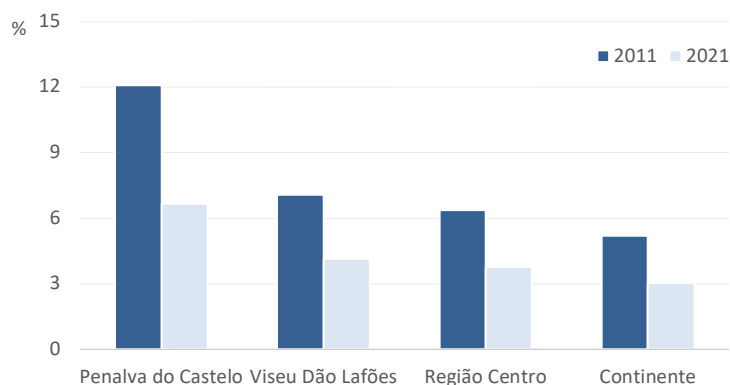


Figura 65. Taxa de analfabetismo em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Taxa de analfabetismo

Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário (População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever/População residente com 10 e mais anos * 100).

Considerando apenas o ano de 2021, é evidente o desequilíbrio existente entre sexos, que se traduz numa taxa de analfabetismo de 5,06% nos homens e de 8,11% nas mulheres (Figura 66). Este desequilíbrio é, também, visível na CIM Viseu Dão Lafões (2,64% nos

homens e 5,48% nas mulheres), na Região Centro (2,32% nos homens e 5,04% nas mulheres) e no continente (2,03% nos homens e 3,95% nas mulheres).

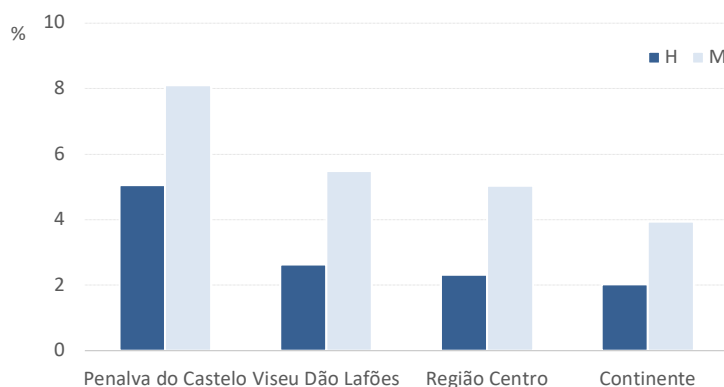


Figura 66. Taxa de analfabetismo, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

Numa referência às freguesias que constituem o concelho de Penalva do Castelo, destacam-se a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (de 16,56% para 6,58%) e a freguesia de Real (de 13,82% para 5,24%), que registam as reduções mais expressivas entre 2011 e 2021 (Figura 67). Em sentido contrário, é na freguesia de Germil (de 10,77% para 9,65%) que se observa a diminuição menos acentuada.

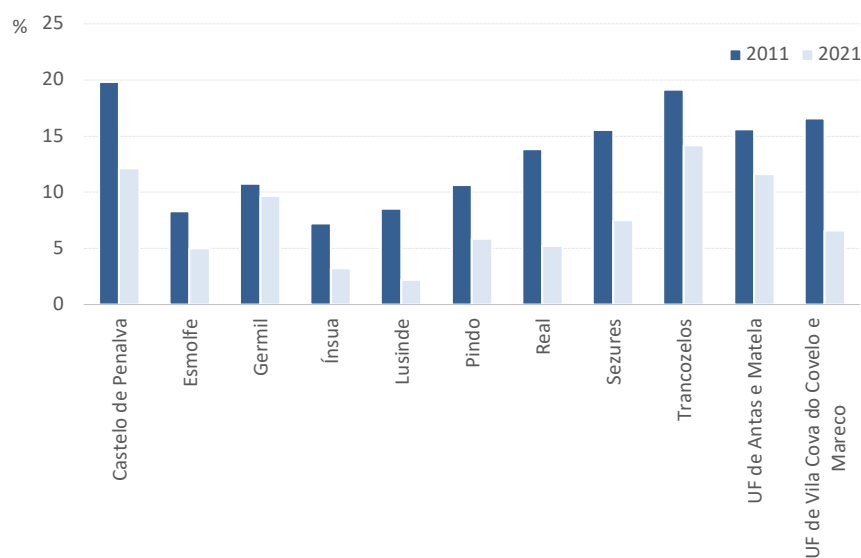


Figura 67. Taxa de analfabetismo por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Por sexo, no ano de 2021 é na UF de Antas e Matela (6,32% nos homens e 15,96% nas mulheres) e em Trancozelos (9,8% nos homens e 17,56% nas mulheres) que a disparidade entre os géneros é mais evidente (Figura 68). Em sentido contrário, são as freguesias de Germil (9,23% nos homens e 10,05% nas mulheres) e Real (4,63% nos homens e 5,79% nas mulheres) que observam o *gap* de género menos significativo. De sublinhar, ainda, que na UF de Vila Cova do Covelo e Mareco a taxa de analfabetismo é superior nos homens (7,89%), face à das mulheres (5,43%).

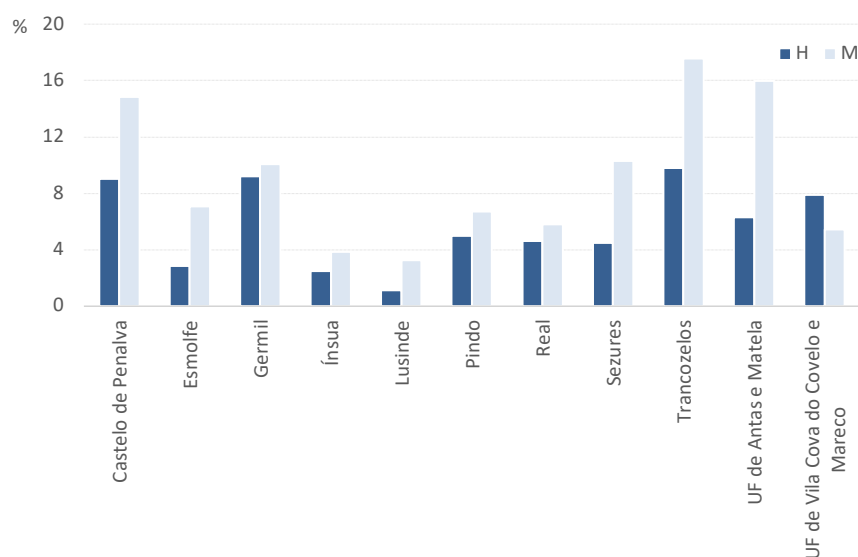


Figura 68. Taxa de analfabetismo por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

Apesar da evolução positiva da taxa de analfabetismo que marcou a última década Penalva do Castelo (6,67%) regista a quarta taxa de analfabetismo mais elevada no contexto da CIM Viseu Dão Lafões (Quadro 33). Efetivamente, apenas os concelhos de Aguiar da Beira (9,58%), Vila Nova de Paiva (7,08%) e Castro Daire (6,76%) registam taxas superiores à do concelho de Penalva do Castelo.

Quadro 33. Taxa de analfabetismo em 2021.

Município	Taxa de analfabetismo (%)
Aguiar da Beira	9,58
Vila Nova de Paiva	7,08
Castro Daire	6,76
Penalva do Castelo	6,67
Sátão	6,23
São Pedro do Sul	4,92
Carregal do Sal	4,67
Mangualde	4,02
Vouzela	3,85
Nelas	3,74
Santa Comba Dão	3,71
Tondela	3,57
Oliveira de Frades	3,33
Viseu	3,14

Fonte: INE.

III. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO

III.1. Oferta escolar

III.1.1. Rede escolar

O concelho de Penalva do Castelo encontra-se bem equipado do ponto de vista da oferta escolar. No ano letivo 2024/2025 a rede escolar é constituída por 6 estabelecimentos de educação e ensino, todos da rede pública e integrados no AE de Penalva do Castelo (Quadros 34 e 35 e Anexo XXVII). Estes equipamentos educativos asseguram desde a educação pré-escolar ao ensino secundário. Destacam-se, naturalmente, as tipologias tradicionalmente associadas à educação pré-escolar e ao 1.º CEB, com um JI, uma EB1 e

duas EB1/JI. Para além destas tipologias, são de referir uma EB1,2/JI e uma EBS, que garantem os restantes níveis de educação e ensino⁷.

Quadro 34. Oferta escolar por tipologia no ano letivo 2024/2025.

Tipologia	Equipamentos educativos
	(n.º)
JI	1
EB1	1
EB1/JI	2
EB1,2/JI	1
EB3/S	1
Total	6

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

Quadro 35. Oferta escolar por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Nível de educação e ensino	Equipamentos educativos
	(n.º)
Educação pré-escolar	4
1.º CEB	4
2.º CEB	1
3.º CEB	1
Ensino secundário	1
Total	11

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

Os estabelecimentos de educação e ensino encontram-se distribuídos pelo território concelhio de forma a assegurar uma cobertura abrangente da população a escolarizar, ainda que do total de 11 freguesias que integram o concelho de Penalva do Castelo, apenas 4 se encontrem servidas por equipamentos educativos, a saber, Castelo de Penalva, Ínsua, Pindo e Sezures (Quadros 36 e 37 e Mapa 17).

A repartição espacial dos estabelecimentos de educação e ensino reflete, naturalmente, o padrão de distribuição populacional, concentrando-se na freguesia mais populosa (Ínsua), onde se encontram representados todos os níveis de educação e ensino existentes no território concelhio - educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

⁷ A rede escolar pública está conforme a Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro, que identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do ME, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, a funcionar no ano escolar de 2023-2024, e o Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores.

Quadro 36. Oferta escolar por tipologia e freguesia no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Jl	EB1	EB1/Jl	EB1,2/Jl	EB3/S	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva			1			1
Ínsua				1	1	2
Pindo	1	1				2
Sezures			1			1
Total	1	1	2	1	1	6

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

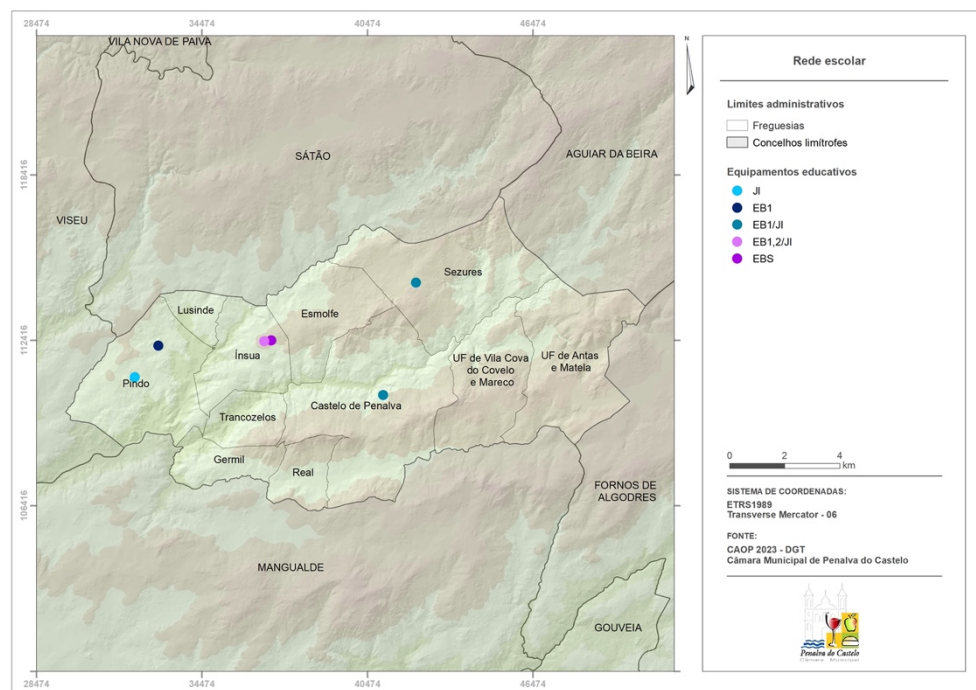
Quadro 37. Oferta escolar por nível de educação e ensino e freguesia no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva	1	1				2
Ínsua	1	1	1	1	1	5
Pindo	1	1				2
Sezures	1	1				2
Total	4	4	1	1	1	11

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

Sublinha-se o facto do padrão de localização dos equipamentos educativos nos diferentes níveis de educação e ensino não ser homogéneo, diferenciando-se dois critérios locativos distintos: o local, para os níveis de educação e ensino de proximidade - educação pré-escolar e 1.º CEB -, que se disseminam de forma mais uniforme pelo território, e o municipal, para os níveis de ensino com uma área de influência superior - 2.º e 3.º CEB e ensino secundário -, que apresentam um carácter fortemente polarizado, concentrando-se no principal núcleo populacional, ou seja, na freguesia de Ínsua. De referir que o critério locativo dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB se deve aos grupos etários envolvidos, em particular na educação pré-escolar, que atribuem ao fator

proximidade uma grande relevância. Pelo contrário, no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário esta não é uma questão prioritária, uma vez que o 2.º e 3.º CEB é planeado em função da área de influência do AE e o ensino secundário tem uma abrangência municipal.



Mapa 17. Rede escolar no ano letivo 2024/2025.

III.1.2. Caracterização física e funcional

Dada a importância de que se revestem as condições materiais dos estabelecimentos de educação e ensino, caracterizar-se-á seguidamente, do ponto de vista físico e funcional, a rede escolar do concelho de Penalva do Castelo, de acordo com um conjunto de indicadores que, ainda que não sendo exaustivo, permite ter uma visão global das condições dos equipamentos educativos. Serão analisadas o estado de conservação, acessibilidade e segurança, a capacidade instalada e taxa de ocupação e os espaços escolares de apoio. Sendo uma componente indispensável da Carta Educativa, esta descrição é também uma ferramenta essencial à tomada de decisão no âmbito da conservação e manutenção de edifícios escolares, que é uma competência municipal.

III.1.2.1. Estado de conservação, acessibilidade e segurança

Relativamente ao estado de conservação, merece especial preocupação a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, ao nível dos espaços exteriores e a Escola Básica de Roriz,

Penalva do Castelo, ao nível dos espaços interiores, uma vez que estes encontram-se em mau estado de conservação (Figura 69 e Quadro 38).

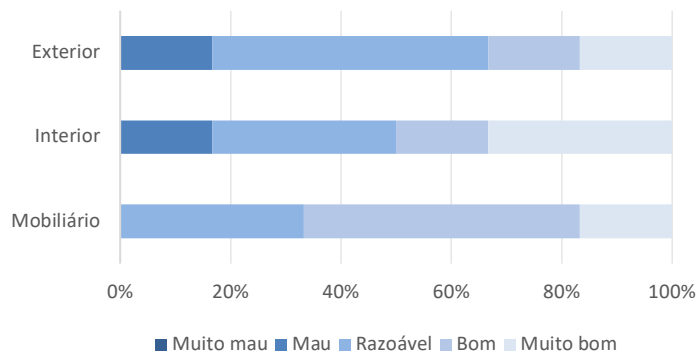


Figura 69. Estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.
Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Quadro 38. Estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação e ensino	Exterior	Interior	Mobiliário
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Razoável	Muito bom	Muito bom
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Bom	Bom	Bom
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	Razoável	Razoável	Bom
Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	Muito bom	Muito bom	Bom
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	Razoável	Mau	Razoável
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	Mau	Razoável	Razoável

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

De destacar pela positiva o Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo por estarem em muito bom e em bom estado de conservação, quer ao nível dos espaços exteriores, quer dos espaços interiores. De sublinhar que no que respeita aos espaços interiores salienta-se, também, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo que está em muito bom estado.

Numa referência ao mobiliário, este encontra-se em muito bom estado na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo e em bom estado de conservação, na Escola Básica

de Ínsua, Penalva do Castelo, na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo e no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo. Nos restantes três estabelecimentos de ensino o mobiliário encontra-se num razoável estado de conservação.

Em termos de acessibilidade, a generalidade dos edifícios escolares apresenta barreiras arquitetónicas, quer exteriores, quer interiores, sendo de referir apenas a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo, por não ter barreiras arquitetónicas interiores, e a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, onde os espaços foram adaptados para garantir a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida (Figura 70 e Quadro 39).

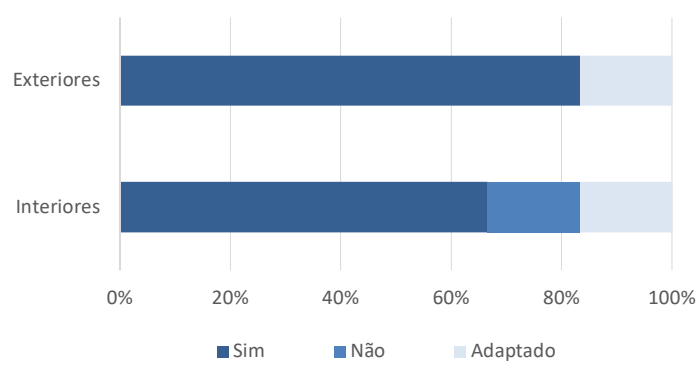


Figura 70. Acessibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.
Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Quadro 39. Acessibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação e ensino	Exteriores	Interiores
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Adaptado	Adaptado
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Sim	Sim
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	Sim	Não
Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	Sim	Sim
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	Sim	Sim
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	Sim	Sim

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Por fim, no que respeita à segurança, de referir, desde logo, que nenhum edifício apresenta plano de emergência (Figura 71 e Quadro 40). Quanto à barra de segurança e passadeira, observa-se a sua existência apenas na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo. Relativamente à sinalização vertical, observa-se a sua existência na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo.

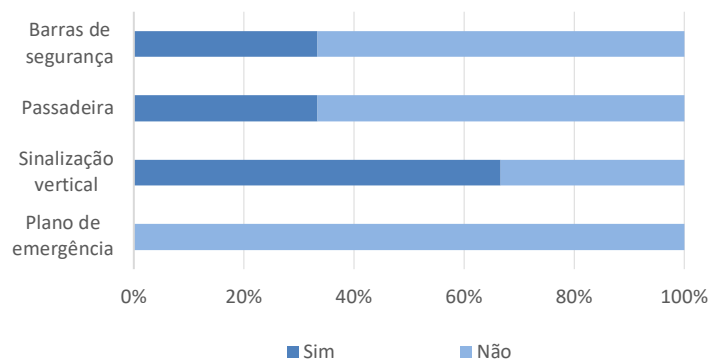


Figura 71. Segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.
Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Quadro 40. Segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação e ensino	Sinalização exterior			Plano de emergência
	Barras de segurança	Passadeira	Sinalização vertical	
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Não	Não	Sim	Não
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Sim	Sim	Sim	Não
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	Sim	Sim	Sim	Não
Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	Não	Não*	Não	Não
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	Não	Não*	Não	Não
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	Não	Não*	Sim	Não

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Nota:

* A configuração viária e a dinâmica de circulação não justificam a implementação de passadeira para travessia de peões.

III.1.2.2. Capacidade instalada e taxa de ocupação

A observação dos equipamentos educativos que integram a rede escolar do concelho de Penalva do Castelo revela a existência, no ano letivo 2024/2025, de um total de 62 salas de atividade/aula (Quadro 41 e Anexos XXVIII, XXIX e XXX).

Quadro 41. Salas de atividade/aula no ano letivo 2024/2025.

Salas de atividade/aula			Grupos/turmas	Capacidade	Crianças/ Alunos	Taxa de ocupação
Com grupo/turma	Sem grupo/turma	Total				
(n.º)						(%)
44	18	62	44	1452	783	53,93

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Outra análise que, no contexto da elaboração da Carta Educativa, é importante realizar e que será de extrema relevância para o planeamento dos equipamentos educativos a curto e médio prazo, relaciona-se com os estabelecimentos de 1.º CEB que possuem menos de quatro salas de aula (Quadro 42). No concelho de Penalva do Castelo encontram-se em funcionamento dois equipamentos educativos com estas características, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, ambas, com 2 salas, cada.

Quadro 42. Estabelecimentos de 1.º CEB com menos de quatro salas de aula no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	1 sala	2 salas	3 salas
	(n.º)		
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	0	1	0
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	0	1	0
Total	0	2	0

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

O número de salas descrito corresponde a uma capacidade⁸ total de 1452 crianças/alunos, o que, considerando a frequência total de 783 crianças/alunos, se traduz numa taxa de ocupação⁹ total de 53,93%.

Numa outra perspetiva de análise, a taxa de ocupação encontra-se abaixo dos 100% em todos os níveis de educação e ensino, o que reflete uma capacidade superior à frequência (Figuras 72, 73 e 74). No 2.º e 3.º CEB e ensino secundário é onde esta diferença é mais expressiva, efetivamente, com uma capacidade para 912 alunos (38 salas de aula) e com uma frequência de 438 alunos, apresenta uma taxa de ocupação inferior a 50%, mais concretamente 48,03%. Já os estabelecimentos de 1.º CEB têm capacidade para 360 alunos (15 salas de aula) e registam a frequência de 219 alunos, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 60,83%. A educação pré-escolar caracteriza-se pela taxa de ocupação mais elevada, com 70%, valores que traduzem uma capacidade para 180 crianças (9 salas de atividade) e a inscrição de 126 crianças.

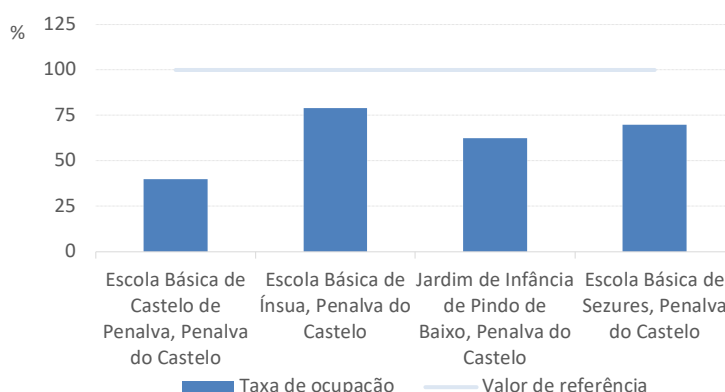


Figura 72. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

⁸ Para o cálculo da capacidade foram considerados os limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019: 20 crianças na educação pré-escolar e 24 alunos no ensino básico e secundário.

⁹ Relação entre a capacidade de um estabelecimento de educação e ensino em regime normal de funcionamento e o número de crianças/alunos que o frequentam em período diurno [(frequência/capacidade) X 100].

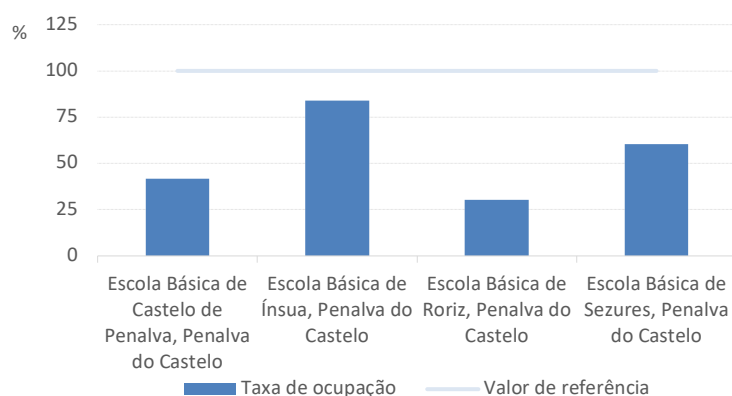


Figura 73. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

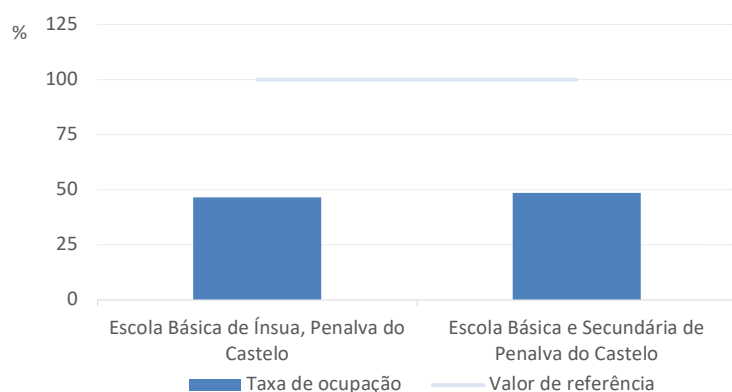


Figura 74. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Analisando a taxa de ocupação por estabelecimento de educação e de ensino constata-se que existem diferenças expressivas.

Na educação pré-escolar, exceção feita à Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, que regista uma taxa de 40%, todos os equipamentos educativos apresentam uma taxa de ocupação superior a 60%. A Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo são os equipamentos educativos com as taxas mais elevadas, com 79% e 70%, respetivamente. Seguindo-se o Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo, com 62,50%.

No 1.º CEB, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo são os equipamentos com as taxas mais elevadas, com 83,93% e 60,42%,

respetivamente. Os outros dois equipamentos educativos registam uma taxa ocupação inferior a 50%, a saber a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, com 41,67% e a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo, com 32,21%.

Por último, no 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, os dois equipamentos educativos apresentam uma taxa inferior a 50%. Efetivamente, a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo e a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo verificam taxas de ocupação de 48,51% e 46,67%, respetivamente.

III.1.2.3. Espaços escolares de apoio

Para a caracterização dos espaços escolares de apoio foram consideradas as salas específicas, as instalações desportivas e os outros espaços (Quadro 43).

Quadro 43. Espaços escolares de apoio nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação e ensino	Salas específicas		Instalações desportivas		Outros espaços							
	Ensino especial	Sala de informática	Pavilhão ginnodesportivo	Campo polidesportivo	Biblioteca	Refeitório	Cozinha/copa	Sala polivalente	Recreio coberto	Recreio descoberto	Espaço verde	Parque infantil
	(n.º)											
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	1	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

A observação das salas específicas e das instalações desportivas revela que apenas os estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB e ensino secundário dispõem deste tipo de espaços. Efetivamente, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo são os únicos estabelecimentos de ensino que dispõem de sala de ensino especial e de sala de informática, no que respeita às salas específicas, e de pavilhão gimnodesportivo e de campo polidesportivo, no que concerne às instalações desportivas.

Ao analisar-se os outros espaços, verifica-se que todos os equipamentos educativos têm refeitório e apenas um não dispõem de cozinha/copa, a saber a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo. Acresce, ainda, referir que o Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo, a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo não dispõem de biblioteca. Os dois últimos estabelecimentos referidos, também, não dispõem de sala de polivalente. Situação que também se verifica na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

Todos os edifícios escolares estão dotados de recreio descoberto. Situação bastante diferente encontra-se quando se considera a existência de recreio coberto, uma vez que apenas três equipamentos educativos dispõem de um espaço com estas características, a saber, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo e a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo.

Por sua vez, de notar que a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo são os únicos estabelecimentos que não integram espaços verdes no seu recinto escolar.

Por fim, no que se refere aos parques infantis, estes estão presentes na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo.

III.2. Procura escolar

III.2.1. Caracterização global

Penalva do Castelo é um centro educativo de pequena dimensão. No ano letivo 2024/2025 o universo estudantil do território concelhio perfaz um total de 783 crianças/alunos, que

frequentam desde a educação pré-escolar ao ensino secundário (Quadro 44 e Figura 75). Uma análise por nível de educação e ensino revela que 126 crianças frequentam a educação pré-escolar (16,09%), 518 alunos o ensino básico (66,16%) e 139 alunos o ensino secundário (17,75%). Os alunos no ensino básico repartem-se pelo 1.º CEB, com 219 alunos (27,97%), pelo 2.º CEB, com 112 alunos (14,3%) e pelo 3.º CEB, com 187 alunos (23,88%).

Quadro 44. Frequência por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Nível de educação e ensino	Crianças/alunos	
	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	126	16,09
1.º CEB	219	27,97
2.º CEB	112	14,30
3.º CEB	187	23,88
Ensino secundário	139	17,75
Total	783	100

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

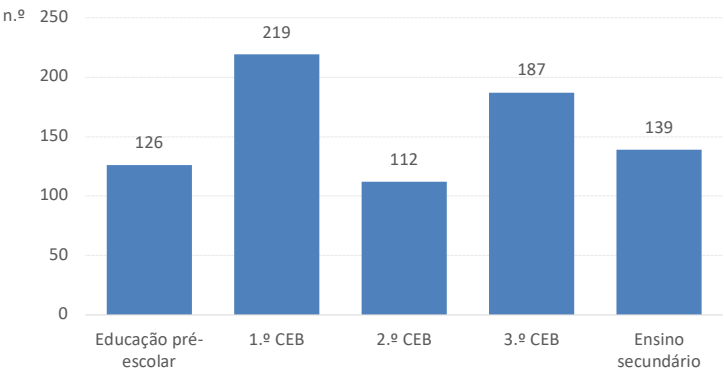


Figura 75. Frequência por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

A distribuição territorial da procura escolar reflete a repartição espacial da oferta escolar, diretamente relacionada com o padrão do povoamento (Quadro 45). A freguesia de Ínsua

é a que apresenta todos os níveis de educação e ensino existentes no território concelhio e é, naturalmente, a que concentra a maior fatia da população escolar, com 658 crianças/alunos (84,04%). As restantes três freguesias integram apenas educação pré-escolar e 1.º CEB registando quantitativos de população escolar muito reduzidos. Efetivamente, na freguesia de Pindo regista a frequência 54 crianças/alunos, seguindo-se a freguesia de Sezures, com 43 crianças/alunos, e, por último, a freguesia de Castelo de Penalva, com 28 crianças/alunos.

Quadro 45. Frequência por freguesia e nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva	8	20				28
Ínsua	79	141	112	187	139	658
Pindo	25	29				54
Sezures	14	29				43
Total	126	219	112	187	139	783

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Analisando a evolução da população escolar no concelho de Penalva do Castelo no período que decorre entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025 observa-se uma quebra, consequência da redução observada no ensino secundário e na educação pré-escolar (Quadro 46, Figuras 76 e 77 e Anexos XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV). Efetivamente, regista-se uma diminuição da procura escolar total de -4,63% (-38 alunos), acompanhando o ensino secundário (-30,15%, correspondente a -60 alunos) e a educação pré-escolar (-5,26%, o que representa -7 crianças) esta tendência. Numa posição intermédia encontra-se o 3.º CEB que observa uma certa estabilização da população escolar com uma variação de -0,53%, que corresponde a -1 aluno. Já o 1.º CEB regista um aumento do número de alunos de 13,47%, o que significa mais 26 alunos matriculados. Dinâmica, também, observada no 2.º CEB embora de forma não tão expressiva (3,70%, o que significa mais 4 alunos).

Quadro 46. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Nível de educação e ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação	
	(n.º)					(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	133	134	137	140	126	-7	-5,26
1.º CEB	193	210	210	223	219	26	13,47
2.º CEB	108	119	111	112	112	4	3,70
3.º CEB	188	179	172	183	187	-1	-0,53
Ensino secundário	199	193	164	156	139	-60	-30,15
Total	821	835	794	814	783	-38	-4,63

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

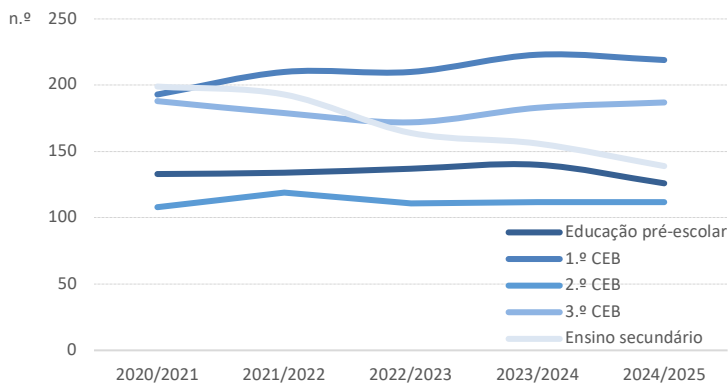


Figura 76. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

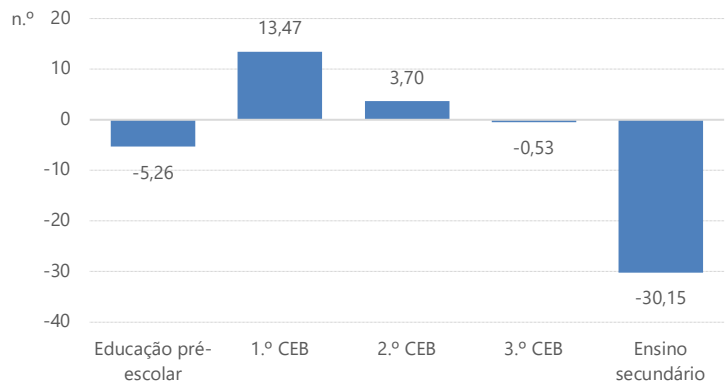


Figura 77. Variação da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.2.2. Caracterização por nível de ensino

III.2.2.1. Educação pré-escolar

No ano letivo 2024/2025 a educação pré-escolar em Penalva do Castelo é frequentada por um total de 126 crianças (Quadro 47). A análise da distribuição da frequência por idade mostra que o maior número de crianças se situa na faixa etária dos 4 anos, com 52 crianças, seguida, dos 5 anos, com 49 crianças, e, por último, dos 3 anos, com 25 crianças.

Quadro 47. Distribuição da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento e idade no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação	3 anos	4 anos	5 anos	Total
	(n.º)			
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	1	1	6	8
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	19	36	24	79
Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	2	11	12	25
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	3	4	7	14
Total	25	52	49	126

Fonte: Dados disponibilizados pelos AE de Penalva do Castelo.

A frequência na educação pré-escolar registou um aumento contínuo entre os anos letivos 2020/2021 e 2023/2024, passando de 133 a 140 crianças, que representa uma variação de 5,26% e a mais 7 crianças inscritas (Figura 78). Já no último ano letivo em análise, verifica-se uma diminuição (-10%, o que representa -14 crianças), registando-se a inscrição de 126 crianças, o valor mais baixo dos 5 anos em estudo.

A observação da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento no mesmo período revela que todos os estabelecimentos registam um decréscimo, exceção feita ao Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo (19,05%, ou seja, mais 4 crianças) que regista um aumento no número de crianças inscritas. (Figuras 79, 80, 81 e 82). Pela negativa, e acompanhando a dinâmica global, salienta-se a Escola Básica de Castelo de Penalva,

Penalva do Castelo (-42,86%), a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo (-17,65%) e a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo (-2,47%).

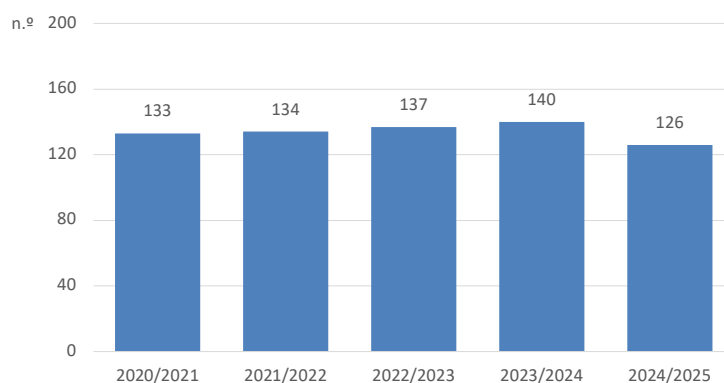


Figura 78. Evolução da frequência na educação pré-escolar entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

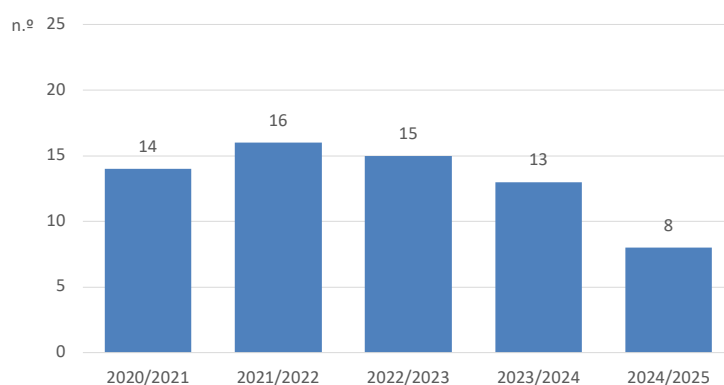


Figura 79. Evolução da frequência na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

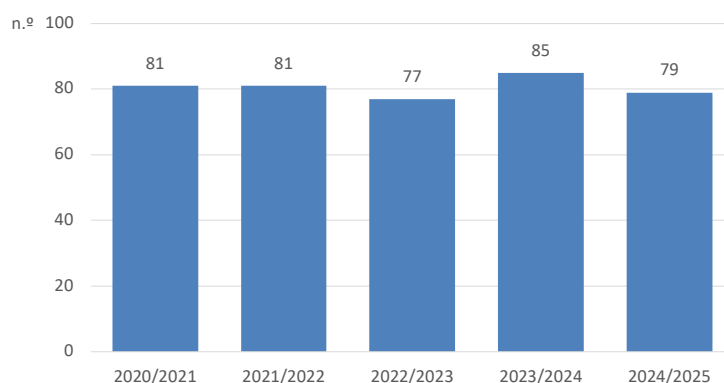


Figura 80. Evolução da frequência na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

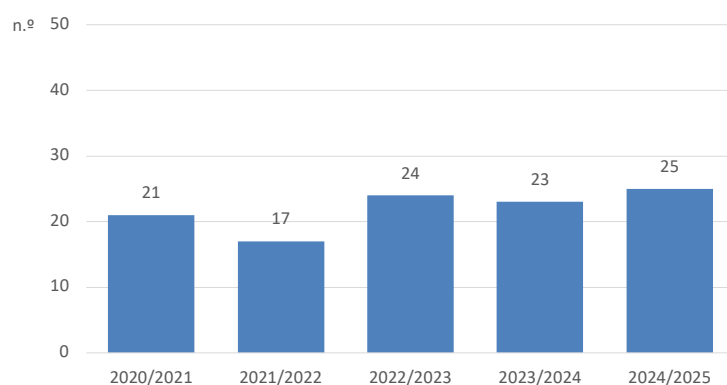


Figura 81. Evolução da frequência no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

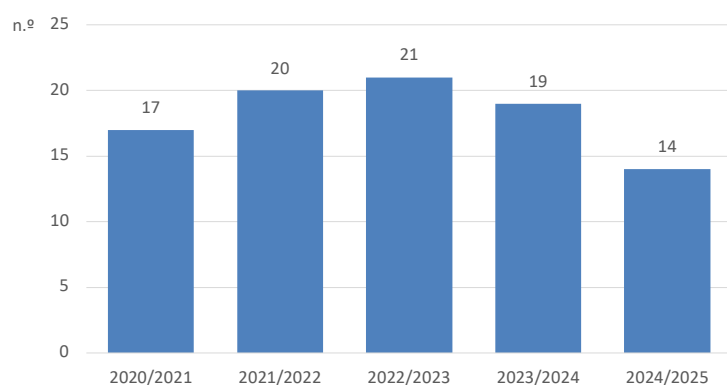


Figura 82. Evolução da frequência na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.2.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025 o 1.º CEB em Penalva do Castelo é frequentado por um total de 219 alunos (Quadro 48). O maior número de alunos matriculados encontra-se no 4.º ano de escolaridade, com um total 60 alunos, seguindo-se, o 2.º ano de escolaridade, com 57 alunos. Já o 3.º ano de escolaridade regista a matrícula de 52 alunos e o 1.º ano de escolaridade, por último, regista a frequência de 50 alunos.

Quadro 48. Distribuição da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total
	(n.º)				
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	9	5	0	6	20
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	30	33	36	42	141
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	3	9	11	6	29
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	8	10	5	6	29
Total	50	57	52	60	219

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Em igual período, e ao contrário do observado na educação pré-escolar, verificou-se um aumento da população escolar afeta ao 1.º CEB (Figura 83). Globalmente, entre 2020/2021 e 2024/2025 o número de alunos aumentou 13,46%, o que corresponde a mais 26 alunos matriculados (de 193 para 219 alunos).

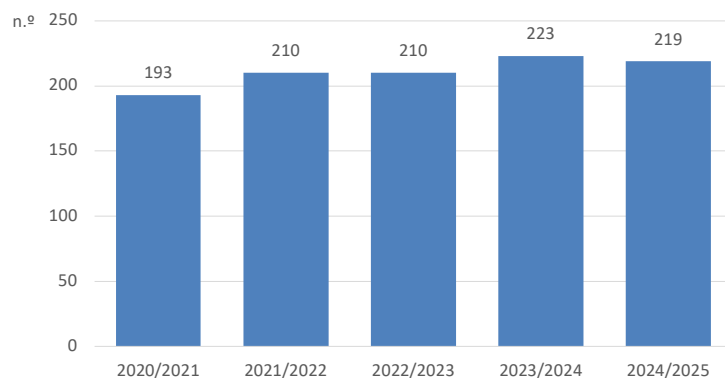


Figura 83. Evolução da frequência no 1.º CEB entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

A observação da frequência no 1.º CEB por estabelecimento, no mesmo período, evidencia que todos os estabelecimentos acompanham a dinâmica positiva global (Figuras 84, 85, 86 e 87). O aumento mais significativo, em termos relativos, registou-se na Escola Básica de

Sezures, Penalva do Castelo (45%), que traduz a passagem de 20 a 29 alunos. Segue-se a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo (17,65%) e a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo (10,16%), que correspondem à passagem de 17 a 20 alunos e de 128 a 141 alunos, respetivamente. Por último, surge a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo, com uma variação de 3,57%, que corresponde a mais um aluno e à passagem de 28 a 29 alunos matriculados.

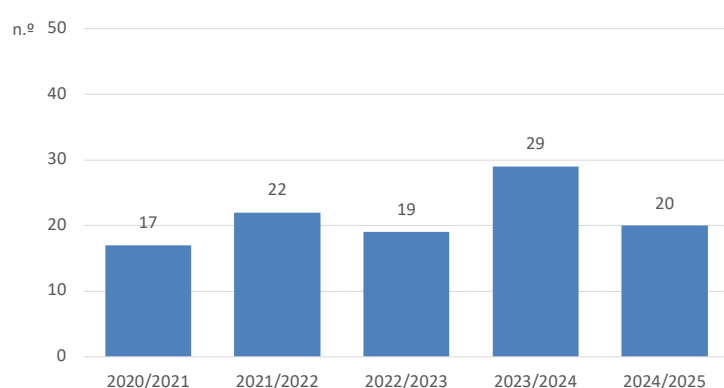


Figura 84. Evolução da frequência na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

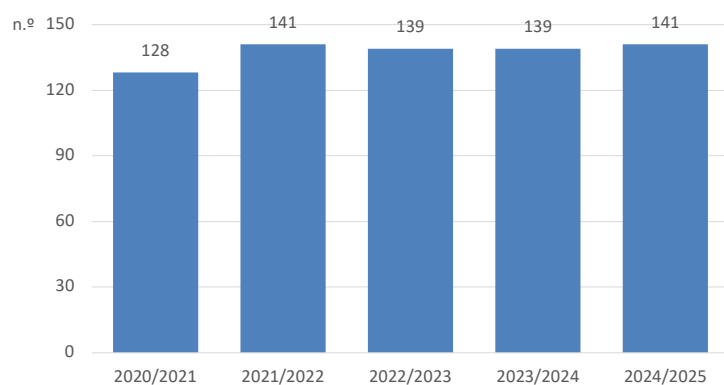


Figura 85. Evolução da frequência na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

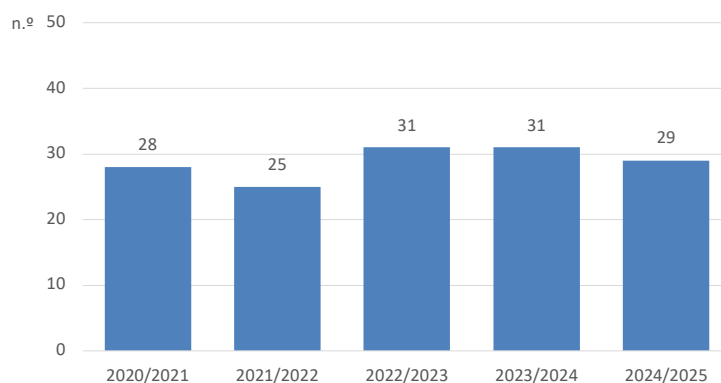


Figura 86. Evolução da frequência na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

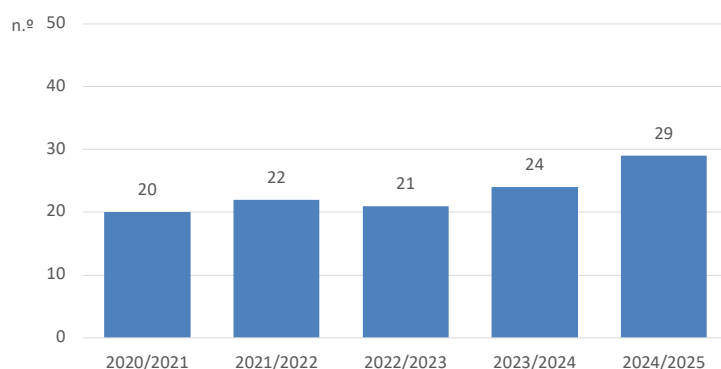


Figura 87. Evolução da frequência na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.2.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025 o 2.º CEB em Penalva do Castelo é frequentado por 112 alunos, 50 alunos no 5.º ano e 62 alunos no 6.º ano de escolaridade (Quadro 49). Todos os alunos frequentam o ensino regular.

Quadro 49. Distribuição da frequência no 2.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	5.º ano	6.º ano	Total
	(n.º)		
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	50	62	112

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

A análise da evolução da frequência no 2.º CEB entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025 mostra uma certa estabilização oscilando apenas entre o valor máximo de 119 alunos registado no ano letivo 2021/2022 e o valor mínimo de 108 observado no ano letivo 2020/2021 (Figura 88). Em termos globais, observou-se um ligeiro acréscimo de 3,70%, valor que representa mais 4 alunos (de 108 para 112 alunos).

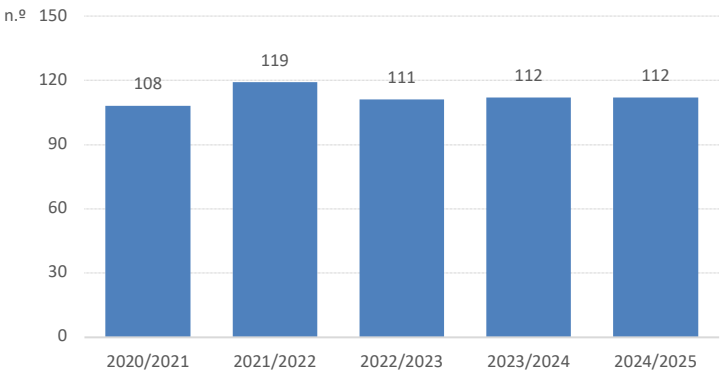


Figura 88. Evolução da frequência no 2.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.2.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025 o 3.º CEB em Penalva do Castelo é frequentado por 187 alunos, 56 alunos no 7.º ano, 66 alunos no 8.º ano e 65 alunos no 9.º ano de escolaridade (Quadro 50). Todos os alunos frequentam o ensino regular.

Quadro 50. Distribuição da frequência no 3.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total
	(n.º)			
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	56	66	65	187

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

A análise da evolução da frequência no 3.º CEB entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025 mostra uma certa estabilização, com a passagem de 188 para 187 alunos (-1 aluno), que representa um decréscimo de apenas 0,53% (Figura 89).

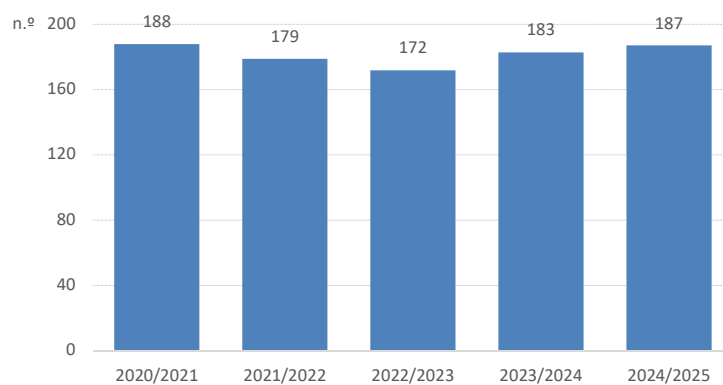


Figura 89. Evolução da frequência no 3.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.2.2.5. Ensino secundário

No ano letivo 2024/2025 o ensino secundário em Penalva do Castelo é frequentado por um total de 139 alunos, 39 alunos no 10.º ano, 54 alunos no 11.º ano e 46 alunos no 12.º ano de escolaridade (Quadro 51).

Quadro 51. Distribuição da frequência no ensino secundário por ano de escolaridade e curso no ano letivo

2024/2025.

Curso		10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
		(n.º)			
Cursos científico-humanísticos	Ciências e tecnologias	13	19	25	57
	Línguas e humanidades	8	20	8	36
	Subtotal	21	39	33	93
Cursos profissionais	Técnico de eletrotecnia	13	7	9	29
	Técnico de multimédia	5	0	0	5
	Técnico de cozinha/pastelaria	0	8	4	12
	Subtotal	18	15	13	46
Total		39	54	46	139

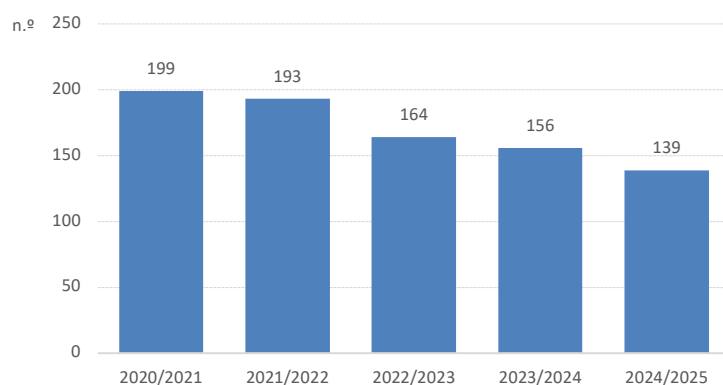
Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Sublinha-se que são os cursos científico-humanísticos que abrangem o maior número de alunos, com um total de 93 alunos, enquanto os cursos profissionais registam a frequência de 46 alunos.

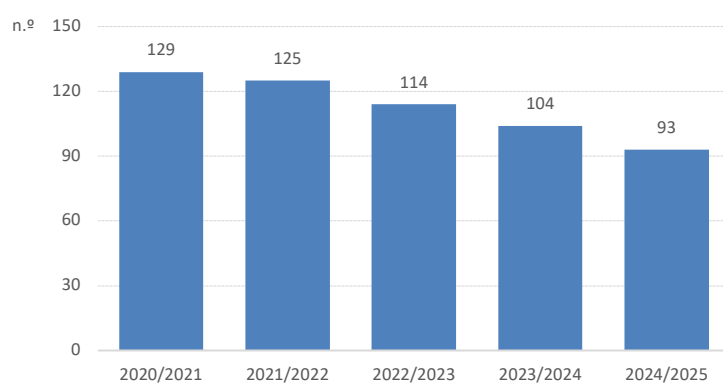
Efetivamente, são dois os cursos científico-humanísticos em funcionamento neste concelho, a saber Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades, que registam a frequência de 57 e 36 alunos, respetivamente. Já no ensino profissional são três os cursos em funcionamento, sendo o curso de técnico de eletrotecnia o mais procurado, com um total de 29 alunos, seguindo-se o curso de cozinha/pastelaria, com 12 alunos, e, por último, o de técnico de multimédia, com 5 alunos.

No ensino secundário, entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025, observou-se um decréscimo do número de alunos, com a passagem de 199 a 139 alunos, o que corresponde a uma variação de -30,15% e à matrícula de -60 alunos (Figura 90). Esta tendência negativa é visível tanto no ensino regular, como ensino profissional, que registaram uma diminuição de -27,91% e de -34,29%, o que significa -36 e -24 alunos matriculados, respetivamente.

A - Total



B - Total cursos científico-humanísticos



C - Total cursos profissionais

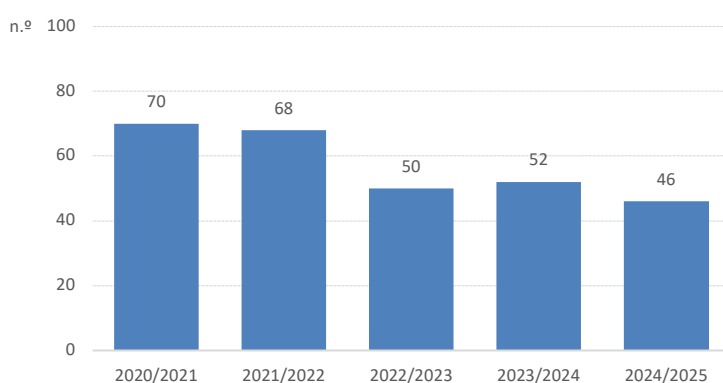


Figura 90 [A a C]. Evolução da frequência no ensino secundário no concelho por modalidade entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.3. Fluxos escolares

A análise dos fluxos escolares nos diferentes níveis de educação e ensino no concelho de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025 torna possível a leitura da mobilidade intra e inter-municipal e a compreensão da maior ou menor atratividade do território concelhio e dos diferentes equipamentos educativos.

III.3.1. Educação pré-escolar

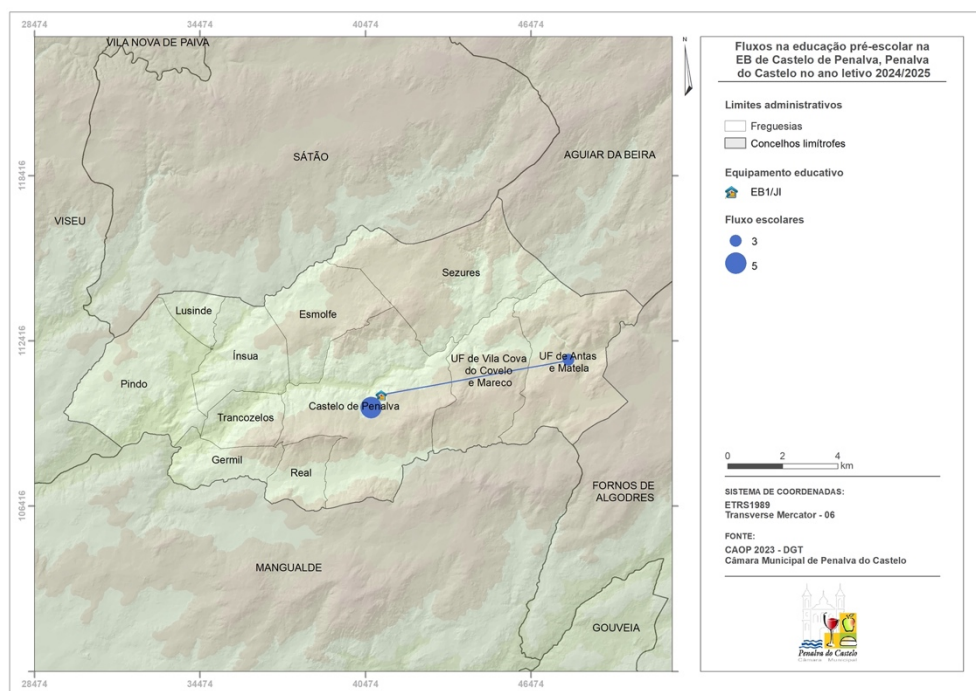
A observação dos fluxos escolares nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025 mostra que estes são maioritariamente frequentados por crianças residentes no território concelhio (Quadro 52 e Mapas 18 a 21). Efetivamente, do total de 126 crianças inscritas na educação pré-escolar, apenas 2 são provenientes de outros concelhos. Estas 2 crianças encontram-se a frequentar o Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo.

Esta fraca capacidade é visível em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar, observando-se apenas 1 criança proveniente de outros territórios educativos na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo e na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo. Já a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo é frequentada, na sua totalidade, por crianças residentes na sua área de influência (5 da freguesia de Castelo de Penalva e 3 na UF de Antas e Matela).

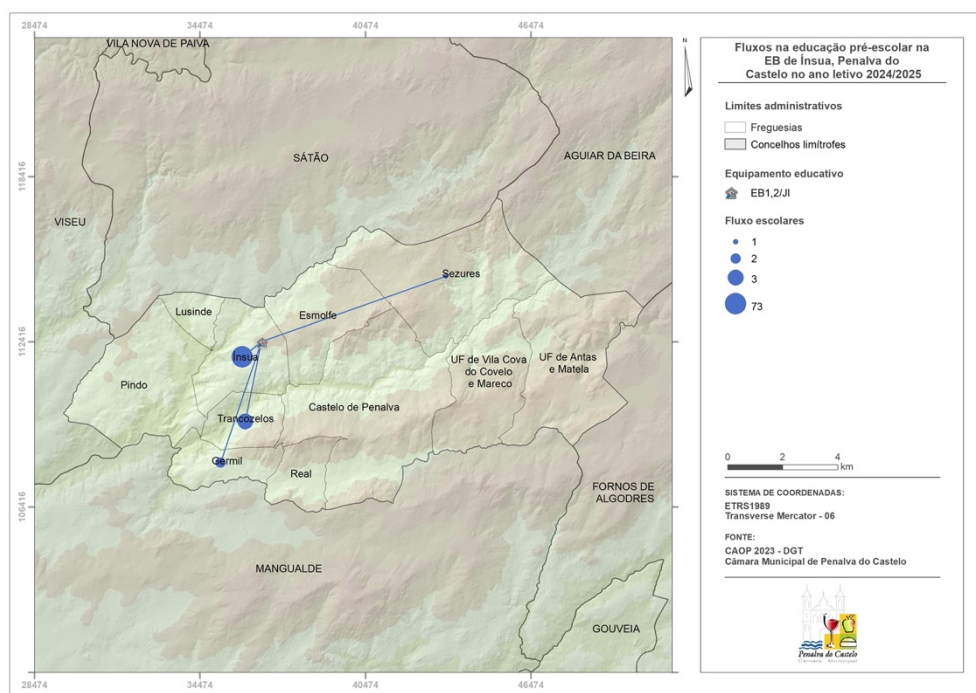
Quadro 52. Fluxos escolares na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.

Residência		Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo
		(n.º)			
Castelo de Penalva		5			
Esmolfe					
Germil			2		
Ínsua			73		
Lusinde					
Pindo				24	
Real					
Sezures			1		13
Trancozelos			3		
UF Antas e Matela		3			
UF Vila Cova do Covelo e Mareco					
Outros concelhos				1	1
Território educativo		8	78	24	13
Outros territórios educativos	Castelo de Penalva	-	0	0	0
	Penalva do Castelo	0	-	0	0
	Pindo	0	0	-	0
	Sezures	0	1	0	-
Outros concelhos		0	0	1	1
Total		8	79	25	14

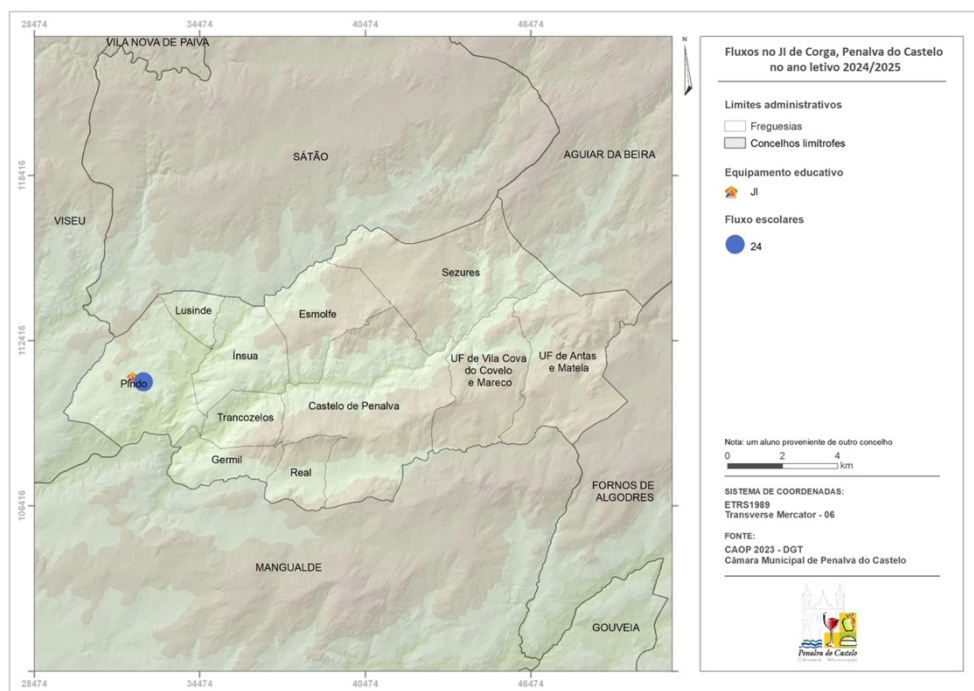
Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.



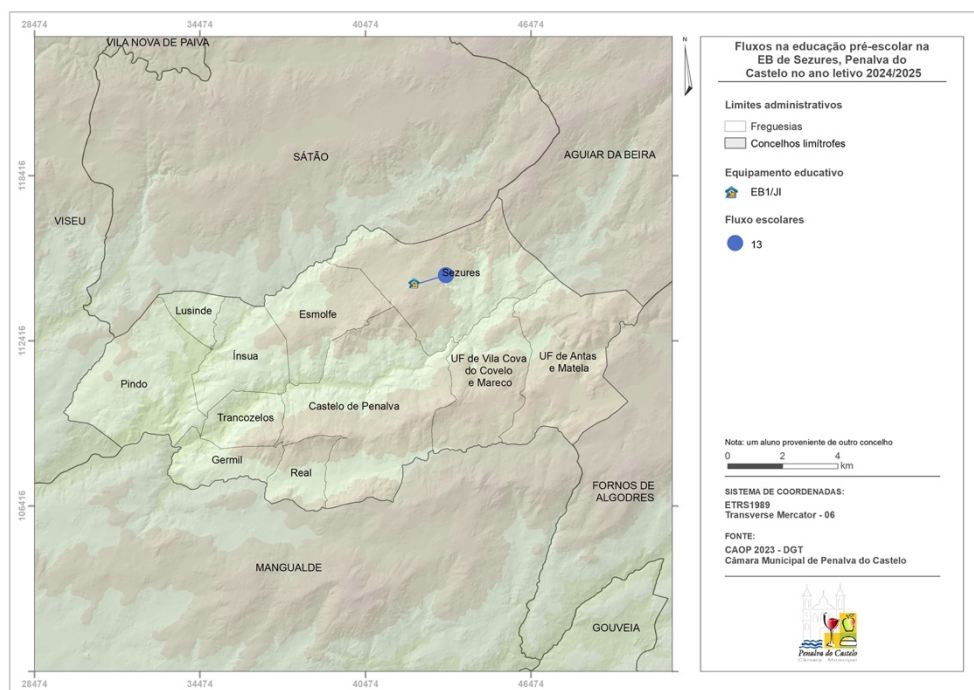
Mapa 18. Fluxos escolares na educação pré-escolar na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.



Mapa 19. Fluxos escolares na educação pré-escolar na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.



Mapa 20. Fluxos escolares no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.



Mapa 21. Fluxos escolares na educação pré-escolar na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.

III.3.2. 1.º Ciclo do ensino básico

A realidade do 1.º CEB é idêntica à descrita para a educação pré-escolar. A observação dos fluxos escolares nos estabelecimentos de 1.º CEB no concelho de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025 revela que estes são maioritariamente frequentados por alunos residentes no território concelhio (Quadro 53 e Mapas 22 a 25). De facto, do total de 219 alunos, apenas 2 residem noutros concelhos. Estes encontram-se a frequentar a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo.

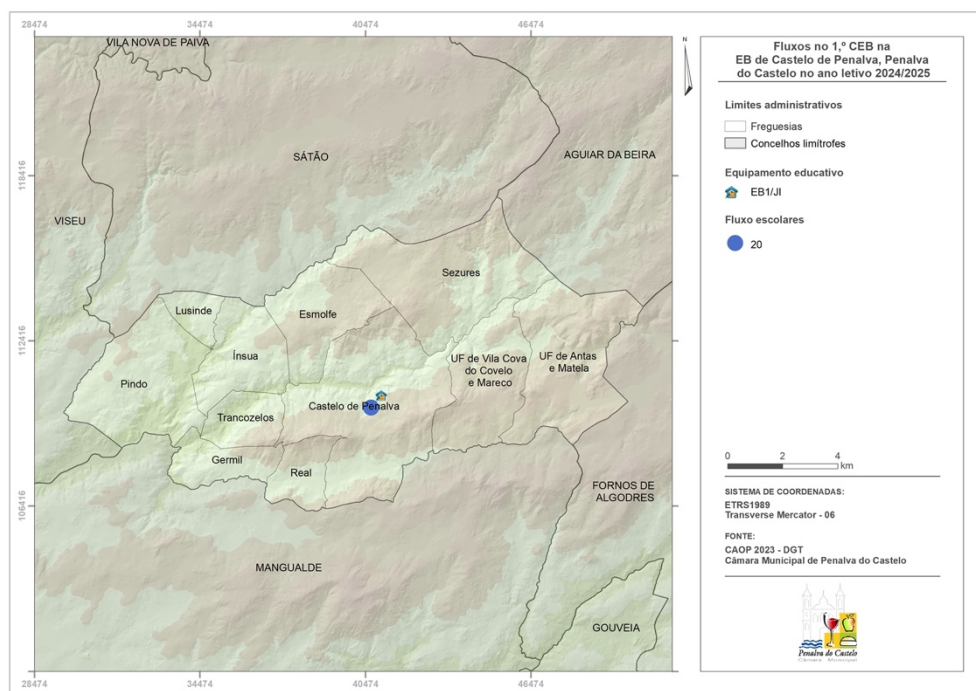
Descendo de escala de análise para o estabelecimento de ensino, verifica-se que Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo é o único estabelecimento que apresenta uma relativa capacidade de atração, com a matrícula de 8 alunos de fora da sua área de influência, o que corresponde a 5,67% do total. Já na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo apenas 1 aluno reside fora da sua área de influência.

De sublinhar que na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo e na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo todos os alunos residem na própria área de influência.

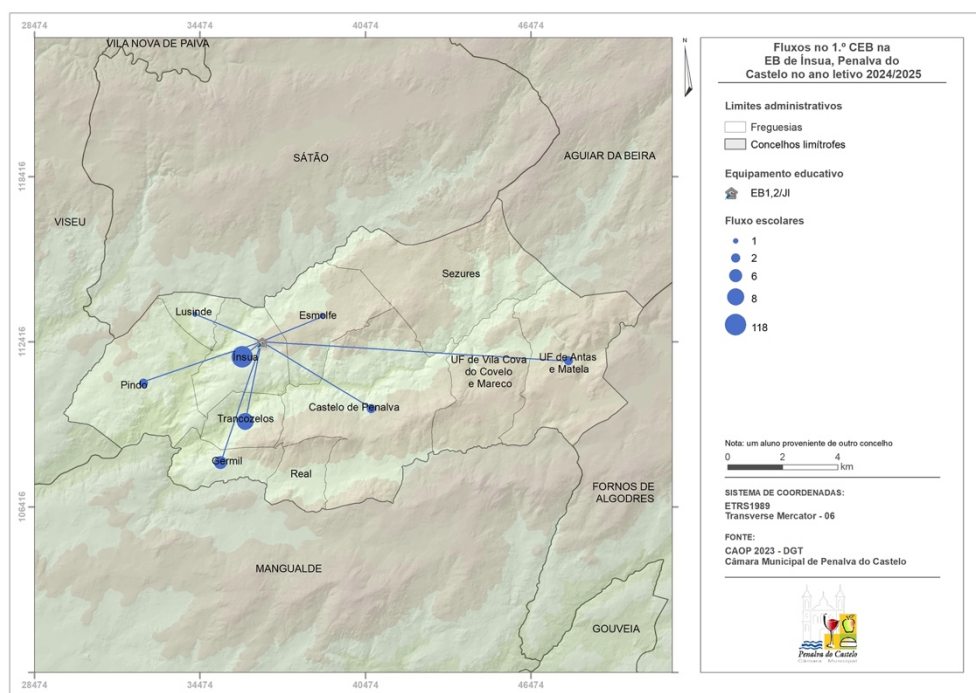
Quadro 53. Fluxos escolares no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Residência		Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo
		(n.º)			
Castelo de Penalva		20	2		
Esmolfe			1		
Germil			6		
Ínsua			118		
Lusinde			1		
Pindo			2	29	
Real					
Sezures					28
Trancozelos			8		
UF Antas e Matela			2		
UF Vila Cova do Covelo e Mareco					
Outros concelhos			1		1
Território educativo		20	133	29	28
Outros territórios educativos	Castelo de Penalva	-	4	0	0
	Penalva do Castelo	0	-	0	0
	Pindo	0	3	-	0
	Sezures	0	0	0	-
Outros concelhos		0	1	0	1
Total		20	141	29	29

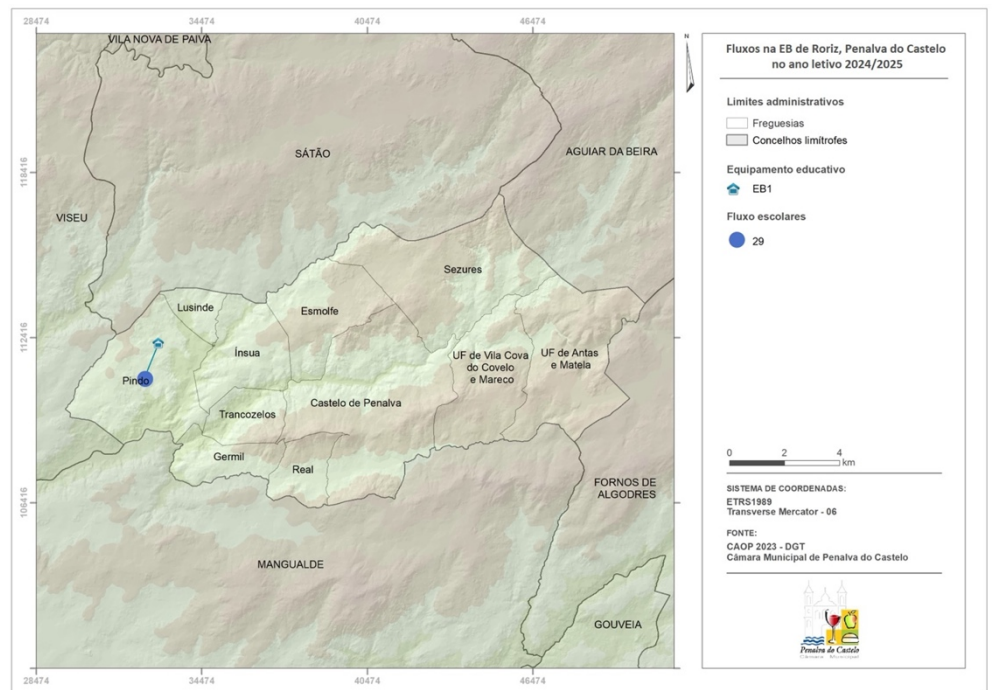
Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo



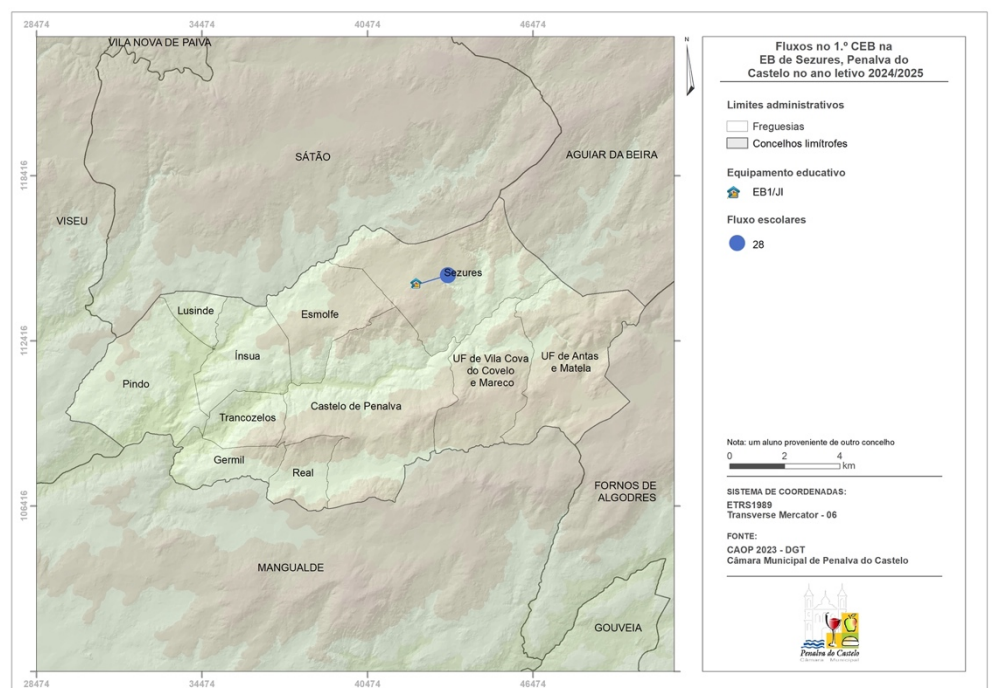
Mapa 22. Fluxos escolares no 1.º CEB na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.



Mapa 23. Fluxos escolares no 1.º CEB na Escola Básica de Insua, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.



Mapa 24. Fluxos escolares na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.



Mapa 25. Fluxos escolares no 1.º CEB na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.

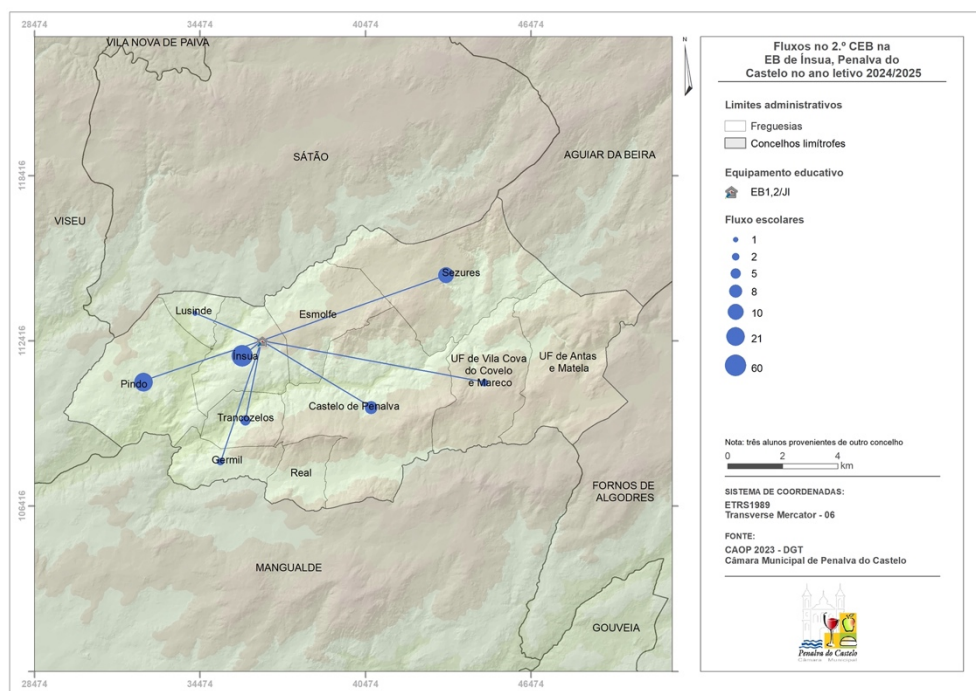
III.3.3. 2.º Ciclo do ensino básico

A observação dos fluxos escolares no 2.º CEB em Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025 mostra que este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território concelhio (Quadro 54 e Mapa 26). Efetivamente, do total de 112 alunos, apenas 3 residem noutros concelhos. Dos 109 alunos residentes em Penalva do Castelo, destacam-se 60 alunos provenientes da freguesia de Ínsua.

Quadro 54. Fluxos escolares no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Residência	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo
	(n.º)
Castelo de Penalva	8
Esmolfe	
Germil	2
Ínsua	60
Lusinde	1
Pindo	21
Real	
Sezures	10
Trancozelos	5
UF Antas e Matela	
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	2
Outros concelhos	3
Concelho	109
Outros concelhos	3
Total	112

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.



Mapa 26. Fluxos escolares no 2.º CEB na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.

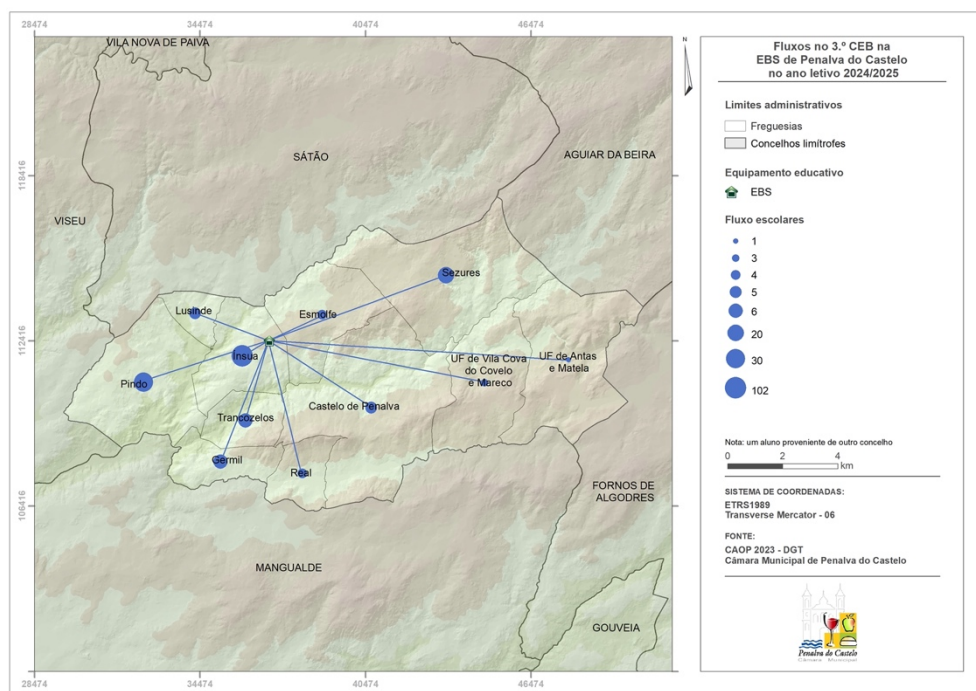
III.3.4. 3.º Ciclo do ensino básico

A análise dos fluxos escolares no 3.º CEB no concelho de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025 revela, à semelhança dos níveis de ensino anteriormente analisado, que este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território concelhio (Quadro 55 e Mapa 27). De facto, do total de 187 alunos que frequentam o 3.º CEB, apenas 1 residente noutro concelhos, a saber no concelho de Viseu. Os restantes 186 alunos residem maioritariamente na freguesia de Ínsua, com 102 alunos, e na freguesia de Pindo, com 30 alunos.

Quadro 55. Fluxos escolares no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Residência	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo
	(n.º)
Castelo de Penalva	5
Esmolfe	4
Germil	6
Ínsua	102
Lusinde	5
Pindo	30
Real	4
Sezures	20
Trancozelos	6
UF Antas e Matela	1
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	3
Outros concelhos	1
Concelho	186
Outros concelhos	1
Total	187

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.



Mapa 27. Fluxos escolares no 3.º CEB na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.

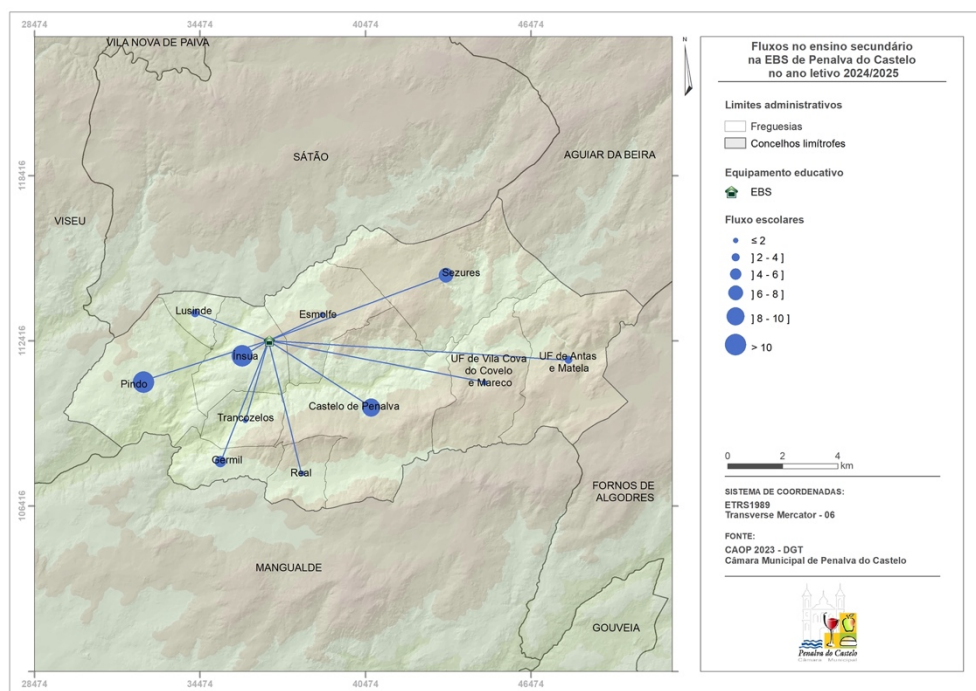
III.3.5. Ensino secundário

Todos os alunos matriculados no ensino secundário na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo residem no concelho de Penalva do Castelo, evidenciando-se, uma vez mais, a fraca capacidade de atração dos estabelecimentos deste território concelhio (Quadro 56 e Mapa 28). Neste estabelecimento de ensino encontram-se alunos provenientes das 11 freguesias que constituem este território concelhio, destacando-se, pelo quantitativo de alunos, as freguesias de Ínsua e Pindo, com 81 e 24 alunos, respetivamente.

Quadro 56. Fluxos escolares no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.

Residência	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo
	(n.º)
Castelo de Penalva	9
Esmolfe	2
Germil	5
Ínsua	81
Lusinde	4
Pindo	24
Real	1
Sezures	7
Trancozelos	2
UF Antas e Matela	3
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	1
Outros concelhos	0
Concelho	139
Outros concelhos	0
Total	139

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.



Mapa 28. Fluxos escolares no ensino secundário na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.

Em síntese, uma primeira ideia a retirar da análise dos fluxos escolares, nos diferentes níveis de educação e ensino, no concelho de Penalva do Castelo, no ano letivo 2024/2025, é que se trata de um território que não recebe um número relevante de alunos provenientes de outros territórios municipais (Quadro 57). Efetivamente, do total de 783 crianças/alunos matriculados nos estabelecimentos desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, apenas, 8 são provenientes de outros concelhos.

Quadro 57. Fluxos escolares por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Residência	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)				
Território educativo	123	210	109	186	139
Outros territórios educativos	1	7			
Outros concelhos	2	2	3	1	0
Total	126	219	112	187	139

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.4. Projeções escolares

No novo contexto de planeamento estratégico e proactivo a realização de projeções escolares assume especial importância. Estimar a procura potencial para os vários níveis de educação e ensino torna possível aferir as necessidades educativas futuras e, por conseguinte, assegurar a adequação da rede escolar ao território, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efetiva. Entre outras potencialidades, permitem a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente equipamentos e infraestruturas de apoio, salas de atividade/aula, necessidades formativas e recursos humanos (docentes e não docentes).

Neste ponto apresentam-se as projeções da população escolar para o concelho de Penalva do Castelo realizadas com base em dois métodos distintos: o método com base nos nascimentos (modelo 1) e o método das componentes por *coortes* (modelo 2).

A metodologia de projeção com base nos nascimentos (modelo 1) foi construída a partir dos nascimentos registados e assentou no pressuposto de que as crianças nascidas no concelho de Penalva do Castelo irão, anos mais tarde, frequentar a rede escolar municipal e aí completar o seu percurso escolar.

Para a conversão dos nascimentos em população escolar no período correspondente à frequência utilizaram-se os nascimentos observados no intervalo de tempo situado entre os anos de 2001 e de 2023 (último ano disponível) e considerou-se como idade de entrada no sistema educativo os três anos, que corresponde ao primeiro ano em que é possível a inscrição na educação pré-escolar. De salientar, no entanto, que a frequência da educação pré-escolar é facultativa e que a idade de entrada pode variar entre os três e os cinco anos.

Esta metodologia apresenta como principal limitação o facto de não permitir realizar projeções para o mesmo período temporal nos diferentes níveis de educação e ensino, aumentando o período de projeção à medida que avançamos nos níveis de educação e ensino. Assim, o ano letivo limite é 2026/2027 na educação pré-escolar, 2029/2030 no 1.º CEB, 2033/2034 no 2.º CEB, 2035/2036 no 3.º CEB e 2038/2039 no ensino secundário.

A metodologia de projeção por *coortes* (modelo 2) tem em conta três componentes, a saber, nascimentos, óbitos e fluxos migratórios. Consiste em repartir uma população em gerações e analisar cada uma separadamente, acompanhando a sua evolução ao longo do tempo, condicionada pelas taxas de mortalidade específicas de cada idade. À semelhança

do primeiro modelo, considera as crianças e os jovens que, em condições normais e sem a ocorrência de fenómenos imprevisíveis, deveriam frequentar os diferentes níveis de educação e ensino até ao ensino secundário.

Ao contrário da anterior, esta metodologia permitir realizar projeções para o mesmo período temporal nos diferentes níveis de educação e ensino (ano letivo 2041/2042).

Os quantitativos de população escolar resultantes da aplicação dos métodos identificados são, naturalmente, valores potenciais e apontam tendências de evolução do número de crianças e alunos, supondo que a dinâmica demográfica e socioeconómica do concelho de Penalva do Castelo se mantém estável e não há alterações significativas na procura de educação e ensino. No caso da educação pré-escolar, de frequência não obrigatória, as projeções da população escolar assumem um carácter ainda mais indicativo.

Mas a realidade municipal é dinâmica e são muitos e variados os fatores suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino durante o período de tempo que decorre entre o ano do nascimento e o ano de entrada no sistema educativo e mesmo durante o decorrer do percurso escolar.

Assim, embora a evolução futura da população escolar, fração da população compreendida entre os 6 e os 25 anos (Bandeira, 2007), acompanhe, habitualmente, a evolução da população na sua globalidade, devem ser referenciados os condicionalismos que podem limitar a frequência, destacando-se os que se seguem:

- Cobertura da rede escolar;
- Diversidade da oferta educativa e formativa;
- Acessibilidade da população escolar aos equipamentos educativos;
- Mobilidade interterritorial dos alunos (fluxos escolares);
- Preferência dos alunos e/ou pais e/ou encarregados de educação, relacionada com a imagem ou qualidade apercibida das escolas;
- Conveniência dos pais e/ou encarregados de educação, como acontece com as crianças e os alunos que acompanham os pais e/ou encarregados de educação nas deslocações casa-trabalho e frequentam os estabelecimentos de educação e ensino localizados na proximidade dos respetivos locais de trabalho;
- Mudança de residência;

- Migração ou emigração;
- Acessibilidade económica e sociocultural;
- Quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico esperado, que faz variar a atratividade dos territórios.

Para além destes, devem, também, ser consideradas outras variáveis determinantes na manutenção ou não das crianças e jovens no sistema de ensino, tais como:

- Taxa de transição/conclusão;
- Taxa de retenção e desistência;
- Abandono escolar.

De referir que o efeito destes fatores apresenta significativa variabilidade espacial dentro do território concelhio. Tal resulta, desde logo, da existência de espaços físicos e sociais de génese diferenciada, de ruralidade e urbanidade, e da localização espacial da oferta escolar, associada às escolas existentes e às respetivas capacidades instaladas.

Para melhor apreciar os resultados das projeções escolares realizadas com base nas duas metodologias apresentadas e os efeitos dos fatores suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino no território concelhio, começa-se por efetuar uma análise comparativa entre os resultados das projeções escolares nos diferentes níveis de educação e ensino e o número de crianças e alunos que efetivamente frequentaram a rede escolar municipal nesses mesmos níveis, sendo que a metodologia de projeção com base nos nascimentos (modelo 1) permite realizar uma análise comparativa para os cinco anos letivos em estudo no ponto procura educativa (de 2020/2021 a 2024/2025), enquanto a metodologia de projeção por *coortes* (modelo 2) permite que essa análise comparativa seja realizada apenas a partir do ano letivo 2021/2022. Com esta abordagem pretende-se avaliar a margem de erro dos resultados das projeções escolares realizadas com base nas duas metodologias descritas e conhecer as diversas dinâmicas existentes na população escolar, estabelecendo padrões de comportamento nos diferentes níveis de educação e ensino.

Numa segunda fase foram analisadas as projeções da população escolar para os próximos anos letivos nos diferentes níveis de educação e ensino, sendo que, como já referimos, na metodologia de projeção com base nos nascimentos (modelo 1) o período de projeção varia em função do nível de educação e ensino (2026/2027 na educação pré-escolar, 2029/2030 no 1.º CEB, 2033/2034 no 2.º CEB, 2035/2036 no 3.º CEB e 2038/2039 no ensino

secundário), enquanto na metodologia de projeção por *coortes* (modelo 2) o período de projeção é igual para todos os níveis de educação e ensino (2041/2042).

Apresentam-se, então, num primeiro momento, as projeções da população escolar, por nível de educação e ensino, para o ano letivo 2024/2025 e comparam-se os seus resultados com a frequência real no mesmo ano (Quadro 58).

Quadro 58. População escolar real e potencial no ano letivo 2024/2025 e variação, por nível de educação e ensino, segundo os modelos de projeção.

Nível de educação e ensino	População escolar (n.º)	Modelo 1			Modelo 2		
		Projeção	Variação		Projeção	Variação	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	126	98	-28	-22,22	120	-6	-5,03
1.º CEB	219	168	-51	-23,29	191	-28	-12,79
2.º CEB	112	84	-28	-25,00	97	-15	-13,39
3.º CEB	187	160	-27	-14,44	164	-23	-12,30
Ensino secundário	139	168	29	20,86	187	48	34,53
Total	783	678	-105	-13,41	759	-24	-3,11

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

Na educação pré-escolar, o modelo 1 sugeria uma população escolar de 98 crianças, enquanto o modelo 2 apontava para uma frequência de 120 crianças. Na realidade frequentaram 126 crianças, mais 6 do que o apontado pelo modelo 2.

No caso do 1.º CEB, os dois modelos apresentam projeções diferentes (168 alunos no modelo 1 e 191 no modelo 2). A frequência registada de 219 crianças indica que o número de alunos a frequentar este nível de ensino foi superior ao de crianças nascidas em Penalva do Castelo com idade correspondente, evidenciando a possível presença de alunos provenientes de outros territórios.

Relativamente ao 2.º e 3.º CEB, o número de alunos a frequentar estes níveis de ensino é superior ao previsto, com o modelo 2 a apresentar estimativas mais próximas da realidade observada.

No caso do ensino secundário, ambos os modelos projetaram um número de alunos superior ao efetivamente registado. No entanto, o modelo 1 apresentou uma diferença menos acentuada face à realidade, quando comparado com o modelo 2. Este desvio pode ser explicado, em grande parte, pelas taxas de retenção e pela mobilidade dos alunos, que optam por frequentar outros estabelecimentos de ensino, seja em áreas mais próximas ou mais distantes.

Em termos globais, os resultados do modelo 2 avançavam para uma população escolar total de 759 alunos. Na realidade, frequentaram 783, o que configura uma diferença de 24 alunos (-3,11%).

Apresentando, agora, num segundo momento, as projeções da população escolar para os próximos anos letivos, a evolução prospetiva nos dois modelos considera que a população escolar de Penalva do Castelo poderá diminuir consideravelmente (Quadro 59).

Considerando a população escolar potencial para o ano letivo de referência [1], o modelo 1 estima uma diminuição de 44 crianças na educação pré-escolar, -92 crianças no 1.º CEB, -55 crianças no 2.º CEB, -55 jovens no 3.º CEB e -57 jovens no ensino secundário.

Comparativamente, o modelo 2 avança para uma perda de 23 crianças na educação pré-escolar, -71 no 1.º CEB, -32 crianças no 2.º CEB, -67 jovens no 3.º CEB e -36 jovens no ensino secundário.

Relativamente à população escolar potencial para o ano letivo de 2041/2042, neste caso apenas para o modelo 2, a tendência de decréscimo mantém-se em praticamente todos os níveis de educação e ensino, prevendo-se a passagem de 126 para 102 crianças na educação pré-escolar, de 219 para 140 alunos no 1.º CEB, de 112 para 69 alunos no 2.º CEB, de 187 para 103 alunos no 3.º CEB e de 139 para 101 alunos no ensino secundário (Quadro 60 e Figura 91). Para este ano letivo e segundo este modelo, a população escolar total poderá ter uma diminuição de 268 alunos (-34,28%) face a 2024/2025. Com efeito, a população escolar pode passar dos 783 alunos em 2024/2025 para os 515 em 2041/2042.

Quadro 59. População escolar real e potencial e variação, por nível de educação e ensino e ano de escolaridade, segundo os modelos de projeção.

Nível de educação e ensino	Idade	População escolar 2024/2025	Modelo 1				Modelo 2					
			População escolar potencial no ano letivo de referência*	Variação		População escolar potencial no ano letivo de referência*	Variação		População escolar potencial 2041-2042	Variação		
				(n.º)	(%)		(n.º)	(%)		(n.º)	(%)	
Educação pré-escolar	3 anos	25	25	0	0,00	34	9	35,05	32	7	29,59	
	4 anos	52	32	-20	-38,46	35	-17	-32,93	35	-17	-33,54	
	5 anos	49	25	-24	-48,98	35	-14	-29,25	35	-14	-29,18	
	Subtotal	126	82	-44	-34,92	103	-23	-18,01	102	-24	-19,32	
1.º CEB	6 anos	50	25	-25	-50,00	34	-16	-32,48	35	-15	-30,47	
	7 anos	57	32	-25	-43,86	35	-22	-38,82	36	-21	-37,25	
	8 anos	52	25	-27	-51,92	35	-17	-33,33	35	-17	-32,36	
	9 anos	60	45	-15	-25,00	45	-15	-25,00	34	-26	-42,84	
	Subtotal	219	127	-92	-42,01	148	-71	-32,28	140	-79	-36,07	
2.º CEB	10 anos	50	25	-25	-50,00	35	-15	-30,66	34	-16	-31,27	
	11 anos	62	32	-30	-48,39	45	-17	-27,42	35	-27	-43,99	
	Subtotal	112	57	-55	-49,11	80	-32	-28,87	69	-43	-38,31	
3.º CEB	12 anos	56	25	-31	-55,36	35	-21	-38,09	35	-21	-36,94	
	13 anos	66	32	-34	-51,52	45	-21	-31,82	34	-32	-47,88	
	14 anos	65	25	-40	-61,54	40	-25	-38,46	33	-32	-49,06	
	Subtotal	187	82	-105	-56,15	120	-67	-36,01	103	-84	-45,01	
Ensino secundário	15 anos	39	25	-14	-35,90	34	-5	-13,43	34	-5	-13,88	
	16 anos	54	32	-22	-40,74	35	-19	-35,42	34	-20	-37,02	
	17 anos	46	25	-21	-45,65	35	-11	-24,64	33	-13	-27,36	
	Subtotal	139	82	-57	-41,01	103	-36	-25,68	101	-38	-27,33	
Total		783	430	-353	-45,08	554	-229	-29,21	515	-268	-34,28	

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

Nota:

* Assume-se como ano letivo de referência 2026/2027 na educação pré-escolar, 2029/2030 no 1.º CEB, 2033/2034 no 2.º CEB, 2035/2036 no 3.º CEB e 2038/2039 no ensino secundário.

Quadro 60. Provável evolução da população residente em idade escolar no concelho entre 2021 e 2041 (modelo 2).

População idade escolar	2024/2025 (Real)	2026/2027	2031/2032	2036/2037	2041/2042	2024/2025-2031/2032		2031/2032-2041/2042		2024/2025-2041/2042	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
3-5 anos (Educação pré-escolar)	126	103	101	104	102	-25	-19,76	1	0,55	-24	-19,32
6-9 anos (1.º CEB)	219	168	136	138	140	-83	-37,87	4	2,89	-79	-36,07
10-11 anos (2.º CEB)	112	108	80	68	69	-32	-28,87	-11	-13,28	-43	-38,31
12-14 anos (3.º CEB)	187	149	123	102	103	-64	-34,22	-20	-16,40	-84	-45,01
15-17 anos (Ensino secundário)	139	170	153	120	101	14	10,07	-52	-33,98	-38	-27,33
Total	783	698	593	531	515	-190	-24,29	-78	-13,20	-268	-34,28

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

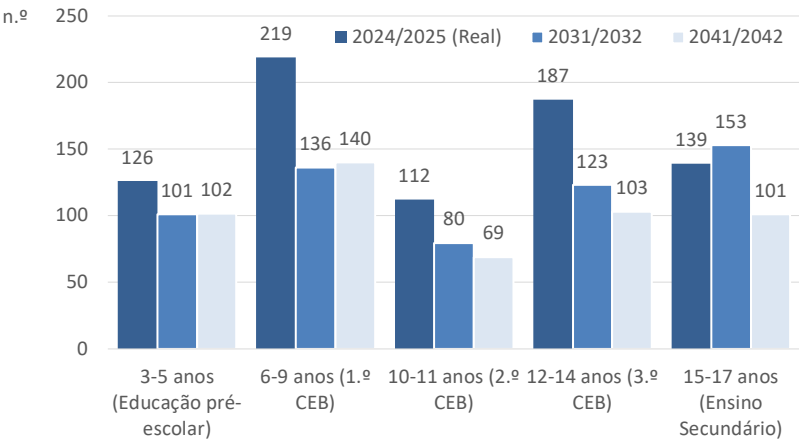


Figura 91. Provável evolução da população residente em idade escolar no concelho entre 2021 e 2041 (modelo 2).

Fonte: INE e cálculos próprios.

Estes valores devem, no entanto, ser interpretados com alguma cautela, pois não têm em todos os fatores, já referidos, suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino durante o período de tempo que decorre entre o ano do nascimento e o ano de entrada no sistema educativo e mesmo durante o decorrer do percurso escolar, entre os quais se destacam a taxa de repetência e a mobilidade dos alunos.

Apresenta-se de seguida, de forma individualizada, para cada nível de educação e ensino, duas análises, complementares entre si, que permitem analisar as frequências (passadas e presentes) e a provável evolução da população escolar no futuro.

III.4.1. Educação pré-escolar

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. Embora a frequência da educação pré-escolar seja facultativa, cabe ao Estado contribuir ativamente para a universalização da sua oferta, nos termos da Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro.

Uma análise pertinente prende-se com a comparação entre a frequência e os nascimentos registados em período correspondente. Neste sentido, é possível observar que os nascimentos têm vindo a ser inferiores à frequência em todos os anos em análise. Deste modo, observa-se uma total fidelização das crianças aos equipamentos localizados no seu concelho de residência e ainda a procura de outras crianças, que residem noutros territórios ou que vieram residir para Penalva do Castelo ao longo dos últimos anos.

Se no ano letivo de 2024/2025 existiam cerca de 126 crianças a frequentar a educação pré-escolar, para o ano letivo 2026/2027 projeta-se um total de 82 crianças (modelo 1) ou 103 crianças (modelo 2). No entanto, e antevendo-se que a procura de crianças nascidas noutros territórios se mantenha, o decréscimo poderá não ser tão relevante.

Considerando o modelo de projeção por *coortes*, em 2031/2032 poderão existir cerca de 101 crianças com idades entre os 3 e 5 anos, o que poderá significar um decréscimo de 25 crianças face a 2024/2025 (-19,76%).

Na década seguinte mantém-se a tendência de estabilização nos valores, projetando-se um total de 102 crianças em 2041/2042 (Figura 92 e Anexo XXXVI).

III.4.2. 1.º Ciclo do ensino básico

A crescente diminuição nos valores dos nascimentos acarreta uma tendência quase irreversível para o decréscimo da população escolar, com especial incidência no 1.º CEB. Começam a frequentar este nível de ensino as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de setembro ou as crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro, se tal for requerido pelo encarregado de educação. Uma vez que este ciclo

tem a duração de quatro anos, considerou-se a população real entre os 6 e 9 anos que, em condições normais, deveria frequentar este nível de ensino.

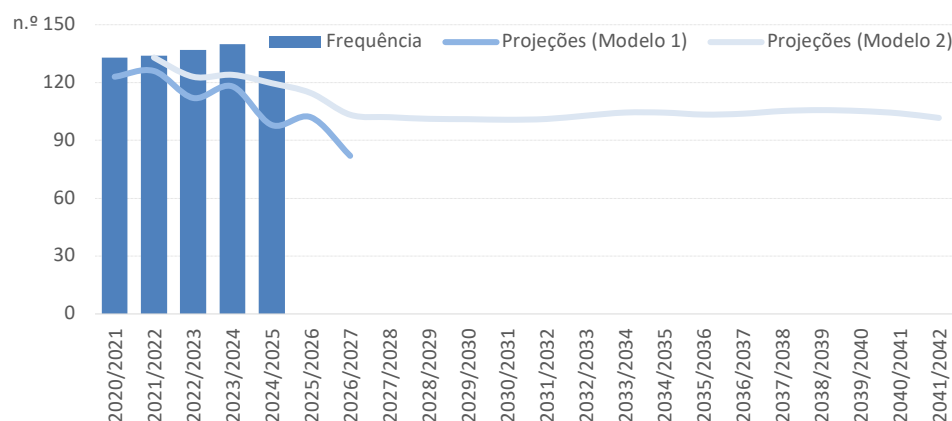


Figura 92. População escolar potencial na educação pré-escolar no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

A comparação realizada com o número de crianças registadas em período correspondente à frequência do 1.º CEB demonstra uma elevada fidelização dos alunos aos equipamentos localizados no seu concelho de residência. O facto de a frequência ser superior às crianças em idade de frequência poderá dever-se à procura de alunos residentes noutros concelhos ou à fixação de famílias em Penalva do Castelo, cujos filhos com estas idades nasceram noutros territórios. No ano mais recente a diferença entre a frequência e o número de crianças nascidas em idade de frequência é de 28 crianças (modelo 2).

O ano letivo de 2020/2021 foi aquele em que ocorreu uma quase total coincidência entre os nascidos (196) e os que frequentaram (193).

Avançando para as projeções escolares e considerando o modelo 1, o número de crianças com idades entre os 6 e 9 anos poderá passar de 219 em 2024/2025 para 127 em 2029/2030 (Figura 93 e Anexo XXXVII). O modelo 2, baseado nas projeções por *coortes*, sugere um decréscimo um pouco menos relevante, com a passagem das 219 para as 148 crianças (-34, correspondendo a -32,28%).

Com base no modelo 2, a evolução até 2031/32 deixa antever uma tendência de decréscimo relevante. Com efeito, a população associada ao 1.º CEB poderá passar para as 136 crianças em idade de frequência.

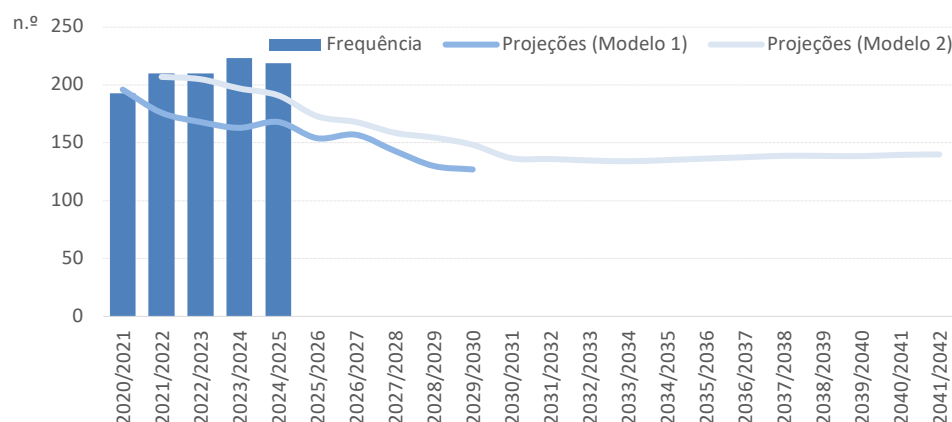


Figura 93. População escolar potencial no 1.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

III.4.3. 2.º Ciclo do ensino básico

Comparando o número de nascimentos registados no período correspondente à frequência do 2.º CEB com o total de alunos matriculados entre os anos letivos 2020/2021 e 2022/2023, é possível observar uma quase coincidência entre os nascidos e os que frequentam. No último ano considerado a diferença é superior, com a matrícula de 112 alunos e a existência de 84 crianças com idade de frequentar este nível de ensino (modelo 1). O diferencial poderá dever-se à entrada de crianças para frequentar o 2.º CEB em Penalva do Castelo. Já no modelo 2, o desvio é um pouco menor, uma vez que se projetaram 97 crianças em idade de frequência, resultando num diferencial de 15 alunos.

Tendo em consideração o modelo 1, o número de crianças em idade de frequentar o 2.º CEB (10 a 11 anos) poderá passar para 81 crianças em 2027/2028. Os resultados obtidos no modelo 2 dão uma diferença de 18 crianças, uma vez que se projeta a passagem das 112 para 94 crianças (Figura 94 e Anexo XXXVIII).

Na década seguinte, a tendência de decréscimo acentua-se ligeiramente, projetando-se um total de 69 alunos em 2041/2042, ou seja, -43 alunos face a 2024/2025 (-38,31%).

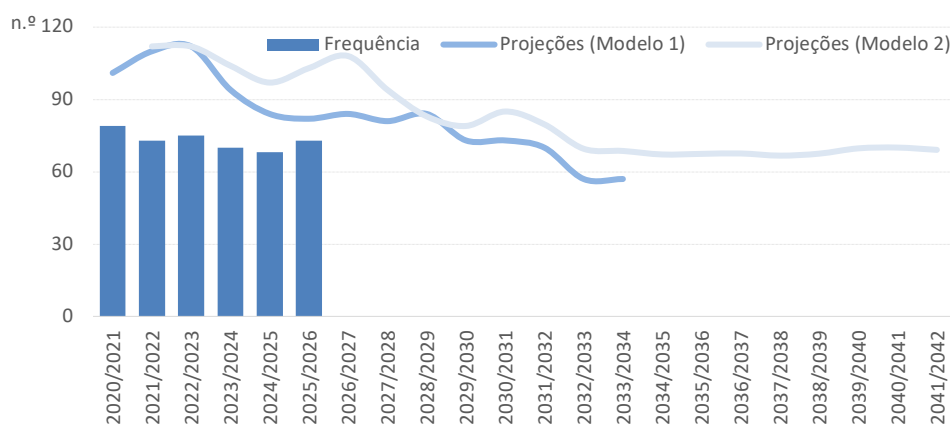


Figura 94. População escolar potencial no 2.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

III.4.4. 3.º Ciclo do ensino básico

A análise comparativa entre os nascimentos registados no período correspondente à frequência do 3.º CEB com o total de alunos matriculados deixa antever que a frequência tem sido superior às crianças nascidas e em idade de frequência entre 2020/2021 e 2024/2025.

No ano letivo 2024/2025 a frequência foi de 187 alunos, sendo superior em 27 (modelo 1) ou 23 (modelo 2) alunos. Este diferencial pode estar relacionado com a entrada de alunos que residiam noutros concelhos.

Em termos prospetivos, o efeito da diminuição da população escolar será também visível nos jovens entre os 12 e 14 anos, que em situação normal deveriam estar a frequentar o 3.º CEB. Deste modo, a população escolar com estas idades poderá oscilar entre os 82 (modelo 1) e 103 (modelo 2) no ano letivo de 2035/2036. Esta situação configura um decréscimo muito relevante de alunos (Figura 95 e Anexo XXXIX).

Considerando um horizonte temporal mais longo, entre 2024/2025 e 2041/2042, projeta-se a passagem de 187 para 103 jovens, correspondendo a uma diminuição de 84 jovens.

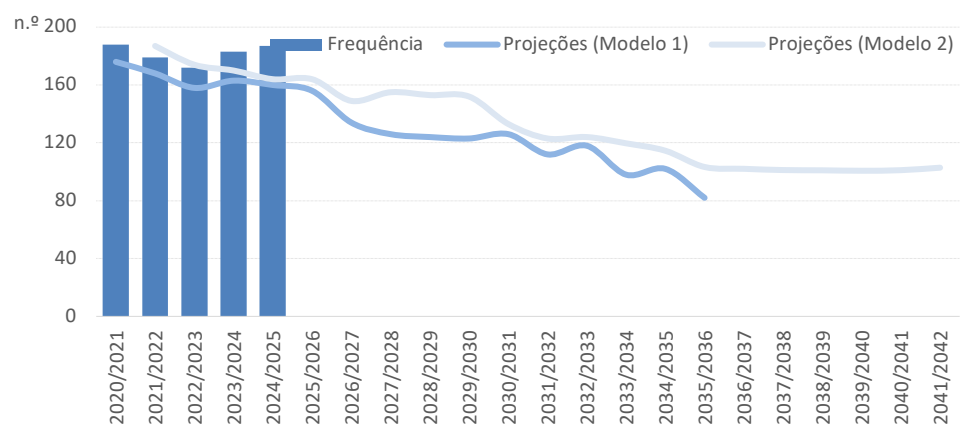


Figura 95. População escolar potencial no 3.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

III.4.5. Ensino secundário

Por fim, apresentam-se as projeções para os potenciais alunos do ensino secundário, sendo este o último nível de ensino definido de carácter obrigatório pelo sistema de ensino português (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto).

Comparando o número de nascimentos registados no período correspondente à frequência do ensino secundário com o total de alunos matriculados entre 2020/2021 e 2024/2025, é possível observar que nasceram mais jovens comparativamente aos que frequentam. No ano letivo 2024/2025, a diferença é de 29 jovens, com a frequência de 139 alunos e um total de 168 jovens com idade de frequentar este nível de ensino (modelo 1). No caso do modelo 2, a diferença é superior (48 jovens), tendo sido projetado um total de 187 jovens.

Este diferencial poderá estar relacionado com a saída de jovens para outros territórios, sendo também de mencionar as taxas de retenção, cujos valores em Penalva do Castelo têm vindo a ser superiores à média nacional.

Considerando o modelo 1, entre 2024/2025 e 2038/39 projeta-se uma diminuição de 57 jovens, correspondendo à passagem dos 139 aos 82 alunos. As projeções com base no modelo 2 poderão significar um decréscimo inferior (-36 alunos), com a passagem dos 139 aos 103 alunos (Figura 96 e Anexo XL).

A consideração do horizonte de 2041/2042, deixa antever um decréscimo de jovens em idade de frequência. Deste modo, projeta-se que em 2041/2042 existam 101 jovens em idade de frequência do ensino secundário.

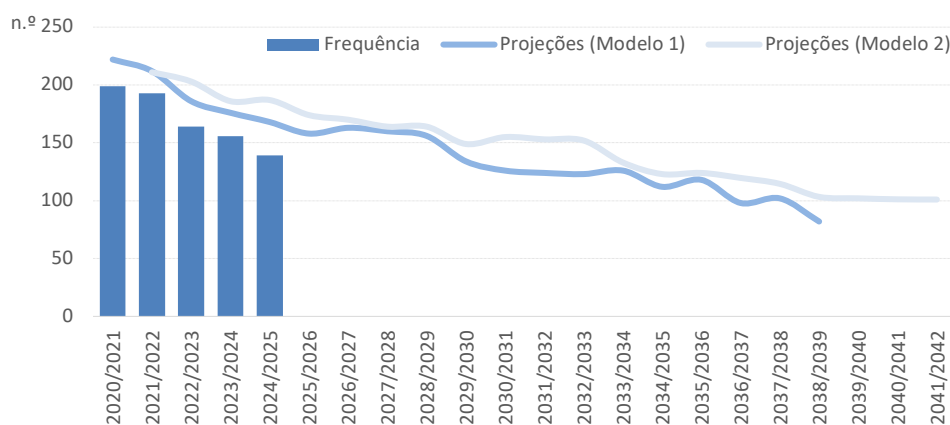


Figura 96. População escolar potencial no ensino secundário no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

Os valores apresentados são apenas os expectáveis, uma vez que para uma análise mais próxima da realidade há que ter em consideração todo o conjunto de fatores determinantes que influenciam na manutenção ou não das crianças e jovens no sistema de ensino.

III.5. Indicadores de sucesso escolar

III.5.1. Resultados escolares

III.5.1.1. Provas finais do 3.º ciclo do ensino básico¹⁰

No 9.º ano de escolaridade são realizadas provas às disciplinas de Matemática e Português. A observação das médias das provas finais do 9.º ano no concelho de Penalva do Castelo entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023 revela uma tendência para a diminuição dos resultados médios (16,41%), registando-se uma média de 64,69% em 2018/2019 e de

¹⁰ Atendendo a que, na sequência do conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da covid-19 no âmbito dos ensinos básico e secundário, nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 as provas finais do 3.º CEB não se realizaram, neste ponto foram analisados apenas os anos letivos 2018/2019, 2021/2022 e 2022/2023.

48,28% em 2022/2023 (Figura 97 e Quadro 61)¹¹. Ao longo do período em análise, Penalva do Castelo apresenta resultados acima da média nacional, exceção feita ao ano letivo 2022/2023, em que regista um resultado médio (48,28%) inferior ao do continente (52%).

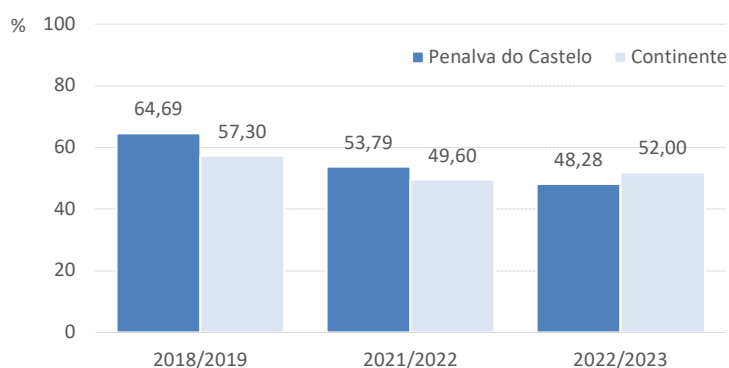


Figura 97. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

Quadro 61. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Unidade territorial	2018/2019	2021/2022	2022/2023	Tendência
	(%)			
Penalva do Castelo	64,69	53,79	48,28	↓
Continente	57,30	49,60	52,00	↓
Variação face à média nacional	7,39	4,19	-3,72	-

Fonte: DGE e JNE.

Por disciplina, de destacar, desde logo, os resultados superiores na disciplina de Português, que regista médias superiores às verificadas na disciplina de Matemática nos três anos letivos em análise (Figura 98 e Quadro 62).

De sublinhar, também, que o concelho de Penalva do Castelo apresenta resultados superiores aos da média nacional ao longo de todo o período em estudo, exceção feita à

¹¹ Os resultados são apresentados numa escala de 0-100 pontos.

disciplina de Matemática no ano letivo 2018/2019 e à disciplina de Português no ano letivo 2022/2023.

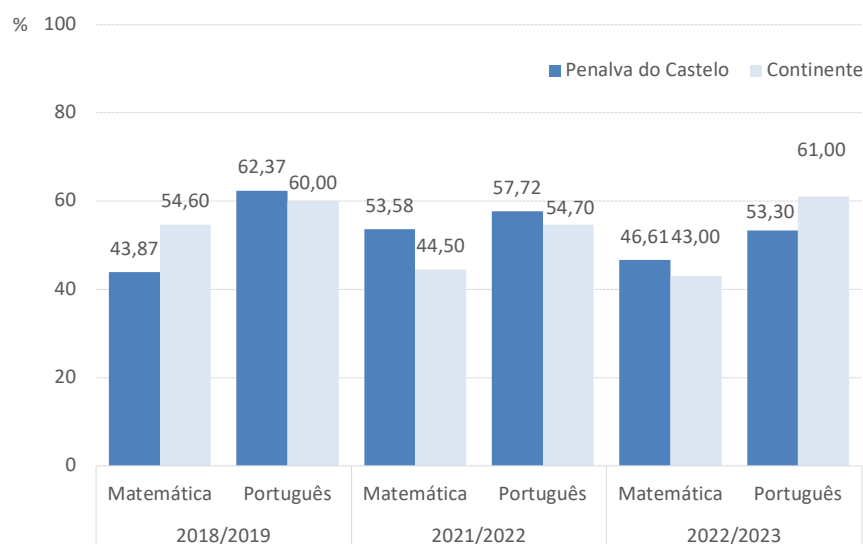


Figura 98. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB de Matemática e Português entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

Quadro 62. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB de Matemática e Português, por estabelecimento de ensino, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Unidade territorial	2018/2019		2021/2022		2022/2023	
	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
	(%)					
Penalva do Castelo	↓ 43,87	↑ 62,37	↑ 53,58	↑ 57,72	↑ 46,61	↓ 53,30
Continente	54,60	60,00	44,50	54,70	43,00	61,00
Variação face à média nacional	-10,73	2,37	9,08	3,02	3,61	-7,70

↑ Superior à média nacional | ↓ Inferior à média nacional | → Igual à média nacional

Fonte: DGE e JNE.

Centrando a análise nos valores médios de Penalva do Castelo, observa-se uma diminuição continua dos resultados na disciplina de Português, passando de 62,37%, no ano letivo 2018/2019, a 53,3% no ano letivo 2022/2023. Já a evolução dos resultados na disciplina de Matemática não tem sido linear, observando-se um aumento, passando de uma média

negativa de 43,87%, em 2018/2019, para uma média positiva de 53,58% em 2021/2022. Voltando a observar-se uma diminuição e uma média negativa de 46,61% no ano letivo 2022/2023.

III.5.1.2. Exames finais do ensino secundário¹²

A análise das médias dos exames finais do ensino secundário no concelho de Penalva do Castelo entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023 revela um acréscimo contínuo, apenas, interrompido no ano letivo 2020/2021, ano marcado por uma diminuição das médias (Figura 99 e Quadro 63)¹³. Em termos globais, a evolução foi positiva, com a passagem de uma média de 10,54 em 2018/2019 para uma média de 12,34% em 2022/2023.

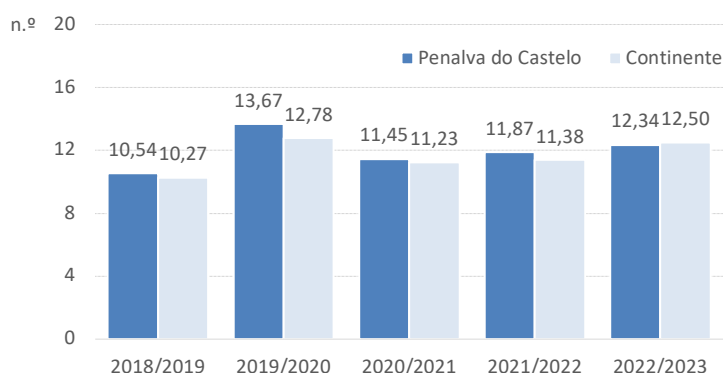


Figura 99. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

De salientar que a média dos exames nacionais de Penalva do Castelo foi sempre superior à média de Portugal continental, exceção feita ao ano letivo 2022/2023, em que regista uma média (12,34) ligeiramente inferior à do continente (12,5).

¹² Na sequência do conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da covid-19 no âmbito dos ensinos básico e secundário, nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 os exames finais do ensino secundário não foram requisito obrigatório para concluir o ensino secundário (apenas contaram as notas internas, atribuídas pelos professores), tendo servido apenas como específicas para ingresso no ensino superior.

¹³ Os resultados são apresentados numa escala de 0-20 valores.

Quadro 63. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Unidade territorial	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	Tendência
	(%)					
Penalva do Castelo	10,54	13,67	11,45	11,87	12,34	↑
Continente	10,27	12,78	11,23	11,38	12,50	↑
Variação face à média nacional	0,27	0,89	0,22	0,49	-0,16	-

Fonte: DGE e JNE.

Os resultados superiores observados no ano letivo de 2019/2020 devem ser lidos considerando o contexto vivido. De facto, esse ano foi atípico, marcado por uma pandemia, com consequências muito marcantes em todo o processo de ensino e avaliação. A tendência a nível regional e nacional foi de aumento relevante nos resultados dos exames¹⁴.

Por disciplina, é possível observar um conjunto de disciplinas em que os resultados em 2022/2023 são superiores à média nacional: Biologia e Geologia, Geometria Descritiva, História A, Matemática A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português (Figuras 100 a 105 e Quadro 64). Observando-se um aumento das médias nos exames de Biologia e Geologia, História A, Matemática A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português ao longo do período em estudo. De sublinhar que no caso de Biologia e Geologia e História A passaram de uma média negativa em 2018/2019 (9,64 e 8,19) para uma média positiva em 2022/2023 (11,98 e 13,3). Na disciplina de Geometria Descritiva regista-se uma diminuição, passando de uma média de 16,96, no ano letivo 2019/2020, para 12,23, no ano letivo 2022/2023.

¹⁴ Os exames não foram requisito obrigatório para concluir o ensino secundário (apenas contaram as notas internas, atribuídas pelos professores). Os exames realizados serviram apenas como específicas para ingresso no ensino superior.

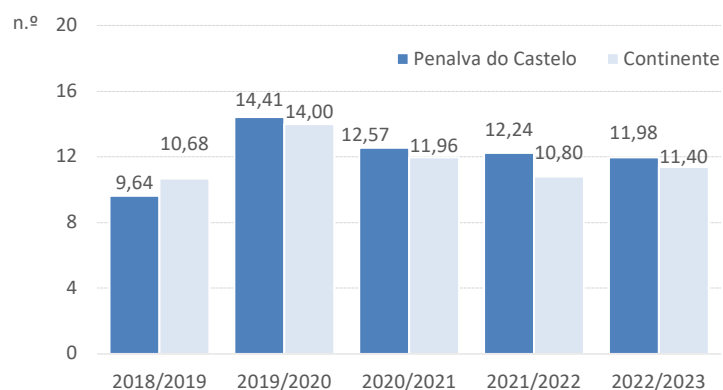


Figura 100. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Biologia e Geologia entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

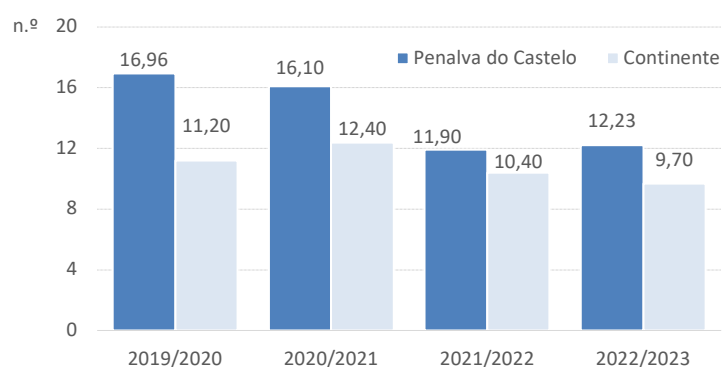


Figura 101. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Geometria Descritiva entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

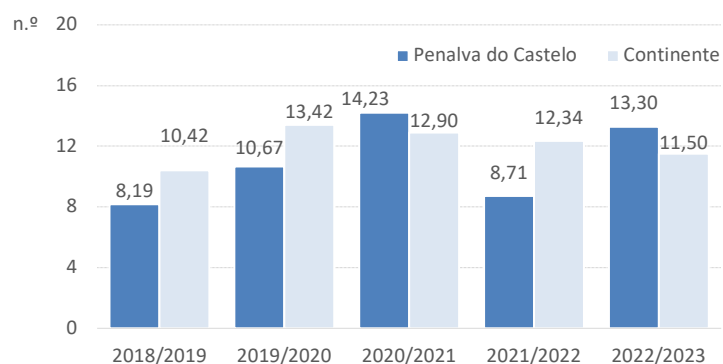


Figura 102. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de História A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

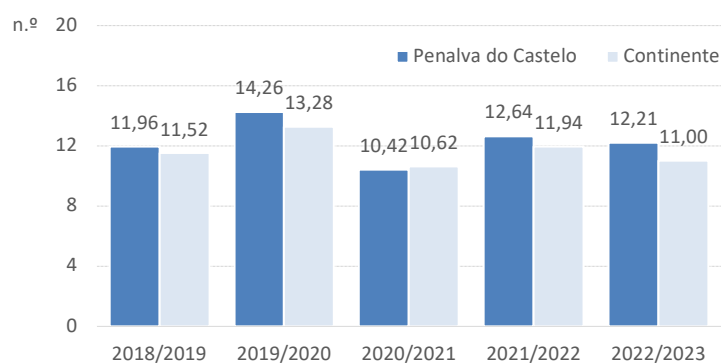


Figura 103. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Matemática A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

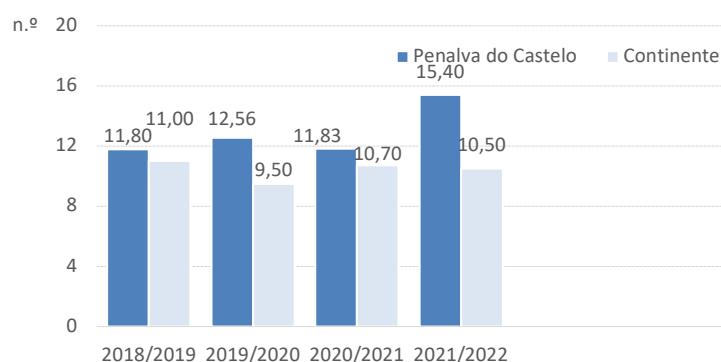


Figura 104. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Matemática Aplicada às Ciências Sociais entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

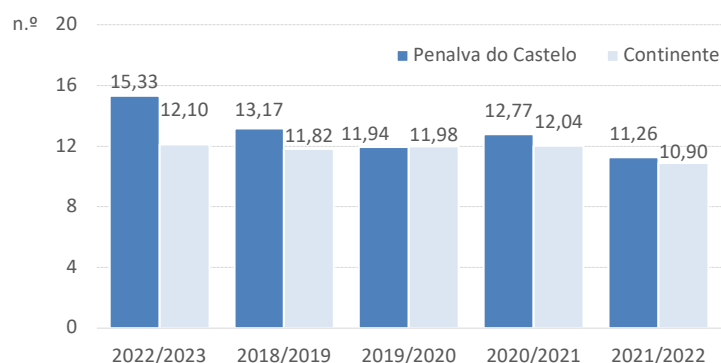


Figura 105. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Português entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

Quadro 64. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário, por exame, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Ano letivo	Disciplina	Penalva do Castelo	Continente	Variação face à média nacional
2018/2019	Biologia e Geologia	↓ 9,64	10,68	-1,04
	Filosofia	↓ 9,17	9,80	-0,63
	Física e Química A	↓ 9,32	10,04	-0,72
	História A	↓ 8,19	10,42	-2,23
	Matemática A	↑ 11,96	11,52	0,44
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	↑ 11,80	11,00	0,80
	Português	↑ 13,17	11,82	1,35
	Total	↓ 10,54	10,27	0,27
2019/2020	Biologia e Geologia	↑ 14,41	14,00	0,41
	Física e Química A	↑ 14,17	13,24	0,93
	Geografia A	↑ 14,22	13,56	0,66
	Geometria Descritiva	↑ 16,96	11,20	5,76
	História A	↓ 10,67	13,42	-2,75
	Matemática A	↑ 14,26	13,28	0,98
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	↑ 12,56	9,50	3,06
	Português	↓ 11,94	11,98	-0,04
	Total	↑ 13,67	12,78	0,89
2020/2021	Biologia e Geologia	↑ 12,57	11,96	0,61
	Física e Química A	↑ 9,92	9,78	0,14
	Geografia A	↓ 9,51	10,72	-1,21
	Geometria Descritiva	↑ 16,10	12,40	3,70
	História A	↑ 14,23	12,90	1,33
	Inglês	↓ 13,24	14,90	-1,66
	Matemática A	↓ 10,42	10,62	-0,20
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	↑ 11,83	10,70	1,13
	Português	↑ 12,77	12,04	0,73
	Total	↑ 11,45	11,23	0,22
2021/2022	Biologia e Geologia	↑ 12,24	10,80	1,44
	Física e Química A	↑ 13,89	11,70	2,19
	Geografia A	↑ 13,29	11,60	1,69
	Geometria Descritiva	↑ 11,90	10,40	1,50
	História A	↓ 8,71	12,34	-3,63
	Inglês	↑ 16,00	14,80	1,20
	Matemática A	↑ 12,64	11,94	0,70
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	↑ 15,40	10,50	4,90
	Português	↑ 11,26	10,90	0,36
	Total	↑ 11,87	11,38	0,49

(Continua)

(Continuação)

Ano letivo	Disciplina	Penalva do Castelo	Continente	Varição face à média nacional
2022/2023	Biologia e Geologia	↑ 11,98	11,40	0,58
	Filosofia	↓ 9,00	11,10	-2,10
	Física e Química A	→ 11,20	11,20	0,00
	Geografia A	↓ 7,77	10,90	-3,13
	Geometria Descritiva	↑ 12,23	9,70	2,53
	História A	↑ 13,30	11,50	1,80
	Inglês	↓ 13,78	14,80	-1,02
	Matemática A	↑ 12,21	11,00	1,21
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	↑ 15,33	12,10	3,23
	Português	↑ 14,29	12,50	1,79
	Total	↑ 12,34	11,68	0,66

↑ Superior à média nacional | ↓ Inferior à média nacional | → Igual à média nacional

Fonte: DGE e JNE.

Numa posição intermédia, encontra-se a disciplina de Física e Química A ao registar um resultado médio exatamente igual ao do continente. Em termos evolutivos observa-se uma melhoria, uma vez que registou a passagem de uma média negativa de 9,32 em 2018/2019, para uma média positiva de 11,2 em 2022/2023 (Figura 106).

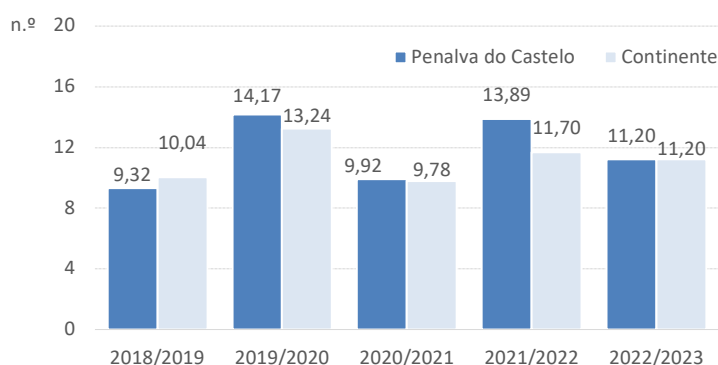


Figura 106. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Física e Química A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

Numa situação oposta, encontram-se as disciplinas de Filosofia, Geografia A e Inglês, onde Penalva do Castelo regista resultados inferiores à média nacional isto para o ano letivo

2022/2023 (Figuras 107, 108 e 109). No caso das disciplinas de Inglês e Filosofia verifica-se uma manutenção das médias ao longo do período em análise, embora seja de referir que Filosofia apresente sempre médias negativas. Já em Geografia A observa-se uma evolução negativa, atingido, no letivo 2022/2023, a média mais baixa (7,77) de todo o período em análise.

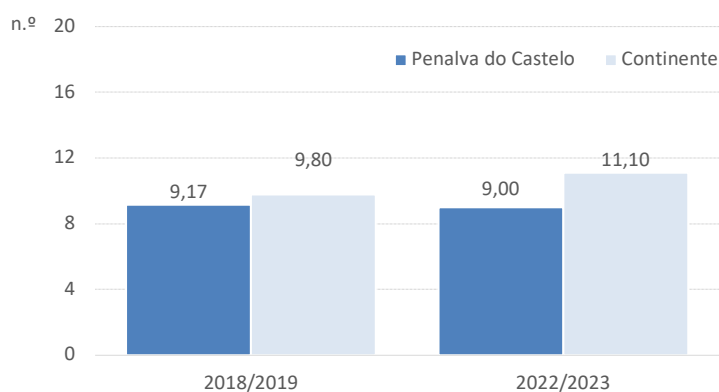


Figura 107. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Filosofia entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

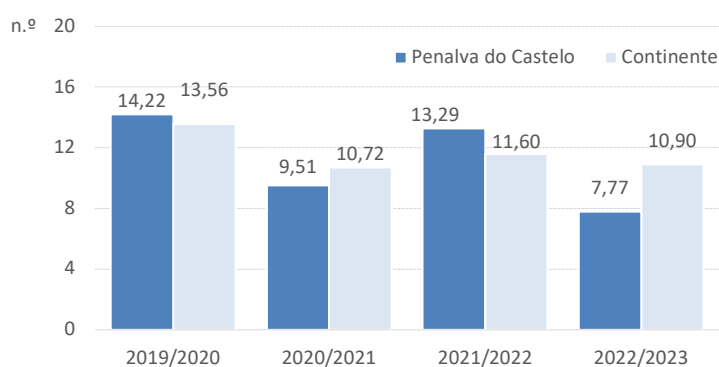


Figura 108. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Geografia A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

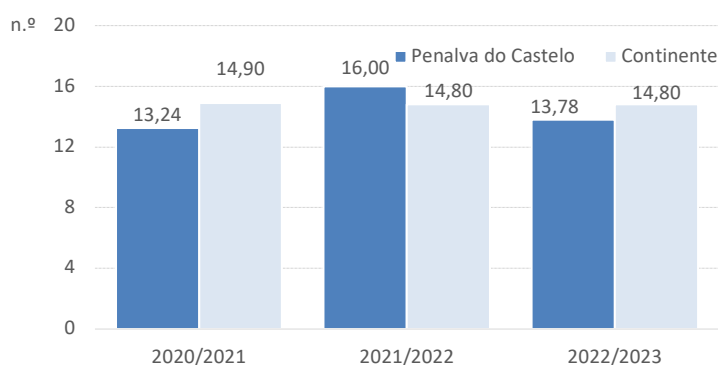


Figura 109. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Inglês entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGE e JNE.

III.5.2. Taxa de retenção e desistência

Os dados relativos à taxa de retenção e desistência no ano letivo 2022/2023 revelam um cenário positivo no ensino básico (Figuras 110, 111 e 112 e Quadro 65), em que a taxa de 2,8% coloca Penalva do Castelo numa posição favorável quando comparado com a CIM Viseu Dão Lafões (3%), a Região Centro (3%) e Portugal continental (3,8%). Esta dinâmica positiva é visível no 2.º CEB e no 3.º CEB, registando sempre valores inferiores aos das unidades territoriais de referência. De sublinhar que no 2.º CEB não se registou nem a retenção, nem a desistência de qualquer aluno. Já no 1.º CEB, Penalva do Castelo encontra-se numa posição desfavorável, na medida em que apresenta uma taxa superior (2,8%) à da CIM Viseu Dão Lafões (2%), a Região Centro (1,7%) e Portugal continental (1,9%).

Taxa de retenção e desistência

Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (Alunos que ficaram retidos e/ou desistiram/Alunos matriculados * 100).

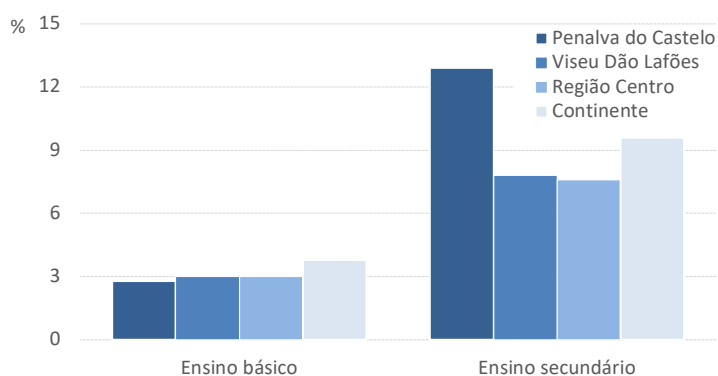


Figura 110. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023

Fonte: DGEEC.

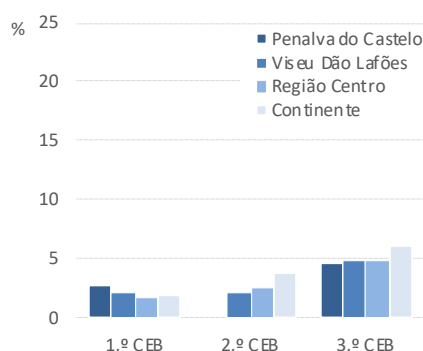


Figura 111. Taxa de retenção e desistência, no ensino básico, no ano letivo 2022/2023.
Fonte: DGEEC.

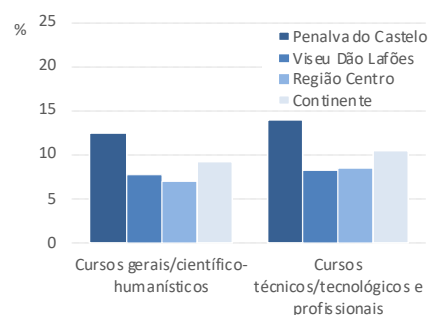


Figura 112. Taxa de retenção e desistência, no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.
Fonte: DGEEC.

Quadro 65. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023.

Nível de ensino		Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	Região Centro	Continente
		(%)			
Ensino básico	1.º CEB	2,8	2	1,7	1,9
	2.º CEB	0	2	2,6	3,7
	3.º CEB	4,6	4,9	4,8	6,1
	Total	2,8	3	3	3,8
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	12,3	7,6	7	9,2
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	14	8,1	8,5	10,4
	Total	12,9	7,8	7,6	9,6

Fonte: DGEEC.

Já no ensino secundário a taxa de 12,9% coloca Penalva do Castelo numa posição muito desfavorável face a todas as unidades territoriais de referência, nomeadamente à CIM Viseu Dão Lafões (7,8%), Região Centro (7,6%) e continente (9,6%). Esta dinâmica é visível tanto nos cursos gerais/científico-humanísticos, como nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais.

Analisando a taxa de retenção e desistência, segundo o sexo, no concelho de Penalva do Castelo, verifica-se que esta é sempre mais elevada nos homens, que nas mulheres, tanto no ensino básico, como no ensino secundário (Figuras 113 e 114 e Quadros 66 e 67). Exceção feita ao 1.º CEB em que a taxa de retenção é superior nas mulheres (3,5%), face aos homens (2,3%).

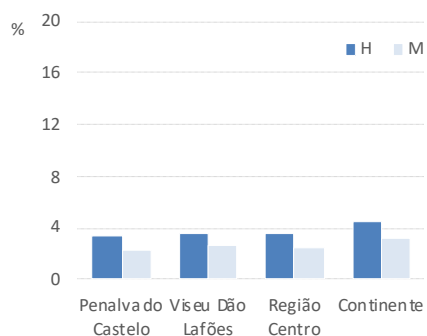


Figura 113. Taxa de retenção e desistência, segundo o sexo, no ensino básico, no ano letivo 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

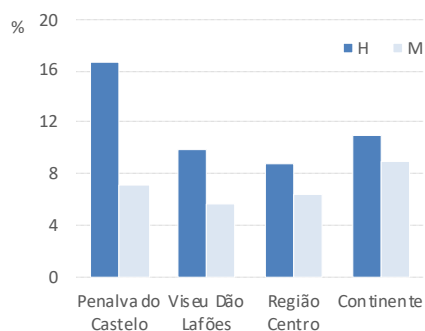


Figura 114. Taxa de retenção e desistência, segundo o sexo, no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

Quadro 66. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no sexo masculino, no ano letivo 2022/2023.

Nível de ensino		Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	Região Centro	Continente
		(%)			
Ensino básico	1.º CEB	2,3	2	1,7	1,9
	2.º CEB	0	2,3	3,2	4,4
	3.º CEB	6,3	6	6	7,9
	Total	3,3	3,5	3,6	4,4
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	17,2	9,7	8,2	10,5
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	15,8	10,2	9,4	11,3
	Total	16,7	9,9	8,8	10,9

Fonte: DGEEC.

Quadro 67. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no sexo feminino, no ano letivo 2022/2023.

Nível de ensino		Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	Região Centro	Continente
		(%)			
Ensino básico	1.º CEB	3,5	1,9	1,6	1,8
	2.º CEB	0	1,7	2	2,9
	3.º CEB	2,6	3,9	3,6	4,9
	Total	2,3	2,6	2,4	3,1
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	6	6,1	6,1	8,3
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	10,5	4,3	6,9	8
	Total	7,2	5,6	6,3	9

Fonte: DGEEC.

O concelho de Penalva do Castelo ocupa uma posição favorável no ensino básico, tanto no sexo masculino, como no sexo feminino, com o registo de uma taxa de retenção e desistência inferior às das unidades territoriais de referência. Dinâmica que se observa no 3.º CEB no sexo feminino e no sexo masculino, mas neste último, apenas, quando comparado com Portugal continental. De sublinhar que no 2.º CEB não se registou nem a retenção, nem a desistência de qualquer aluno.

Já no ensino secundário Penalva do Castelo ocupa uma posição desfavorável no sexo masculino ao registar taxas de retenção e desistência superiores às das unidades territoriais de referência. Posição que, também, se observa no sexo feminino nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais e na globalidade do ensino secundário, mas aqui somente quando comparada com a CIM Dão Lafões e a Região Centro.

No contexto da CIM Viseu Dão Lafões, a posição ocupada pelo concelho de Penalva do Castelo confirma o quadro anteriormente descrito (Quadros 68 e 69). Efetivamente, no ensino básico ocupa uma posição mais favorável, registando a sétima mais baixa taxa de retenção e desistência (2,8%) do conjunto dos 14 concelhos que integram a CIM Viseu Dão

Lafões. Em sentido contrário, no ensino secundário Penalva do Castelo regista a taxa mais elevada desta CIM.

Quadro 68. Taxa de retenção e desistência, no ensino básico, no ano letivo 2022/2023

Concelho	Taxa de retenção e desistência (%)
Vila Nova de Paiva	5,4
Mangualde	5,3
Carregal do Sal	5
Nelas	4
Tondela	3,3
Vouzela	3,3
Aguiar da Beira	2,9
Penalva do Castelo	2,8
Viseu	2,7
São Pedro do Sul	2,3
Oliveira de Frades	2,2
Castro Daire	2
Santa Comba Dão	2
Sátão	1,6

Fonte: DGEEC.

Quadro 69. Taxa de retenção e desistência, no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.

Concelho	Taxa de retenção e desistência (%)
Penalva do Castelo	12,9
Mangualde	11,8
Vila Nova de Paiva	11,3
Sátão	8,7
Carregal do Sal	8,4
Viseu	8,4
Tondela	7,9
São Pedro do Sul	7,7
Oliveira de Frades	6
Aguiar da Beira	5,7
Nelas	5,6
Santa Comba Dão	5,1
Vouzela	3,8
Castro Daire	2,9

Fonte: DGEEC.

Em termos evolutivos, a taxa de retenção e desistência no ensino básico registou um ligeiro aumento (0,5%), com a passagem de 2,3% no ano letivo 2018/2019 a 2,8% no ano letivo 2022/2023 (Figura 115 e Quadro 70). Os diferentes níveis registam dinâmicas distintas. O 1.º CEB acompanha a dinâmica negativa global, registando um aumento de 1,4%, com a passagem de 1,4% a 2,8% (Figura 116). Já o 3.º CEB regista um decréscimo de -0,3%, que traduz a passagem de 4,9% a 4,6%. De salientar que no 2.º CEB, ao longo de todo o período em estudo, não se registou nem a retenção, nem a desistência de qualquer aluno.

No ensino secundário, observou-se, em sentido contrário, um ligeiro decréscimo da taxa de retenção e desistência (-0,5%), com a passagem de 13,4% no ano letivo 2018/2019 a 12,9% no ano letivo 2022/2023 (Figura 117). Dinâmica, também, observada nos cursos gerais/científico-humanísticos, que registaram uma diminuição de -2,3% (de 14,6% a 12,3%). Já nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais verificou-se um acréscimo da taxa de retenção e desistência de 2,2%, que corresponde à passagem de 11,8% a 14%.

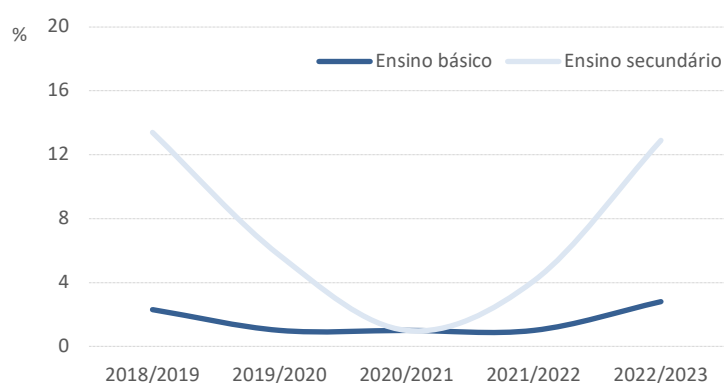


Figura 115. Evolução da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

Quadro 70. Evolução da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Nível de ensino		2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
		(%)				
Ensino básico	1.º CEB	1,4	1,9	1,6	1	2,8
	2.º CEB	0	0	0	0	0
	3.º CEB	4,9	0,5	1,1	1,7	4,6
	Total	2,3	1	1	1	2,8
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	14,6	1,6	0,8	4	12,3
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	11,8	12,2	1,4	4,3	14,0
	Total	13,4	5,7	1	4,1	12,9

Fonte: DGEEC.

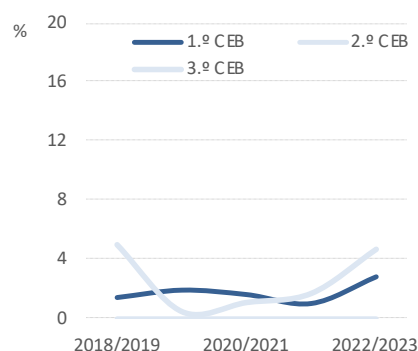


Figura 116. Evolução da taxa de retenção e desistência, no ensino básico, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

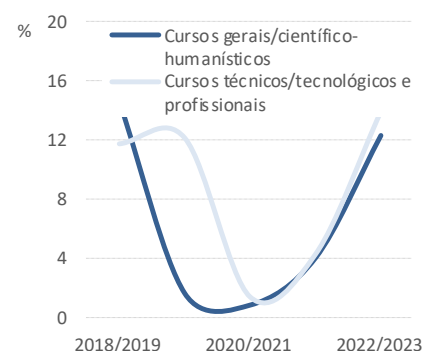


Figura 117. Evolução da taxa de retenção e desistência, no ensino secundário, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.

Fonte: DGEEC.

III.5.3. Indicadores de empregabilidade

A análise dos indicadores de empregabilidade nos últimos cinco ciclos de formação revela uma evolução favorável na taxa de colocação após conclusão do curso (prosseguimento de estudos, inserido no mercado de trabalho, em estágio profissional, à procura de emprego/inscrito), que passou de 54,5% no ciclo de formação 2017/2020 a 77,8% no ciclo de formação 2021/2024 (Quadro 71).

Descende de escala de análise, verifica-se que este resultado bastante positivo traduz o comportamento muito favorável da taxa de colocação no mercado de trabalho, que evoluiu de 40,9% no ciclo de formação 2017/2020 para 72,2% no ciclo de formação 2021/2024. Numa referência à taxa de diplomados a frequentar estágios profissionais e à taxa de diplomados à procura de emprego/inscrito no ciclo de formação 2021/2024, constatamos que esta é de 0% e 16,7%, respetivamente.

Por sua vez, a taxa de prosseguimento de estudos mostra uma progressão menos positiva, tendo passado de 13,6% no ciclo de formação 2017/2020 a 5,6% no ciclo de formação 2021/2024. Numa referência à taxa de diplomados a frequentar o ensino superior e à taxa de diplomados a frequentar formação de nível pós-secundário no ciclo de formação 2021/2024, observamos que esta é de 0% e 5,6%, respetivamente.

O mesmo aconteceu com a taxa de diplomados noutras situações (não estudam, não trabalham, nem estão inscritos no Instituto de Emprego), que evidenciou um crescimento

significativo (de 4,5% no ciclo de formação 2017/2020 para 22,2% no ciclo de formação 2021/2024).

Finalmente, a taxa de diplomados em situação desconhecida, com exceção do ciclo de formação 2019/2022, onde o valor é de 4,4%, não registou valores durante todo o período em análise.

Quadro 71. Indicadores de empregabilidade no AE de Penalva do Castelo.

Indicadores EQAVET	Ciclo de formação				
	2017/2020	2018/2021	2019/2022	2020/2023	2021/2024
	(%)				
5A - Taxa de colocação após conclusão do curso (prosseguimento de estudos, inserido no mercado de trabalho, em estágio profissional, à procura de emprego/inscrito)	Meta: sem dados 54,5%	Meta: 62,5% 81,3%	Meta: 65% 65,2%	Meta: 65% 76,9%	Meta: 65% 77,8%
5A - Taxa de colocação no mercado de trabalho	40,9%	56,3%	56,5%	61,5%	72,2%
Taxa de diplomados a frequentar estágios profissionais	4,5%	0%	8,7%	0%	0%
Taxa de diplomados à procura de emprego/inscrito	4,5%	0%	13%	15,4%	16,7%
5A - Taxa de prosseguimento de estudos	13,6%	25%	8,7%	15,4%	5,6%
Taxa de diplomados a frequentar o ensino superior	4,5%	0%	0%	0%	0%
Taxa de diplomados a frequentar formação de nível pós-secundário	4,5%	25%	8,7%	15,4%	5,6%
Taxa de diplomados noutras situações (não estudam, não trabalham, nem estão inscritos no Instituto de Emprego)	4,5%	18,7%	30,4%	23,1%	22,2%
Taxa de diplomados em situação desconhecida	0%	0%	4,4%	0%	0%

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.5.4. Metas Penalva do Castelo 2030

Apresentam-se de seguida, para o concelho de Penalva, as metas a atingir para os diferentes indicadores que se acredita que sejam exequíveis no horizonte temporal de cinco anos (Quadro 72).

Quadro 72. Metas Penalva do Castelo 2030.

Indicador			Média nacional 2022/2023	Média concelho 2022/2023	Metas Penalva do Castelo 2030
Provas finais do 3.º CEB	Matemática		43,00	38,94	Melhorar, progressivamente, os resultados das provas finais do 3.º CEB, aproximando a classificação da média nacional
	Português		61,00	57,24	
Exames finais do ensino secundário	Biologia e Geologia		11,40	11,98	Melhorar, progressivamente, os resultados dos exames finais do ensino secundário, aproximando a classificação da média nacional nas disciplinas de Filosofia, Geografia A e Inglês e aumentando a distância em relação à média nacional nas disciplinas de Biologia e Geologia, Geometria Descritiva, História A, Matemática A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português
	Filosofia		11,10	9,00	
	Física e Química A		11,20	11,20	
	Geografia A		10,90	7,77	
	Geometria Descritiva		9,70	12,23	
	História A		11,50	13,30	
	Inglês		14,80	13,78	
	Matemática A		11,00	12,21	
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais		12,10	15,33	
	Português		12,50	14,29	
Taxa de retenção e desistência	Ensino básico	1.º CEB	1,9	2,8	Reduzir, progressivamente, a taxa de retenção no 1.º CEB, aproximando os resultados da média nacional, e aumentar a distância em relação à média nacional no 3.º CEB
		2.º CEB	3,7	0	
		3.º CEB	6,1	4,6	
		Total	3,8	2,8	
	Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	9,2	12,3	Reduzir, progressivamente, a taxa de retenção nos cursos gerais/científico-humanísticos e nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais do ensino secundário, aproximando os resultados da média nacional
		Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	10,4	14	
		Total	9,6	12,9	

Fonte: DGE, JNE e DGEEC.

III.6. Educação inclusiva

Portugal estabeleceu como uma das suas prioridades a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O principal normativo legal que enquadra o apoio prestado aos alunos com necessidades educativas específicas em Portugal é o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa, e identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. São desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos. A sua implementação ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.

As medidas universais correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Consideram-se medidas universais, entre outras: a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares; c) O enriquecimento curricular; d) A promoção do comportamento pró-social; e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas: a) Os percursos curriculares diferenciados; b) As adaptações curriculares não significativas; c) O apoio psicopedagógico; d) A antecipação e o reforço das aprendizagens; e) O apoio tutorial.

As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. Consideram-se medidas adicionais: a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) As adaptações curriculares significativas; c) O plano individual de transição; d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

No ano letivo 2024/2025 observa-se a frequência de 44 crianças/alunos com necessidades educativas específicas nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Penalva do Castelo (Figura 118). O maior número de alunos encontra-se no 3.º CEB (19 alunos), seguindo-se o ensino secundário (13 alunos), o 1.º CEB (8 alunos), e, por fim, o 2.º CEB (4 alunos). De referir que na educação pré-escolar não se verifica a frequência de crianças com necessidades educativas específicas.

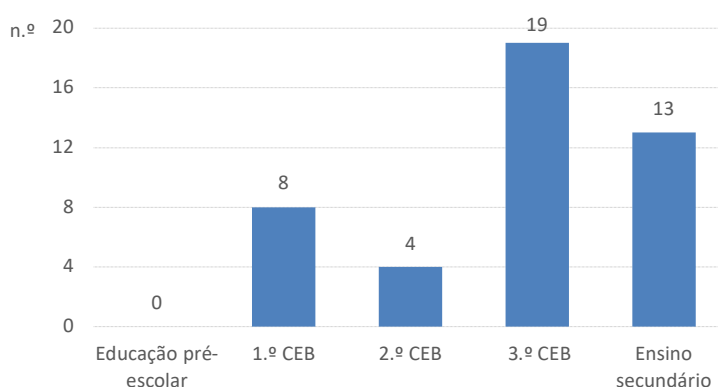


Figura 118. Distribuição das crianças/alunos com necessidades educativas específicas por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.6.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Numa análise às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão aplicadas aos alunos matriculados nos estabelecimentos do concelho de Penalva do Castelo, constata-se, como seria expectável, que as medidas com maior número de alunos dizem respeito às seletivas, com um total de 119 alunos¹⁵ (Quadro 73). O número de alunos abrangidos pelas medidas adicionais é significativamente inferior, observando-se um total de 29 alunos.

Quadro 73. Distribuição das crianças/alunos pelas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Medida de suporte à aprendizagem e à inclusão		N.º de crianças/alunos
Seletivas	Adaptações curriculares não significativas	33
	Apoio psicopedagógico	44
	Antecipação e o reforço das aprendizagens	33
	Apoio tutorial	9
	Subtotal	119
Adicionais	Adaptações curriculares significativas	11
	Plano individual de transição	7
	Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social	11
	Subtotal	29
Total		148

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Numa análise mais pormenorizada às medidas seletivas, verifica-se que o apoio psicopedagógico (44 alunos), a antecipação e o reforço das aprendizagens e as adaptações

¹⁵ Existem crianças/alunos com mais do que uma medida aplicada em simultâneo.

curriculares não significativas (ambas com 33 alunos) são as medidas mais relevantes. Já o apoio tutorial abrange, apenas, 9 alunos.

No que respeita às medidas adicionais, observa-se que as adaptações curriculares significativas e o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social são as medidas mais relevantes, com 11 alunos, cada. O plano individual de transição verifica um número mais reduzido, com apenas 7 alunos.

III.6.2. Recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão

No âmbito dos recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão, no concelho de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025 são de referir a existência de três recursos organizacionais específicos (Quadro 74). A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva e o centro de apoio à aprendizagem são os que abrangem o maior número de alunos, com um total de 44 alunos, cada. Já o centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial abrange apenas 1 aluno.

Relativamente aos recursos específicos existentes na comunidade, merece referência a ELI, com 11 alunos e o CRI, com 1 aluno.

Quadro 74. Distribuição das crianças/alunos pelos recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Recurso de apoio à aprendizagem e à inclusão		N.º de crianças/alunos
Recurso organizacional específico	Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva	44
	Centro de apoio à aprendizagem	44
	Centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial	1
	Total	89
Recurso específico existente na comunidade a mobilizar	ELI	11
	CRI	1
	Total	12

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.6.3. Planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão

No ano letivo 2024/2025 eram três os planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão existentes em Penalva do Castelo (Quadro 75). O PEI era o que abrangia o maior número de alunos, com 11 alunos. Já o PIT e o NSE/PSI registavam 7 e 1 aluno, respetivamente.

Quadro 75. Distribuição das crianças/alunos pelos planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Plano e programa de apoio à aprendizagem e à inclusão	N.º de crianças/alunos
NSE/PSI	1
PEI	11
PIT	7
Total	19

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.6.4. Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão

No ano letivo 2024/2025 são 19 os recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão no concelho de Penalva do Castelo (Quadro 76). Os docentes de educação especial e os psicólogos são os que se encontram em maior número, com um total de 6 docentes e 5 psicólogos. Observa-se, ainda, a presença de 4 terapeutas da fala, 2 terapeutas ocupacionais, 1 fisioterapeuta e 1 assistente operacional.

Quadro 76. Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Recurso humano específico de apoio à aprendizagem e à inclusão	N.º
Docente de educação especial	6
Psicólogo(a)	5
Terapeuta da fala	4
Terapeuta ocupacional	2
Fisioterapeuta	1
Assistente operacional	1
Total	19

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.7. Atividades complementares de ação educativa

III.7.1. Atividades de Animação e Apoio à Família

Consideram-se AAAF as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2024/2025 a taxa de participação das crianças nas AAAF no concelho de Penalva do Castelo é de quase 100% (Quadro 77). Efetivamente, do total de 126 crianças matriculadas na educação pré-escolar, 122 estão inscritas nas AAAF, o que responde a uma taxa de 96,83%. Todos os estabelecimentos de educação apresentam uma taxa de participação de 100%, exceção feita à Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, que regista uma taxa de 94,94%.

Quadro 77. Número de crianças nas AAAF no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas	Crianças inscritas	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	8	8	100
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	79	75	94,94
Pindo	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	25	25	100
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	14	14	100
Total		126	122	96,83

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.7.2. Componente de apoio à família

Considera-se CAF o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º CEB antes e/ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2024/2025 a taxa de frequência dos alunos na CAF no concelho de Penalva do Castelo é inferior a 50% (Quadro 78). Efetivamente, do total de 219 alunos matriculados no 1.º CEB, apenas 95 estão inscritos na CAF, o que significa uma taxa de 43,38%. A Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo são as que observam o maior número de alunos na CAF, com 69 e 14 alunos, o que corresponde a uma taxa de participação de 48,94% e 48,28%, respetivamente. Na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo e na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo observa-se a frequência de 8 e 4 alunos, o que corresponde a 27,59% e 20% do total, respetivamente.

Quadro 78. Número de alunos na CAF no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	20	4	20
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	141	69	48,94
Pindo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	29	8	27,59
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	29	14	48,28
Total		219	95	43,38

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.7.3. Atividades de enriquecimento curricular

Consideram-se AEC no 1.º CEB as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2024/2025 os estabelecimentos de 1.º CEB do concelho de Penalva do Castelo ofereciam 5 AEC distintas (Quadro 79). De sublinhar que todos os alunos frequentam a atividade física e desportiva e as atividades lúdicas. A música e o xadrez, ambas, com 112 alunos, o que corresponde a 51,14%, também, registam um número significativo de alunos. Por último, surge a TIC, com 107 alunos, que representa 48,86% do total de alunos matriculados.

Quadro 79. Número de alunos inscritos nas AEC no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos									
			Atividade física e desportiva		Atividades lúdicas		Música		TIC		Xadrez	
			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	20	20	100	20	100	6	30,00	14	70,0	6	30
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	141	141	100	141	100	78	55,32	63	44,68	78	55,32
Pindo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	29	29	100	29	100	17	58,62	12	41,38	17	58,62
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	29	29	100	29	100	11	37,93	18	62,07	11	37,93
Total		219	219	100	219	100	112	51,14	107	48,86	112	51,14

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.7.4. Atividades extracurriculares

III.7.4.1. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025, no 2.º CEB, são 5 as atividades extracurriculares existentes no concelho de Penalva do Castelo (Quadro 80). O clube de costura criativa é o que regista o maior número de alunos, com 10 alunos. O clube das artes e o de informática observam um igual número de alunos, a saber 6 alunos. Por último, observam-se os clubes de ciências e matemática, ambos, com 5 alunos.

Quadro 80. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos									
			Clube das artes		Clube de ciências		Clube de costura criativa		Clube de informática		Clube de matemática	
			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	112	6	5,36	5	4,46	10	8,93	6	5,36	5	4,46

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.7.4.2. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025, no 3.º CEB, são 8 as atividades extracurriculares existentes no concelho de Penalva do Castelo (Quadro 81). Todas as atividades observam a inscrição de um número bastante reduzido de alunos, que se traduz numa taxa inferior a 5%. A programação e robótica é a atividade mais procurada, com 9 alunos.

Quadro 81. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos															
			Clube de ciência viva		Clube de francês		Clube de informática		Clube de jornalismo		Clube de leitura		Clube de xadrez		Jogos matemáticos		Programação e robótica	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	187	6	3,21	5	2,67	4	2,14	3	1,60	5	2,67	7	3,74	4	2,14	9	4,81

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.8. Desporto escolar

III.8.1. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025, no 2.º CEB, são 4 as modalidades de desporto escolar existentes no concelho de Penalva do Castelo (Quadro 82). A natação e o futsal, com 17 e 16 alunos, são as modalidades mais procuradas.

Quadro 82. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos							
			Atletismo		Futsal		Ginástica acrobática		Natação	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	112	7	6,25	16	14,29	2	1,79	17	15,18

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.8.2. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025, no 3.º CEB, são 9 as atividades de desporto escolar existentes na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo (Quadro 83). O badminton e o futsal, com 39 e 31 alunos, são as mais procuradas. Segue-se a ginástica acrobática, as ARE e a natação, com 17, 12 e 10 alunos inscritos, respetivamente. As restantes atividades apresentam um número de inscritos igual ou inferior a 6 alunos, total registado no DE-Escola Ativa e ténis de mesa.

Quadro 83. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos																	
			ARE		Atletismo		Badminton		Boccia		DE - Escola ativa		Futsal		Ginástica acrobática		Natação		Ténis de mesa	
			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	187	12	6,4	3	1,60	39	20,86	3	1,60	6	3,21	31	16,58	17	9,09	10	5,35	6	3,21

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.8.3. Ensino secundário

No ano letivo 2024/2025 os alunos matriculados no ensino secundário Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo frequentam 8 modalidades de desporto escolar distintas (Quadro 84). No entanto, observa-se a inscrição de um número bastante reduzido de alunos em todas as modalidades. A natação é a que regista o maior número de alunos, com 8 alunos inscritos.

Quadro 84. Número de alunos inscritos no desporto escolar no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos inscritos															
			ARE		Badminton		Boccia		DE - Escola ativa		Futsal		Ginástica acrobática		Natação		Ténis de mesa	
			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	139	3	2,16	6	4,32	6	4,32	2	1,44	2	1,44	3	2,16	8	5,76	7	5,04

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.9. Ação social escolar

A ação social escolar, da responsabilidade do ME, é realizada através da implementação de medidas de discriminação positiva destinadas às crianças da educação pré-escolar e aos alunos dos ensinos básico e secundário, tendo como objetivo a inclusão social e educativa das crianças e dos alunos mais carenciados (Despacho n.º 8452-A/2015). Deste modo, as medidas de ação social escolar traduzem-se num conjunto de modalidades que incluem o apoio alimentar, o alojamento, os auxílios económicos e o acesso a recursos pedagógicos (Despacho n.º 8452-A/2015). A atribuição deste tipo de apoios visa contribuir para o direito efetivo de todas as crianças e alunos à educação e ao ensino, assim como para a igualdade de oportunidades no acesso a recursos propiciadores do sucesso educativo, conforme preconizado na LBSE.

Do total de 783 crianças/alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino existentes no concelho de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025, 247 são beneficiários de ação social escolar, o que corresponde a 31,55% (Quadro 85). Em termos dos escalões, observa-se um maior número de crianças e alunos abrangidos pelo escalão B, com um total de 132 crianças/alunos, o que corresponde a 16,82% do total. Já no escalão A encontram-se 115 as crianças/alunos, o que representa 14,69% do total de inscritos.

Analisando apenas os valores absolutos, verifica-se, como seria expectável, até pelo seu número de alunos, que é o 1.º CEB que regista o maior número de alunos beneficiários, com um total 73 alunos, o que corresponde a 33,33%. Segue-se, em termos absolutos, o 3.º CEB, com 52 alunos (27,81%), e a educação pré-escolar (38,89%). Já no ensino secundário observa-se que 45 dos 1399 alunos beneficiam de ação social escolar, o que corresponde a 32,37%. Por último, surge o 2.º CEB, com 28 alunos subsidiados, o que representa 25% do total de matriculados.

Quadro 85. Número de crianças/alunos beneficiários de ação social escolar por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Nível de educação/ensino	Crianças/alunos matriculados (n.º)	Crianças/alunos beneficiários					
		Escala A		Escala B		Total	
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	126	25	19,84	24	19,05	49	38,89
1.º CEB	219	28	12,79	45	20,55	73	33,33
2.º CEB	112	17	15,18	11	9,82	28	25,00
3.º CEB	187	22	11,76	30	16,04	52	27,81
Ensino secundário	139	23	16,55	22	15,83	45	32,37
Total	783	115	14,69	132	16,86	247	31,55

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.9.1. Educação pré-escolar

Do total de 126 crianças inscritas na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025, 49 crianças são beneficiárias de ação social escolar, o que corresponde a 38,89% (Quadro 86). Os dois escalões registam um número bastante idêntico, abrangendo o escalão A 25 crianças e o escalão B 24 crianças.

Descendo de escala de análise ao estabelecimento de educação, verifica-se que a esmagadora maioria das crianças da Escola Básica de Castelo de Penvalva, Penvalva do Castelo beneficia de ação social escolar, ou seja, 7 das 8 crianças inscritas (87,5%). Já na Escola Básica de Sezures, Penvalva do Castelo metade das crianças são beneficiárias (7 em 14 crianças). De referir que a Escola Básica de Ínsua, Penvalva do Castelo e o Jardim de Infância de Corga, Penvalva do Castelo, embora sejam os estabelecimentos com o maior número de crianças beneficiárias, em termos absolutos, com 26 e 9 crianças, estas representam, respetivamente, 32,91% e 36% do total de inscritos.

Quadro 86. Número de crianças beneficiárias de ação social escolar na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas	Crianças beneficiárias					
			Escala A		Escala B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	8	2	25,00	5	62,50	7	87,50
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	79	14	17,72	12	15,19	26	32,91
Pindo	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	25	6	24,00	3	12,00	9	36,00
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	14	3	21,43	4	28,57	7	50,00
Total		126	25	19,84	24	19,05	49	38,89

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.9.2. 1.º Ciclo do ensino básico

Do total de 219 alunos matriculados no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025, 73 são beneficiários de ação social escolar, valor que representa 33,33% (Quadro 87). O escalão B é o que abrange o maior número de alunos, com 45 alunos (20,55%), enquanto o escalão A abrange, apenas, 28 alunos 12,79%.

Salienta-se, novamente, como seria expectável, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, por apresentar o maior número de alunos beneficiários, com 46 alunos (29,08%). Seguindo-se a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, com 13 e 13 alunos beneficiários, que correspondem, respetivamente, a 44,83% e 41,38% do total de matriculados. Por último, observa-se, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, onde 35% do seu quantitativo escola beneficia de ação social escolar, ou seja, 7 alunos.

Quadro 87. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos beneficiários					
			Escala A		Escala B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	20	1	5,00	6	30,00	7	35,00
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	141	15	10,64	26	18,44	41	29,08
Pindo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	29	9	31,03	4	13,79	13	44,83
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	29	3	10,34	9	31,03	12	41,38
Total		219	28	12,79	45	20,55	73	33,33

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.9.3. 2.º Ciclo do ensino básico

No 2.º CEB, no concelho de Penalva do Castelo, 25% dos alunos beneficia de ação social escolar no ano letivo 2024/2025, ou seja, 28 do total de 112 alunos matriculados (Quadro 88). O escalão A é o que apresenta o maior número de alunos, com 17 alunos, enquanto o escalão B, abrangia 11 alunos.

Quadro 88. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos beneficiários					
			Escala A		Escala B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	112	17	15,18	11	9,82	28	25,00

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.9.4. 3.º Ciclo do ensino básico

Do universo de 187 alunos matriculados no 3.º CEB na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025, 52 beneficiam de ação social escolar, o que equivale a 27,81% (Quadro 89). O escalão B é o que abrange o maior número de alunos, com um total de 30 alunos. Já o escalão abrange um total de 22 alunos.

Quadro 89. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos beneficiários					
			Escala A		Escala B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	187	22	11,76	30	16,04	52	27,81

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.9.5. Ensino secundário

Do total de 139 alunos matriculados no ensino secundário na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025, 45 alunos são beneficiários de ação social escolar, o que corresponde a 32,37% (Quadro 90). Os escalões A e B abrangem um número de alunos bastante idêntico, com 23 e 22 alunos, respetivamente.

Quadro 90. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos beneficiários					
			Escala A		Escala B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	139	23	16,55	22	15,83	45	32,37

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.10. Transportes escolares

A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares são da responsabilidade dos concelhos da área de residência dos alunos, segundo os termos definidos no plano de transportes respetivo, cabendo-lhes especificamente:

- Organizar o processo de acesso ao transporte escolar para cada aluno;
- Requisitar às entidades dos serviços de transporte coletivo o passe escolar para os alunos;
- Pagar as faturas mensais às entidades dos serviços de transporte coletivo;
- Contratar, gerir e pagar os circuitos especiais, se necessário.

A admissão ao transporte escolar para todos os alunos é um processo fundamental para garantir a igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade a toda a comunidade escolar.

No concelho de Penalva do Castelo, no ano letivo 2024/2025, eram 316 as crianças/alunos transportadas, o que corresponde a 40,36% do total da população escolar da rede pública (Quadro 91). O 3.º CEB é o nível que apresenta o maior número de beneficiários de transporte escolar, com 90 alunos (48,13%). Seguindo-se o 1.º CEB e o ensino secundário, com 69 e 61 alunos, o que representa, respetivamente, 31,51% e 43,44% o total de matriculados. Já no 2.º CEB metade dos alunos beneficia de transporte escolar, ou seja, 56 alunos. Por último, na educação pré-escolar das 126 crianças inscritas, 40 são transportadas (31,75%).

Quadro 91. Número de crianças/alunos transportados por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.

Nível de educação/ensino	Crianças/alunos matriculados	Crianças/alunos transportados	
	(n.º)	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	126	40	31,75
1.º CEB	219	69	31,51
2.º CEB	112	56	50,00
3.º CEB	187	90	48,13
Ensino secundário	139	61	43,88
Total	783	316	40,36

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.10.1. Educação pré-escolar

No ano letivo 2024/2025, 31,75% das crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar são transportadas (Quadro 92). Todas as crianças inscritas na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo usufruem de transporte escolar. Já no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo 72% das crianças são transportas, ou seja, 18 do total

de 25 crianças inscritas. As percentagens mais reduzidas observam-se na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, com 16,46% e 7,14%, o que corresponde a 13 e a 1 criança, respetivamente.

Quadro 92. Número de crianças transportadas na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas	Crianças transportadas	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	8	8	100
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	79	13	16,46
Pindo	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	25	18	72,00
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	14	1	7,14
Total		126	40	31,75

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.10.2. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2024/2025, 31,51%, ou seja, 69 dos 219 alunos matriculados no 1.º CEB são transportados (Quadro 93).

Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, verifica-se que 85% dos alunos matriculados na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo são transportados, ou seja, 17 dos 20 alunos. Esta percentagem é ligeiramente inferior na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo (82,75%), o que corresponde ao transporte de 24 alunos. Por seu turno, na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo verifica-se que, respetivamente, 19,15% e 3,45% dos seus alunos são transportados, o que corresponde, em termos absolutos, a 27 e a 1 aluno.

Quadro 93. Número de alunos transportados no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos transportados	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	20	17	85,00
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	141	27	19,15
Pindo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	29	24	82,76
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	29	1	3,45
Total		219	69	31,51

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.10.3. 2.º Ciclo do ensino básico

50% dos alunos no 2.º CEB, na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, no ano letivo 2024/2025, são transportados, ou seja, 56 do total de 112 alunos matriculados (Quadro 94).

Quadro 94. Número de alunos transportados no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos transportados	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	112	56	50,00

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.10.4. 3.º Ciclo do ensino básico

Já no 3.º CEB, no ano letivo 2024/2025 48,13% dos alunos matriculados são transportados, na medida em que do total de 187 alunos matriculados, 90 são transportados (Quadro 95).

Quadro 95. Número de alunos transportados no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos transportados	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	187	90	48,13

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.10.5. Ensino secundário

No ensino secundário, 43,88% dos alunos matriculados usufruem de transporte escolar (Quadro 96). Efetivamente, no ano letivo 2024/2025, 61 dos 139 alunos matriculados no ensino secundário são transportados.

Quadro 96. Número de alunos transportados no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados	Alunos transportados	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	139	61	43,88

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.11. Recursos humanos

III.11.1. Pessoal docente

Os estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Penalva do Castelo integram um total de 128 docentes no ano letivo 2024/2025 (Figura 119). Em termos evolutivos, observou-se um ligeiro aumento do pessoal docente (2,4%) entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025, com a passagem dos 125 aos 128 docentes.

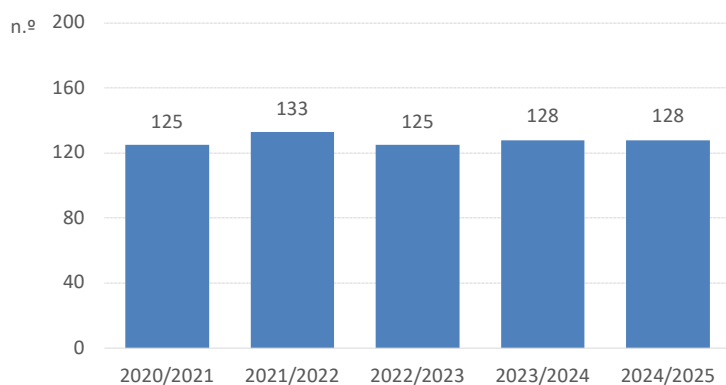


Figura 119. Evolução do pessoal docente entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.11.1.1. Nível de educação e ensino

Olhando para a repartição do pessoal docente por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025, fica evidente a preponderância do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, com 86 docentes, em relação ao 1.º CEB, com 23 docentes, à educação pré-escolar, com 12 docentes, e à educação inclusiva, com 7 docentes (Figura 120).

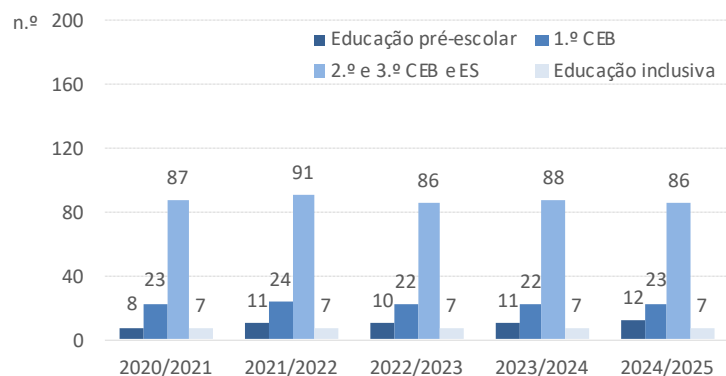


Figura 120. Evolução do pessoal docente, segundo o nível de educação e ensino, entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Analisando a evolução do pessoal docente segundo o nível de educação e ensino é possível observar dinâmicas distintas. A educação pré-escolar é a única que acompanha a dinâmica positiva global, registando um aumento de 50% (4 docentes). Já os 2.º e 3.º CEB e Ensino

Secundário viu o total de docentes diminuir, passando de 87 a 86 docentes (-1,15%) De sublinhar que o 1.º CEB e a Educação Inclusiva registam um igual número de docentes.

III.11.1.2. Tipo de vínculo

No ano letivo 2024/2025, ao analisar o tipo de vínculo verifica-se que a maioria dos docentes encontra-se no quadro (92,19%), a saber 118 do total de 128 docentes a lecionar no concelho de Penalva do Castelo (Figura 121). A estes associam 10 docentes a contrato.

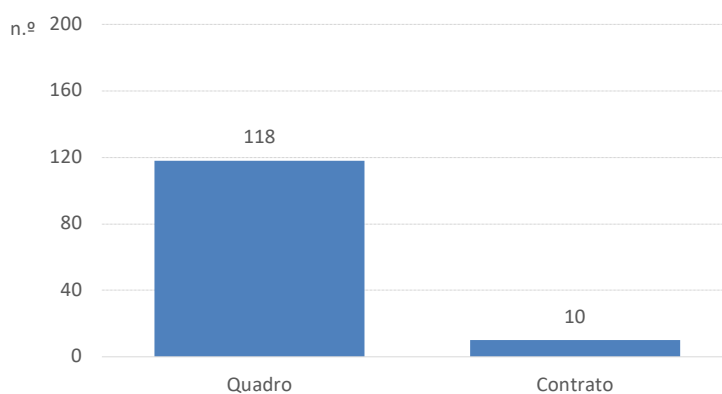


Figura 121. Pessoal docente, segundo o tipo de vínculo, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.11.1.3. Estrutura etária

No que se refere à estrutura etária, no ano letivo 2024/2025 verifica-se que a maioria do pessoal docente tem entre 55-64 anos (48,44%), ou seja, 62 do total de 128 docentes, o que evidencia o envelhecimento do corpo docente do concelho de Penalva do Castelo (Figura 122). Acresce a este facto que no grupo etário mais jovem, no caso, entre os 25 e os 34 anos, se encontrarem, apenas, 2 os docentes (1,56%).

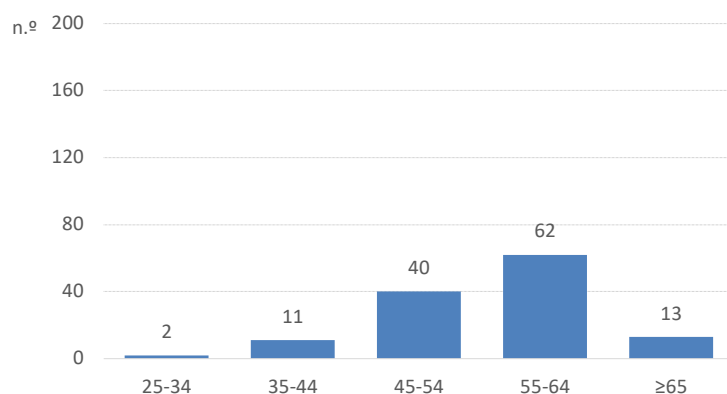


Figura 122. Pessoal docente, segundo os grupos etários, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.11.1.4. Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, no ano letivo 2024/2025, verifica-se que a esmagadora maioria do pessoal docente é licenciado, a saber 108 docentes, o que corresponde a 84,38% do total (Figura 123). Observa-se, ainda, a presença de 11 docentes com mestrado, 7 com bacharelato e 2 com doutoramento.

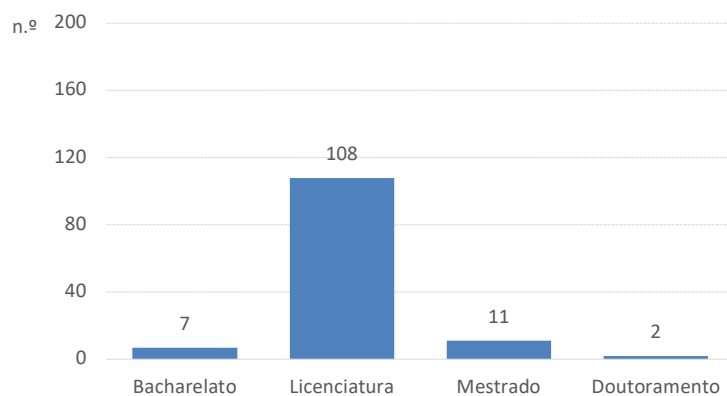


Figura 123. Pessoal docente, segundo as habilitações literárias, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

III.11.2. Pessoal não docente

No ano letivo 2024/2025 o pessoal não docente afeto à rede de estabelecimentos de educação e ensino de Penalva do Castelo é constituído por 74 colaboradores (Figura 124).

Entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025 observa-se um aumento, passando de 61 a 74 colaboradores (21,31%, o correspondente a mais 13 colaboradores).

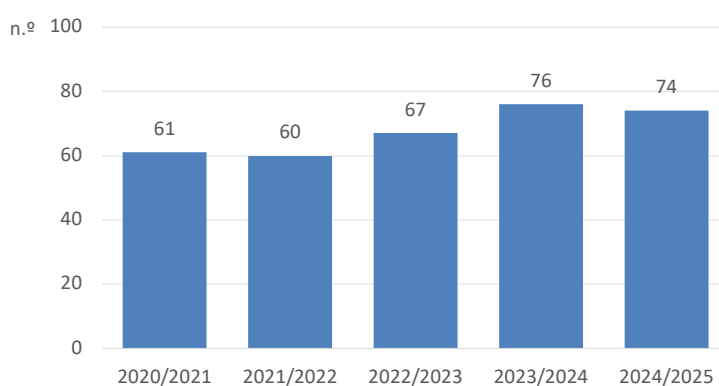


Figura 124. Evolução do pessoal não docente entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.11.2.1. Tipo de vínculo

Numa referência ao tipo de vínculo e ao ano letivo 2024/2025, verifica-se que a totalidade do pessoal não docente possui um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

III.11.2.2. Carreira e categoria

Analisando a carreira e a categoria, e considerando apenas o ano letivo 2024/2025, constata-se a existência de 63 colaboradores na carreira de assistente operacional, 62 na categoria de assistente operacional e apenas 1 na categoria de encarregado operacional (Figura 125)¹⁶. Dando cumprimento à legislação em vigor, na carreira de assistente técnico encontram-se, no mesmo ano, 11 colaboradores, 11 na categoria de assistente técnico e 1

¹⁶ De acordo com a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, o *ratio* de assistentes operacionais é de um por cada grupo de crianças regularmente constituído em sala, em conformidade com o limite definido em despacho normativo de constituição de turmas, na educação pré-escolar, e de um por cada conjunto de 21 a 48 alunos, acrescentando mais um assistente operacional por cada conjunto adicional de 1 a 48 alunos, no 1.º CEB. No 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário o número de assistentes operacionais é calculado de acordo com a fórmula constante no n.º 3 do artigo 7.º do referido diploma legal.

na categoria de coordenador técnico¹⁷. Por último, na carreira de técnico superior não se encontra qualquer colaborador.

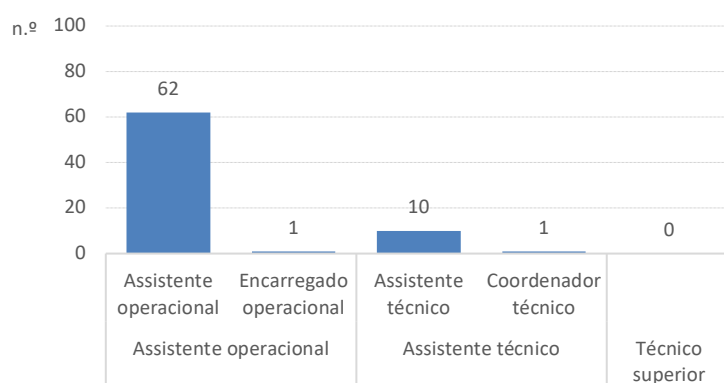


Figura 125. Pessoal não docente, segundo a carreira e categoria, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.11.2.3. Estrutura etária

Ao analisar a estrutura etária, e considerando apenas o ano letivo 2024/2025, verifica-se que 36,49% do pessoal não docente tem entre 45-54 anos e que 28,28% tem entre 55-64 anos, observando-se, deste modo, uma tendência de envelhecimento do pessoal não docente (Figura 126). Em sentido inverso, os grupos etários com menor expressão são os dos 65 anos ou mais e dos 25-34 anos, com 5 colaboradores (6,76%), cada.

¹⁷ A Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, na sua alínea a) do artigo 6.º, estabelece como fórmula de cálculo para os assistentes técnicos, que tem por base o número de alunos do 2.º e 3.º CEB e secundário do agrupamento ou escola não agrupada, cinco assistentes técnicos, incluindo o coordenador técnico, ou o chefe de serviços de administração escolar integrado em carreira subsistente, para um número de alunos menor ou igual a 300, e define, na sua alínea b), que, quando o número de alunos for maior que 300 e menor ou igual a 1100, acresce mais um assistente técnico por cada conjunto adicional de 1 a 200 alunos.

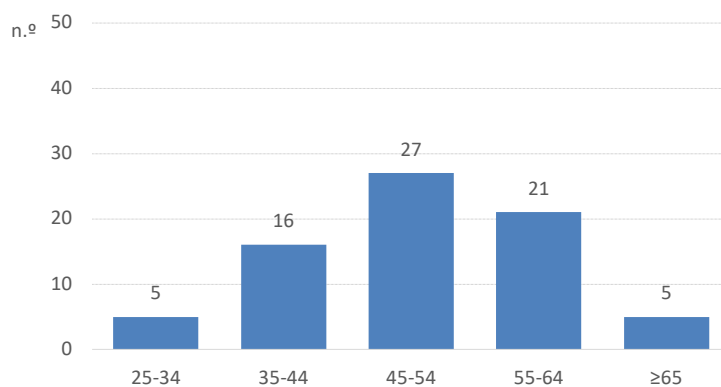


Figura 126. Pessoal não docente, segundo os grupos etários, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

III.11.2.4. Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, no ano letivo 2024/2025, verifica-se que a maioria do pessoal não docente apenas concluiu o ensino secundário, a saber 64 colaboradores (Figura 127). Observa-se, ainda, a presença de 8 colaboradores com licenciatura, 1 com bacharelato e 1 com apenas o ensino básico.

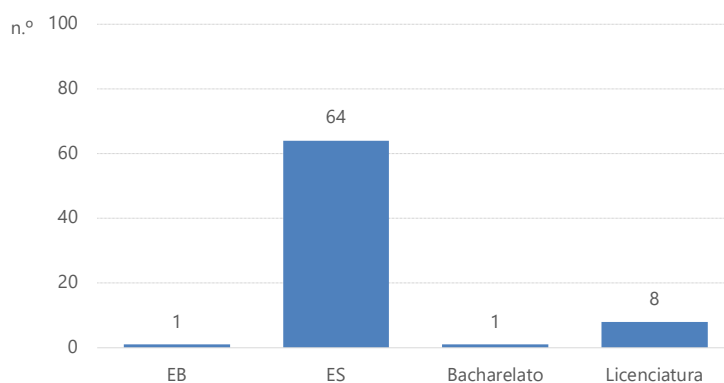


Figura 127. Pessoal não docente, segundo as habilitações literárias, no ano letivo 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

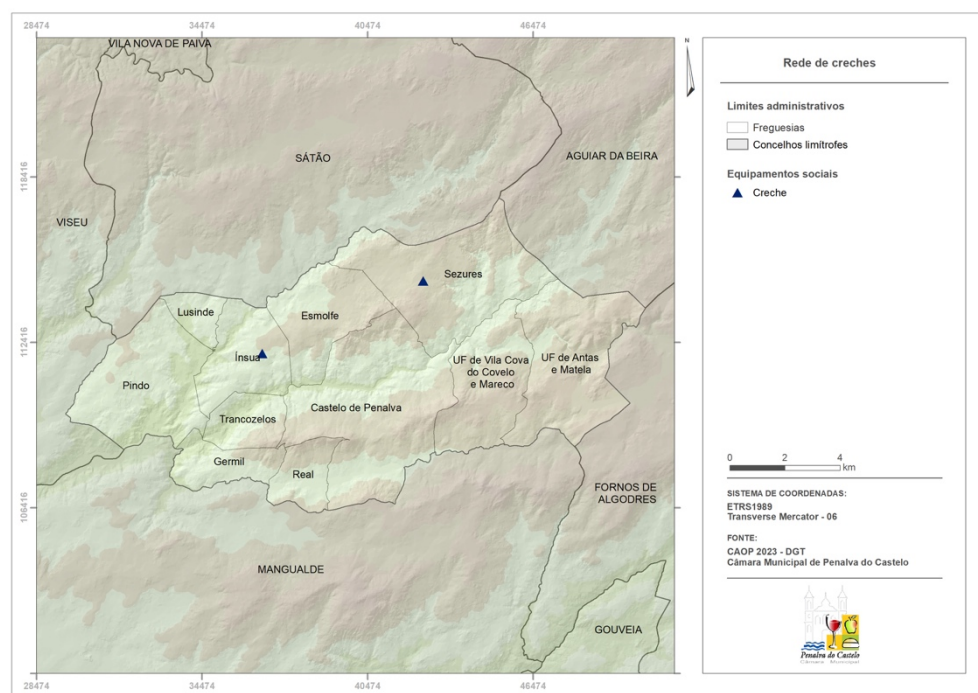
III.12. Creches

Embora na sua génese não sejam consideradas como oferta educativa, mas sim como respostas sociais, é fundamental, no âmbito de uma Carta Educativa, analisar também as creches, que assumem um papel fundamental na vida das famílias, representando um garante de apoio ao pleno e equilibrado desenvolvimento das crianças, na medida em que complementam ou substituem a família no seu processo de socialização. No concelho de Penalva do Castelo é de referir a existência de duas creches, pertencentes à rede solidária e localizadas nas freguesias de Ínsua e Sezures (Quadro 97 e Mapa 29).

Quadro 97. Rede de creches no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Rede
Ínsua	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	Solidária
Sezures	Centro Social Paroquial de Sezures	Creche do Centro Social Paroquial de Sezures	Solidária

Fonte: Carta social do GEP/MTSSS.



Mapa 29. Rede de creches no ano letivo 2024/2025.

No ano letivo 2024/2025 a resposta social de creche no concelho de Penalva do Castelo regista um total de 62 crianças (Quadro 98). A maioria das crianças frequenta, como seria expectável, a creche localizada na freguesia sede do concelho, registando a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo 44 crianças inscritas. Já no Centro Social Paroquial de Sezures regista a frequência de 18 crianças.

Quadro 98. Crianças inscritas por idade na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Equipamento social	3-12 meses	12-24 meses	24-36 meses	Total
		(n.º)			
Ínsua	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	8	15	21	44
Sezures	Centro Social Paroquial de Sezures	5	7	6	18
Total		13	22	27	62

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

A análise da distribuição da frequência por idade revela que o maior número de crianças se encontra na faixa etária dos 24 aos 36 meses, com 27 crianças, seguida da faixa etária dos 12 aos 24 meses, com 22 crianças, e, por último, da faixa etária dos 3 aos 12 meses, com 13 crianças.

Observando a área de influência da resposta social de creche, vocacionada para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, verifica-se que no concelho de Penalva do Castelo, no ano letivo 2024/2025, esta é maioritariamente municipal, apoiando crianças residentes no próprio concelho e, principalmente, na freguesia onde os equipamentos sociais se localizam, o que mostra que funciona, no essencial, como resposta social de proximidade (Quadro 99). Não obstante, é de notar 11 crianças provenientes de outras freguesias do concelho e de 8 crianças oriundas de outros concelhos na Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo, evidenciando a capacidade de atração da freguesia sede de concelho.

Analisando a evolução da frequência na resposta social de creche no concelho de Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025, constata-se que esta se manteve estável, oscilando apenas entre o valor máximo de 62 crianças observado nos anos letivos

2020/2021 e 2024/2025 e o valor mínimo de 59 crianças registado no ano letivo 2023/2024 (Figura 128 e Quadro 100).

Quadro 99. Residência das crianças inscritas na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.

Residência	Ínsua	Sezures	Total
	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	Centro Social Paroquial de Sezures	
	(n.º)		
Castelo de Penalva	1		1
Esmolfe	2		2
Germil			
Ínsua	25	7	32
Lusinde			
Pindo	8	1	9
Real			
Sezures		9	9
Trancozelos			
UF Antas e Matela			
UF Vila Cova do Covelo e Mareco			
Outros municípios	8	1	9
Total	44	18	62

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

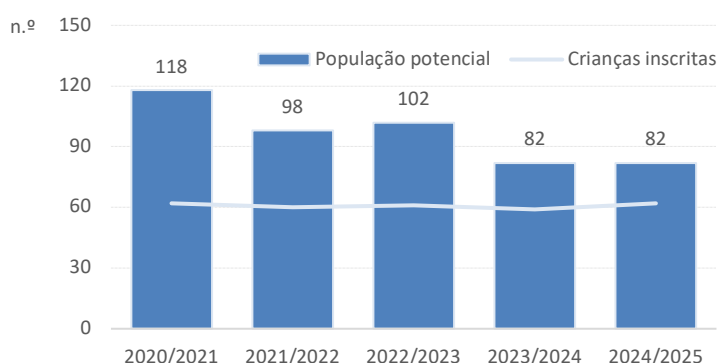


Figura 128. Frequência real e potencial na resposta social de creche entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais, INE e cálculos próprios.

Quadro 100. Frequência real e potencial na resposta social de creche entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Ano letivo	População potencial	Crianças inscritas
	(n.º)	
2020/2021	118	62
2021/2022	98	60
2022/2023	102	61
2023/2024	82	59
2024/2025	82	62

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais, INE e cálculos próprios.

A comparação do número de crianças inscritas com os nascimentos registados no período correspondente à frequência (população potencial) ao longo de todo o período em análise mostra que a frequência real é, em todos os anos, inferior à potencial.

Numa referência à população potencial, esta observou uma diminuição, passando das 118 crianças no ano letivo 2020/2021 às 82 crianças no ano letivo 2024/2025 (-36 crianças, valor que representa -30,51%).

Descendo à escala de análise da freguesia, mas agora apenas para o ano letivo 2024/2025, a comparação do número de crianças inscritas com os nascimentos registados no período

correspondente à frequência (população potencial) no ano letivo mais recente revela, como seria expectável, um cenário em tudo idêntico ao descrito anteriormente (Figura 129 e Quadro 101).

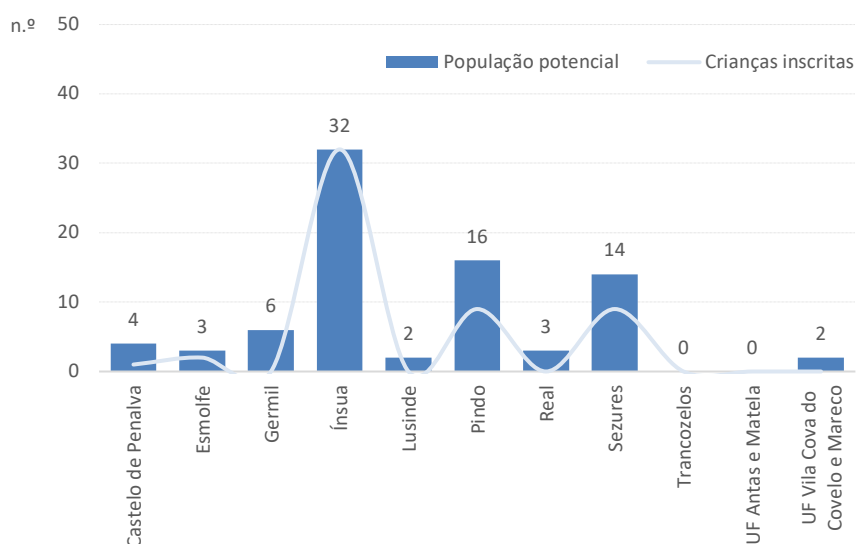


Figura 129. Frequência real e potencial na resposta social de creche por freguesia no ano letivo 2024/2025¹⁸.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais, INE e cálculos próprios.

As duas creches existentes no concelho de Penalva do Castelo têm uma capacidade instalada para 79 crianças, apresentando, na sua globalidade, 5 salas disponíveis (Quadro 102). A creche do equipamento social da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo integra 3 salas, uma para cada faixa etária. Já a creche do Centro Social Paroquial de Sezures dispõe de apenas 2 salas.

¹⁸ Não estão consideradas as 9 crianças provenientes de outros concelhos.

Quadro 101. Frequência real e potencial na resposta social de creche por freguesia no ano letivo 2024/2025¹⁹.

Freguesia	População potencial	Crianças inscritas
	(n.º)	
Castelo de Penalva	4	1
Esmolfe	3	2
Germil	6	0
Ínsua	32	32
Lusinde	2	0
Pindo	16	9
Real	3	0
Sezures	14	9
Trancozelos	0	0
UF Antas e Matela	0	0
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	2	0
Total	82	53

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais, INE e cálculos próprios.

Quadro 102. Salas e capacidade na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Equipamento social	Salas	Capacidade
		(n.º)	
Ínsua	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	3	46
Sezures	Centro Social Paroquial de Sezures	2	33
Total		5	79

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

¹⁹ Não estão consideradas as 9 crianças provenientes de outros concelhos.

Numa referência à taxa de ocupação no ano letivo 2024/2025, verifica-se que o valor global é de 78,48% (Quadro 103). Este valor traduz realidades distintas, uma vez que a creche da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo, regista uma taxa de ocupação próxima dos 100%, com 95,65%, enquanto a creche do Centro Social Paroquial de Sezures observa uma taxa ligeiramente superior a 50%, a saber 54,55%.

Quadro 103. Síntese dos principais indicadores na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Equipamento social	Frequência	População de referência	Capacidade	Taxa de ocupação	Taxa de cobertura	Taxa de cobertura efetiva
		(n.º)			(%)		
Ínsua	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	44	-	46	95,65	-	-
Sezures	Centro Social Paroquial de Sezures	18	-	33	54,55	-	-
Total		62	82	79	78,48	96,34	111,88

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais, INE e cálculos próprios.

Numa outra perspetiva de análise, a taxa de cobertura²⁰ é de 96,33%, valor que sobe ligeiramente se considerarmos a taxa de cobertura efetiva²¹, que é de 111,88%. Não obstante a carência de creche em alguns setores do território concelhio, este é, ainda assim, um indicador claramente positivo, na medida em que se encontra muito acima do valor definido em 2002, no Conselho Europeu de Barcelona, como meta para 2010 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos (33%).

²⁰ Relação entre a capacidade e a população de referência (nascimentos) [(capacidade/população de referência) X 100].

²¹ Relação entre a capacidade e a população de referência (nascimentos) menos cinco meses de licença de maternidade [(capacidade/(população de referência/36*31) X 100].

IV. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E MATRIZ SWOT

Ao longo do diagnóstico realizado, através da análise de um conjunto vasto de indicadores de diferentes dimensões, relacionados diretamente com a educação ou que de alguma forma exercem influência sobre esta, é fornecida a base de evidência e de enquadramento necessária à identificação dos principais problemas e necessidades em educação, essencial ao processo de planeamento e ordenamento subjacente à elaboração da proposta de intervenção na rede escolar, que se pretende holística, participada e territorializada.

A observação dos indicadores demográficos mais relevantes, relativos à população, à sua distribuição, estrutura e evolução nos últimos anos e nos anos futuros, fornece um retrato que posiciona Penalva do Castelo como um dos concelhos menos populosos (apenas os concelhos de Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva apresentam valores inferiores) e mais envelhecidos da CIM Viseu Dão Lafões (apenas Aguiar da Beira apresenta valores superiores).

Com uma população residente total de 7333 habitantes em 2021, Penalva do Castelo verificou no último período intercensitário uma diminuição de 623 habitantes, o que corresponde a uma variação de -7,83%.

Descendo de escala de análise para o nível das freguesias, em 2021 a freguesia de Ínsua (2046 habitantes, correspondendo a 27,9%) assumia-se como a mais populosa, distinguindo-se de forma clara das restantes unidades territoriais. Com valores bastante distanciados, segue-se as freguesias de Pindo, Castelo de Penalva e Sezures, com 1716, 812 e 606 residentes, respetivamente, que representam 23,4%, 11,07% e 8,26% do total populacional. Nas restantes 7 freguesias os quantitativos populacionais são sempre inferiores a 500 habitantes, destacando-se a UF de Vila Cova do Covelo e Mareco e as freguesias de Trancozelos, Real e Lusinde por apresentarem os números mais reduzido de residentes, com um total de 251, 247, 244 e 190 habitantes, correspondendo, respetivamente, a 3,42%, 3,37%, 3,33% e 2,59%. Como fica evidente, o dispositivo territorial expressa, assim, um nítido fenómeno de concentração da população residente na freguesia sede do concelho, que se afirma como o principal polo de atração.

No último período intercensitário, constata-se que, exceção feita às freguesias Germil (2,11%), Ínsua (0,05%) e Lusinde (0,53%), todas as freguesias registaram um decréscimo populacional. A UF de Vila Cova do Covelo e Mareco (-20,82%, correspondente a -66 residentes), a freguesia de Sezures (-16,53%, correspondente a -120 residentes) e a UF de Antas e Matela (-14,8%, correspondente a -70 habitantes) são as unidades territoriais que registaram as diminuições mais expressivas.

Apesar das variações mais ou menos significativas de ano para ano, a análise da natalidade nas últimas duas décadas mostra uma tendência generalizada de diminuição (de 58 em 2001 para 25 em 2023).

A consideração da estrutura etária em 2021, comparativamente com 2011, revela que Penalva do Castelo acompanha a realidade do duplo envelhecimento da população que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, apresentando uma evolução com perda de jovens (de 12,31% para 10,23%) e ganho de idosos (de 28,92% para 34,95%).

Confirmando o cenário de envelhecimento da população, entre 2011 e 2021 o índice de envelhecimento observou um aumento passando de 235,63% para 341,73%, o que significa que passaram a existir cerca de 341 idosos por cada 100 jovens em 2021.

De acordo com os resultados obtidos no cenário “base/normal” das projeções demográficas, a população residente em Penalva do Castelo deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 6322 indivíduos (-13,79% face a 2021). Na década seguinte a população residente poderá estar em torno dos 5377 indivíduos.

Entre 2021 e 2041 espera-se então um decréscimo em torno dos 1956 residentes (-26,67%), correspondendo à passagem dos 7333 para os 5377 residentes.

Todas as freguesias terão decréscimos assinaláveis entre 2021 e 2041. Cerca de 7 das 11 freguesias poderão ter decréscimos acima dos 25%.

Reconhece-se, porém, que o contexto atual de incerteza e mudanças aceleradas, incluindo os potenciais fluxos migratórios, poderá alterar de forma significativa os valores projetados. A migração, em particular, poderá ter um impacto relevante na estrutura etária e no crescimento populacional, suavizando alguns dos efeitos do envelhecimento e contribuindo para uma população mais equilibrada.

Relativamente à natalidade, o mesmo cenário prevê um ligeiro acréscimo nos nascimentos nas próximas décadas, ainda que os valores continuem a ser muito baixos (de 25 em 2021 para 30 em 2031 e para 29 em 2041).

Numa referência à estrutura etária, estima-se uma diminuição muito acentuada de jovens adultos dos 15 aos 24 anos (-48,48% entre 2021 e 2041), adultos dos 25 aos 64 anos (-24,85%) e jovens dos 0 aos 14 anos (-39,68%). A população idosa deverá registar uma diminuição de 19,45%, correspondendo a -499 idosos.

Não obstante a diminuição de idosos no futuro, o peso da população idosa sobre a população ativa será tendencialmente superior. Deste modo, o índice de dependência total poderá passar de 82,41% em 2021 para 87,99% em 2041. Ou seja, em 2041 haverá cerca de 87 não ativos para cada 100 ativos.

Numa outra perspetiva de análise, a leitura dos principais indicadores socioeconómicos em Penalva do Castelo sublinha, para o ano de 2021, a preponderância do setor terciário (59,94%) em relação ao setor secundário (32,94%) e ao setor primário (7,12%).

A observação do ganho médio mensal em 2021 (992,62€) coloca Penalva do Castelo numa posição desfavorável, uma vez que o salário médio mensal é inferior ao da CIM Viseu Dão Lafões (1099,74€), da Região Centro (1147,11€) e de Portugal continental (1294,11€). No que diz respeito ao género, o diferencial salarial entre homens e mulheres assume-se desfavorável às mulheres, que ganham em média - 195,34€ (1074,13€ contra 878,79€).

Analisando o fenómeno do desemprego, entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego em Penalva do Castelo (de 12,38% para 7,61%), acompanhando a tendência observada nas unidades territoriais de referência. Segundo o sexo, em 2021, a taxa de desemprego é inferior nos homens, com 5,76%, em relação às mulheres, com 9,78%.

Ao nível das condições de vida, em Penalva do Castelo no ano de 2021 o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade é a reforma/pensão (38,96%), situação que reflete o envelhecimento populacional. Segue-se o trabalho (37,07%), pessoas a cargo da família e as outras situações que correspondem a 13,29% e 6,32%, respetivamente. O subsídio de desemprego, o rendimento social de inserção, outro subsídio temporário e o rendimento da propriedade ou da empresa apresentam uma representatividade residual neste território concelhio.

Por fim, de acordo com dados de 2021, Penalva do Castelo apresenta um poder de compra *per capita* de 65,75, valor abaixo do registado nas unidades territoriais de referência (83,80 na CIM Viseu Dão Lafões e 89,87 na Região Centro). De salientar que no contexto da CIM Viseu Dão Lafões Penalva do Castelo é o que regista o menor poder de compra.

Numa referência ao contexto educativo, em termos globais a população residente em Penalva do Castelo apresenta um nível de escolaridade inferior ao continente, Região Centro e CIM Viseu Dão Lafões, visível no maior quantitativo de população residente apenas com o 1.º CEB e no menor quantitativo de população residente com um nível de escolaridade superior (ensino secundário e superior). De referir que a população residente em Penalva do Castelo sem nenhum nível de escolaridade é superior à observada nas unidades territoriais de referência.

Passando agora para a avaliação do sistema educativo, no ano letivo 2024/2025 a rede escolar de Penalva do Castelo é constituída por 6 estabelecimentos de educação e ensino, todos pertencentes à rede pública (Quadro 104). Estes equipamentos educativos asseguram desde a educação pré-escolar ao ensino secundário. Como seria expectável, salientam-se as tipologias tradicionalmente associadas à educação pré-escolar e ao 1.º CEB, a saber, um JI, uma EB1 e duas EB1/JI, a que acrescem uma EB1,2/JI e uma EBS. Comparativamente ao ano letivo de referência da primeira revisão da Carta Educativa (2019/2020), não se verificam alterações à rede escolar municipal.

Quadro 104. Síntese do sistema educativo.

Nível de educação e ensino	Estabelecimentos	Salas	População escolar		População escolar		Projeções escolares			Taxa de ocupação	Área de influência		
			2020/2021	2024/2025	Variação 2020/2021-2024/2025		2041/2042	Variação 2024/2025-2041/2042			Território educativo	Concelho	Outros concelhos
			(n.º)		(n.º)	(%)	(n.º)	(n.º)	(%)		(%)	(n.º)	
EPE	4	9	133	126	-7	-5,26	102	-24	-19,32	70,00	123	1	2
1.º CEB	4	15	193	219	26	13,47	140	-79	-36,07	60,83	210	7	2
2.º CEB	1	38	108	112	4	3,70	69	-43	-38,31	48,03	109		3
3.º CEB	1		188	187	-1	-0,53	103	-84	-45,01		186		1
Ensino secundário	1		199	139	-60	-30,15	101	-38	-27,33		139		0
Total	11	62	821	783	-38	-4,63	515	-268	-34,28	-	-	-	-

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Em termos de espaço físico, e embora a generalidade dos edifícios escolares apresente, quer em termos de edificado, quer em termos de recursos, as condições adequadas às novas exigências administrativas e pedagógicas que têm vindo a ser caucionadas, não só pelas reformas enunciadas pela tutela, como também pela política educativa local, são de destacar dois aspetos. O primeiro é a existência de dois equipamentos educativos que carecem de uma intervenção profunda para assegurar a satisfação das exigências de funcionalidade, segurança, conforto, higiene e salubridade, a saber, a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, no que respeita aos espaços exteriores, e a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo, no que respeita aos espaços interiores. O segundo é a existência de dois estabelecimentos de 1.º CEB que não apresentam condições para garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade, a saber, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo. É de notar, no entanto, que nenhum dos dois equipamentos educativos assegura um número de alunos capaz de possibilitar a constituição de mais do que duas turmas.

Resultado da progressiva perda de população residente e da diminuição dos nascimentos e dos seus efeitos no decréscimo da população escolar e, conseqüentemente, no esvaziar dos edifícios escolares, os estabelecimentos de educação e ensino apresentam, na sua generalidade, taxas de ocupação baixas. Numa referência apenas ao 1.º CEB, é de referir que a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, encontra-se em risco de suspender a sua atividade a curto/médio prazo, por apresentar um número de alunos (20 alunos) muito próximo do limite mínimo definido pelo ME para o funcionamento de um estabelecimento de 1.º CEB (21 alunos).

No mesmo ano letivo o universo estudantil em Penalva do Castelo perfaz um total de 783 crianças/alunos que frequentam a educação pré-escolar (126 crianças), o 1.º CEB (219 alunos), o 2.º CEB (112 alunos), o 3.º CEB (187 alunos) e o ensino secundário (139 alunos). Em relação a 2020/2021, quando o universo estudantil era constituído por um total de 821 crianças/alunos (133 na educação pré-escolar, 193 no 1.º CEB, 108 no 2.º CEB, 188 no 3.º CEB e 199 no ensino secundário), estamos perante uma redução de -4,63% (-38 crianças/alunos).

A análise da mobilidade da população escolar em Penalva do Castelo revela que esta não apresenta fluxos significativos dentro do território concelhio, podendo dizer-se, na generalidade, que quem nasce no concelho frequenta os estabelecimentos de educação e

ensino locais, dinâmica observada na totalidade dos níveis de educação e ensino existentes no concelho.

Em termos de atração de população escolar de outros concelhos, Penalva do Castelo é um território que não recebe um número relevante de crianças e alunos provenientes de outros concelhos, uma vez que os estabelecimentos de educação e ensino são frequentados, na generalidade, por crianças e jovens residentes no território.

As projeções da população escolar, realizadas com base nos nascimentos registados (modelo 1) e no método de componentes por *coortes* (modelo 2), mostram que a tendência de diminuição não só se mantém, como aumenta à medida que o intervalo de projeção alarga numa relação quase direta. Analisando apenas o modelo 1, a população escolar potencial a frequentar a educação pré-escolar poderá registar uma diminuição, das 98 para as 82 crianças em idade de frequência.

O 1.º CEB poderá passar de uma população escolar de 219 matriculados para 127 em 2029/2030. No 2.º CEB, o decréscimo poderá ser muito relevante, de 112 matriculados para 57 indivíduos em idade de frequência em 2033/2034.

No 3.º CEB poderá ocorrer uma perda de 105 alunos entre 2024/2025 e 2035/2036. No ensino secundário poderá haver um decréscimo de 57 alunos (de 139 em 2024/2025 para 82 em 2038/2039). No entanto, e uma vez que o diferencial entre nascidos e matriculados tem sido relevante, os valores de decréscimo tenderão a ser menores.

Considerando um horizonte temporal mais lato, entre 2024/2025 e 2041/2042 (modelo 2) poderão existir -19,32% de crianças na educação pré-escolar, -36,07% no 1.º CEB, -38,31% no 2.º CEB, -45,01% no 3.º CEB e -27,33% no ensino secundário.

Finalmente, no que se refere aos resultados escolares, o concelho de Penalva do Castelo surge numa posição favorável com o registo de médias nas provas finais do 9.º ano, superiores às nacionais, quer na disciplina de Português, quer na disciplina de Matemática. Dinâmica que apenas não se observa em Matemática no ano letivo 2028/2019 e em Português em 2022/2023. Relativamente aos exames do ensino secundário, a evolução foi positiva, com a passagem de uma média global de 10,54 em 2018/2019 para uma média de 12,34 em 2022/2023. Neste ano letivo, os resultados das disciplinas de Biologia e Geologia, Geometria Descritiva, História A, Matemática A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Português superam a média nacional. Já nas disciplinas Filosofia, Geografia A e Inglês os

resultados são desfavoráveis, apresentando resultados inferiores à média nacional. De sublinhar que a disciplina de Física e Química A observa um resultado igual à média nacional.

Por sua vez, os dados relativos à taxa de retenção e desistência revelam um cenário positivo no ensino básico, com Penalva do Castelo a apresentar uma taxa inferior às observadas nas unidades territoriais de referência. Cenário que já não se verifica no ensino secundário, uma vez que Penalva do Castelo regista uma taxa de retenção e desistência superior à das unidades territoriais de referência.

De sublinhar que entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023 registou-se um aumento da taxa de retenção e desistência no ensino básico (de 2,3% para 2,8%) e uma diminuição no ensino secundário (de 13,4% para 12,9%). Embora se tenha registado uma diminuição na taxa de retenção e desistência no ensino secundário, Penalva do Castelo, apresenta, no contexto da CIM Viseu Dão Lafões, o valor mais elevado.

Em jeito de conclusão, procede-se agora à construção de uma análise SWOT (Quadro 105), instrumento fundamental que tem como objetivo avaliar os fatores internos, através da identificação dos pontos fortes e fracos, e externos, através do reconhecimento das oportunidades e ameaças. Este exercício de planeamento estratégico é uma etapa determinante para fornecer informações que permitam a construção de cenários de antecipação que sirvam de suporte à elaboração da proposta de intervenção na rede escolar.

Quadro 105. Análise SWOT.



PONTOS FORTES

- Educação assumida como área estratégica prioritária para o município;
- Política educativa local que assume e ultrapassa as competências atribuídas;
- Boa articulação entre o município, as juntas de freguesia, o AE e a comunidade educativa;
- Investimento na requalificação e modernização do parque escolar;
- Qualidade dos edifícios e equipamentos educativos;
- Capacidade de resposta em todos os níveis de educação e ensino existentes no município;
- Oferta de cursos profissionais no ensino secundário, o que funciona como um importante elemento facilitador da entrada na vida ativa da população jovem;
- Aumento do número de alunos no 1.º CEB (13,47%) e no 2.º CEB (3,70%) nos últimos 5 anos;
- Tendência de aumento das médias nos exames finais do ensino secundário entre 2018/2019 e 2022/2023, passando de 10,54% para 12,34%;
- Baixa taxa de retenção e desistência em comparação com a média regional e nacional no ensino básico;
- Diversidade de AEC's, atividades extracurriculares e modalidades de desporto escolar;
- Disseminação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB;
- Concentração dos estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário.

(Continua)

(Continuação)



PONTOS FRACOS

- População residente com um nível de escolaridade inferior à média regional e nacional;
- Existência de um edifício escolar a funcionar com os espaços exteriores em mau estado de conservação (Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo);
- Existência de um edifício escolar a funcionar com os espaços interiores em mau estado de conservação (Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo);
- Existência de dois estabelecimentos de 1.º CEB que apresentam menos de quatro salas de aula, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, e a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, ambas com duas salas de aula;
- Baixa taxa de ocupação na generalidade dos estabelecimentos de educação e ensino;
- Reduzida capacidade de atração dos estabelecimentos de educação e ensino;
- Insuficiência de creches em alguns setores do território municipal;
- Falta de respostas de ocupação de tempos livres nos períodos de interrupção letiva, particularmente no mês de agosto;
- Fraca oferta nos cursos científico-humanísticos (ciências e tecnologias e línguas e humanidades);
- Carência de respostas locais de educação e formação para jovens e adultos;
- Frequência no ensino profissional (33,1%) abaixo das metas nacionais e europeias;
- Tendência de diminuição dos resultados médios nas provas finais do 9.º ano, com uma quebra de 16,41% entre 2018/2019 e 2022/2023, colocando, pela primeira vez, Penalva do Castelo abaixo da média nacional;
- Elevada taxa de retenção e desistência em comparação com a média regional e nacional no ensino secundário.

(Continua)

(Continuação)



OPORTUNIDADES

- Descentralização de competências na área educativa;
- Localização geográfica e acessibilidades;
- Atração do interior e dos territórios de baixa densidade;
- Contexto territorial atrativo e favorável à fixação de população imigrante;
- Tecido económico local;
- Diversidade de respostas sociais;
- Dinamismo associativo;
- Qualidade de vida, particularmente nas vertentes do custo de vida, da segurança e da criminalidade;
- Vasto património edificado/arqueológico, cultural e natural;
- Riqueza e diversidade da gastronomia e dos produtos endógenos.

(Continua)

(Continuação)



AMEAÇAS

- Concorrência de outros centros urbanos e regiões;
- Estigma do interior;
- Abandono dos territórios rurais e das atividades tradicionais, nomeadamente da agricultura;
- Desequilíbrios demográficos entre os territórios e consequentes assimetrias na distribuição de serviços;
- Enfraquecimento das zonas mais periféricas e isoladas e crescente aumento populacional das zonas urbanas e periurbanas, causando despovoamento;
- Fraca rede de transportes públicos;
- Insuficiência de creches em alguns setores do território municipal;
- Decréscimo populacional expressivo entre 2001 e 2021 (-18,69%, valor correspondente à passagem dos 9019 aos 7333 habitantes);
- Diminuição estrutural da natalidade entre 2001 e 2023 (-56,90%, correspondendo à passagem dos 58 aos 25 nascimentos);
- Acentuado aumento do índice de envelhecimento entre 2011 e 2021 (de 235,04% para 341,73%);
- Diminuição expressiva da população residente, considerando apenas a dinâmica natural. Em 2041 perspectiva-se que existam apenas 5377 residentes, ou seja, -1956 indivíduos face a 2021 (-26,67%);
- Triplo envelhecimento demográfico (mais idosos, idosos mais velhos e jovens mais velhos);
- Aumento da pressão sobre a população em idade ativa. O índice de dependência de idosos poderá passar de 82,41% em 2021 para 87,94% em 2041. Ou seja, em 2041 poderão existir 87 idosos para cada 100 ativos;
- Falta de mão-de-obra em determinados setores de atividade;
- Baixo nível de qualificação escolar e profissional da população em idade ativa;
- Aumento das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
- Ligeira diminuição do número de alunos no 3.º CEB (-0,53%) e quebras significativas na educação pré-escolar (-5,26%) e, especialmente, no ensino secundário (-30,15%) nos últimos 5 anos;
- Os dois modelos de projeção utilizados apontam para uma redução significativa dos efetivos escolares. Considerando apenas os nascimentos, haverá uma diminuição de crianças e jovens em idade de frequência em todos os níveis de educação e ensino;
- Envelhecimento do corpo docente;
- Aparente desmotivação crescente dos profissionais da educação;
- Baixa qualificação profissional dos assistentes operacionais;
- Desvalorização social do papel da escola;
- Persistência de alguma falta de reconhecimento da importância do ensino profissional como via alternativa no percurso escolar por parte dos jovens e/ou das famílias;
- Fraco envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos alunos.

V. PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

Enquadrados no âmbito da educação não formal, os projetos socioeducativos são essenciais para apoiar a educação formal, que não preenche todos os domínios da educação, não atende a todas as necessidades do mundo atual e não abrange todas as dimensões do desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens.

Numa outra perspetiva de análise, os projetos socioeducativos são, também, fundamentais para apoiar as famílias, complementando-as no processo de socialização e de construção do projeto de vida das crianças e jovens, por um lado, e reduzindo os seus custos com a educação dos seus educandos, por outro.

Então, expressão da política educativa municipal e, mais concretamente, da estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para o combate ao insucesso escolar, o concelho de Penalva do Castelo e, mais concretamente, o AE de Penalva do Castelo, desenvolve um conjunto de programas, projetos e atividades de desenvolvimento educativo, em parceria com diversos atores educativos, sociais, culturais e desportivos, públicos e privados, de âmbito local, regional e nacional (Quadro 106).

Quadro 106. Projetos socioeducativos.

Designação
Descobre e aprende em Viseu Dão Lafões
Área de atuação
Educação
Breve descrição
Este projeto permite a identificação de locais e espaços relevantes que possam ser visitados pelas escolas de toda a região, estando os mesmos organizados por áreas de conhecimento e níveis de ensino. Para cada um dos locais são propostas atividades pedagógicas, bem como sugestões de como estas poderão ser articuladas e integradas nos currículos dos diferentes anos letivos, do 1.º CEB ao ensino secundário e profissional. Com este projeto pretende-se que toda a comunidade educativa possa conhecer melhor o território de Viseu Dão Lafões e aprender com o mesmo, através de processos de educação formal e não formal
Público-alvo
Alunos do ensino básico e secundário
Promotores
CIM Viseu Dão Lafões
Parceiros
AE de Penalva do Castelo
Designação
Projeto Experimento...Aprendo
Área de atuação
Educação
Breve descrição
Este projeto promove a literacia científica a partir de procedimentos e capacidades transversais às diferentes áreas de expressões, matemática e português, promovendo a qualidade processo de ensino-aprendizagem
Público-alvo
Alunos do 1.º CEB
Promotores
AE de Penalva do Castelo
Designação
Clube Ciência Viva na Escola
Área de atuação
Educação e ciência
Breve descrição
Espaço de conhecimento aberto e dirigido a toda a comunidade educativa, incluindo famílias e restante comunidade local, para fomentar o acesso a práticas científicas inovadoras e promover a educação e a cultura científicas
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
Ministério da Educação, Ciência e Inovação (Financiado pelo PRR)
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
Escola-Eletrão
Área de atuação
Educação e ciência
Breve descrição
Este projeto visa sensibilizar e envolver professores, pessoal não docente, alunos, pais e comunidade em geral no esforço da reciclagem, com a recolha de equipamentos elétricos, pilhas e baterias e a participação nas diferentes campanhas
Público-alvo
Comunidade educativa
Promotores
Rede eletrão
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Explorastórias, Laboratório Móvel das Ciências e o O Futuro é amanhã
Área de atuação
Educação e ciência
Breve descrição
Este projeto visa promover o gosto pela ciência e pelas atividades científicas, contribuindo para o sucesso educativo na região
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar, alunos do 2.º e 3.º ano de escolaridade e do 3.º CEB
Promotores
CIM Viseu Dão Lafões
Parceiros
Exploratório - Centro de Ciência Viva de Coimbra e AE de Penalva do Castelo

Designação
O ICNF vem à escola
Área de atuação
Educação e ciência
Breve descrição
Este projeto tem como objetivo educar para a sustentabilidade da natureza e florestas nas vertentes da biodiversidade das florestas e do bem-estar animal, através da realização de palestras, oficinas, dias comemorativos, visitas de estudo e concursos
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico
Promotores
DRCNF do Centro
Parceiros
AGIF, CMPC, Juntas de Freguesia e AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
Projeto “Lego Education ao serviço do Currículo nas Escolas associadas do EduFor”
Área de atuação
Educação e ciência
Breve descrição
Este projeto consiste na utilização da tecnologia Lego em ações pedagógicas. O <i>kit</i> educativo disponibilizado combina os clássicos e versáteis elementos Lego com a mais avançada tecnologia dos elementos inteligentes <i>technic</i> e um <i>software</i> intuitivo, com o objetivo de tornar o ensino mais ativo e participado da parte dos alunos. Envolve as chamadas disciplinas STEM [ciência, tecnologia, engenharia e matemática] e a metodologia de trabalho requer um trabalho com programação e robótica adaptado ao currículo destas áreas
Público-alvo
Alunos do 7.º e 8.º ano de escolaridade
Promotores
Centro de Formação EduFor e Lego Education
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Era Uma Vez
Área de atuação
Educação e cultura
Breve descrição
Projeto de promoção do livro e da leitura
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º CEB
Promotores
CMPC
Parceiros
Biblioteca Municipal e AE de Penalva do Castelo

Designação
Escola a Ler+
Área de atuação
Educação e cultura
Breve descrição
Destinada a apoiar as escolas que desenvolvem de forma consolidada um ambiente integral de leitura, centrado na melhoria da compreensão leitora e no prazer de ler e escrever
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
PNL2027 e RBE
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
Jornal Escolar
Área de atuação
Educação e cultura
Breve descrição
Este projeto visa estimular nos alunos o gosto pelo jornalismo, fomentar a articulação entre a escola e o meio envolvente e contribuir para o estabelecimento de uma relação mais próxima entre os jovens e a atualidade. A sua publicação ocorre trimestralmente, divulgando as atividades desenvolvidas no AE de Penalva do Castelo a nível de todos os níveis de educação e ensino
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
AE de Penalva do Castelo

Designação
Educar com a horta
Área de atuação
Educação e inclusão social
Breve descrição
Este projeto visa a realização de atividades agrícolas, na estufa e na horta, promovendo a autonomia pessoal e social e o desenvolvimento integral do aluno
Público-alvo
Alunos do 2.º e 3.º CEB
Promotores
Docentes do grupo de Educação Especial
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Educar para a inclusão
Área de atuação
Educação e inclusão social
Breve descrição
Este projeto integra o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Penalva do Castelo (2022-2026) e pretende reforçar os valores da igualdade, da inclusão e da participação junto da população escolar
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
CMPC
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação

Projetos a dinamizar pelo SPO em parceria com a Associação SOL

Área de atuação

Educação e inclusão social

Breve descrição

Estes projetos visam o desenvolvimento de atividades de divulgação da missão da Associação SOL, com o objetivo de sensibilizar os alunos para causas/valores como o respeito, a atenção ao outro e a valorização da pessoa e da solidariedade, de modo a contribuir para que os alunos ampliem o seu conhecimento sobre o VIH e a Sida, debatendo mitos e verdades sobre o VIH e a Sida, e adotem comportamentos seguros e saudáveis, na vivência da sua sexualidade

Público-alvo

Alunos do 10.º e 12.º anos de escolaridade

Promotores

Associação Sol

Parceiros

AE de Penalva do Castelo

Designação

Projeto de ação da CPCJ

Área de atuação

Educação e inclusão social

Breve descrição

Este projeto visa desenvolver medidas de promoção dos direitos das crianças e dos jovens através de ações e atividades de incremento da sua segurança, saúde, formação, educação e bem-estar

Público-alvo

Comunidade educativa

Promotores

CPCJ de Penalva do Castelo

Parceiros

CMPC, BVPC, Biblioteca Municipal, IPSS's e AE de Penalva do Castelo

Designação

Assembleia Municipal Jovem

Área de atuação

Educação e política

Breve descrição

Este projeto tem como objetivo fazer com que os jovens desenvolvam as suas competências para serem cidadãos ativos e responsáveis, mostrando a importância de uma participação informada, seja na defesa dos seus direitos, seja na compreensão dos seus deveres enquanto cidadãos. O que pretende é sensibilizar os jovens para as questões do poder local, realçando a importância dos seus contributos para a resolução dos problemas do concelho, e dar-lhes voz junto dos órgãos municipais, aproximando-os dos eleitos locais

Público-alvo

Alunos do 3.º CEB e ensino secundário

Promotores

Assembleia Municipal de Penalva do Castelo

Parceiros

AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
Parlamento dos Jovens
Área de atuação
Educação e política
Breve descrição
O programa é organizado pela Assembleia da República, em colaboração com outras entidades, com o objetivo de promover a educação para a cidadania e o interesse dos jovens pelo debate de temas da atualidade
Público-alvo
Alunos do ensino básico e secundário
Promotores
Assembleia da República
Parceiros
DGEstE e AE de Penalva do Castelo

Designação
Educação para a saúde
Área de atuação
Educação e saúde
Breve descrição
Este projeto visa promover a literacia em saúde, fomentar atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis, valorizar comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis e contribuir para que a escola seja um lugar saudável para viver, aprender e trabalhar
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
AE de Penalva do Castelo
Parceiros
Centro de Saúde

Designação
EPIS
Área de atuação
Educação e saúde
Breve descrição
Programa de promoção de bem-estar mental nas escolas que tem como finalidade o desenvolvimento de competências de regulação emocional para estilos de vida mentalmente mais equilibrados e saudáveis
Público-alvo
Alunos do 1.º e 2.º ano de escolaridade
Promotores
Associação EPIS (Financiado pela Zurich Foundation - gerido pela Zurich Portugal - Missão Azul)
Parceiros
Unidade de Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental (UpC3) da Universidade de Coimbra e AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
EPIS - "POR TI - Promoção de bem-estar mental nas escolas"
Área de atuação
Educação e saúde
Breve descrição
Programa de promoção de bem-estar mental nas escolas que tem como finalidade o desenvolvimento de competências de regulação emocional para estilos de vida mentalmente mais equilibrados e saudáveis
Público-alvo
Alunos do 7.º ano de escolaridade
Promotores
Associação EPIS (Financiado pela Zurich Foundation - gerido pela Zurich Portugal - Missão Azul)
Parceiros
Unidade de Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental (UpC3) da Universidade de Coimbra e AE de Penalva do Castelo

Designação
Programa "Regime Escolar"
Área de atuação
Educação e saúde
Breve descrição
Este regime alinha-se com a política agrícola comum e os objetivos da saúde pública e visa promover o consumo de fruta, produtos hortícolas e bananas, bem como de produtos lácteos às crianças nos estabelecimentos de educação e ensino públicos
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º CEB
Promotores
CMPC e IFAP

Designação
Caminho dos Galegos
Área de atuação
Educação, turismo e desporto
Breve descrição
Atividade de pedestrianismo, numa extensão de cerca de 8 km, aberta à participação de todos os interessados, nomeadamente dos que apreciam o prazer proporcionado por uma caminhada e pela observação de belezas naturais, num percurso devidamente arranjado e sinalizado, em terras de Penalva do Castelo e de Tavares (Mangualde). Para além da componente turístico-desportiva de ar livre, são representados, por alunos, professores e funcionários, alguns quadros históricos que fazem recuar os participantes ao tempo das peregrinações a Santiago de Compostela. Alguns quadros históricos representados são, por exemplo, a Bênção de um Peregrino, o Hospital do Caminho, a Guarda da Ponte (portagem), a Taberna Medieval, os Salteadores, as Videntes, os Jograis e Trovadores, entre outros
Público-alvo
População em geral
Promotores
AE de Penalva do Castelo
Parceiros
CMPC e Juntas de Freguesia de Castelo de Penalva, da UF de Vila Cova do Covelo e Mareco e da UF de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca)

(Continua)

(Continuação)

Designação
ERASMUS+
Área de atuação
Educação, formação, juventude e desporto
Breve descrição
Programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto
Público-alvo
Pessoal docente do AE de Penalva do Castelo e alunos do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário
Promotores
UE
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Dança
Área de atuação
Desporto
Breve descrição
Este projeto, financiado pela CMPC, consiste na oferta de dança às crianças da educação pré-escolar
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar
Promotores
CMPC
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Desporto Escolar
Área de atuação
Desporto
Breve descrição
O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde, da condição física e mental, a aquisição de hábitos e condutas motoras e sociais, bem como o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade. No AE de Penalva do Castelo funcionam 11 grupos equipa
Público-alvo
Crianças e jovens desde o 3.º ano até ao 12.º ano de escolaridade
Promotores
AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
Natação
Área de atuação
Desporto
Breve descrição
Este projeto, financiado pela CMPC, pretende assegurar que todas as crianças da educação pré-escolar e do 1.º ciclo têm acesso à prática da natação
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º CEB
Promotores
CMPC
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Gabinete de Psicologia
Área de atuação
Psicologia
Breve descrição
O Gabinete de Psicologia oferece respostas como a avaliação psicológica, aconselhamento, encaminhamento, orientação e gestão de projetos, colaborando com outros gabinetes, serviços e divisões. Utiliza diferentes métodos de avaliação e intervenção, dependendo das necessidades expressas. Aberto a toda a comunidade, tem como objetivo a promoção do bem estar geral e o desenvolvimento pessoal, procurando criar um ambiente seguro e confidencial para a partilha de experiências
Público-alvo
Comunidade
Promotores
CMPC

Designação
Gabinete de Apoio ao Aluno
Área de atuação
Psicopedagogia
Breve descrição
O Gabinete de Apoio ao Aluno tem como objetivo o diagnóstico e encaminhamento dos alunos em diversas situações e contextos, desde problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais. O diagnóstico é efetuado com recurso aos docentes e técnicos dos serviços de psicologia e orientação
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
AE de Penalva do Castelo

(Continua)

(Continuação)

Designação
Plano + Aulas + Sucesso (+A+S)
Área de atuação
Promoção do sucesso escolar
Breve descrição
Estabelece medidas excecionais e temporárias na área da educação, com vista a dotar os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na dependência do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, de pessoal docente e de técnicos especializados necessários à garantia do direito dos alunos à aprendizagem
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
Ministério da Educação, Ciência e Inovação
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Designação
Plano de desenvolvimento pessoal, social e comunitário
Área de atuação
Promoção do sucesso escolar
Breve descrição
Enquadra-se nas medidas de apoio ao acompanhamento dos alunos no regresso às aulas presenciais, visando o acolhimento dos alunos, o reforço das suas aprendizagens, a dinamização de atividades promotoras de bem-estar psicológico, o fomento de competências sociais e a interação com a comunidade. Atribui às escolas a capacidade de contratação de técnicos de áreas de especialidade diferentes: psicólogos educacionais e sociais, mediadores sociais, assistentes sociais, terapeutas da fala, educadores sociais, mediadores, artistas residentes, técnicos de informática, terapeutas ocupacionais ou animadores socioculturais. Privilegia-se, assim, a abordagem multidisciplinar e comunitária que permite uma intervenção educativa de apoio à criação de condições pessoais e sociais para o regresso saudável à escola
Público-alvo
Crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e secundário
Promotores
Ministério da Educação, Ciência e Inovação
Parceiros
AE de Penalva do Castelo

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

VI. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Desde os anos setenta do século passado que a partilha de responsabilidades entre o poder central e local se tem mantido com um destaque crescente na agenda política do nosso país, tendo-se desenvolvido através de sucessivos quadros legais que ampliaram progressivamente o âmbito de intervenção das autarquias locais, reforçando áreas já descentralizadas e atribuindo novas funções (Santos, 2023b).

A transferência de competências no domínio da educação assumiu particular relevância no quadro da reestruturação do Estado. Em consonância, os municípios têm vindo a aumentar gradualmente as suas responsabilidades no planeamento, investimento e gestão em matéria educativa, entre as quais se destacam as seguintes:

- Investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada;

- Fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública;
- Recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente de todos os níveis e ciclos de ensino;
- Organização da vigilância e segurança dos equipamentos educativos, designadamente do edificado e dos espaços exteriores incluídos no seu perímetro.

Este novo quadro de competências das autarquias locais no âmbito da educação concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, bem como da tomada de decisão numa lógica de proximidade.

À luz desta nova perspetiva, a generalidade dos municípios não limitou a sua ação ao mero exercício das suas novas funções em matéria educativa, ultrapassando-as, para colmatar as necessidades dos territórios, na medida em que a dimensão de proximidade permite a construção e implementação de respostas educativas verdadeiramente territorializadas, ajustadas à multiplicidade de contextos físicos, demográficos, socioeconómicos, culturais, educacionais, políticos e económicos (Santos, 2023a).

Num quadro com estas características, é necessário estabilizar um quadro de referência para orientar a atuação municipal. A política educativa municipal assume esse papel de elemento agregador, abrangendo, naturalmente, os diferentes níveis de intervenção autárquica, de forma a garantir o pleno funcionamento do ecossistema educativo, bem como todas as dimensões da educação, a saber, a formal, não formal e informal.

Uma das principais componentes da política educativa municipal é, certamente, a promoção de ações orientadas para a eliminação progressiva das desigualdades territoriais e socioeconómicas e para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens.

É neste contexto que o concelho de Penalva do Castelo implementa um conjunto de medidas propiciadoras da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, da cidadania inclusiva e do desenvolvimento do capital humano, social e cultural,

consubstanciadas na estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para o combate ao insucesso escolar.

Todo o processo suportou-se em dois propósitos centrais: primeiro, dar cumprimento aos princípios da escola a tempo inteiro, que visa responder ao maior tempo de permanência das crianças e jovens nos estabelecimentos de educação e ensino, através de atividades estruturadas e pedagogicamente ricas que complementem os processos de aprendizagem, aquisição de competências e transmissão de valores (projetos socioeducativos); depois, contribuir para a construção de um território educador, que, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços), assuma uma função educadora, caracterizada por uma intencionalidade e uma responsabilidade, com vista à formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus cidadãos, a começar pelas crianças e jovens.

VI.1. Proposta de intervenção na rede escolar

Em consonância com a progressiva descentralização administrativa e a renovada conceção da ação municipal, assente na crença de que a dimensão de proximidade melhora o atendimento aos cidadãos, nas últimas décadas o entendimento sobre o papel das autarquias no processo educativo transformou-se significativamente. Efetivamente, os municípios têm vindo a ser chamados a aumentar as suas responsabilidades em matéria educativa, tendo a oportunidade para potenciar os seus recursos e dar resposta às necessidades do território e, desta forma, contribuir ativamente para a garantia das condições essenciais à criação das dinâmicas necessárias à promoção de um desenvolvimento territorial sustentável e integrado e à melhoria do bem-estar individual e coletivo.

Uma das primeiras dimensões deste processo de transferência de responsabilidades no domínio educativo foi a atribuição aos municípios da competência para orientar a gestão da sua rede escolar pública, bem como a logística que permitiria a sua utilização, devendo para isso elaborar um documento estratégico que articulasse as diversas variáveis capazes de contribuir para melhores respostas educativas. Foi, assim, que a Carta Educativa se

afirmou como o documento estratégico que consubstancia as políticas locais de planeamento da rede escolar, habilitando as autarquias a participar nos processos de ordenamento prospetivo da rede escolar pública do seu território e a envolver-se na construção de respostas educativas verdadeiramente territorializadas.

Afirmando-se como a primeira grande oportunidade para as autarquias exercitarem a sua autonomia e conduzirem os processos de ordenamento prospetivo da sua rede escolar pública como autores e não apenas como coordenadores locais (Fonseca *et al.*, 2018; Neto-Mendes, 2007; Pacheco, 2012; Pinhal, 2007), habilitando-os a encontrar soluções educativas locais (Matthews *et al.*, 2009), a Carta Educativa representa uma transformação na política educativa e o culminar do processo de mudança conceptual e metodológica em matéria de educação iniciado com a publicação da LBSE. Pode mesmo dizer-se que, após um longo período de centralismo, se observou a transferência de competências para o poder local, assistindo-se à passagem de um modelo de intervenção do tipo *top-down* para *bottom-up* (Cordeiro, 2014).

Mas embora a Carta Educativa tenha sido anunciada como um passo essencial no sentido da concretização da transferência de responsabilidades em matéria de planeamento da rede escolar, na primeira geração (2003) deste instrumento a prometida descentralização não aconteceu como anunciada e apenas na segunda geração (2019) foi sentida a possibilidade real de exercício de uma maior autonomia.

Consequência da realidade descrita, entre os dois momentos de planeamento do parque escolar público português assistimos a uma mudança no paradigma do planeamento da rede escolar, evidente para todos aqueles que se têm debruçado sobre esta questão no nosso país.

No início do presente século, apesar da transferência de competências efetivas para a elaboração da Carta Educativa (Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro²²), a intervenção na rede escolar manteve um carácter fortemente centralizado. Em resultado, os municípios priorizaram o cumprimento dos pressupostos técnicos estabelecidos pela tutela, relativos às escolas a encerrar e à tipologia, dimensão e características dos equipamentos educativos a criar. Relembremos que nesta primeira fase de afirmação da Carta Educativa o acesso aos fundos comunitários dependia da homologação da Carta Educativa pelo ME.

²² Carta Educativa de primeira geração, que na globalidade decorreu entre 2005 e 2010.

Mais de uma década e meia depois (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro²³), com a intensificação do movimento de descentralização administrativa, que entra numa nova fase, através da sucessão de iniciativas legislativas de transferência de responsabilidades, agora, também, para os órgãos intermunicipais, a filosofia subjacente à intervenção na rede escolar transformou-se e houve um reforço da autonomia. Consequentemente, nesta segunda fase de afirmação da Carta Educativa os municípios passaram a atender predominantemente à defesa dos interesses locais, de acordo com a lógica de respeito pela diversidade de realidades defendida pelo poder local.

O destaque que o planeamento da rede escolar ganhou na agenda educativa política portuguesa nas últimas décadas e a preocupação crescente, por parte dos municípios, com a construção e implementação de respostas educativas mais próximas das necessidades de desenvolvimento pessoal e social das pessoas são facilmente compreensíveis.

Por um lado, destaca-se a necessidade de adequar o parque escolar nacional, herdado, maioritariamente, do Plano dos Centenários²⁴, à nova realidade geográfica, demográfica, social, económica, educativa e cultural que resultou da evolução da sociedade no pós 25 de abril.

Efetivamente, o desajustamento a que o parque escolar nacional chegou no início do século XXI obrigou a uma profunda intervenção na rede escolar, numa primeira fase (Carta Educativa de primeira geração) mais direcionada para a educação pré-escolar e o 1.º CEB e, nesta segunda fase (Carta Educativa de segunda geração), mais orientada para o 2.º e 3.º CEB e o ensino secundário. A inadequação do parque escolar nacional manifestava-se, no essencial, a quatro níveis: i) aos novos pressupostos geográficos e socioeconómicos; ii) à renovada distribuição territorial da população, fruto dos fenómenos de envelhecimento populacional, urbanização e litoralização, particularmente evidentes em territórios interiores de baixa densidade; iii) à forte diminuição dos efetivos escolares; e v) aos atuais modelos pedagógicos e padrões de qualidade e de funcionamento definidos.

Por outro lado, e embora esteja completamente sedimentado o entendimento de que a educação se deve estender ao longo da vida e ocorrer em qualquer espaço social, salienta-se o reconhecimento de que os equipamentos escolares continuam a ser, por excelência, o

²³ Carta Educativa de segunda geração, em desenvolvimento.

²⁴ Programa nacional de construção de escolas primárias, lançado em 1941, durante o Estado Novo, que conseguiu garantir a frequência da escola a todas as crianças.

espaço e tempo da educação. São fundamentais no acesso da população à educação e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso determinante na competitividade de cidades e regiões e, por conseguinte, um elemento fulcral para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e integrado das comunidades nas suas diversas dimensões e para o fomento da qualidade de vida das populações. Concomitantemente, são um instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos.

Por todas estas razões, a escola é hoje assumida como o centro das políticas educativas locais e tem a possibilidade de responder aos problemas da comunidade em que se insere e de valorizar as suas potencialidades, apurando e potenciando o seu desempenho enquanto serviço público de educação.

Num quadro com estas características, a intervenção na rede escolar pública assume, naturalmente, um papel preponderante na estratégia de desenvolvimento sustentável e integrado dos territórios, representando a elaboração da Carta Educativa a oportunidade para repensar a rede de infraestruturas escolares, no quadro do desenvolvimento demográfico, socioeconómico e urbanístico expetável para os próximos anos, e para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e utilização racional dos recursos humanos e materiais.

Entre outros aspetos relevantes, a elaboração deste instrumento de planeamento permite, a partir da evidência produzida no diagnóstico, identificar e priorizar as carências da rede escolar, quer na vertente da cobertura, quer na vertente das necessidades de qualificação e inovação (conservação, melhoria funcional e modernização), e, com base no princípio da otimização dos recursos, orientar o processo de tomada de decisão quanto à redução, expansão ou requalificação da rede de infraestruturas escolares e restantes equipamentos educativos de apoio, para assegurar que, a cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondem à procura efetiva existente.

Este documento estratégico constitui-se, assim, como uma ferramenta de cariz prospetivo, que ajuda a tomar decisões no presente, com vista à consolidação de uma rede de edifícios e equipamentos educativos capaz de garantir a adequação à realidade local atual, mas, fundamentalmente, à prevista a médio/longo prazo, de operacionalizar novos conceitos e diretrizes e de contribuir para o cumprimento pleno, com qualidade e inovação, da escolaridade obrigatória, bem como para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Embora tenha um horizonte temporal determinado (10 anos), um instrumento de planeamento com as características descritas não pode ser assumido como um documento concluído. Deve ser entendido por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença pode levar a reajustamentos no futuro para uma resposta mais eficaz, adequada e atempada a novos contextos: mudanças na política educativa, novas responsabilidades e competências municipais, alterações na disponibilidade financeira, transformações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, entre outros.

É partindo deste entendimento que a CMPC decidiu avançar com a segunda revisão da Carta Educativa, ainda que já tenha procedido à elaboração da Carta Educativa de primeira (2007, mas com dados referentes ao ano letivo 2003/2004) e segunda geração (2021, mas com dados referentes ao ano letivo 2019/2020), que a revisão deste instrumento de planeamento apenas seja obrigatória a cada 10 anos e que a rede escolar municipal se encontre estabilizada desde o ano letivo 2019/2020. Na verdade, foi entre os dois momentos de planeamento do parque escolar público português deste século (2003 e 2019) que o concelho de Penalva do Castelo assistiu a uma profunda transformação da sua rede escolar, traduzida no encerramento de um elevado número de estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB e na reconfiguração dos equipamentos do 2.º e 3.º CEB, passando a existir apenas um estabelecimento de cada nível de ensino.

Naturalmente, a segunda atualização da Carta Educativa não vai colocar em causa as linhas orientadoras da estratégia de desenvolvimento do sistema educativo definidas no documento anterior, mas irá, naturalmente, considerar as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e educativas e propor as alterações que se revelem necessárias para resolver os problemas identificados, com vista a tornar o parque escolar municipal consentâneo não só com a realidade atual, mas, fundamentalmente, com a prevista a médio/longo prazo e a melhorar a qualidade da educação pública.

Na base da decisão da CMPC prosseguir com a segunda revisão da Carta Educativa estão, no essencial, duas razões: por um lado, o reconhecimento da necessidade de atualizar os indicadores educativos, com vista a, primeiro, avaliar a proposta de intervenção na rede escolar pública definida na primeira revisão da Carta Educativa, e, depois, proceder aos ajustes que se revelem necessários para garantir a adequação da rede escolar às necessidades da evolução da população escolar; por outro lado, a plena assunção das competências que lhes foram atribuídas em matéria de planeamento da rede escolar,

materializadas no cumprimento da obrigação legal de rever a Carta Educativa e no exercício das responsabilidades municipais no âmbito do investimento no parque escolar, em termos de construção, requalificação e modernização, de conservação, manutenção e pequena reparação e de aquisição do equipamento básico para a realização das atividades letivas.

Reconhecendo a importância de uma rede escolar adequada às características do território e às funções hoje atribuídas à escola, neste exercício de planeamento prospetivo a que nos propomos, partimos da certeza de que um bom planeamento e execução de equipamentos e recursos educativos é uma condição indispensável para uma educação que responda aos desafios e às necessidades das crianças, das famílias, das diferentes comunidades e das sociedades atuais e, por conseguinte, para um desenvolvimento territorial sustentável e integrado e para a melhoria do bem-estar individual e coletivo.

Foi com base neste pressuposto que definimos os objetivos estratégicos a prosseguir neste exercício de planeamento prospetivo, bem como as linhas de orientação estratégica do planeamento educativo.

VI.1.1. Objetivos estratégicos

No âmbito da proposta de intervenção na rede escolar pública, são objetivos estratégicos a prosseguir os seguintes:

- Promover o respeito pelo atual quadro normativo e orientador do sistema educativo, numa clara articulação entre as orientações nacionais e as necessidades educativas locais;
- Defender a autonomia do poder local nos processos de decisão política e de administração da educação, com vista a aproximar as atribuições e competências transferidas do potencial dos municípios, que continuam afastados das decisões com impacto nas mudanças desejáveis, no quadro da concretização dos princípios da descentralização administrativa;
- Valorizar a escola como um local central de gestão nos domínios pedagógico, administrativo e financeiro, num contexto de reforço dos seus níveis de autonomia;
- Reconhecer a autonomia pedagógica e curricular do AE para gerir parcialmente o currículo dos ensinos básico e secundário, partindo das matrizes curriculares-base

e em estrita observância dos direitos de participação dos docentes no processo educativo, previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, na sua redação atual, designadamente a autonomia técnica e científica;

- Potenciar as condições para garantir a liberdade de escolha da escola/projeto educativo para pais e/ou encarregados de educação ou, quando maiores, para alunos;
- Assegurar a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Manter o equilíbrio espacial entre a oferta e a procura escolar;
- Incentivar o planeamento da oferta educativa e formativa à escala intermunicipal, invocando um novo modelo territorial que ultrapasse a barreira imposta pelos limites administrativos de cada território e incentive a cooperação intermunicipal, como forma de: i) diversificar a oferta educativa e formativa; ii) satisfazer os interesses dos alunos e as necessidades da economia e do mercado de trabalho municipal e regional; iii) reduzir os obstáculos ao sucesso educativo; iv) elevar os níveis de qualificação e empregabilidade dos jovens e potenciar a sua fixação no território; e v) rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis;
- Impulsionar o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar, enquanto elemento decisivo para assegurar condições de igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade a toda a comunidade escolar;
- Qualificar o parque escolar, procurando garantir condições de ensino e de aprendizagem adequadas às exigências e aspirações educativas atuais, cada vez mais amplas e abrangentes, e melhorar a qualidade das aprendizagens e da vivência escolar;
- Proporcionar condições de igualdade de acesso a uma educação/formação de qualidade para todas as crianças e jovens;

- Contribuir para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo das crianças e dos jovens, enquanto fator decisivo para o desenvolvimento territorial sustentável e integrado;
- Gerar dimensão crítica que assegure a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e informada, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração de toda a comunidade educativa;
- Diminuir o isolamento, possibilitando uma maior socialização entre alunos e uma maior interação entre alunos e professores;
- Reforçar o papel do AE no processo de tomada de decisão;
- Aumentar a participação da comunidade no processo educativo;
- Favorecer a abertura da escola ao meio envolvente, garantindo a participação de todos no desenvolvimento da educação e potenciando a partilha dos equipamentos e recursos educativos com a comunidade;
- Colaborar no processo de planeamento e ordenamento do território;
- Reduzir as assimetrias existentes no território concelhio, minimizando uma possível diferenciação negativa entre os setores mais periféricos e as zonas urbanas;
- Fomentar um sistema urbano mais equilibrado e eficiente, assente num modelo policêntrico, através de uma localização/distribuição dos equipamentos educativos que permita reforçar as centralidades e a sua capacidade de atração e, desta forma, contribuir para a estruturação do território;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente no concelho de Penalva do Castelo.

VI.1.2. Linhas de orientação estratégica

Para além dos objetivos estratégicos a prosseguir, e partindo da assunção de uma capacidade conferida pela transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local, estabeleceram-se um conjunto de critérios municipais norteadores do planeamento educativo, que, embora apresentem uma natureza distinta dos publicados

nacionalmente, devem ser entendidos como complementares aos constantes no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e noutros diplomas legais e documentos, onde sobressai o Guião para elaboração da Carta Educativa - “Carta Educativa - Guião para elaboração” -, publicado em maio de 2021 pelo ME, que sistematiza um conjunto de sugestões metodológicas (ME, 2021).

Assim, num primeiro momento, estabilizamos as seguintes linhas de orientação estratégica para a proposta de intervenção na rede escolar pública:

- Integrar os diferentes níveis de educação e ensino, procurando que os alunos completem a escolaridade básica no mesmo AE e procedam à respetiva sequencialidade para o ensino secundário;
- Reorganizar, sempre que possível e de acordo com a respetiva comunidade educativa e as suas especificidades territoriais, os estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB isolados e/ou de reduzida dimensão e os estabelecimentos de 1.º CEB com menos de quatro salas de aula, que não garantam uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade e a constituição de turmas homogéneas, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão e com melhores recursos, com vista a assegurar melhores condições de aprendizagem e de aquisição de competências e a garantir condições de igualdade na frequência escolar, de acordo com o que é desejável para uma educação do século XXI;
- Reestruturar a rede escolar a partir dos estabelecimentos de educação e ensino atuais, com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro da mudança de paradigma no planeamento do parque escolar público português que se tem vindo a efetivar, que privilegia a reorganização dos equipamentos educativos existentes em detrimento da construção de novos edifícios escolares;
- Favorecer tipologias que integrem mais do que um nível de ensino;
- Prosseguir uma lógica de proximidade, procurando garantir uma oferta educativa, nos diversos níveis de educação e ensino, que privilegie um quadro de vida local e evite extensos movimentos pendulares, particularmente na educação pré-escolar;
- Estabilizar as trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade dos percursos casa-escola das crianças e dos jovens na tripla vertente conforto/segurança, distância a percorrer e duração do percurso, para evitar que os alunos percorram, diariamente, grandes distâncias e percam um tempo excessivo nas deslocações;

- Propiciar condições de higiene, conforto, segurança e qualidade funcional, arquitetónica e ambiental nos estabelecimentos de educação e ensino;
- Explorar complementaridades, sinergias e partilhas na gestão e utilização dos recursos humanos e materiais existentes, numa lógica de rentabilização, racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar, nomeadamente a nível escolar e social.

Num segundo momento, fixamos as componentes a considerar na proposta de intervenção na rede escolar pública, a saber:

- Os aspetos diretamente relacionados com o sistema educativo e considerados no diagnóstico do sistema educativo, designadamente os que se seguem:
 - A localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos e a respetiva oferta educativa;
 - As áreas de influência;
 - Os fluxos escolares;
 - A distância-tempo dos percursos casa-escola das crianças e dos jovens;
 - A evolução recente da procura educativa;
 - As projeções da população escolar para os próximos anos letivos;
 - As estimativas relativas às necessidades da oferta educativa para o mesmo período.
- Os elementos geográficos, essenciais em qualquer processo de planeamento e ordenamento do território, nomeadamente os seguintes:
 - A morfologia;
 - Os declives;
 - A rede hidrográfica;
 - A rede viária;
 - A rede de transportes públicos;
 - As dinâmicas demográficas e socioeconómicas;
 - As projeções demográficas.

Se as condicionantes naturais assumem um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns estrangulamentos, a dinâmica demográfica e socioeconómica é absolutamente decisiva, na medida em que permite fazer a avaliação dos quantitativos e das características da população e do povoamento no tempo presente, mas, sobretudo, determinar os seus quantitativos e as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

Sendo questões pertinentes em qualquer território, num território com as características de Penalva do Castelo, algumas destas variáveis são ainda mais relevantes.

Para além das linhas de orientação estratégica e das componentes a considerar, de âmbito local, a proposta de intervenção na rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo obedeceu, ainda, aos princípios gerais, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa definidos no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

De acordo com o artigo 10.º, o ordenamento da rede educativa estrutura-se de acordo com os seguintes princípios gerais:

- Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- Sequencialidade entre a educação pré-escolar, os diferentes ciclos do ensino básico e o ensino secundário;
- Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do país, tendo em atenção fatores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas.

Por sua vez, segundo o artigo 11.º, o ordenamento da rede educativa deve contribuir para os seguintes objetivos:

- Garantir o direito de acesso de todas as crianças e de todos os alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superar as situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e dos alunos, prevenindo a exclusão social;
- Fomentar uma adequada complementaridade das ofertas educativas;

- Assegurar a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;
- Adequar a oferta de recursos e a racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área.

Finalmente, o ordenamento da rede educativa deve respeitar, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos definidos no artigo 12.º:

- Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;
- Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico e do ensino secundário;
- Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamento, em função do tipo de escola, do número de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
- Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada JI, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e AE, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um.

Temos, assim, duas perspetivas de análise: uma claramente local, que procura refletir as questões de índole territorial do concelho de Penalva do Castelo, considerando as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas no território concelhio, com o peso do carácter periférico e da baixa densidade a ganhar contornos decisivos; outra nacional, que pretende adotar as linhas uniformizadoras que o ME tem definido de modo centralista - *top-down* - para a rede escolar nacional.

VI.1.3. Plano de ação

Apresenta-se de seguida o plano de ação para a intervenção na rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo, que se espera que venha a ser considerado por todas as entidades envolvidas com competências atribuídas no domínio do planeamento da rede escolar, no quadro de uma complementaridade entre o município, os atores educativos e o ME.

O plano de ação para a intervenção na rede escolar pública apresentado tem por base o diagnóstico do sistema educativo realizado, que além da sua caracterização e análise, identifica as suas debilidades e potencialidades, e reflete os objetivos estratégicos a prosseguir neste exercício de planeamento prospetivo e as linhas de orientação estratégica para o planeamento educativo, garantindo o seu rigoroso cumprimento.

No processo de elaboração deste diagnóstico exaustivo do sistema educativo verificou-se a existência de problemas estruturais que afetam o concelho de Penalva do Castelo e que importa ultrapassar. Merece especial relevo a diminuição da população escolar observada nos últimos anos letivos no 3.º CEB, na educação pré-escolar e, em particular, no ensino secundário e a tendência de alargamento desta realidade a todos os níveis de educação e ensino que as projeções escolares, nos dois modelos de projeção (nascimentos - modelo 1 - e *coortes* - modelo 2), fazem prever para as próximas duas décadas (Quadro 107). Naturalmente, este decréscimo tem um forte impacto nas necessidades em termos de salas de atividade/aula em todos os níveis de educação e ensino, que reduzem de forma expressiva (Quadro 108). O facto da capacidade instalada já se encontrar desajustada à procura verificada no momento presente torna este impacto ainda mais evidente.

O cenário descrito tem repercussões diretas na rede escolar, sendo de referir, desde logo, a baixa taxa de ocupação dos equipamentos educativos, não só na educação pré-escolar e no 1.º CEB, mas, também, no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário, e a incapacidade em garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade em todos os estabelecimentos de 1.º CEB.

É a estes problemas e a outros que serão desenvolvidos mais à frente que a Carta Educativa e, mais concretamente, o conjunto de recomendações apresentadas no âmbito da proposta de intervenção relativa à rede escolar pública, procurará responder.

Quadro 107. População escolar real e potencial.

Nível de educação e ensino	População escolar				Modelo 1			Modelo 2					
	2020/ 2021	2024/ 2025	Variação		População escolar potencial no ano letivo de referência*	Variação		População escolar potencial no ano letivo de referência*	Variação		População escolar potencial 2041/ 2042	Variação	
	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	133	126	-7	-5,26	82	-44	-34,92	103	-23	-18,25	102	-24	-19,32
1.º CEB	193	219	26	13,47	127	-92	-42,01	148	-71	-32,42	140	-79	-36,07
2.º CEB	108	112	4	3,70	57	-55	-49,11	80	-32	-28,57	69	-43	-38,31
3.º CEB	188	187	-1	-0,53	82	-105	-56,15	120	-67	-35,83	103	-84	-45,01
Ensino secundário	199	139	-60	-30,15	82	-57	-41,01	103	-36	-25,90	101	-38	-27,33
Total	821	783	-38	-4,63	430	-353	-45,08	554	-229	-29,25	515	-268	-34,28

Fonte: Dados disponibilizados pelos AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

Nota:

* Assume-se como ano letivo de referência 2026/2027 na educação pré-escolar, 2029/2030 no 1.º CEB, 2033/2034 no 2.º CEB, 2035/2036 no 3.º CEB e 2038/2039 no ensino secundário.

Quadro 108. Necessidades em termos de salas de atividade/aula.

Nível de educação e ensino	População escolar real	População escolar potencial (modelo 2)	Salas de atividade/aula		
	2024/2025	2041/2042	2024/2025	2041/2042	Variação 2023/2024-2041/2042
	(n.º)				
Educação pré-escolar	126	102	9	6	-3
1.º CEB	219	140	15	6	-9
2.º CEB	112	69	38	12	-26
3.º CEB	187	103			
Ensino secundário	139	101			

Fonte: Dados disponibilizados pelos AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

VI.1.3.1. Reorganização da rede escolar

Resultado da redução progressiva da natalidade e, conseqüentemente, da população escolar, a rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo apresenta alguns problemas estruturais que merecem uma profunda reflexão, no sentido de definir a política educativa para o futuro e, em particular, o tipo de escola que se pretende, e, em simultâneo, evitar uma educação a diferentes velocidades no território.

Uma primeira ideia a retirar da análise da rede escolar municipal é o facto dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública funcionarem, na sua generalidade, com uma população escolar muito inferior à capacidade instalada, como as baixas taxas de ocupação demonstram.

O quadro descrito afeta não só os níveis de proximidade (educação pré-escolar e 1.º CEB), que sentiram primeiramente o efeito da queda da natalidade, mas estende-se agora, também, ao 2.º e 3.º CEB e ao ensino secundário, onde o problema assume contornos mais preocupantes do ponto de vista do impacto na reorganização da rede escolar.

Com efeito, verifica-se que todos os equipamentos educativos funcionam abaixo da sua capacidade máxima.

Olhando primeiramente para a educação pré-escolar encontramos duas realidades distintas: a primeira integra equipamentos educativos que apresentam taxas de ocupação menos preocupantes, a saber, as Escolas Básicas de Ínsua, Penalva do Castelo, com 79% (5 salas de atividade²⁵ e 79 crianças), e de Sezures, Penalva do Castelo, com 70% (1 sala de atividade e 14 crianças); a segunda inclui equipamentos educativos com taxas de ocupação mais preocupantes, a saber, o Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo, com 62,5% (2 salas de atividade e 25 crianças), e a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, com 40% (1 sala de atividade e 8 crianças).

Analisando agora o 1.º CEB, o cenário é análogo, distinguindo-se, no entanto, três grupos com comportamentos diferentes: o primeiro é constituído pela Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, com 83,93% (7 salas de aula e 141 alunos); o segundo é composto pela Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo, com 60,42% (2 salas de aula e 29 alunos); o terceiro é formado pelas Escolas Básicas de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, com

²⁵ Deste total, quatro são salas de atividade com grupo e uma é uma sala de atividade sem grupo.

41,67% (2 salas de aula e 20 alunos), e de Roriz, Penalva do Castelo, com 30,21% (4 salas de aula e 29 alunos).

Finalmente, no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário o quadro exposto assume contornos mais preocupantes, apresentando os dois equipamentos educativos existentes taxas de ocupação inferiores a 50%, a saber, 48,51% na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo (28 salas de aula e 326 alunos) e 46,67% na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo (10 salas de aula e 112 alunos).

Naturalmente, e no que se refere apenas à educação pré-escolar e ao 1.º CEB, é o equipamento educativo localizado no principal núcleo populacional (Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo) que apresenta taxas de ocupação superiores. Isto acontece porque funciona como polo recetor de crianças e jovens de todo o território concelhio, resultado dos fluxos laborais dos pais e/ou encarregados de educação.

Numa referência apenas ao 1.º CEB, de referir que, apesar do cenário descrito, não existe nenhuma situação preocupante ao nível da população escolar, sendo de salientar a presença de apenas um equipamento de 1.º CEB a funcionar abaixo do limite mínimo definido centralmente para o funcionamento de um estabelecimento de ensino, fixado em 21 alunos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, a saber, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, com 20 alunos.

Por sua vez, na educação pré-escolar, embora não exista nenhum limite mínimo estabelecido centralmente, é de destacar a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, com apenas 8 crianças.

Note-se que, embora seja recomendável o encerramento dos estabelecimentos de 1.º CEB e de educação pré-escolar de pequena dimensão, estas situações devem ser avaliadas individualmente, tendo em contas as seguintes convicções:

- Ao contrário do 1.º CEB, onde a garantia das condições necessárias ao sucesso educativo é determinante, na educação pré-escolar, devido aos grupos etários envolvidos, o fator proximidade assume grande relevância, pelo que, em territórios com as características de Penalva do Castelo, justifica-se a manutenção em funcionamento de estabelecimentos com um reduzido número de crianças;
- As especificidades territoriais justificam a manutenção em funcionamento de estabelecimentos de 1.º CEB e de educação pré-escolar com um reduzido número de crianças/alunos para respeitar os diferentes ritmos de desenvolvimento

demográfico e socioeconómico existentes no território concelhio e contrariar as dinâmicas territoriais regressivas dominantes, travando a crescente desertificação dos setores mais periféricos e rurais e a concentração da população nos núcleos urbanos.

Na base desta procura de soluções adaptadas e, por conseguinte, na aplicação de medidas de diferenciação positiva, está o entendimento de que as escolas se assumem como equipamentos estruturantes para um ordenamento do espaço consentâneo com a coesão social e para um desenvolvimento local e regional sustentável e, por essa razão, a decisão do seu encerramento não deve basear-se unicamente em critérios quantitativos e deve considerar um conjunto de fatores decisivos para a qualidade das aprendizagens das crianças e dos jovens e para o seu sucesso futuro enquanto cidadãos, destacando-se os seguintes:

- Sucesso educativo das crianças e dos jovens;
- Perspetiva dos pais e/ou encarregados de educação;
- Distância-tempo das deslocações casa-escola;
- Dinâmica demográfica e socioeconómica;
- Comunidade envolvente.

Claro que a manutenção em funcionamento de estabelecimentos de 1.º CEB e de educação pré-escolar de pequena dimensão obriga ao desenvolvimento de projetos educativos específicos que garantam a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo, para compensar as eventuais desvantagens educativas e sociais.

Consequência da realidade descrita, outro aspeto que sobressai da análise da rede escolar municipal é a existência de três estabelecimentos de 1.º CEB que não asseguram um número de alunos capaz de possibilitar a constituição de mais do que duas turmas, a saber, as Escolas Básicas de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo (20 alunos), de Roriz, Penalva do Castelo (29 alunos) e de Sezures, Penalva do Castelo (29 alunos). Note-se que destes três equipamentos educativos, apenas um oferece condições espaço-funcionais para o funcionamento de mais turmas e garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade, a saber, a Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo (4 salas de aulas). Os outros dois apresentam apenas duas salas de aula.

No 1.º CEB deve ser considerada como primeira prioridade a garantia de condições de igualdade de acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao processo de ensino e aprendizagem e propiciadores do sucesso educativo.

Os estabelecimentos de 1.º CEB com menos de quatro salas de aula em funcionamento são suscetíveis de apresentar um impacto efetivo na qualidade das aprendizagens realizadas, na medida em que põem em causa o princípio de uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade, impedindo a constituição de turmas homogéneas.

Reforçando a necessidade de equacionar a manutenção em funcionamento de estabelecimentos de 1.º CEB sem condições para garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade, estes apresentam, em simultâneo, taxas de ocupação muito baixas: 30,21% na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo, 41,67% na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo e 60,42% na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo.

À semelhança do que foi dito anteriormente, cada caso concreto deve ser avaliado de forma individual. Assim sendo, também aqui as especificidades territoriais legitimam a manutenção em funcionamento de estabelecimentos de 1.º CEB que não apresentam condições para garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade, para atender à multiplicidade de realidades físicas, demográficas e socioeconómicas e combater os desequilíbrios na distribuição de pessoas e atividades no território, visíveis no já referido despovoamento dos setores mais periféricos e rurais e consequente concentração da população nas áreas urbanas.

A manutenção em funcionamento de estabelecimentos de 1.º CEB com condições espaço-funcionais menos adequadas às exigências educativas atuais obriga, igualmente, ao desenvolvimento de projetos educativos diferenciadores, que garantam a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo, com vista a compensar a impossibilidade de garantir uma sala de aula e um docente por um ano de escolaridade para todas as crianças e jovens.

É de referir que aquando do encerramento de um qualquer estabelecimento de 1.º CEB e de educação pré-escolar deve ser sempre garantido que a escola de acolhimento oferece melhores condições que os equipamentos educativos de origem, em termos de dimensão e recursos.

Um comentário para destacar que atendendo às dinâmicas demográficas e socioeconómicas atuais e previstas no concelho de Penalva do Castelo, que conduziram ao encerramento de um elevado número de estabelecimentos de 1.º CEB e de educação pré-escolar nas primeiras duas décadas do século XXI, o paradigma subjacente a qualquer intervenção na rede escolar, no quadro de uma gestão racional dos recursos, deverá ser orientado no sentido da reorganização, reconversão e requalificação dos edifícios escolares existentes e não da construção de novos equipamentos educativos, ainda que o mesmo deva acontecer sempre que esteja em causa a adequação das condições espaço-funcionais às exigências educativas.

Note-se que ao contrário do primeiro momento de planeamento do parque escolar público português, correspondente à primeira fase de afirmação da Carta Educativa (2003), em que o paradigma do planeamento da rede escolar estava maioritariamente orientado para a construção de novos edifícios escolares (fosse através da efetiva construção de raiz ou da requalificação e/ou ampliação de equipamentos educativos existentes), neste segundo momento de planeamento do parque escolar público português, correspondente à segunda fase de afirmação da Carta Educativa (2019), o paradigma do planeamento da rede escolar está predominantemente direcionado para a reorganização, reconversão e requalificação das infraestruturas escolares existentes, não só do 1.º CEB e da educação pré-escolar, que foram a prioridade na primeira fase, mas agora, também, do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, que sentiram mais tarde os efeitos da queda abrupta da natalidade e da resultante redução da população escolar.

Conscientes dos desafios que a rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo enfrenta e convictos de que as escolas podem constituir-se como uma importante alavanca para o sucesso das estratégias conducentes à coesão social e ao desenvolvimento sustentável em territórios interiores de baixa densidade, procede-se de seguida à apresentação das principais medidas a adotar para a reconfiguração do parque escolar municipal e respetiva fundamentação, primeiramente para a educação pré-escolar e o 1.º CEB e, depois, para o 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

VI.1.3.1.1. Educação pré-escolar e 1.º CEB

No ano letivo 2024/2025 a rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo da educação pré-escolar e do 1.º CEB é constituída por cinco estabelecimentos de educação e ensino, a saber, o Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo, a Escola Básica de Roriz,

Penalva do Castelo, a Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, a Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo e a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo.

Estes cinco estabelecimentos de educação e ensino encontram-se organizados em quatro territórios educativos, todos dotados de equipamentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB e com polo nas quatro freguesias mais populosas do território concelhio, a saber, Ínsua, Pindo, Castelo de Penalva e Sezures (Quadro 109 e Mapa 30).

Os quatro territórios educativos apresentam dimensões e características distintas. O território educativo de Ínsua, com polo na freguesia mais populosa do concelho e onde se localiza o 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, concentra, naturalmente, o maior número de crianças/alunos (220), com 79 crianças na educação pré-escolar e 141 alunos no 1.º CEB. Segue-se o território educativo de Pindo. Com polo na segunda unidade territorial mais populosa do território concelhio, este território educativo apresenta um total de 25 crianças na educação pré-escolar e 29 alunos no 1.º CEB, num total de 54 crianças/alunos. Com quantitativos inferiores surge o território educativo de Sezures, com polo na quarta unidade territorial mais populosa do concelho e um total de 14 crianças na educação pré-escolar e 29 alunos no 1.º CEB, num total de 43 crianças/alunos. Finalmente, os valores mais baixos encontram-se no território educativo de Castelo de Penalva. Com polo na terceira unidade territorial mais populosa do território concelhio, este território educativo apresenta um total de 8 crianças na educação pré-escolar e 20 alunos no 1.º CEB, num total de 28 crianças/alunos.

Em termos de espaço físico, no 1.º CEB apenas dois territórios educativos apresentam estabelecimentos de ensino com condições para garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade, a saber, Ínsua (Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo), com 7 salas de aula, e Pindo (Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo), com 4 salas de aula. Os outros dois territórios educativos (Castelo de Penalva e Sezures) apresentam, cada um, duas salas de aula. Importa, contudo, esclarecer que, independentemente das condições espaço-funcionais, apenas um equipamento educativo assegura um número de alunos capaz de possibilitar a constituição de mais do que duas turmas, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo.

Quadro 109. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB público e áreas de influência.

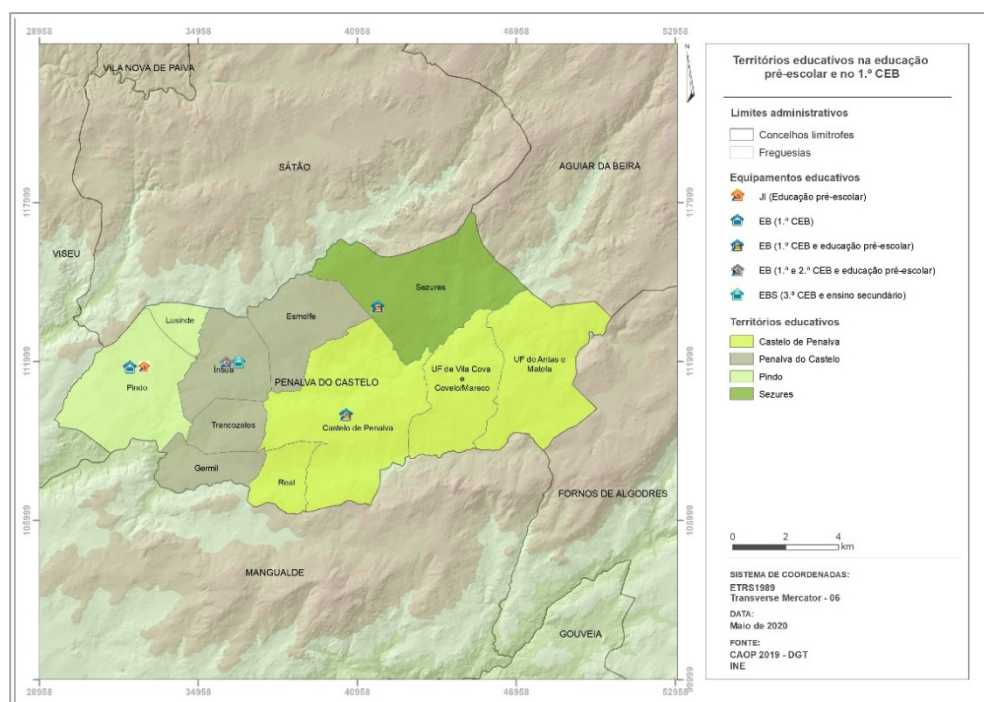
Território educativo	Área de influência	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	2024/2025			População escolar potencial (modelo 1)		Variação da população potencial (modelo 1) 2024/2025-2029/2030*		Necessidade de salas
				Frequência	Grupos/Turmas	Salas de atividade/aula	2024/2025	2029/2030*	2024/2025-2029/2030*	2029/2030*	
											(n.º)
Castelo de Penalva	Castelo de Penalva Real UF de Antas e Matela UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar	8	1	1	13	8	-5	-38,46	1
			1.º CEB	20	2	2	38	14	-24	-63,16	1
Ínsua	Ínsua Esmolfe Germil Trancozelos	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar	79	4	5**	48	47	-1	-2,08	3
			1.º CEB	141	7	7	78	65	-13	-16,67	3
Pindo	Pindo Lusinde	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar	25	2	2	27	18	-9	-33,33	1
		Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	1.º CEB	29	2	4	37	34	-3	-8,11	2
Sezures	Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar	14	1	1	10	9	-1	-10,00	1
			1.º CEB	29	2	2	15	14	-1	-6,67	1
Total			Educação pré-escolar	126	8	9	98	82	-16	-16,33	6
			1.º CEB	219	13	15	168	127	-41	-24,40	7

Fonte: Dados disponibilizados pelos AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

Nota:

* Na educação pré-escolar as previsões são referentes ao ano letivo 2026/2027;

** Deste total, quatro são salas de atividade com grupo e uma é uma sala de atividade sem grupo.



Mapa 30. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB público.

Para compensar eventuais desvantagens educativas e sociais, os três equipamentos educativos que não asseguram condições para garantir uma sala de aula e um docente por ano de escolaridade apresentam, quer em termos de edificado, quer em termos de recursos, condições que podem ser consideradas como adequadas às novas exigências administrativas e pedagógicas que têm vindo a ser caucionadas, não só pelas reformas enunciadas pela tutela, como, também, pela política educativa local.

Na educação pré-escolar, destacam-se, novamente, os estabelecimentos que integram os territórios educativos de Ínsua, com 5 salas de atividade²⁶, e Pindo, com 2 salas de atividade. Os equipamentos educativos localizados nos territórios educativos de Castelo de Penvalva e Sezures apresentam, cada um, uma sala de atividade.

As previsões da população escolar potencial para a educação pré-escolar e o 1.º CEB para o ano letivo 2029/2030 mostram, comparativamente ao ano letivo 2024/2025, em termos globais, uma diminuição, com a passagem de 98 a 82 crianças na educação pré-escolar (-16 crianças, valor correspondente a -16,33%) e de 168 a 127 alunos no 1.º CEB (-41 alunos,

²⁶ Deste total, quatro são salas de atividade com grupo e uma é uma sala de atividade sem grupo.

valor correspondente a -24,40%), embora entre estes dois anos letivos a população escolar potencial oscile entre ligeiros aumentos e decréscimos.

Descendo de escala de análise, por território educativo verifica-se a existência de diferentes dinâmicas. No território educativo de Ínsua prevê-se uma diminuição de -2,08% (-1 criança) na educação pré-escolar e de -16,67% (-13 alunos) no 1.º CEB. No território educativo de Pindo prevê-se uma redução de -33,33% (-9 crianças) na educação pré-escolar e de -8,11% (-3 alunos) no 1.º CEB. No território educativo de Castelo de Penalva prevê-se um decréscimo de -38,46% (-5 crianças) na educação pré-escolar e de -63,16% (-24 alunos) no 1.º CEB. Por fim, no território educativo de Sezures prevê-se uma diminuição de -10% (-1 criança) na educação pré-escolar e de -6,67% (-1 aluno) no 1.º CEB.

Estes valores traduzem os nascimentos registados no território concelhio, no entanto, existem algumas variáveis que podem alterar de forma drástica o quadro descrito. Assim sendo, a confrontação entre os valores efetivos (126 crianças na educação pré-escolar e 219 alunos no 1.º CEB) e projetados (98 crianças na educação pré-escolar e 168 alunos no 1.º CEB) no ano letivo 2024/2025 leva-nos a acreditar que a frequência será inferior à prevista.

Considerando a dinâmica escolar e as condições espaço-funcionais do parque escolar municipal descritas, a proposta de reorganização da rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo para a educação pré-escolar e o 1.º CEB não prevê alterações estruturais e recomenda a manutenção de todos os estabelecimentos de educação e ensino enquanto o número de crianças/alunos assumir uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento e não colocar em causa o sucesso educativo das crianças e jovens.

Em termos de capacidade instalada, atendendo aos limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019, que é de 20 crianças na educação pré-escolar e 24 alunos no ensino básico, e às previsões da população escolar potencial, para o ano letivo 2029/2030 projeta-se a necessidade de 6 salas de atividade na educação pré-escolar e 7 salas de aula no 1.º CEB. Comparativamente ao ano letivo 2024/2025, quando eram 9 e 15 as salas em funcionamento, respetivamente, estes valores representam uma diminuição de 3 salas de atividade na educação pré-escolar e de 8 salas de aula no 1.º CEB.

Por território educativo, e para o mesmo ano letivo, prevê-se a necessidade de 3 salas de atividade na educação pré-escolar e 3 salas de aula no 1.º CEB no território educativo de Ínsua, 1 sala de atividade na educação pré-escolar e 2 salas de aula no 1.º CEB no território educativo de Pindo, 1 sala de atividade na educação pré-escolar e 1 sala de aula no 1.º CEB

no território educativo de Castelo de Penalva e 1 sala de atividade na educação pré-escolar e 1 sala de aula no 1.º CEB no território educativo de Sezures.

Tendo por referência o ano letivo 2024/2025, estes valores correspondem à diminuição de 2 salas de atividade na educação pré-escolar e de 4 salas de aula no 1.º CEB no território educativo de Ínsua, ao decréscimo de 1 sala de atividade na educação pré-escolar e de 2 salas de aula no 1.º CEB no território educativo de Pindo, à manutenção de 1 sala de atividade na educação pré-escolar e à redução de 1 sala de aula no 1.º CEB no território educativo de Castelo de Penalva e à manutenção de 1 sala de atividade na educação pré-escolar e à redução de 1 sala de aula no 1.º CEB no território educativo de Sezures.

Estes valores correspondem à soma das necessidades de salas em cada equipamento educativo, pelo que são inferiores se considerarmos as projeções escolares globais para o território concelhio para o ano letivo 2029/2030. Assim, se atendermos ao total de crianças previsto em Penalva do Castelo no ano letivo de referência, o valor desce de 6 para 5 salas de atividade na educação pré-escolar e de 7 para 6 salas de aula no 1.º CEB.

Naturalmente, e com vista a acautelar esta e eventuais situações futuras, recomenda-se a monitorização contínua e atenta da evolução da população escolar.

VI.1.3.1.2. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário

No ano letivo 2024/2025 a rede escolar do concelho de Penalva do Castelo no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário é constituída por dois estabelecimentos de ensino da rede pública (Quadro 110), localizados na freguesia de Ínsua, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, com 10 salas de aula e 112 alunos no 2.º CEB, e a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo, com 28 salas de aula e 326 alunos, repartidos pelo 3.º CEB (187 alunos) e pelo ensino secundário (139 alunos).

Em termos de espaço físico, é de referir que tanto a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo, como a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo asseguram as condições de funcionamento adequadas às atuais exigências administrativas e pedagógicas.

Quadro 110. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

Estabelecimento de ensino	Nível de ensino	2024/2025			População escolar potencial (modelo 1)		Variação da população potencial (modelo 1) 2024/2025-2029/2030		Necessidade de salas
		Frequência	Turma	Salas de aula	2024/2025	2029/2030			2029/2030
		(n.º)			(n.º)		(n.º)	(%)	(n.º)
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	2.º CEB	112	6	10	84	73	-11	-13,10	4
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	3.º CEB	187	17	28	160	123	-37	-23,13	11
	Ensino secundário	139			168	134	-34	-20,24	

Fonte: Dados disponibilizados pelos AE de Penalva do Castelo, INE e cálculos próprios.

As previsões da população escolar potencial para o ano letivo 2029/2030 apontam, comparativamente ao ano letivo 2024/2025, para uma diminuição do número de alunos, com a passagem de 84 a 73 alunos no 2.º CEB (-11 alunos, valor correspondente a -13,10%), de 160 a 123 alunos no 3.º CEB (-37 alunos, valor que representa -23,13%) e de 168 a 134 alunos no ensino secundário (-34 alunos, valor que equivale a -20,24%).

Comparando a população escolar real e a potencial no ano letivo 2024/2025, é possível esperar uma frequência ligeiramente superior à prevista no caso do 2.º (112 alunos matriculados para 84 alunos projetados) e 3.º CEB (187 alunos matriculados para 160 alunos projetados) e significativamente inferior no caso do ensino secundário (139 alunos matriculados para 168 alunos projetados).

Considerando a realidade descrita, a proposta de reorganização da rede escolar pública do concelho de Penalva do Castelo para o 2.º e 3.º CEB e o ensino secundário é, naturalmente, de manutenção dos dois estabelecimentos de ensino da rede pública existente no território concelhio, a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo.

Em termos de capacidade instalada, atendendo às previsões da população escolar potencial e aos limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019, que é de 24 alunos nos ensinos básico e secundário, para o ano letivo 2029/2030 prevê-se a necessidade de 15 salas de aula para o 2.º e 3.º CEB e o ensino secundário,

repartidas pela Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo (4 salas de aula) e pela Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo (11 salas de aula).

Tendo por referência o ano letivo 2024/2025, quando a Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo apresentava 10 salas de aula afetas ao 2.º CEB e a Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo apresentava 28 salas de aula afetas ao 3.º CEB e ensino secundário, estes valores representam a necessidade de menos 23 salas de aula (-6 salas de aula na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo e -17 salas de aula na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo).

VI.1.3.2. Requalificação, modernização e manutenção das infraestruturas escolares

Embora não estejam programadas alterações estruturais ao parque escolar público, nomeadamente no que se refere à construção de novos equipamentos educativos, o concelho de Penalva do Castelo prevê a realização de um conjunto de intervenções de requalificação e modernização. No quadro seguinte encontra-se a calendarização prevista e o volume de investimento estimado para cada intervenção de requalificação e modernização. Adicionalmente está, ainda, planeada a melhoria dos espaços exteriores da Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, e do Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo.

Para além das ações descritas, o concelho de Penalva do Castelo assumirá, naturalmente, as suas responsabilidades e assegurará a realização de todas as intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário que se revelem necessárias para garantir espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo das crianças e dos jovens e assegurar a igualdade de oportunidade no seu acesso.

No quadro de uma gestão racional dos recursos, as intervenções a realizar deverão considerar as recomendações para a reorganização da rede escolar pública previstas no ponto anterior.

Quadro 111. Calendarização e volume de investimento das intervenções.

Freguesia	Estabelecimento de educação e ensino	Intervenção	Objetivo	Calendarização		Custo global aproximado	Fonte de financiamento
				Início	Conclusão		
Ínsua	Pavilhão municipal	Requalificação	Melhoria da eficiência energética	01/09/25	01/03/27	1064310,59€+IVA	FEDER
	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	Requalificação	Melhoria da eficiência energética	01/09/25	01/09/27	1 969 426,59€+IVA	FEDER
	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Requalificação do pavilhão	Melhoria da eficiência energética	01/09/25	01/09/27	600 000€+IVA	Município
		Construção de abrigo	Criação de abrigo para as crianças na saída para o autocarro	01/01/26	01/07/26	50 000€+IVA	Município
		Construção de parque infantil	Criação de espaço lúdico	01/09/25	01/12/25	35 000€+IVA	Município
Pindo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	Requalificação de campo de futebol	Criação de infraestrutura desportiva	01/09/25	01/12/25	60 000€+IVA	Município e Junta de Freguesia
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	Construção de parque infantil	Criação de espaço lúdico	01/01/26	01/07/26	35 000€+IVA	Município
Território municipal	Parque municipal	Requalificação dos sistemas de aquecimento	Aquecimento e melhoria da eficiência energética	01/01/26	01/12/26	70 000€+IVA	Município

Fonte: Dados disponibilizados pela CMPC.

VI.2. Promoção do sucesso educativo

O sucesso educativo de todos os alunos é uma condição natural da escola. Num quadro de assunção progressiva de competências por parte dos municípios em matéria de educação, estes assumem um papel de responsabilidade neste domínio, em articulação com os diferentes *stakeholders* - professores e outros profissionais de educação, encarregados de educação, alunos, entidades e parceiros da comunidade local e regional e agentes políticos

regionais. São quem melhor conhece os seus contextos, incluindo as suas dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está mais bem preparado para encontrar soluções locais e conceber estratégias para melhorar as práticas educativas e a qualidade das aprendizagens e, assim, reforçar os níveis de sucesso educativo dos alunos.

Partindo deste quadro de referência e seguindo os pressupostos orientadores da política educativa municipal e, em especial, da estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para o combate ao insucesso escolar, são de referir as seguintes medidas a desenvolver pelo município com vista à promoção do sucesso educativo:

- Reforçar os sistemas de sinalização e intervenção precoce, desde a creche;
- Implementar uma estratégia para sinalizar os jovens que não estudam e não trabalham (NEET) e promover a sua integração no sistema educativo ou profissional;
- Garantir condições de igualdade e equidade nos percursos educativos e formativos como meio de promoção do sucesso educativo;
- Melhorar os serviços de psicologia e orientação em meio escolar;
- Promover a formação contínua dos recursos humanos docentes e não docentes de educação/formação;
- Favorecer intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa;
- Fomentar a inovação nas práticas de ensino, criando espaços para os alunos pensarem e construírem livremente e de forma ativa o seu conhecimento;
- Investir em tecnologia de apoio que permita a aplicação de novas metodologias no processo de ensino;
- Realizar ações de sensibilização e informação no âmbito da valorização da educação/formação como estratégia para potenciar as condições de empregabilidade e melhorar a qualidade de vida;
- Aumentar a participação dos alunos nos processos de tomada de decisão em matéria educativa;
- Aproximar e envolver crescentemente os pais e/ou encarregados de educação na vida escolar;

- Colocar as diferentes estruturas e serviços da escola ao dispor da comunidade, alargando as iniciativas a todas as pessoas, e, em simultâneo, potenciar a participação dessa mesma comunidade na vida escolar, com vista a estabelecer uma efetiva e proveitosa relação entre a escola e todos os munícipes;
- Valorizar e potenciar a utilização dos espaços com potencial educativo, não só para apoiar a educação formal, mas, também, a não formal e informal, suportado nos conceitos de “território educador” e de “educação para todos os cidadãos, em todos os espaços e ao longo da vida”, que proporcionam uma nova visão do território enquanto ambiente de aprendizagem que multiplica as oportunidades educativas para todos os cidadãos do concelho;
- Desenvolver projetos que visem garantir a inclusão e êxito escolar, melhorar a qualidade das aprendizagens e assegurar o desenvolvimento pessoal, social e profissional de crianças e jovens em risco de vulnerabilidade social, como os alunos estrangeiros, numa lógica de complementaridade com as políticas locais de acolhimento e integração destas comunidades, assentes nos princípios da sustentabilidade e governação integrada e no trabalho conjunto e devidamente articulado entre os diversos atores públicos e privados envolvidos.

VI.3. Ensino profissional e promoção da empregabilidade

O ensino profissional desempenha um papel central na qualificação escolar e na aquisição de competências profissionais e, por conseguinte, no aumento dos níveis de empregabilidade da população e na melhoria da sua qualidade de vida.

Num quadro com estas características, no âmbito da política educativa municipal e, mais especificamente, da estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para o combate ao insucesso escolar, apresentam-se de seguida as principais medidas a adotar pelos responsáveis locais para o ensino profissional e promoção da empregabilidade:

- Planear a distribuição da oferta de ensino profissional de acordo com uma perspetiva onde coexistem cinco dimensões principais, a saber: i) diversificar a

oferta formativa; ii) responder às necessidades dos alunos, do município e da região; iii) combater o abandono escolar precoce e o insucesso escolar; iv) desenvolver as competências profissionais dos jovens e potenciar a sua empregabilidade e consequente fixação no território, de forma a combater os fenómenos de desertificação e envelhecimento populacional; e v) racionalizar os meios humanos e materiais existentes;

- Atualizar, anualmente, as necessidades de qualificação e formação dos setores produtivos;
- Propor a implementação de ofertas formativas adequadas às características e necessidades da população e do mercado de trabalho, no quadro do desenvolvimento local e regional, em articulação com todas as entidades com responsabilidades nesta matéria;
- Favorecer a oferta de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais e de grande potencial para o município e para a região;
- Promover melhores condições ao nível da orientação vocacional, para que os alunos e jovens adultos possam fazer escolhas mais informadas e conscientes relativas ao seu futuro, considerando os seus interesses, motivações e aptidões, nas diferentes fases de transição do seu percurso formativo;
- Fomentar o envolvimento da escola com a estrutura económica do município e da região;
- Realizar ações de sensibilização e informação no âmbito da desmistificação do ensino profissional e do reconhecimento da sua importância como via alternativa no percurso escolar por parte dos jovens e/ou das famílias;
- Incentivar experiências profissionais em contexto real de trabalho para aperfeiçoar as competências e facilitar a integração no mercado de trabalho (e.g.: estágios profissionais);
- Implementar medidas de apoio e incentivo à empregabilidade, em especial da população jovem à procura de primeiro emprego, da população com idade superior a 40 anos, dos desempregados de longa duração, das pessoas com deficiência ou incapacidade e dos grupos em situação de pobreza e exclusão social;

- Reforçar as políticas municipais de apoio e incentivo ao empreendedorismo e à captação e fixação de empresas, nomeadamente através da promoção de ações de capacitação, da disponibilização de recursos e serviços e da criação de uma rede de parceiros institucionais;
- Criar o prémio empreendedorismo e inovação para empresas que expandam o seu negócio, criando emprego, e o desenvolvam com elevada qualidade, competitividade, inovação e sustentabilidade, criando impacto no crescimento económico e desenvolvimento social local e regional.

VI.4. Articulação da Carta Educativa com o PDM

Sendo a Carta Educativa um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, esta tem obrigatoriamente de estar articulada com o PDM, da qual é, aliás, parte integrante, de acordo com o n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Esta imposição prende-se com a necessidade de garantir espaços para equipamentos em local adequado, quando prevista a construção de novos edifícios escolares ou a ampliação dos existentes no período temporal de vigência da Carta Educativa (10 anos), assegurando, desta forma, um ordenamento do espaço consentâneo com a coerência dos aglomerados e a contenção da fragmentação e dispersão urbana. No caso particular do concelho de Penalva do Castelo não se encontram previstos espaços para equipamentos educativos no PDM, na medida em que a proposta de intervenção na rede escolar pública não prevê alterações estruturais ao parque escolar existente.

VI.5. Contributo da Carta Educativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Carta Educativa inscreve-se no quadro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assumindo a educação enquanto pilar estruturante do desenvolvimento territorial sustentável. Neste contexto, a estratégia de intervenção proposta contribui diretamente para o cumprimento do **ODS 4 – Educação de Qualidade**, promovendo o acesso equitativo, inclusivo e de qualidade à educação ao longo da vida.

Paralelamente, as opções de reorganização da rede escolar e de requalificação, modernização e manutenção das infraestruturas escolares articulam-se com o **ODS 10 – Reduzir as Desigualdades**, ao reforçar a coesão territorial e a igualdade de oportunidades, bem como com o **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**, ao promover a racionalização dos recursos e a consolidação de uma rede de equipamentos educativos funcional, acessível e integrada no ordenamento do território.

Acresce, ainda, o contributo para o **ODS 13 – Combater as Alterações Climáticas**, através da promoção de soluções de melhoria da eficiência energética, requalificação sustentável das infraestruturas e incorporação de princípios de sustentabilidade ambiental na gestão dos edifícios escolares.

Deste modo, a Carta Educativa afirma-se como instrumento estratégico de territorialização dos ODS, assegurando coerência entre a escala local e os compromissos globais assumidos pelo Estado português.

VII. PLANO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O processo de realização da Carta Educativa não se esgota no ato de elaboração da proposta de intervenção na rede escolar pública, carecendo de acompanhamento contínuo, aprofundamento sucessivo e atualização periódica para se tornar num instrumento permanentemente válido, na medida em que tem que se adequar a uma realidade que evolui ininterruptamente em função de alterações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, no desenvolvimento local e na política educativa. É este aspeto que torna este instrumento um documento constantemente aberto e inacabado.

A monitorização permite controlar a implementação da proposta de intervenção na rede escolar pública, identificando os desvios face ao inicialmente previsto no que respeita à evolução do comportamento da população escolar (procura e fluxos escolares). Desta forma, torna-se possível tirar as devidas ilações e proceder à tomada de medidas corretivas que permitam manter o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema educativo (adequação

da oferta à procura escolar) e cumprir os objetivos estratégicos a prosseguir, bem como as linhas estratégicas de atuação da Carta Educativa.

É tendo como pano de fundo este cenário que se recomenda que a CMPC promova um processo de monitorização da Carta Educativa que assegure a atualização regular e sistemática da informação, não só da relativa à situação presente e evolução recente, mas, também, da relacionada com as perspetivas de evolução, na certeza de que o cuidado posto na supervisão do sistema educativo deve ser a base da estratégia definida para a sua contínua melhoria.

A organização do processo de monitorização da Carta Educativa deve contemplar as seguintes fases:

1. Recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação

A primeira etapa do processo de monitorização da Carta Educativa deve assentar na recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação. A constituição de uma base de dados contendo a informação relativa à oferta e procura escolar constitui um passo marcante e decisivo nesta fase. Da mesma forma, é determinante a definição de um conjunto de indicadores que permitam ter uma visão global do estado da educação nas suas diferentes vertentes, em particular no que respeita à oferta e procura escolar.

Embora a capacidade de gestão da informação seja a base desta etapa, a qualidade da informação é igualmente essencial, dependendo esta de dois vetores fundamentais: atualidade e fidedignidade. Só com a junção destes dois fatores é que se poderá estruturar, manter e fazer evoluir o processo de monitorização da Carta Educativa.

Para o levantamento dos dados junto do AE de Penalva do Castelo deverá ser estabelecido um prazo fixo, nunca superior a 12 meses, a partir da última recolha, sendo que o momento preferencial para a sua realização é o início de cada ano letivo, após a sua estabilização (outubro).

2. Instrumentos de ação

Após a etapa de recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação deve ser estipulado um plano de ação que inclua as metas a atingir, as entidades a envolver e os recursos a mobilizar para um quadro temporal de um ano (até ter início nova fase de recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação). De acordo com os dados obtidos na fase anterior, este instrumento de ação vai atuar no sentido de operacionalizar as orientações da Carta Educativa e efetuar as reformulações que se revelem necessárias.

3. Avaliação dos resultados

Terminado o período de vigência do plano de ação, deve seguir-se a etapa de avaliação dos resultados, tendo em vista a revisão das orientações da Carta Educativa e dos planos de ação. O que se pretende é, de acordo com os resultados alcançados, redefinir as prioridades de intervenção no parque escolar, de modo a assegurar uma gestão eficaz dos recursos humanos e materiais existentes.

4. Revisão da Carta Educativa

A revisão da Carta Educativa está legislada de forma a ser efetuada obrigatoriamente de 10 em 10 anos e sempre que esta deixe de traduzir a realidade educativa do concelho ou haja a necessidade de estabelecer novos objetivos e metas a atingir.

No processo de monitorização da Carta Educativa julga-se recomendável acompanhar os principais domínios do sistema educativo, nomeadamente:

- O desenvolvimento urbano, particularmente nos aspetos que possam constituir inflexões da trajetória prevista para a população escolar, como a expansão urbana, o serviço de transportes, a rede de acessibilidades, o acesso a equipamentos desportivos, culturais e lúdicos, entre outros;
- A implementação de planos e projetos urbanísticos (PU, PP, projetos de loteamento, licenças de construção, entre outros), especialmente nas questões que possam provocar desvios no comportamento projetado para a população escolar, como a definição e/ou ampliação de áreas residenciais;
- As alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo;
- A dinâmica demográfica e socioeconómica, sobretudo nas matérias que possam implicar acréscimos ou decréscimos populacionais e, consequentemente, aumentos ou diminuições da população escolar e/ou alterações da sua expressão espacial, como os nascimentos registados (quantidade e área geográfica);
- O comportamento da oferta e procura escolar, incluindo os fluxos escolares e as projeções escolares, com o objetivo de acompanhar a resposta da procura escolar às mudanças verificadas nas condições da oferta escolar e perceber quais as variáveis responsáveis pelas transformações observadas. Para a

apreciação do comportamento da oferta e procura escolar podem ser considerados como indicadores base o número de alunos por estabelecimento de educação/ensino, ano de escolaridade e nível/modalidade de ensino e as taxas de ocupação, retenção e desistência;

- O estado de conservação do parque escolar e a adequação dos edifícios escolares e dos recursos educativos complementares às necessidades pedagógicas;
- A avaliação do sistema educativo, quer na vertente endógena de sucesso escolar, quer na vertente exógena da relação com as necessidades e anseios da população local (inserção ou exclusão social, adequação da oferta à procura educativa e integração profissional no mercado de trabalho);
- A eficácia das atividades complementares de ação educativa, como as AAAF, a CAF, as AEC, as atividades extracurriculares, o desporto escolar, a ação social escolar e os transportes escolares;
- A eficiência dos serviços prestados à comunidade envolvente, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das instalações e infraestruturas escolares de apoio, como as bibliotecas e/ou centros de recursos e os equipamentos desportivos.

De modo a assegurar a coerência da atuação, recomenda-se que a gestão do processo de monitorização da Carta Educativa de Penalva do Castelo fique sob a responsabilidade da UOCMEASJT da CMPC, que deverá funcionar em estreita articulação com o CME e garantir a complementaridade com técnicos de outras estruturas orgânicas da autarquia que justifique envolver.

Para a efetivação do processo de monitorização da Carta Educativa, a UOCMEASJT deverá produzir anualmente um documento síntese e enviá-lo para ser objeto de análise por parte do CME. O referido documento versará sobre os seguintes elementos:

- Identificação das principais alterações no quadro legal do sistema educativo;
- Análise das principais transformações na envolvente territorial e socioeconómica;
- Atualização do diagnóstico da Carta Educativa;

- Avaliação do grau de cumprimento do programa de intervenção da Carta Educativa;
- Propostas de alteração (criação, modificação ou eliminação de ações) ao programa de intervenção da Carta Educativa, com a respetiva fundamentação e, quando aplicável, indicação de período de execução e custo.

Algumas considerações finais

Na primeira década do século XXI Portugal entrou numa nova e marcante era das políticas públicas, com o avançar do processo de transformação e reformulação do papel do Estado, que ganhou importância a partir de meados dos anos 80. Na educação foram tomadas iniciativas legislativas concretas para transferir para os municípios um conjunto de competências e responsabilidades, de que tinham estado completamente afastados, até então, no sentido de, por um lado, aproximar as decisões políticas das realidades locais e a educação das dinâmicas locais de desenvolvimento e, por outro lado, procurar ganhos de eficiência e eficácia na gestão de dinheiros públicos, que o processo de globalização económica, cada vez mais desregulado, foi tornando mais escassos e de distribuição e utilização menos claras.

Este processo de transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local atribuiu às autarquias responsabilidades na gestão da rede escolar municipal, o que se traduziu na afirmação da Carta Educativa como o documento estratégico que consubstancia as políticas locais de planeamento da rede escolar.

A Carta Educativa ajuda a estabilizar o sistema educativo local e a encarar o futuro de um modo menos incerto, pois dispõe de uma visão estratégica e de uma correspondente operacionalização e concretização que garante uma resposta eficiente e eficaz aos desafios territoriais (demográficos, socioeconómicos e educativos) e às necessidades atuais e futuras da comunidade educativa local, procurando a melhoria dos seus níveis de educação, qualidade de vida e bem-estar e a promoção de um desenvolvimento local sustentável.

Desde a afirmação deste instrumento desenvolvido à escala local que Portugal tem feito um enorme esforço de qualificação da rede escolar, que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e de qualificação da população que exige uma aposta clara e persistente na resolução dos problemas que têm impedido a convergência com os atuais padrões da UE, nomeadamente no que se refere aos níveis de insucesso e abandono escolar e ao défice de qualificação da população ativa.

Na elaboração da primeira revisão da Carta Educativa, efetuada em 2019, a proposta de intervenção na rede escolar do concelho de Penalva do Castelo, ao nível da rede de infraestruturas escolares, não previa alterações estruturais ao parque escolar e recomendava a manutenção dos cinco estabelecimentos de educação e ensino da rede pública existentes no território municipal enquanto a população escolar assumisse uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento.

Aproximadamente seis anos depois, e reconhecendo a premência de medidas de diferenciação positiva que respeitem as especificidades dos territórios interiores de baixa densidade, para, por um lado, contrariar as dinâmicas territoriais regressivas dominantes, e, por outro lado, promover um ordenamento do espaço consentâneo com a coesão social e o desenvolvimento local sustentável, a proposta de intervenção na rede escolar apresentada na segunda revisão da Carta Educativa defende novamente a manutenção do parque escolar municipal, que se encontra perfeitamente ajustado às necessidades educativas presentes, mas, principalmente, às características e exigências territoriais.

Assente na atualização do diagnóstico dos principais indicadores demográficos, socioeconómicos e educativos e na estabilização de um processo de monitorização sistemática das dinâmicas do sistema educativo que permita, simultaneamente, identificar atempadamente desvios face ao previsto e adotar medidas corretivas, salvaguardando, deste modo, que os propósitos inicialmente estabelecidos possam vir a ser alcançados, a elaboração da Carta Educativa de Penalva do Castelo vai dotar o território de um

instrumento de planeamento estratégico que o habilita a enfrentar os desafios territoriais dos próximos 10 anos.

Referências bibliográficas

Bandeira, M. L. (2004). *Demografia - Objecto, teorias e métodos*. Escolar Editora;

Bandeira, M. L. (Dir.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e perspectivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Carrilho, M. (1990). Perspectivas de evolução da população residente no continente até ao ano 2010. *Planeamento*, 12 (1/2), 29-48;

Carrilho, M. (2005). Metodologia de cálculo das projecções demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 37, 5-24;

CMPC (2019). Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2021-2030 - Caderno I. CMPC;

EU/AWG (2014). *The 2015 ageing report underlying assumptions and projection methodologies*. European Commission;

Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991 - 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 34;

- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas demográficas: Uma visão panorâmica. In C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades* (pp. 50-71). Círculo de Leitores e Autores;
- Haub, C. (1987). *Understanding population projections*. Population Reference Bureau;
- Martins, É. (Coord.) (2000). *Critérios de reordenamento da rede educativa*. ME/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento;
- Martins, É. (Coord.) (2000). *Manual para a elaboração da Carta Educativa*. ME/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento;
- ME (2021). *Guião para elaboração da Carta Educativa*. DGEEC, DGEstE e IGeFE;
- Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S., & Ribeiro, F. (2013). An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland. In J. Lita da Silva, F. Caeiro, I. Natário, & C. A. Braumann (Eds), *Advances in regression, survival analysis, extreme values, markov processes and other statistical applications*. Springer;
- Mendes, M. F., & Rosa M. J. V. (2012). *Projeções 2030 e o futuro. Encontro presente no futuro*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Edições Presença;
- Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A ciência da população*. Editorial Presença;
- Oliveira, I. T., & Mendes, M. F. (2010). A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007. *Análise Social*, 194, 115-138;
- O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M., & Ezra, M. (2001). A guide to global population projections. *Demographic Research*, 4, 203-288;
- Preston, S. H., Heuveline, P., & Guillot, M. (2001). *Demography. Measuring and modeling population processes*. Blackwell Publishing;
- Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- Rosa, M. J. V., & Chitas, P. (2013). *Portugal e a europa: Os números*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Santos, L. (2023a). *Planificação e Organização de Recursos e Práticas Educativas para um Desenvolvimento Territorial Sustentado. Novos Modelos de Incidência Municipal* [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra; <https://hdl.handle.net/10316/114324>

Santos, L., Alcoforado, L., & Cordeiro, A. M. R. (2023b). A assunção de competências e responsabilidades pelos municípios portugueses no domínio do planeamento da rede escolar na perspetiva dos responsáveis políticos locais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 57; <https://doi.org/10.14195/1647-86145707>

Torres, A. (1996). *Demografia e desenvolvimento: Elementos básicos*. Gradiva.

Documentos legais

Aviso n.º 5880/2024/2, de 18 de março (2024). Diário da República: 2.ª série, n.º 55. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/5880-2024-855804747>

Aviso n.º 9736/2015, de 27 de agosto (2015). Diário da República: 2.ª série, n.º 167. <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2015/08/167000000/2476224763.pdf>

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. (2019). Diário da República: 1.ª Série, n.º 21. <https://files.dre.pt/1s/2019/01/02100/0067400749.pdf>

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. (2018). Diário da República: 1.ª série, n.º 129. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/07/12900/0291802928.pdf>

Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto. (2007). Diário da República: 1.ª série, n.º 161. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2007/08/16100/0559705600.pdf>

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. (2003). Diário da República: I Série - A, n.º 12. <https://files.dre.pt/1s/2003/01/012a00/01300137.pdf>

Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho. (2015). Diário da República: 2.ª série, n.º 148. <https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2014/01/Despacho8452A2015ASE.pdf>

Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho (2019). Diário da República: 2.ª Série, n.º 107. <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2019/06/107000000/1700817009.pdf>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. (2018). Diário da República: 1.ª série, n.º 157. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/08/15700/0410204108.pdf>

Lei n.º 65/2015, de 3 de julho. (2015). Diário da República: 1.ª Série, n.º 128.
<https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/lei6520153julho.pdf>

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. (2013). Diário da República: 1.ª série, n.º 19.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/01/01901/0000200147.pdf>

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. (2009). Diário da República: 1.ª Série, n.º 166.
<https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei852009.pdf>

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro. (1999). Diário da República: I Série - A, n.º 215.
<https://files.dre.pt/1s/1999/09/215a00/63016307.pdf>

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro. (1997). Diário da República: I Série - A, n.º 34.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1997/02/034a00/06700673.pdf>

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril. (1990). Diário da República: I Série, n.º 98.
<https://files.dre.pt/1s/1990/04/09801/00020019.pdf>

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. (1986). Diário da República: I Série, n.º 237.
<https://files.dre.pt/1s/1986/10/23700/30673081.pdf>

Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro. (2024). Diário da República: 1.ª série, n.º 18.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/18-2024-838972841>

Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro. (2017). Diário da República: 1.ª série, n.º 177.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2017/09/17701/0000200004.pdf>

Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. (2015). Diário da República: 2.ª série, n.º 164.
<https://files.diariodarepublica.pt/2s/2015/08/164000003/0000800011.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho. (2010). Diário da República: 1.ª série, n.º 113.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2010/06/11300/0199701998.pdf>

Bases de dados eletrónicas

www.cartasocial.pt

www.dge.mec.pt/plataformas-jne

www.dgeec.mec.pt

www.gesedu.pt/PesquisaRede

www.iefp.pt

www.ine.pt

www.ipma.pt

www.pordata.pt

Índice de figuras

Figura 1. População residente entre 1950 e 2021.	40
Figura 2. População residente entre 2001 e 2024.	42
Figura 3. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.	43
Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.	45
Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.	46
Figura 6. Crescimento natural entre 2001 e 2023.	47
Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2021.....	49
Figura 8. Crescimento natural por freguesia em 2011.....	49
Figura 9. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.....	50
Figura 10. População estrangeira com estatuto legal de residente, entre 2008 e 2023. ...	52
Figura 11. População estrangeira com estatuto legal de residente, por grupo de países, em 2023.	53
Figura 12. População residente, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	54
Figura 13. Pirâmide etária da população residente em 2011 e 2021.	56
Figura 14. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2011.	56

Figura 15. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2021.....	56
Figura 16. Pirâmide etária da população residente em 1950 e 2021.....	56
Figura 17. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.	57
Figura 18. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.	59
Figura 19. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021.	60
Figura 20. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021.	62
Figura 21. Provável evolução da população residente no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).....	71
Figura 22. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041 (cenário “base/normal”).....	71
Figura 23. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).....	73
Figura 24. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).....	74
Figura 25. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).....	75
Figura 26. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).....	76
Figura 27. Provável evolução dos nados-vivos no concelho entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).....	79
Figura 28. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	81
Figura 29. Provável população residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	82
Figura 30. Pirâmide etária da população no	84
Figura 31. Pirâmide etária da população no	84
Figura 32. Pirâmide etária da população no	85
Figura 33. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho entre 2021 e 2041.	85
Figura 34. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho, segundo o sexo, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	86
Figura 35. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	90
Figura 36. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).....	90

Figura 37. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	92
Figura 38. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021 (cenário “base/normal”).	94
Figura 39. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.	97
Figura 40. População ativa, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.	97
Figura 41. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.	99
Figura 42. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.	99
Figura 43. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.	100
Figura 44. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.	101
Figura 45. Evolução da taxa de emprego entre 2001 e 2021.	110
Figura 46. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2001 e 2021.	110
Figura 47. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021 e meta estratégia Europa 2030.	111
Figura 48. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia, e meta estratégia Europa 2030.	112
Figura 49. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia e o sexo, e meta estratégia Europa 2030.	113
Figura 50. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.	113
Figura 51. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.	114
Figura 52. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.	114
Figura 53. Evolução da população desempregada entre 2013 e 2023 (maio).	115
Figura 54. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2021.	118
Figura 55. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.	118
Figura 56. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.	119
Figura 57. Poder de compra <i>per capita</i> em 2021.	121
Figura 58. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> entre 2004 e 2021.	122
Figura 59. População residente, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.	123
Figura 60. População residente, segundo o nível de ensino superior, em 2021.	123

Figura 61. População residente por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.....	124
Figura 62. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.	124
Figura 63. População residente analfabeta, com 10 ou mais anos, por freguesia em 2011 e 2021.....	125
Figura 64. População residente analfabeta, com 10 ou mais anos, por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	126
Figura 65. Taxa de analfabetismo em 2011 e 2021.....	126
Figura 66. Taxa de analfabetismo, segundo o sexo, em 2021.....	127
Figura 67. Taxa de analfabetismo por freguesia em 2011 e 2021.	127
Figura 68. Taxa de analfabetismo por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	128
Figura 69. Estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	135
Figura 70. Acessibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	136
Figura 71. Segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	137
Figura 72. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.	139
Figura 73. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.	140
Figura 74. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.	140
Figura 75. Frequência por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.....	143
Figura 76. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	145
Figura 77. Variação da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	145
Figura 78. Evolução da frequência na educação pré-escolar entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	147
Figura 79. Evolução da frequência na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	147

Figura 80. Evolução da frequência na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	147
Figura 81. Evolução da frequência no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	148
Figura 82. Evolução da frequência na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	148
Figura 83. Evolução da frequência no 1.º CEB entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	149
Figura 84. Evolução da frequência na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	150
Figura 85. Evolução da frequência na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	150
Figura 86. Evolução da frequência na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	151
Figura 87. Evolução da frequência na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	151
Figura 88. Evolução da frequência no 2.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	152
Figura 89. Evolução da frequência no 3.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	153
Figura 90 [A a C]. Evolução da frequência no ensino secundário no concelho por modalidade entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	155
Figura 91. Provável evolução da população residente em idade escolar no concelho entre 2021 e 2041 (modelo 2).	176
Figura 92. População escolar potencial na educação pré-escolar no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.	178
Figura 93. População escolar potencial no 1.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.....	179
Figura 94. População escolar potencial no 2.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.....	180
Figura 95. População escolar potencial no 3.º CEB no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.....	181
Figura 96. População escolar potencial no ensino secundário no concelho entre os anos letivos 2020/2021 e 2041/2042.	182

Figura 97. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	183
Figura 98. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB de Matemática e Português entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	184
Figura 99. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	185
Figura 100. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Biologia e Geologia entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	187
Figura 101. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Geometria Descritiva entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	187
Figura 102. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de História A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	187
Figura 103. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Matemática A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	188
Figura 104. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Matemática Aplicada às Ciências Sociais entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	188
Figura 105. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Português entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	188
Figura 106. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Física e Química A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	190
Figura 107. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Filosofia entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	191
Figura 108. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Geografia A entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	191
Figura 109. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário de Inglês entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	192
Figura 110. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023	192
Figura 111. Taxa de retenção e desistência, no ensino básico, no ano letivo 2022/2023.	193
Figura 112. Taxa de retenção e desistência, no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.	193
Figura 113. Taxa de retenção e desistência, segundo o sexo, no ensino básico, no ano letivo 2022/2023.	194

Figura 114. Taxa de retenção e desistência, segundo o sexo, no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.	194
Figura 115. Evolução da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	198
Figura 116. Evolução da taxa de retenção e desistência, no ensino básico, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	199
Figura 117. Evolução da taxa de retenção e desistência, no ensino secundário, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	199
Figura 118. Distribuição das crianças/alunos com necessidades educativas específicas por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	203
Figura 119. Evolução do pessoal docente entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	222
Figura 120. Evolução do pessoal docente, segundo o nível de educação e ensino, entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	222
Figura 121. Pessoal docente, segundo o tipo de vínculo, no ano letivo 2024/2025.	223
Figura 122. Pessoal docente, segundo os grupos etários, no ano letivo 2024/2025.	224
Figura 123. Pessoal docente, segundo as habilitações literárias, no ano letivo 2024/2025.	224
Figura 124. Evolução do pessoal não docente entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	225
Figura 125. Pessoal não docente, segundo a carreira e categoria, no ano letivo 2024/2025.	226
Figura 126. Pessoal não docente, segundo os grupos etários, no ano letivo 2024/2025.	227
Figura 127. Pessoal não docente, segundo as habilitações literárias, no ano letivo 2024/2025.	227
Figura 128. Frequência real e potencial na resposta social de creche entre os anos letivos 2020/2021e 2024/2025.	231
Figura 129. Frequência real e potencial na resposta social de creche por freguesia no ano letivo 2024/2025.	232

Índice de mapas

Mapa 1. Enquadramento geográfico.	36
Mapa 2. Hipsometria.	37
Mapa 3. Declives.	38
Mapa 4. População residente em 2021 por freguesia.	44
Mapa 5. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.	45
Mapa 6. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.	46
Mapa 7. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.	58
Mapa 8. Índice de dependência total por freguesia em 2021.	60
Mapa 9. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.	61
Mapa 10. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.	62
Mapa 11. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).	73
Mapa 12. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).	75

Mapa 13. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).....	76
Mapa 14. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia (cenário “base/normal”).....	80
Mapa 15. Índice de envelhecimento provável em 2031 por freguesia (cenário “base/normal”).....	89
Mapa 16. Índice de dependência total provável por freguesia em 2031 (cenário “base/normal”).....	89
Mapa 17. Rede escolar no ano letivo 2024/2025.	134
Mapa 18. Fluxos escolares na educação pré-escolar na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.....	158
Mapa 19. Fluxos escolares na educação pré-escolar na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	158
Mapa 20. Fluxos escolares no Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	159
Mapa 21. Fluxos escolares na educação pré-escolar na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	159
Mapa 22. Fluxos escolares no 1.º CEB na Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	162
Mapa 23. Fluxos escolares no 1.º CEB na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	162
Mapa 24. Fluxos escolares na Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	163
Mapa 25. Fluxos escolares no 1.º CEB na Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	163
Mapa 26. Fluxos escolares no 2.º CEB na Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	165
Mapa 27. Fluxos escolares no 3.º CEB na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	167
Mapa 28. Fluxos escolares no ensino secundário na Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo no ano letivo 2024/2025.	169
Mapa 29. Rede de creches no ano letivo 2024/2025.....	228
Mapa 30. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB público.....	280

Índice de quadros

Quadro 1. População residente entre 1950 e 2021.	41
Quadro 2. População residente entre 2001 e 2024.	42
Quadro 3. População residente segundo a nacionalidade, por freguesia, em 2021.	51
Quadro 4. População estrangeira com estatuto legal de residente, segundo a nacionalidade, em 2023.	53
Quadro 5. População residente, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	55
Quadro 6. Cenário “base/normal”.	67
Quadro 7. Cenário “otimista”.	68
Quadro 8. Cenário “desejável”.	69
Quadro 9. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041 (cenário “base/normal”).	72
Quadro 10. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	74
Quadro 11. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	77

Quadro 12. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	79
Quadro 13. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	81
Quadro 14. População residente e sobreviventes no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	83
Quadro 15. População residente e variação populacional no concelho, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	84
Quadro 16. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	87
Quadro 17. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	88
Quadro 18. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	91
Quadro 19. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	93
Quadro 20. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021 (cenário “base/normal”).	95
Quadro 21. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	98
Quadro 22. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.	102
Quadro 23. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.	104
Quadro 24. Profissões com um maior número de população empregada em 2021.	105
Quadro 25. Proporção da população ativa que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	108
Quadro 26. Proporção da população residente que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	109
Quadro 27. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2001 e 2021.	111
Quadro 28. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.	117
Quadro 29. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.	118
Quadro 30. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.	119

Quadro 31. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.....	120
Quadro 32. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.	121
Quadro 33. Taxa de analfabetismo em 2021.....	129
Quadro 34. Oferta escolar por tipologia no ano letivo 2024/2025.....	132
Quadro 35. Oferta escolar por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	132
Quadro 36. Oferta escolar por tipologia e freguesia no ano letivo 2024/2025.	133
Quadro 37. Oferta escolar por nível de educação e ensino e freguesia no ano letivo 2024/2025.....	133
Quadro 38. Estado de conservação dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	135
Quadro 39. Acessibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.....	136
Quadro 40. Segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.....	137
Quadro 41. Salas de atividade/aula no ano letivo 2024/2025.....	138
Quadro 42. Estabelecimentos de 1.º CEB com menos de quatro salas de aula no ano letivo 2024/2025.....	138
Quadro 43. Espaços escolares de apoio nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	141
Quadro 44. Frequência por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	143
Quadro 45. Frequência por freguesia e nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	144
Quadro 46. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	145
Quadro 47. Distribuição da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento e idade no ano letivo 2024/2025.	146
Quadro 48. Distribuição da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.....	149
Quadro 49. Distribuição da frequência no 2.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.....	152

Quadro 50. Distribuição da frequência no 3.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.	153
Quadro 51. Distribuição da frequência no ensino secundário por ano de escolaridade e curso no ano letivo 2024/2025.	154
Quadro 52. Fluxos escolares na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.....	157
Quadro 53. Fluxos escolares no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.	161
Quadro 54. Fluxos escolares no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.	164
Quadro 55. Fluxos escolares no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.	166
Quadro 56. Fluxos escolares no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.....	168
Quadro 57. Fluxos escolares por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025. .	169
Quadro 58. População escolar real e potencial no ano letivo 2024/2025 e variação, por nível de educação e ensino, segundo os modelos de projeção.	173
Quadro 59. População escolar real e potencial e variação, por nível de educação e ensino e ano de escolaridade, segundo os modelos de projeção.	175
Quadro 60. Provável evolução da população residente em idade escolar no concelho entre 2021 e 2041 (modelo 2).	176
Quadro 61. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	183
Quadro 62. Evolução das médias das provas finais do 3.º CEB de Matemática e Português, por estabelecimento de ensino, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	184
Quadro 63. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	186
Quadro 64. Evolução das médias dos exames finais do ensino secundário, por exame, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.	189
Quadro 65. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no ano letivo 2022/2023.	193
Quadro 66. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no sexo masculino, no ano letivo 2022/2023.	194
Quadro 67. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, no sexo feminino, no ano letivo 2022/2023.	195
Quadro 68. Taxa de retenção e desistência, no ensino básico, no ano letivo 2022/2023	196
Quadro 69. Taxa de retenção e desistência, no ensino secundário, no ano letivo 2022/2023.	197

Quadro 70. Evolução da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino, entre os anos letivos 2018/2019 e 2022/2023.....	198
Quadro 71. Indicadores de empregabilidade no AE de Penalva do Castelo.	200
Quadro 72. Metas Penalva do Castelo 2030.....	201
Quadro 73. Distribuição das crianças/alunos pelas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.....	204
Quadro 74. Distribuição das crianças/alunos pelos recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.....	205
Quadro 75. Distribuição das crianças/alunos pelos planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.....	206
Quadro 76. Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.....	207
Quadro 77. Número de crianças nas AAAP no ano letivo 2024/2025.....	208
Quadro 78. Número de alunos na CAF no ano letivo 2024/2025.....	209
Quadro 79. Número de alunos inscritos nas AEC no ano letivo 2024/2025.....	210
Quadro 80. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.....	210
Quadro 81. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.....	211
Quadro 82. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.....	211
Quadro 83. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.....	212
Quadro 84. Número de alunos inscritos no desporto escolar no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.....	212
Quadro 85. Número de crianças/alunos beneficiários de ação social escolar por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.....	214
Quadro 86. Número de crianças beneficiárias de ação social escolar na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.....	215
Quadro 87. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.....	216
Quadro 88. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.....	216

Quadro 89. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.	217
Quadro 90. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.	217
Quadro 91. Número de crianças/alunos transportados por nível de educação e ensino no ano letivo 2024/2025.	218
Quadro 92. Número de crianças transportadas na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.	219
Quadro 93. Número de alunos transportados no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.	220
Quadro 94. Número de alunos transportados no 2.º CEB no ano letivo 2024/2025.	220
Quadro 95. Número de alunos transportados no 3.º CEB no ano letivo 2024/2025.	221
Quadro 96. Número de alunos transportados no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.	221
Quadro 97. Rede de creches no ano letivo 2024/2025.	228
Quadro 98. Crianças inscritas por idade na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.	229
Quadro 99. Residência das crianças inscritas na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.	230
Quadro 100. Frequência real e potencial na resposta social de creche entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	231
Quadro 101. Frequência real e potencial na resposta social de creche por freguesia no ano letivo 2024/2025.	233
Quadro 102. Salas e capacidade na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.	233
Quadro 103. Síntese dos principais indicadores na resposta social de creche no ano letivo 2024/2025.	234
Quadro 104. Síntese do sistema educativo.	239
Quadro 105. Análise SWOT.	242
Quadro 106. Projetos socioeducativos.	246
Quadro 107. População escolar real e potencial.	272
Quadro 108. Necessidades em termos de salas de atividade/aula.	272
Quadro 109. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB público e áreas de influência.	279
Quadro 110. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.	283
Quadro 111. Calendarização e volume de investimento das intervenções.	285

Índice de anexos

Anexo I. Base de dados atividades complementares de ação educativa (AAAF, CAF, AEC, transportes escolares e ação social escolar).	329
Anexo II. Base de dados recursos humanos (pessoal não docente).	333
Anexo III. Base de dados características físicas e funcionais dos equipamentos educativos.	336
Anexo IV. Base de dados população escolar.....	340
Anexo V. Base de dados freguesias de residência das crianças e dos alunos.....	346
Anexo VI. Base de dados educação inclusiva.....	348
Anexo VII. Base de dados atividades extracurriculares e desporto escolar.....	351
Anexo VIII. Base de dados recursos humanos (pessoal docente).....	353
Anexo IX. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.....	356
Anexo X. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2021.	357
Anexo XI. Crescimento natural no concelho entre 2001 e 2022.	358
Anexo XII. Crescimento natural por freguesia em 2011 e 2021.	359
Anexo XIII. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.	360

Anexo XIV. População residente no concelho, segundo o sexo e o grupo etário, em 1950, 2001, 2011 e 2021.....	361
Anexo XV. Índice de envelhecimento e índice de dependência por freguesia em 2011 e 2021.....	362
Anexo XVI. População ativa por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021....	363
Anexo XVII. População empregada por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.	364
Anexo XVIII. População empregada por freguesia, segundo o nível de escolaridade, em 2021.....	365
Anexo XIX. População empregada por freguesia, segundo o setor de atividade económica, em 2021.....	366
Anexo XX. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	367
Anexo XXI. Taxa de desemprego por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.....	368
Anexo XXII. População residente por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.....	369
Anexo XXIII. População residente por freguesia, segundo o nível de ensino superior, em 2021.....	370
Anexo XXIV. População residente, com 15 e mais anos de idade, por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.....	371
Anexo XXV. População residente analfabeta, com 10 ou mais anos, por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.....	372
Anexo XXVI. Taxa de analfabetismo por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.....	373
Anexo XXVII. Rede escolar no ano letivo 2024/2025.....	374
Anexo XXVIII. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.	374
Anexo XXIX. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.	375
Anexo XXX. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.....	375
Anexo XXXI. Evolução da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento de educação entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	376
Anexo XXXII. Evolução da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	376

Anexo XXXIII. Evolução da frequência no 2.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	377
Anexo XXXIV. Evolução da frequência no 3.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.....	377
Anexo XXXV. Evolução da frequência no ensino secundário entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.	377
Anexo XXXVI. População escolar potencial na educação pré-escolar por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2026/2027 e variação (modelo 1).....	378
Anexo XXXVII. População escolar potencial no 1.º CEB por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2029/2030 e variação (modelo 1).....	380
Anexo XXXVIII. População escolar potencial no 2.º CEB por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2033/2034 e variação (modelo 1).....	382
Anexo XXXIX. População escolar potencial no 3.º CEB por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2035/2036 e variação (modelo 1).....	385
Anexo XL. População escolar potencial no ensino secundário por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2038/2039 e variação (modelo 1).	388

Anexos

Anexo I. Base de dados atividades complementares de ação educativa (AAAF, CAF, AEC, transportes escolares e ação social escolar).



Carta educativa de Penalva do Castelo

Pede-se o preenchimento das seguintes bases de dados relativas às atividades de animação e de apoio à família, à componente de apoio à família, às atividades de enriquecimento curricular, aos transportes escolares e à ação social escolar dos estabelecimentos de educação ou ensino do município de Penalva do Castelo.

Para qualquer dúvida/esclarecimento contactar: Lúcia Santos | luciarsantos@multiaveiro.pt | 912968781

Muito obrigada!

Iniciar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

1) Número de crianças nas AAAF (educação pré-escolar) por estabelecimento de educação no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação	N.º de crianças
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo	
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2) Número de alunos nas CAF (1.º CEB) por estabelecimento de ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	N.º de alunos
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

3) Número de alunos nas AEC (1.º CEB) por estabelecimento de ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Atividade	N.º de alunos

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

4) Número de crianças/alunos transportados por estabelecimento de educação ou ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação ou ensino	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)				
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo					
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo					
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo					
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo					
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo					
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo					

[Continuar o preenchimento](#)

Carta educativa de Penalva do Castelo

5) Número de crianças/alunos beneficiários por estabelecimento de educação ou ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação ou ensino	EPE		1.º CEB				2.º CEB		3.º CEB		Ensino secundário	
	Refeição		Refeição		Material escolar		Refeição		Refeição		Refeição	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
	(n.º)											
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo												
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo												
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo												
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo												
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo												
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo												

Anexo II. Base de dados recursos humanos (pessoal não docente).



Carta educativa de Penalva do Castelo

Pede-se o preenchimento das seguintes bases de dados relativas ao pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

Para qualquer dúvida/esclarecimento contactar: Lúcia Santos | luciarsantos@multiaveiro.pt | 912968781

Muito obrigada!

[Iniciar o preenchimento](#)

Carta educativa de Penalva do Castelo

1) Pessoal não docente por estabelecimento e carreira e categoria entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

AE	2020/2021					2021/2022				
	Assistente operacional		Assistente técnico		Técnico superior	Assistente operacional		Assistente técnico		Técnico superior
	Assistente operacional	Encarregado operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico		Assistente operacional	Encarregado operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	
	(n.º)									
Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo										

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2022/2023					2023/2024				
Assistente operacional		Assistente técnico		Técnico superior	Assistente operacional		Assistente técnico		Técnico superior
Assistente operacional	Encarregado operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico		Assistente operacional	Encarregado operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	
(n.º)									

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2024/2025				
Assistente operacional		Assistente técnico		Técnico superior
Assistente operacional	Encarregado operacional	Assistente técnico	Coordenador técnico	
(n.º)				

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2) Caracterização do pessoal não docente por AE/estabelecimento de educação ou ensino particular no ano letivo 2024/2025.

AE	Entidade empregadora		Tipo de vínculo		
	Câmara municipal	ME	Contrato a termo resolutivo certo	Contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
	(n.º)				
Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo					

Carta educativa de Penalva do Castelo

Grupo etário									
≤24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	≥65
(n.º)									

Carta educativa de Penalva do Castelo

Habilitação literária							
1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
(n.º)							

Anexo III. Base de dados características físicas e funcionais dos equipamentos educativos.

Estabelecimento de educação e ensino	Estado de conservação														
	Exterior					Interior					Mobiliário				
	Muito bom	Bom	Razoável	Mau	Muito mau	Muito bom	Bom	Razoável	Mau	Muito mau	Muito bom	Bom	Razoável	Mau	Muito mau
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo															
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo															
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo															
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo															
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo															
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo															

Barreiras arquitetónicas					
Exteriores			Interiores		
Sim	Não	Adaptado	Sim	Não	Adaptado

Segurança							
Sinalização exterior						Plano de emergência	
Barras de segurança		Passadeira		Sinalização vertical		Sim	Não
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		

Educação pré-escolar

Estabelecimento de educação	Salas		Turmas
	Com grupo	Sem grupo	
	(n.º)		
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo			
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo			
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo			
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo			
Total			

1.º CEB

Estabelecimento de ensino	Salas		Turmas
	Com turma	Sem turma	
	(n.º)		
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo			
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo			
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo			
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo			
Total			

2.º e 3.º CEB e ensino secundário

Estabelecimento de ensino	Salas		Turmas
	Com turma	Sem turma	
	(n.º)		
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo			
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo			
Total			

Estabelecimento de educação e ensino	Salas específicas		Instalações desportivas	
	Ensino especial	Sala de informática	Pavilhão gimnodesportivo	Campo polidesportivo
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo				
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo				
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo				
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo				
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo				
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo				

Outros espaços							
Biblioteca	Refeitório	Cozinha/copa	Sala polivalente	Recreio coberto	Recreio descoberto	Espaço verde	Parque infantil

Anexo IV. Base de dados população escolar.



Carta educativa de Penafiel do Castelo

Pede-se o preenchimento das seguintes bases de dados relativas à população escolar dos estabelecimentos de educação ou ensino do município de Penafiel do Castelo.

Para qualquer dúvida/esclarecimento contactar: Lúcia Santos | luciarsantos@multiaveiro.pt | 912968781

Muito obrigada!

Iniciar o preenchimento

Estabelecimento de educação ou ensino	2020/2021													
	EPE	1.º CEB		2.º CEB				3.º CEB					Ensino secundário	
		Regular	CAE	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	CCH
		(n.º)												
Escola Básica de Castelo de Penafiel, Penafiel do Castelo														
Escola Básica de Ínsua, Penafiel do Castelo														
Escola Básica e Secundária de Penafiel do Castelo														
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penafiel do Castelo														
Escola Básica de Roriz, Penafiel do Castelo														
Escola Básica de Sezures, Penafiel do Castelo														

Continuar o preenchimento

2021/2022																
EPE	1.º CEB		2.º CEB					3.º CEB					Ensino secundário			
	Regular	CAE	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	CCH	CP	CAE	CEF
(n.º)																

Continuar o preenchimento

2022/2023																
EPE	1.º CEB		2.º CEB					3.º CEB					Ensino secundário			
	Regular	CAE	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	CCH	CP	CAE	CEF
(n.º)																

Continuar o preenchimento

2023/2024																
EPE	1.º CEB		2.º CEB				3.º CEB				Ensino secundário					
	Regular	CAE	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	CCH	CP	CAE	CEF
(3.º)																

Continuar o preenchimento

2024/2025																
EPE	1.º CEB		2.º CEB				3.º CEB				Ensino secundário					
	Regular	CAE	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	Regular	CAE	CEF	PCA	PIEF	CCH	CP	CAE	CEF
(3.º)																

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2) População escolar por estabelecimento, nível de educação ou ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2024/2025.

Nota:
Incluir o ensino regular e as outras ofertas/modalidades educativas para jovens.

Estabelecimento de educação ou ensino	EPE			1.º CEB				2.º CEB		3.º CEB			Ensino secundário		
	3 anos	4 anos	5 anos	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano
	(n.º)														
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo															
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo															
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo															
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo															
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo															
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo															

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

3) População escolar por estabelecimento de ensino nos CAE no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação ou ensino	Curso	1.º CEB		2.º CEB		3.º CEB		Ensino secundário		Regime supletivo	Cursos livres
		Regime integrado	Regime articulado	Regime integrado	Regime articulado	Regime integrado	Regime articulado	Regime integrado	Regime articulado		
		(n.º)									
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo											
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo											
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo											
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo											
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo											
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo											

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

4) Número de alunos por estabelecimento de ensino nos CCH no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Curso	10.º ano	11.º ano	12.º ano
		(n.º)		
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo				

[Continuar o preenchimento](#)

Carta educativa de Penalva do Castelo

5) Número de alunos por estabelecimento de ensino nos CP no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Curso	10.º ano	11.º ano	12.º ano
		(n.º)		
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo				

Carta educativa de Penalva do Castelo

1) Freguesia de residência da população escolar por estabelecimento e nível de educação ou ensino no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo		Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo		
	Educação pré-escolar	1.º CEB	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB
	(n.º de crianças/alunos)				
Castelo de Penalva					
Esmolfe					
Germil					
Ínsua					
Lusinde					
Pindo					
Real					
Sezures					
Trancozelos					
UF Antas e Matela					
UF Vila Cova do Covelo e Mareco					
Outros municípios. Quais? (Indicar município e freguesia)					

Notas:

Incluir o ensino regular e as outras ofertas/modalidades educativas para jovens;
O total de crianças/alunos deve corresponder à população escolar indicada na frequência (anexo2_pop_esc).

Carta educativa de Penalva do Castelo

[illegible]

Anexo VI. Base de dados educação inclusiva.



Carta educativa de Penalva do Castelo

Pede-se o preenchimento das seguintes bases de dados relativas à educação inclusiva nos estabelecimentos de educação ou ensino do município de Penalva do Castelo.

Para qualquer dúvida/esclarecimento contactar: Lúcia Santos | luciarsantos@multiaveiro.pt | 912968781

Muito obrigada!

[Iniciar o preenchimento](#)

Carta educativa de Penalva do Castelo

Nota:

Embora as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão se encontrem organizadas em três níveis de intervenção - universais, seletivas e adicionais -, solicitamos que, no preenchimento dos quadros, sejam consideradas apenas as crianças/alunos enquadradas nas medidas seletivas e adicionais, uma vez que, as medidas universais, em concordância com os princípios preconizados pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, são orientadas para todas as crianças/alunos, não dependendo da identificação de necessidades educativas específicas de intervenção.

1) População escolar com necessidades educativas específicas por estabelecimento e nível de educação ou ensino no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação ou ensino	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)				
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo					
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo					
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo					
Jardim de Infância de Pindo de Baixo, Penalva do Castelo					
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo					
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo					

2) População escolar por medida de suporte à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Medida de suporte à aprendizagem e à inclusão		N.º de crianças/alunos
Seletivas	Percursos curriculares diferenciados	
	Adaptações curriculares não significativas	
	Apoio psicopedagógico	
	Antecipação e o reforço das aprendizagens	
	Apoio tutorial	
Adicionais	Frequência do ano de escolaridade por disciplinas	
	Adaptações curriculares significativas	
	Plano individual de transição	
	Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado	
	Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social	

3) População escolar por recurso de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Recurso de apoio à aprendizagem e à inclusão		N.º de crianças/alunos
Recurso organizacional específico	Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva	
	Centro de apoio à aprendizagem	
	Escolas de referência no domínio da visão	
	Escolas de referência para a educação bilingue	
	Escolas de referência para a intervenção precoce na infância	
	Centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação	
Recurso específico existente na comunidade a mobilizar	ELI	
	CRI	
	Outro(s):	

4) Recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão no ano letivo 2024/2025.

Recurso		N.º
Docente de educação especial		
Psicólogo(a)		
Terapeuta da fala		
Terapeuta ocupacional		
Fisioterapeuta		
Assistente técnico		
Assistente operacional		
Outro(s):		

5) População escolar com NSE/PSI no ano letivo 2024/2025.

N.º

6) População escolar com PEI no ano letivo 2024/2025.

N.º

7) População escolar com PIT no ano letivo 2024/2025.

N.º

Anexo VII. Base de dados atividades extracurriculares e desporto escolar.



Carta educativa de Penalva do Castelo

Pede-se o preenchimento das seguintes bases de dados relativas às atividades extracurriculares e ao desporto escolar nos estabelecimentos de educação ou ensino do município de Penalva do Castelo.

Para qualquer dúvida/esclarecimento contactar: Lúcia Santos | luciarsantos@multiaveiro.pt | 912968781

Muito obrigada!

Iniciar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

1) Número de alunos nas atividades extracurriculares no ano letivo 2024/2025.

Atividade	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)		
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo			
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo			

[Continuar o preenchimento](#)

Carta educativa de Penalva do Castelo

2) Número de alunos no desporto escolar no ano letivo 2024/2025.

Modalidade	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)		
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo			
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo			

Anexo VIII. Base de dados recursos humanos (pessoal docente).



Carta educativa de Penalva do Castelo

Pede-se o preenchimento das seguintes bases de dados relativas ao pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

Para qualquer dúvida/esclarecimento contactar: Lúcia Santos | luciarsantos@multiaveiro.pt | 912968781

Muito obrigada!

Iniciar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

1) Pessoal docente no agrupamento de escolas entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

AE	2020/2021			
	EPE	1.º CEB	2.º e 3.º CEB e ensino secundário	Educação inclusiva
	(n.º)			
Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo				

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2021/2022				2022/2023			
EPE	1.º CEB	2.º e 3.º CEB e ensino secundário	Educação inclusiva	EPE	1.º CEB	2.º e 3.º CEB e ensino secundário	Educação inclusiva
(n.º)							

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2023/2024				2024/2025			
EPE	1.º CEB	2.º e 3.º CEB e ensino secundário	Educação inclusiva	EPE	1.º CEB	2.º e 3.º CEB e ensino secundário	Educação inclusiva
(n.º)							

Continuar o preenchimento

Carta educativa de Penalva do Castelo

2) Caracterização do pessoal docente no agrupamento de escolas no ano letivo 2024/2025.

AE	Tipo de vínculo		
	Quadro	Contrato	Outro
	(n.º)		
Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo			

Carta educativa de Penalva do Castelo

Grupo etário									
≤24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	≥65
(n.º)									

Carta educativa de Penalva do Castelo

Habilitação literária			
Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
(n.º)			

Anexo IX. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Unidade territorial	2001	2011	2021
	(n.º)		
Castelo de Penalva	1070	914	812
Esmolfe	485	417	382
Germil	445	427	436
Ínsua	2045	2045	2046
Lusinde	247	189	190
Pindo	2245	1916	1716
Real	294	263	244
Sezures	854	726	606
Trancozelos	332	269	247
UF de Antas e Matela	557	473	403
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	445	317	251
Penalva do Castelo	9019	7956	7333
Viseu Dão Lafões	275934	267633	252777
Centro	1779672	1744554	1653195
Continente	9869343	10047621	9855909

Fonte: INE.

Anexo X. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2021.

Unidade territorial	2001-2011		2011-2021		2001-2021	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	-156	-14,58	-102	-11,16	-258	-24,11
Esmolfe	-68	-14,02	-35	-8,39	-103	-21,24
Germil	-18	-4,04	9	2,11	-9	-2,02
Ínsua	0	0,00	1	0,05	1	0,05
Lusinde	-58	-23,48	1	0,53	-57	-23,08
Pindo	-329	-14,65	-200	-10,44	-529	-23,56
Real	-31	-10,54	-19	-7,22	-50	-17,01
Sezures	-128	-14,99	-120	-16,53	-248	-29,04
Trancozelos	-63	-18,98	-22	-8,18	-85	-25,60
UF de Antas e Matela	-84	-15,08	-70	-14,80	-154	-27,65
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	-128	-28,76	-66	-20,82	-194	-43,60
Penalva do Castelo	-1063	-11,79	-623	-7,83	-1686	-18,69
Viseu Dão Lafões	-8301	-3,01	-14856	-5,55	-23157	-8,39
Centro	-35118	-1,97	-91359	-5,24	-126477	-7,11
Continente	178278	1,81	-191712	-1,91	-13434	-0,14

Fonte: INE.

Anexo XI. Crescimento natural no concelho entre 2001 e 2022.

Anos	N	TN	M	TM	CN	TCN
	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)
2001	58	6,43	133	14,75	-75	-8,32
2002	79	8,94	142	16,06	-63	-7,13
2003	71	8,15	159	18,24	-88	-10,10
2004	84	9,74	129	14,95	-45	-5,22
2005	67	7,86	128	15,02	-61	-7,16
2006	61	7,23	109	12,93	-48	-5,69
2007	58	6,96	120	14,40	-62	-7,44
2008	57	6,93	119	14,47	-62	-7,54
2009	53	6,54	135	16,67	-82	-10,12
2010	48	6,02	132	16,57	-84	-10,54
2011	62	7,79	102	12,82	-40	-5,03
2012	50	6,36	119	15,13	-69	-8,77
2013	44	5,68	132	17,03	-88	-11,35
2014	40	5,23	118	15,43	-78	-10,20
2015	42	5,56	138	18,26	-96	-12,70
2016	42	5,62	121	16,20	-79	-10,57
2017	39	5,27	112	15,12	-73	-9,86
2018	45	6,13	120	16,35	-75	-10,22
2019	28	3,83	108	14,76	-80	-10,94
2020	45	6,11	91	12,35	-46	-6,24
2021	25	3,41	142	19,36	-117	-15,96
2022	32	4,40	141	19,37	-109	-14,97
2023	25	3,41	113	15,39	-88	-11,99

Fonte: INE.

Anexo XII. Crescimento natural por freguesia em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011						2021					
	N	TN	M	TM	CN	TCN	N	TN	M	TM	CN	TCN
	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)
Castelo de Penalva	5	5,47	18	19,69	-13	-14,22	1	1,23	21	25,86	-20	-24,63
Esmolfe	4	9,59	4	9,59	0	0,00	2	5,24	8	20,94	-6	-15,71
Germil	3	7,03	12	28,10	-9	-21,08	2	4,59	13	29,82	-11	-25,23
Ínsua	18	8,80	33	16,14	-15	-7,33	13	6,35	32	15,64	-19	-9,29
Lusinde	3	15,87	1	5,29	2	10,58	0	0,00	3	15,79	-3	-15,79
Pindo	10	5,22	14	7,31	-4	-2,09	6	3,50	26	15,15	-20	-11,66
Real	3	11,41	3	11,41	0	0,00	0	0,00	3	12,30	-3	-12,30
Sezures	10	13,77	5	6,89	5	6,89	0	0,00	7	11,55	-7	-11,55
Trancozelos	4	14,87	2	7,43	2	7,43	0	0,00	4	16,19	-4	-16,19
UF de Antas e Matela	1	2,11	7	14,80	-6	-12,68	1	2,48	22	54,59	-21	-52,11
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	1	3,15	3	9,46	-2	-6,31	0	0,00	3	11,95	-3	-11,95
Penalva do Castelo	62	7,79	102	12,82	-40	-5,03	25	3,41	142	19,36	-117	-15,96
Viseu Dão Lafões	2101	7,85	3012	11,25	-911	-3,40	1579	6,25	3673	14,53	-2094	-8,28
Centro	13514	7,75	19578	11,22	-6064	-3,48	10857	6,57	23547	14,24	-12690	-7,68
Continente	91701	9,13	91701	9,13	0	0,00	75795	7,69	119595	12,13	-43800	-4,44

Fonte: INE.

Anexo XIII. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Unidade territorial	N	M	CN	SM	CE
	(n.º)				
Castelo de Penalva	39	211	-172	70	-102
Esmolfe	22	54	-32	-3	-35
Germil	32	107	-75	84	9
Ínsua	149	374	-225	226	1
Lusinde	9	20	-11	12	1
Pindo	105	208	-103	-97	-200
Real	15	37	-22	3	-19
Sezures	45	75	-30	-90	-120
Trancozelos	22	22	0	-22	-22
UF de Antas e Matela	18	145	-127	57	-70
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	6	50	-44	-22	-66
Penalva do Castelo	462	1303	-841	218	-623
Viseu Dão Lafões	19357	35895	-16538	1682	-14856
Centro	130611	232652	-102041	10682	-91359
Continente	901964	1007754	-105790	-85922	-191712

Fonte: INE.

Anexo XIV. População residente no concelho, segundo o sexo e o grupo etário, em 1950, 2001, 2011 e 2021.

Grupos etários	1950			2001			2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	(n.º)											
0-4	893	878	1771	199	198	397	147	118	265	105	89	194
5-9	815	841	1656	209	218	427	174	153	327	143	114	257
10-14	778	746	1524	283	265	548	195	192	387	164	135	299
15-19	608	657	1265	324	320	644	205	190	395	180	162	342
20-24	513	556	1069	358	305	663	201	190	391	175	163	338
25-29	494	529	1023	283	243	526	190	208	398	127	124	251
30-34	424	413	837	228	221	449	250	229	479	130	133	263
35-39	423	464	887	253	269	522	242	217	459	147	205	352
40-44	375	401	776	278	271	549	227	230	457	258	228	486
45-49	290	413	703	270	283	553	242	266	508	246	226	472
50-54	299	356	655	245	279	524	259	266	525	225	232	457
55-59	246	300	546	240	296	536	245	282	527	238	276	514
60-64	209	317	526	273	283	556	247	290	537	259	286	545
65-69	198	303	501	266	327	593	254	306	560	287	311	598
70-74	162	222	384	263	297	560	256	275	531	256	307	563
75-79	101	179	280	176	252	428	212	288	500	218	295	513
80-84	35	110	145	117	178	295	167	225	392	180	238	418
≥85	22	48	70	86	163	249	102	216	318	169	302	471
Total	6885	7733	14618	4351	4668	9019	3815	4141	7956	3507	3826	7333

Fonte: INE.

Anexo XV. Índice de envelhecimento e índice de dependência por freguesia em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento		Índice de dependência					
			Total		Jovens		Idosos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	(n.º)							
Castelo de Penalva	427,16	664,29	87,68	111,46	16,63	14,58	71,05	96,88
Esmolfe	203,51	369,44	70,90	79,34	23,36	16,90	47,54	62,44
Germil	210,91	281,13	66,80	86,32	21,48	22,65	45,31	63,68
Ínsua	187,81	250,81	64,65	73,98	22,46	21,09	42,19	52,89
Lusinde	325,00	464,71	81,73	102,13	19,23	18,09	62,50	84,04
Pindo	158,76	305,85	58,74	67,91	22,70	16,73	36,04	51,17
Real	358,33	361,54	71,90	96,77	15,69	20,97	56,21	75,81
Sezures	224,47	268,42	72,45	85,89	22,33	23,31	50,12	62,58
Trancozelos	208,82	278,57	64,02	75,18	20,73	19,86	43,29	55,32
UF de Antas e Matela	427,91	748,00	92,28	110,99	17,48	13,09	74,80	97,91
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	816,67	871,43	108,55	118,26	11,84	12,17	96,71	106,09
Penalva do Castelo	235,04	341,73	70,15	82,41	20,94	18,66	49,21	63,76
Viseu Dão Lafões	166,89	246,30	58,84	66,44	22,05	19,19	36,80	47,25
Centro	169,29	236,77	56,56	63,95	21,00	18,99	35,56	44,96
Continente	130,57	184,59	51,65	57,52	22,40	20,21	29,25	37,31

Fonte: INE.

Anexo XVI. População ativa por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	Total
	(n.º)							
Castelo de Penalva	113	86	199	16	55	85	43	199
Esmolfe	79	67	146	8	41	59	38	146
Germil	83	65	148	9	35	67	37	148
Ínsua	440	442	882	56	256	359	211	882
Lusinde	31	29	60	2	23	19	16	60
Pindo	371	280	651	66	167	293	125	651
Real	42	38	80	1	25	32	22	80
Sezures	105	79	184	16	52	77	39	184
Trancozelos	50	37	87	6	19	42	20	87
UF de Antas e Matela	68	52	120	8	30	46	36	120
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	41	31	72	1	20	28	23	72
Penalva do Castelo	1423	1206	2629	189	723	1107	610	2629
Viseu Dão Lafões	54960	52485	107445	7047	32359	44333	23706	107445
Centro	375146	363921	739067	45915	220590	302613	169949	739067
Continente	2318306	2272054	4590360	308776	1445718	1864302	971564	4590360

Fonte: INE.

Anexo XVII. População empregada por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	Total
	(n.º)							
Castelo de Penalva	108	78	186	15	49	80	42	186
Esmolfe	76	66	142	6	39	59	38	142
Germil	79	64	143	9	34	66	34	143
Ínsua	416	398	814	47	234	339	194	814
Lusinde	25	19	44	0	16	14	14	44
Pindo	341	249	590	56	152	273	109	590
Real	41	35	76	1	23	30	22	76
Sezures	101	72	173	15	48	73	37	173
Trancozelos	49	36	85	5	19	42	19	85
UF de Antas e Matela	65	44	109	6	27	44	32	109
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	40	27	67	0	18	26	23	67
Penalva do Castelo	1341	1088	2429	160	659	1046	564	2429
Viseu Dão Lafões	51678	48150	99828	5835	29889	41916	22188	99828
Centro	355521	339612	695133	39319	206270	288368	161176	695133
Continente	2150427	2069996	4220423	251979	1323432	1742614	902398	4220423

Fonte: INE.

Anexo XVIII. População empregada por freguesia, segundo o nível de escolaridade, em 2021.

Unidade territorial	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva	1	93	53	7	32	186
Esmolfe	1	71	44	2	24	142
Germil	4	91	24	2	22	143
Ínsua	5	383	237	11	178	814
Lusinde	2	27	9	3	3	44
Pindo	2	344	144	11	89	590
Real	0	48	21	1	6	76
Sezures	1	113	34	1	24	173
Trancozelos	5	61	13	1	5	85
UF de Antas e Matela	2	64	22	3	18	109
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	2	44	14	1	6	67
Penalva do Castelo	25	1339	615	43	407	2429
Viseu Dão Lafões	727	41286	28317	2004	27494	99828
Centro	5303	274276	199810	15647	200097	695133
Continente	39087	1570836	1222265	98340	1289895	4220423

Fonte: INE.

Anexo XIX. População empregada por freguesia, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Unidade territorial	Primário	Secundário	Terciário			Total
			De natureza social	Relacionados com a atividade económica	Total	
	(n.º)					
Castelo de Penalva	19	58	57	52	109	186
Esmolfe	3	47	49	43	92	142
Germil	7	46	50	40	90	143
Ínsua	24	221	304	265	569	814
Lusinde	5	14	11	14	25	44
Pindo	47	233	142	168	310	590
Real	4	30	18	24	42	76
Sezures	34	60	53	26	79	173
Trancozelos	15	29	22	19	41	85
UF de Antas e Matela	8	38	35	28	63	109
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	7	24	16	20	36	67
Penalva do Castelo	173	800	757	699	1456	2429
Viseu Dão Lafões	3702	28755	32453	34918	67371	99828
Centro	21210	212127	215109	246687	461796	695133
Continente	119877	1064973	1246923	1788650	3035573	4220423

Fonte: INE.

Anexo XX. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	%		
Castelo de Penalva	58,72	40,96	49,44
Esmolfe	75,00	65,66	70,16
Germil	69,72	58,10	64,02
Ínsua	75,67	69,96	72,75
Lusinde	52,27	40,48	46,51
Pindo	71,30	51,78	61,37
Real	73,08	52,38	61,74
Sezures	65,10	47,92	56,66
Trancozelos	73,02	52,24	62,31
UF de Antas e Matela	72,62	46,74	59,09
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	68,97	52,00	61,11
Penalva do Castelo	70,58	56,33	63,32
Viseu Dão Lafões	73,83	64,79	69,13
Centro	75,15	68,92	71,94
Continente	74,11	67,61	70,75

Fonte: INE.

Anexo XXI. Taxa de desemprego por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Castelo de Penalva	6,06	28,07	15,05	4,42	9,3	6,53
Esmolfe	6,38	9,72	7,83	3,8	1,49	2,74
Germil	7,07	28,07	14,74	4,82	1,54	3,38
Ínsua	7,02	16,71	11,65	5,45	9,95	7,71
Lusinde	12,5	32	21,05	19,35	34,48	26,67
Pindo	6,73	18,03	11,22	8,09	11,07	9,37
Real	5,56	22,22	13,13	2,38	7,89	5
Sezures	10,16	27,14	16,16	3,81	8,86	5,98
Trancozelos	10,53	14,29	12,12	2,0	2,7	2,3
UF de Antas e Matela	13,13	14,75	13,75	4,41	15,38	9,17
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	6,12	10,71	7,79	2,44	12,9	6,94
Penalva do Castelo	7,56	18,97	12,38	5,76	9,78	7,61
Viseu Dão Lafões	10,17	13,06	11,52	5,97	8,26	7,09
Centro	9,99	12,08	10,98	5,26	6,8	6,02
Continente	12,51	13,92	13,19	7,24	8,89	8,06

Fonte: INE.

Anexo XXII. População residente por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.

Unidade territorial	Nenhum	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
	(n.º)							
Castelo de Penalva	173	321	92	70	103	7	46	812
Esmolfe	56	137	45	43	65	2	34	382
Germil	86	148	66	61	44	2	29	436
Ínsua	262	600	243	315	373	11	242	2046
Lusinde	27	82	18	30	20	3	10	190
Pindo	282	574	254	227	236	11	132	1716
Real	38	87	24	46	37	1	11	244
Sezures	113	254	75	75	60	1	28	606
Trancozelos	62	89	27	36	26	1	6	247
UF de Antas e Matela	87	176	38	37	37	3	25	403
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	38	121	25	28	25	1	13	251
Penalva do Castelo	1224	2589	907	968	1026	43	576	7333
Viseu Dão Lafões	34564	67617	29140	37210	46023	2005	36218	252777
Região Centro	217731	407580	174032	255270	318647	15652	264283	1653195
Continente	1277641	2107288	1062863	1563731	2028868	98373	1717145	9855909

Fonte: INE.

Anexo XXIII. População residente por freguesia, segundo o nível de ensino superior, em 2021.

Unidade territorial	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva	0	4	31	10	1	46
Esmolfe	1	5	20	8	0	34
Germil	0	0	23	5	1	29
Ínsua	3	15	187	33	4	242
Lusinde	0	0	6	4	0	10
Pindo	2	9	96	23	2	132
Real	0	1	8	2	0	11
Sezures	1	2	20	4	1	28
Trancozelos	1	0	3	2	0	6
UF de Antas e Matela	0	0	20	5	0	25
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	0	2	9	2	0	13
Penalva do Castelo	8	38	423	98	9	576
Viseu Dão Lafões	421	2515	25649	6948	685	36218
Região Centro	2839	19708	178951	54443	8342	264283
Continente	15771	126945	1160374	362737	51318	1717145

Fonte: INE.

Anexo XXIV. População residente, com 15 e mais anos de idade, por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido, em 2021.

Unidade territorial	Nenhum	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
	(n.º)							
Castelo de Penalva	137	316	77	70	103	7	46	756
Esmolfe	33	131	39	42	65	2	34	346
Germil	56	141	51	60	44	2	29	383
Ínsua	113	559	195	305	373	11	242	1798
Lusinde	18	80	13	29	20	3	10	173
Pindo	177	560	214	215	236	11	132	1545
Real	21	84	19	45	37	1	11	218
Sezures	68	233	66	74	60	1	28	530
Trancozelos	46	84	20	36	26	1	6	219
UF de Antas e Matela	72	173	33	35	37	3	25	378
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	30	117	24	27	25	1	13	237
Penalva do Castelo	771	2478	751	938	1026	43	576	6583
Viseu Dão Lafões	16668	63049	23224	36452	46023	2005	36218	223639
Região Centro	99817	377555	135481	250284	318647	15652	264283	1461719
Continente	499245	1907780	810825	1528976	2028868	98373	1717145	8591212

Fonte: INE.

Anexo XXV. População residente analfabeta, com 10 ou mais anos, por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011			2021			2011-2021					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	(n.º)						(n.º)			(%)		
Castelo de Penalva	63	109	172	33	61	94	-30	-48	-78	-47,62	-44,04	-45,35
Esmolfe	15	17	32	5	13	18	-10	-4	-14	-66,67	-23,53	-43,75
Germil	20	22	42	18	21	39	-2	-1	-3	-10,00	-4,55	-7,14
Ínsua	42	93	135	22	39	61	-20	-54	-74	-47,62	-58,06	-54,81
Lusinde	3	12	15	1	3	4	-2	-9	-11	-66,67	-75,00	-73,33
Pindo	75	113	188	39	56	95	-36	-57	-93	-48,00	-50,44	-49,47
Real	17	17	34	5	7	12	-12	-10	-22	-70,59	-58,82	-64,71
Sezures	38	67	105	12	30	42	-26	-37	-63	-68,42	-55,22	-60,00
Trancozelos	18	30	48	10	23	33	-8	-7	-15	-44,44	-23,33	-31,25
UF de Antas e Matela	28	43	71	11	34	45	-17	-9	-26	-60,71	-20,93	-36,62
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	24	27	51	9	7	16	-15	-20	-35	-62,50	-74,07	-68,63
Penalva do Castelo	343	550	893	165	294	459	-178	-256	-434	-51,90	-46,55	-48,60
Viseu Dão Lafões	5299	12707	18006	2907	6823	9730	-2392	-5884	-8276	-45,14	-46,31	-45,96
Região Centro	29881	73470	103351	16823	40721	57544	-13058	-32749	-45807	-43,70	-44,57	-44,32
Continente	147866	325053	472919	86902	188811	275713	-60964	-136242	-197206	-41,23	-41,91	-41,70

Fonte: INE.

Anexo XXVI. Taxa de analfabetismo por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Castelo de Penalva	15,33	23,90	19,84	9,04	14,84	12,11
Esmolfe	8,24	8,37	8,31	2,86	7,07	5,01
Germil	10,87	10,68	10,77	9,23	10,05	9,65
Ínsua	4,84	9,30	7,22	2,48	3,87	3,22
Lusinde	3,80	12,37	8,52	1,14	3,26	2,22
Pindo	8,66	12,61	10,67	4,99	6,71	5,88
Real	14,91	12,88	13,82	4,63	5,79	5,24
Sezures	12,03	18,66	15,56	4,48	10,31	7,51
Trancozelos	15,79	21,90	19,12	9,80	17,56	14,16
UF de Antas e Matela	12,39	18,70	15,63	6,32	15,96	11,63
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	16,78	16,36	16,56	7,89	5,43	6,58
Penalva do Castelo	9,79	14,19	12,10	5,06	8,11	6,67
Viseu Dão Lafões	4,46	9,42	7,09	2,64	5,48	4,15
Região Centro	4,02	8,50	6,38	2,32	5,04	3,75
Continente	3,41	6,79	5,19	2,03	3,95	3,04

Fonte: INE.

Anexo XXVII. Rede escolar no ano letivo 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	Rede	Agrupamento de escolas
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar 1.º CEB	Pública	Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar 1.º e 2.º CEB	Pública	Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo
	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	3.º CEB Ensino secundário	Pública	Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo
Pindo	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar	Pública	Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo
	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	1.º CEB	Pública	Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar 1.º CEB	Pública	Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo

Fonte: Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro, e www.gesedu.pt/PesquisaRede.

Anexo XXVIII. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de educação	Salas de atividade			Grupos	Capacidade	Crianças	Taxa de ocupação
	Com grupo	Sem grupo	Total				
	(n.º)						(%)
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	1	0	1	1	20	8	40
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	4	1	5	4	100	79	79
Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	2	0	2	2	40	25	62,5
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	1	0	1	1	20	14	70
Total	8	1	9	8	180	126	70

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXIX. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Salas de aula			Turmas	Capacidade	Alunos	Taxa de ocupação
	Com turma	Sem turma	Total				
	(n.º)						(%)
Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	2	0	2	2	48	20	41,67
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	7	0	7	7	168	141	83,93
Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	2	2	4	2	96	29	30,21
Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	2	0	2	2	48	29	60,42
Total	13	2	15	13	360	219	60,83

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXX. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário no ano letivo 2024/2025.

Estabelecimento de ensino	Salas de aula			Turmas	Capacidade	Alunos	Taxa de ocupação
	Com turma	Sem turma	Total				
			(n.º)				(%)
Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	6	4	10	6	240	112	46,67
Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	17	11	28	17	672	326	48,51
Total	23	15	38	23	912	438	48,03

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXXI. Evolução da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento de educação entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de educação	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação	
		(n.º)					(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	14	16	15	13	8	-6	-42,86
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	81	81	77	85	79	-2	-2,47
Pindo	Jardim de Infância de Corga, Penalva do Castelo	21	17	24	23	25	4	19,05
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	17	20	21	19	14	-3	-17,65
Total		133	134	137	140	126	-7	-5,26

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXXII. Evolução da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação	
		(n.º)					(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	Escola Básica de Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	17	22	19	29	20	3	17,65
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	128	141	139	139	141	13	10,16
Pindo	Escola Básica de Roriz, Penalva do Castelo	28	25	31	31	29	1	3,57
Sezures	Escola Básica de Sezures, Penalva do Castelo	20	22	21	24	29	9	45,00
Total		193	210	210	223	219	26	13,47

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXXIII. Evolução da frequência no 2.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação	
		(n.º)					(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo	108	119	111	112	112	4	3,70

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXXIV. Evolução da frequência no 3.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação	
		(n.º)					(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	188	179	172	183	187	-1	-0,53

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXXV. Evolução da frequência no ensino secundário entre os anos letivos 2020/2021 e 2024/2025.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação	
		(n.º)					(n.º)	(%)
Ínsua	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	199	193	164	156	139	-60	-30,15

Fonte: Dados disponibilizados pelo AE de Penalva do Castelo.

Anexo XXXVI. População escolar potencial na educação pré-escolar por freguesia entre os anos letivos

2018/2019 e 2026/2027 e variação (modelo 1).

Freguesias	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025
	(n.º)						
Castelo de Penalva	17	16	15	11	9	7	4
Esmolfe	5	3	5	6	4	5	5
Germil	5	7	7	11	12	14	9
Ínsua	48	46	39	35	29	26	29
Lusinde	3	3	2	1	0	0	0
Pindo	25	22	26	30	27	30	27
Real	3	4	4	6	4	4	2
Sezures	10	12	11	12	12	14	10
Trancozelos	7	7	7	4	3	6	5
UF de Antas e Matela	2	3	6	7	9	8	6
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	1	1	1	3	3	4	1
Total	126	124	123	126	112	118	98

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2025/2026	2026/2027	2018/2019- 2024/2025		2024/2025- 2026/2027	
	(n.º)		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	4	4	-13	-76,47	0	0,00
Esmolfe	8	5	0	0,00	0	0,00
Germil	10	7	4	80,00	-2	-22,22
Ínsua	33	35	-19	-39,58	6	20,69
Lusinde	0	1	-3	-100,00	1	-
Pindo	28	17	2	8,00	-10	-37,04
Real	3	2	-1	-33,33	0	0,00
Sezures	9	9	0	0,00	-1	-10,00
Trancozelos	3	0	-2	-28,57	-5	-100,00
UF de Antas e Matela	3	1	4	200,00	-5	-83,33
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	1	1	0	0,00	0	0,00
Total	102	82	-28	-22,22	-16	-16,33

Fonte: INE e cálculos próprios.

Anexo XXXVII. População escolar potencial no 1.º CEB por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2029/2030 e variação (modelo 1).

Freguesias	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026
	(n.º)							
Castelo de Penalva	14	13	16	19	21	19	19	13
Esmolfe	11	12	10	7	7	5	7	6
Germil	15	12	9	9	7	9	14	14
Ínsua	75	75	71	67	62	57	49	43
Lusinde	6	7	7	5	4	3	2	1
Pindo	40	41	43	38	33	35	35	35
Real	8	7	7	4	5	6	6	6
Sezures	25	22	20	13	15	15	15	17
Trancozelos	11	9	9	9	10	7	8	6
UF de Antas e Matela	6	4	3	4	3	6	9	10
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	2	2	1	1	1	1	4	3
Total	213	204	196	176	168	163	168	154

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2026/2027	2027/2028	2028/2029	2029/2030	2018/2019- 2024/2025		2024/2025- 2029/2030	
	(n.º)				(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	10	8	6	5	5	35,71	-14	-73,68
Esmolfe	7	7	8	8	-4	-36,36	1	14,29
Germil	16	16	13	11	-1	-6,67	-3	-21,43
Ínsua	37	39	41	43	-26	-34,67	-6	-12,24
Lusinde	0	0	0	1	-4	-66,67	-1	-50,00
Pindo	43	36	33	33	-5	-12,50	-2	-5,71
Real	6	4	3	4	-2	-25,00	-2	-33,33
Sezures	17	14	14	14	-10	-40,00	-1	-6,67
Trancozelos	6	6	5	3	-3	-27,27	-5	-62,50
UF de Antas e Matela	11	9	6	3	3	50,00	-6	-66,67
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	4	4	1	2	2	100,00	-2	-50,00
Total	157	143	130	127	-45	-21,13	-41	-24,40

Fonte: INE e cálculos próprios.

Anexo XXXVIII. População escolar potencial no 2.º CEB por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2033/2034 e variação (modelo 1).

Freguesias	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025
	(n.º)						
Castelo de Penalva	13	13	7	6	7	7	9
Esmolfe	3	3	5	6	6	6	4
Germil	8	6	8	8	7	4	2
Ínsua	32	30	38	40	37	35	34
Lusinde	4	3	1	4	5	3	2
Pindo	31	28	17	17	23	24	20
Real	1	3	4	5	4	2	3
Sezures	13	12	12	16	13	6	7
Trancozelos	1	6	5	4	6	5	3
UF de Antas e Matela	7	6	3	2	3	2	0
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	2	0	1	2	1	0	0
Total	115	110	101	110	112	94	84

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029	2029/2030	2030/2031	2031/2032
	(n.º)						
Castelo de Penalva	12	12	7	7	6	3	2
Esmolfe	1	3	4	4	2	3	5
Germil	5	5	4	9	10	7	6
Ínsua	32	28	25	21	18	16	21
Lusinde	2	2	1	0	0	0	0
Pindo	14	13	21	22	14	21	22
Real	2	2	4	4	2	2	2
Sezures	7	8	8	7	9	10	5
Trancozelos	4	7	3	1	3	5	3
UF de Antas e Matela	2	3	4	6	6	5	3
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	1	1	0	3	3	1	1
Total	82	84	81	84	73	73	70

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2032/2033	2033/2034	2018/2019- 2024/2025		2024/2025- 2033/2034	
	(n.º)		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	3	3	-4	-30,77	-6	-66,67
Esmolfe	5	3	1	33,33	-1	-25,00
Germil	6	5	-6	-75,00	3	150,00
Ínsua	25	22	2	6,25	-12	-35,29
Lusinde	0	1	-2	-50,00	-1	-50,00
Pindo	12	11	-11	-35,48	-9	-45,00
Real	1	2	2	200,00	-1	-33,33
Sezures	4	9	-6	-46,15	2	28,57
Trancozelos	0	0	2	200,00	-3	-100,00
UF de Antas e Matela	1	0	-7	-100,00	0	-
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	0	1	-2	-100,00	1	-
Total	57	57	-31	-26,96	-27	-32,14

Fonte: INE e cálculos próprios.

Anexo XXXIX. População escolar potencial no 3.º CEB por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2035/2036 e variação (modelo 1).

Freguesias	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026
	(n.º)							
Castelo de Penalva	20	19	19	19	14	12	8	12
Esmolfe	9	12	9	6	5	9	8	10
Germil	13	13	11	11	11	11	12	7
Ínsua	59	55	51	48	52	56	59	53
Lusinde	8	7	7	4	4	4	6	6
Pindo	56	44	46	41	35	27	30	34
Real	7	4	4	3	5	7	6	5
Sezures	18	17	15	19	18	22	19	16
Trancozelos	9	3	2	6	6	9	6	9
UF de Antas e Matela	9	9	9	9	7	4	4	3
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	4	3	3	2	1	2	2	1
Total	212	186	176	168	158	163	160	156

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2026/2027	2027/2028	2028/2029	2029/2030	2030/2031	2031/2032	2032/2033	2033/2034
	(n.º)							
Castelo de Penalva	11	17	16	15	11	9	7	4
Esmolfe	6	5	3	5	6	4	5	5
Germil	6	5	7	7	11	12	14	9
Ínsua	53	48	46	39	35	29	26	29
Lusinde	4	3	3	2	1	0	0	0
Pindo	33	25	22	26	30	27	30	27
Real	4	3	4	4	6	4	4	2
Sezures	10	10	12	11	12	12	14	10
Trancozelos	5	7	7	7	4	3	6	5
UF de Antas e Matela	2	2	3	6	7	9	8	6
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	0	1	1	1	3	3	4	1
Total	134	126	124	123	126	112	118	98

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2034/2035	2035/2036	2018/2019 - 2024/2025		2024/2025 - 2035/2036	
	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	4	4	-12	-60,00	-4	-50,00
Esmolfe	8	5	-1	-11,11	-3	-37,50
Germil	10	7	-1	-7,69	-5	-41,67
Ínsua	33	35	0	0,00	-24	-40,68
Lusinde	0	1	-2	-25,00	-5	-83,33
Pindo	28	17	-26	-46,43	-13	-43,33
Real	3	2	-1	-14,29	-4	-66,67
Sezures	9	9	1	5,56	-10	-52,63
Trancozelos	3	0	-3	-33,33	-6	-100,00
UF de Antas e Matela	3	1	-5	-55,56	-3	-75,00
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	1	1	-2	-50,00	-1	-50,00
Total	102	82	-52	-24,53	-78	-48,75

Fonte: INE e cálculos próprios.

Anexo XL. População escolar potencial no ensino secundário por freguesia entre os anos letivos 2018/2019 e 2038/2039 e variação (modelo 1).

Freguesias	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026	2026/2027
	(n.º)								
Castelo de Penalva	11	15	17	20	19	19	19	14	12
Esmolfe	11	7	8	9	12	9	6	5	9
Germil	7	10	13	13	13	11	11	11	11
Ínsua	57	58	55	59	55	51	48	52	56
Lusinde	6	7	9	8	7	7	4	4	4
Pindo	58	68	65	56	44	46	41	35	27
Real	3	5	5	7	4	4	3	5	7
Sezures	28	28	19	18	17	15	19	18	22
Trancozelos	12	18	12	9	3	2	6	6	9
UF de Antas e Matela	10	11	13	9	9	9	9	7	4
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	5	7	6	4	3	3	2	1	2
Total	208	234	222	212	186	176	168	158	163

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2027/2028	2028/2029	2029/2030	2030/2031	2031/2032	2032/2033	2033/2034	2034/2035	2035/2036
	(n.º)								
Castelo de Penalva	8	12	11	17	16	15	11	9	7
Esmolfe	8	10	6	5	3	5	6	4	5
Germil	12	7	6	5	7	7	11	12	14
Ínsua	59	53	53	48	46	39	35	29	26
Lusinde	6	6	4	3	3	2	1	0	0
Pindo	30	34	33	25	22	26	30	27	30
Real	6	5	4	3	4	4	6	4	4
Sezures	19	16	10	10	12	11	12	12	14
Trancozelos	6	9	5	7	7	7	4	3	6
UF de Antas e Matela	4	3	2	2	3	6	7	9	8
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	2	1	0	1	1	1	3	3	4
Total	160	156	134	126	124	123	126	112	118

(Continua)

(Continuação)

Freguesias	2036/2037	2037/2038	2038/2039	2018/2019- 2024/2025		2024/2025- 2038/2039	
	(n.º)			(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	4	4	4	8	72,73	-15	-78,95
Esmolfe	5	8	5	-5	-45,45	-1	-16,67
Germil	9	10	7	4	57,14	-4	-36,36
Ínsua	29	33	35	-9	-15,79	-13	-27,08
Lusinde	0	0	1	-2	-33,33	-3	-75,00
Pindo	27	28	17	-17	-29,31	-24	-58,54
Real	2	3	2	0	0,00	-1	-33,33
Sezures	10	9	9	-9	-32,14	-10	-52,63
Trancozelos	5	3	0	-6	-50,00	-6	-100,00
UF de Antas e Matela	6	3	1	-1	-10,00	-8	-88,89
UF de Vila Cova do Covelo e Mareco	1	1	1	-3	-60,00	-1	-50,00
Total	98	102	82	-40	-19,23	-86	-51,19

Fonte: INE e cálculos próprios.

